

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 04/2024
12 a 26 de março de 2024



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 28 de março de 2024



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

04 Apresentação - Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger

Sistema Nações Unidas

11 Socorristas presos no trânsito - *Santiago Alcázar*

15 A Urgência da Diplomacia - *Jeffrey D. Sachs*

18 O Acordo Pandêmico estará mesmo em acordo com as necessidades pandêmicas?
- Paula Reges, Luana Bermudez, Guto Galvão e Paulo Buss

26 Os Direitos Humanos sob máxima pressão: o genocídio como processo sustentado
de negação dos princípios da Lei Internacional dos Direitos Humanos - Armando De Negri Filho

48 2023 Bate Mais Um Recorde De Aumento De Temperatura E Incidência de Eventos
Extremos - Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão

61 Estratégias brasileiras para lidar com o crescimento da migração feminina - Rafael
Gomes França, Caio Murta, Giulia Mariano Machado, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina
Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

65 Níveis e tendências na mortalidade infantil: relatório 2023 - Maria Teresa Rossetti
Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes

74 As mudanças climáticas, os sistemas alimentares e a segurança alimentar e
nutricional: próximo a um ponto sem volta - Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell,
Juliana Ubarana

86 UNESCO: educação, ciência e cultura - Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Vitor
Rodrigues e Heliton Barros

88 Instituições Financeiras Multilaterais, Gênero e Economia - Isis Pillar Cazumbá

90 Propriedade Intelectual e Inteligência Artificial - Claudia Chamas e Bernardo Bahia
Cesário

Movimentos sociais globais e saúde

101 Vale a pena lutar na arena do Sistema Multilateral? As OSCs, suas conquistas e
suas derrotas na esfera internacional - Renan Amaral Oliveira, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesús
Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da
Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza

132 O projeto de Saúde Global para o Sistema Terra pede justiça fiscal - Rafaela
Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

144 A voz do Sul global é fundamental - Regina Ungerer

156 Saúde e o combate à fome e à pobreza aparecem de forma transversal no G20.
Reunião ministerial sobre indústria, tecnologia e mundo digital e olhos atentos do G7 sobre o Irã.

O compromisso da OCDE em promover melhores políticas globais - Pedro Burger, João Miguel Estephano, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves

167 BRICS: expansão, integração de novos membros, obstáculos geopolíticos para coesão, calendário de saúde e a próxima Cúpula - Claudia Hoirisch

171 América Latina: entre crises políticas e sociais - Miryam Minayo, Sebastian Tobar e Samia de Brito

181 Tragédia no Haiti: crise econômica e fragilidade estrutural crônica na Saúde - Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito

188 Toda a atenção para Bishoftu (Etiópia) - Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg

208 A União Europeia desce do muro para apelar a um cessar-fogo em Gaza - Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

212 ASEAN: Melhorando a conectividade e a resiliência - Lúcia Marques

220 Tiktok-se - André Costa Lobato e Li Yunyun

223 Atualização EUA - Guto Galvão

232 Autores deste Caderno

235 **Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS

236 *Para citações, ver 'Ficha catalográfica'**



CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 04/2024 – 12 a 26 de março de 2024

Apresentação

No dia 25 de março o Conselho de Segurança da ONU finalmente aprovou a esperada resolução pedindo o cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza após a abstenção dos EUA. Desde a invasão do território palestino por Israel, após os atentados de 7 de outubro, os americanos haviam vetado três resoluções pedindo a interrupção das hostilidades, e a abstenção indica uma mudança de postura do governo norte americano que já vinha se anunciando nas semanas anteriores. A resolução também pede a "**libertação imediata e incondicional de reféns**" e trata da "necessidade urgente de **expandir o fluxo**" de ajuda humanitária para Gaza, mas apesar de ter caráter vinculante, o ministro das Relações Exteriores israelense se pronunciou dizendo que o país não vai atender à resolução.

Enquanto isso, a população civil morre de fome, conforme alertou a OMS ao indicar que esta passou a ser uma arma da guerra. Milhares de crianças apresentam sinais crescentes de desnutrição, com todas as implicações bem conhecidas sobre o desenvolvimento físico e mental das crianças em processo de crescimento. A irresponsabilidade com a vida de civis inocentes continua sendo o único horizonte vislumbrável no conflito que expressa uma das características da crise do multilateralismo.

É também o que aborda **Alcázar** por uma outra vertente. Mirando a história que nos trouxe até aqui, o diplomata trabalha as discussões em curso do draft da Declaração Final da Cúpula do Futuro, em elaboração nas Nações Unidas, pela qual o SG Guterres imagina poder realavancar a Agenda 2030 e seus ODS, com um renovado compromisso dos chefes-de-Estado e de Governo pela sua implementação por ocasião da Assembleia das Nações Unidas, em setembro de 2024.

Sobre o conflito europeu, transcrevemos neste fascículo do Caderno 4 o texto de **Jeffrey Sachs**, intitulado '**A urgência da diplomacia**', no qual o eminente economista da Universidade de Colúmbia alerta para a real possibilidade da guerra nuclear e reclama de ações de aproximação de seu país, os Estados Unidos, com a Rússia, para uma real negociação de paz mundial e arrefecimento das tensões que não param de crescer.

Num terreno mais ameno, na semana que passou, de 20 a 22 de março, realizou-se no âmbito do **G20**, em Brasília, a **2ª. Reunião da Força-Tarefa sobre a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**, importante determinante da saúde, globalmente e em cada país do mundo. Segundo recente relatório da FAO, em 2022 o número de pessoas que passam fome no mundo aumentou em 122 milhões, em relação a 2019 — antes da pandemia de Covid-19. O Brasil tem ampla experiência e reconhecimento internacional em políticas de transferência de renda e redução da pobreza e desigualdades, com programas como o Bolsa Família (que beneficia mais de 55 milhões de pessoas no País), e com o Fome Zero. O balanço dos resultados desta 2ª. reunião está detalhado no segmento deste Caderno 4 dedicado ao G20 por **Burger e colegas**.

O artigo do grupo aborda ainda os trabalhos do **GT sobre Saúde do G20**, que realizou na última quarta-feira (13 de março), uma reunião virtual extraordinária dos Ministros da Saúde do grupo. Sob a coordenação da ministra Nísia Trindade, o grupo discutiu, entre outras pautas, as negociações em curso na *Organização Mundial da Saúde (OMS)* para um acordo internacional

de prevenção, preparação e resposta a pandemias e sobre emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI). O encontro contou também com a participação do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom. Entre os temas discutidos, o fortalecimento da arquitetura global da saúde; a necessidade de ações que promovam a distribuição e o acesso oportuno e equitativo à tecnologia em saúde; a capacidade de produção diversificada e sustentável, levando em conta as necessidades regionais; o fortalecimento da prevenção e vigilância, por meio da abordagem 'Uma Só Saúde'; além do esforço de implementar sistemas de saúde resilientes.

De 7 a 11 de abril, o **GT Saúde do G20** realizará a primeira e ampla **reunião técnica**, híbrida e presencial, para avançar nos detalhamentos das prioridades em saúde apresentadas pelo Brasil e aprovadas pelos demais países, além de diversos eventos paralelos, numa expressiva iniciativa do Ministério da Saúde do Brasil no âmbito do G20. Em 17 de abril, na tradicional 4ª. feira de seus *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, edição 2024, o CRIS repercute esta reunião, assim como a presença da saúde nas reuniões do T20, S20 e C20, e do grupo de finanças e saúde, realizadas no mês de fevereiro.

De 7 a 11 de abril de 2024, será realizada em Mar del Plata, Argentina, a **5ª Assembleia Mundial do MSP (Movimento Popular pela Saúde), People Health Movement** como é conhecido mundialmente em inglês. Sob o lema "*Fazendo saúde para todos, nossa luta pelo bem viver*", abordará as seguintes linhas de discussão: 1) Rumo à transformação dos sistemas de saúde; 2) Justiça de gênero na saúde; 3) Saúde dos ecossistemas: alimentação, energia, clima; 4) Resistir à migração forçada e à guerra; 5) Saberes e práticas ancestrais e populares. O PHM é uma das mais importantes organizações da sociedade civil envolvidas com a saúde global, da qual espera-se muito neste momento crítico dos debates em curso na OMS sobre o Acordo sobre Pandemias. As inscrições podem ser feitas em: <https://forms.gle/t3zzB8Hg8rpNPbgF8>

Faltando menos de dois meses para a Assembleia Mundial da Saúde, **Reges, Bermudez e Galvão**, abordam o nono e, até agora, último round de discussões do INB para finalização do Acordo Pandêmico que está acontecendo nesta semana em Genebra. Informam que avanços foram obtidos, mas os tópicos mais sensíveis seguem como foco de não consenso. Acesso a patógenos e compartilhamentos de benefícios, propriedade intelectual e a pressão de países desenvolvidos, sede das principais farmacêuticas, seguem questionando a finalização de um acordo que realmente garanta preparo, prevenção e resposta epidêmicas. Com pertinência e urgência, questionam: as lições com a COVID-19 foram realmente aprendidas?

De Negri relata que a 55ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU teve um momento álgido na segunda feira 25 de março de 2024, quando foi apresentada a versão preliminar para debate do informe da Relatora Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967, Francesca Albanese. Coincide a primeira circulação deste Relatório com a resolução do Conselho de Segurança da ONU em favor do cessar fogo imediato em Gaza e a recusa de Israel em seguir esta decisão. Neste contexto ganha força redobrada os argumentos de Albanese ao concluir que há motivos razoáveis para acreditar que o limiar que indica a prática de genocídio por Israel foi atingido. Nas palavras de Lemkin, "o genocídio é um processo, não um ato. No mesmo informe, o autor articula o tema do genocídio com os processos do colonialismo colonizador, e discute violações relacionadas aos serviços, pacientes e profissionais da saúde. Informa ainda dois eventos especiais que irão futuramente ser apresentados ao Conselho em seus conteúdos e proposições, mas que demandam desde já atenção e seguimento – sobre o direito aos sistemas e princípios da seguridade social e da garantia via esses sistemas das respostas às necessidades das pessoas portadoras de deficiências relacionadas a diversas causas, inclusive o envelhecimento. Esta sinergia de temas nos remete

aos desafios colossais que nossas sociedades devem enfrentar mesmo em tempos de Paz e ainda mais em contextos de guerras.

No informe sobre saúde e ambiente, **Magalhães e Galvão**, apontam os principais resultados do Relatório O Estado do Clima Global 2023, da Organização Mundial de Meteorologia, que revela que o ano foi o mais quente já registrado, com aumento significativo da temperatura média global, aumento do nível do mar, derretimento de gelo na Antártida e intensificação de eventos climáticos extremos. Apesar disso, o financiamento para o clima ainda é insuficiente, especialmente para os países em desenvolvimento. Outro acontecimento importante foi o lançamento, pelo PNUMA, de um observatório para monitorar emissões de metano via satélite. O Dia Mundial da Água destacou a importância da cooperação transfronteiriça para proteger recursos hídricos compartilhados, e o relatório sobre o ODS 6 - ÁGUA ressalta a necessidade de acelerar o progresso em direção às metas. Outro informe importante é que Brasil se prepara para sediar a COP 30 do clima, criando uma secretaria especial para isso.

Neste número, o Grupo de Trabalho de **Migração, Refúgio e Saúde Global**, evidencia o aumento da migração feminina no Brasil e os desafios de trabalhar de maneira articulada com estados e municípios para garantir o acesso dessa população ao SUS. Como exemplo, trazem uma entrevista com a professora Fernanda Surita, da Unicamp, que elaborou cartilhas voltadas à população de mulheres migrantes, com olhar para as diferenças culturais, com o intuito de enfrentar os efeitos da interseccionalidade vivida por esta parcela da população.

O relatório do Grupo Interagências das Nações Unidas para a Estimativa da Mortalidade Infantil (UN IGME), Níveis e tendências na mortalidade infantil de 2023, abordado no informe de **Massari e Gomes**, aponta para um avanço significativo na redução da mortalidade de menores de cinco anos, a nível global. O número anual de mortes infantis caiu para 4,9 milhões em 2022, apresentando um declínio de 51% desde 2000. Apesar deste progresso, as analistas alertam que persistem desafios, especialmente para as crianças mais vulneráveis, na África Subariana e no Sul da Ásia. Os investimentos em cuidados de saúde de qualidade, profissionais qualificados, serviços preventivos e sistemas de monitoramento de dados são cruciais para acabar com as mortes infantis evitáveis e combater as desigualdades.

No informe sobre segurança alimentar, **Nilson, Silva, Ell e Ubarana** refletem sobre o Relatório do Estado do Clima Global 2023 e o Dia Mundial da Água, bem como a sua relação com os sistemas alimentares e a segurança alimentar e nutricional no mundo, incluindo as respostas propostas pela FAO aos desafios atuais.

Sobre as Instituições Financeiras Internacionais, **Cazumbá**, mostra as estratégias e iniciativas para ajudar a combater as disparidades de gênero.

No Conselho Geral da OMC, Bangladesh, Colômbia, Egito e Índia manifestaram-se sobre propriedade intelectual e políticas públicas. É o que nos trazem **Chamas e Cesário**, ao apresentarem dados da OMPI de 2023 que apontam leve desaceleração na demanda global por depósitos de propriedade intelectual. No entanto, ressaltam que Índia, República da Coreia e Turquia aumentaram sua atividade de depósito de patentes, refletindo esforço de inovação. Outro assunto presente no informe é que a UNCTAD enfatiza a importância de um quadro regulatório global centrado na transparência, responsabilidade e inclusividade para maximizar os benefícios da inteligência artificial para consumidores e sociedades.

Gaspar, Sanglard, Rodrigues e Barros destacam o Dia Internacional da Mulher celebrado em 08 de março traz à tona questões atuais que mantêm as estruturas de desigualdade de gênero perpetuadas no tempo. Para a promoção de debates e fortalecimento de iniciativas em prol da igualdade de gênero, a **UNESCO** promoveu e participou de eventos por ocasião do Dia Internacional da Mulher que teve como tema “Investir nas mulheres: acelerar o progresso”. O informe também destaca a inclusão da Fiocruz na lista indicativa para o Patrimônio Mundial da Humanidade.

Souza e grupo de trabalho destacam que nesta quinzena, 47 das 58 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas tiveram manifestações merecedoras de registro. Temas recorrentes incluíram a crise climática, a guerra em Gaza, conflitos no Haiti e outras questões humanitárias, ambientais e sociais de relevância global para a saúde. As OSCs continuam engajadas no enfrentamento direto de crises e na participação em fóruns multilaterais, além de monitorar políticas governamentais. No entanto, as agendas das instituições de interesse público e privado continuam divergentes em relação às suas temáticas, com as primeiras demonstrando uma politização mais acentuada e um maior engajamento nos debates sobre questões atuais na esfera global da saúde. Ao longo da nossa jornada de mais de dois anos na elaboração desses relatórios, torna-se evidente que as OSCs de interesse privado mantêm suas agendas particulares, que geralmente não são influenciadas pela dinâmica das numerosas contradições globais. Durante a análise deste capítulo, convidamos à reflexão sobre a confiança das OSCs nas estruturas multilaterais, lideradas pelos Estados. Diante de eventos recentes como o fracasso de acordos significativos, exemplificado pelo caso do acordo pandêmico, e da aparente incapacidade das Nações Unidas em lidar efetivamente com uma série de conflitos globais, emergem questionamentos sobre a eficácia e a resiliência do sistema multilateral. Por outro lado, é possível observar conquistas na Corte Internacional de Justiça relacionadas à mitigação das mudanças climáticas. Surge então a indagação: quais são as lutas possíveis de serem travadas nesse sistema centrado nos Estados em direção a soluções dos desafios contemporâneos?

Atentos aos movimentos sociais, **De Negri e De Negri** retomam as linhas narrativas ao redor do tema das reformas fiscais. Começaremos com a análise de novas resoluções das Nações Unidas, seguindo com colocações de organizações civis sobre o mesmo tema, trazendo perspectivas econômicas gerais e construindo a exposição de uma estrutura sistêmica que envolve a necessidade de uma reforma fiscal, com a urgência de financiar uma saúde pública global suficiente em suas propostas e ampliações, pautada numa lógica de direito ambiental e respeito aos direitos humanos.

Sobre a **cooperação Sul-Sul**, **Ungerer** aponta que baseado no sucesso de um projeto anterior que utilizava feixe de elétrons, o UNOSSC e Coreia do Sul estão apoiando a mesma tecnologia para o processamento de alimentos e produtos agrícolas para melhorar a segurança alimentar; agregar valor aos produtos industriais, incluindo a esterilização de dispositivos médicos; e tratamento de poluentes ambientais. Continuando a divulgar o trabalho do UNOSSC, a Diretora do órgão se reuniu com as agências da ONU baseadas em Roma para discutir os processos intergovernamentais de cooperação Sul-Sul e triangular e para disseminar o trabalho que o UNOSSC vem fazendo. O G-77 e a China participaram da reunião especial do ECOSOC 2024 sobre Cooperação Internacional em assuntos tributários e da revisão do funcionamento administrativo e financeiro da ONU. Já o embaixador e representante permanente de Uganda junto à ONU acumula não só os cargos de Presidente do G-77, MNA, Gabinete de Coordenação

do Movimento dos Não-Alinhados, mas também é o representante do Grupo de Embaixadores da África na ONU e nestas capacidades, tem se reunido com diversas autoridades e organizações para discutir a colaboração do G-77 e da China, com destaque para Reunião Ministerial de Copenhague do UNFCCC em que ressaltou que o G-77 e a China desempenharão um papel importante no processo preparatório para a CoP29 e que a voz do Sul global é fundamental. A rede parlamentar do MNA se reuniu para sua 3ª Conferência sob o tema “Revitalizar a ação parlamentar no combate às alterações climáticas”. E o Centro Sul apresentou seu relatório anual de 2023.

Além dos movimentos da presidência brasileira do G-20, o informe de **Burger e grupo** traz os movimentos do **G-7**, e se debruçam sobre um acontecimento anterior ao período reportado, mas de suma importância. A menos de 3 meses da cúpula dos líderes do G7, a primeira-ministra italiana anuncia, sem justificativas, a substituição abrupta do *sherpa* da Itália para o grupo, que deixa dúvidas sobre um possível desentendimento diplomático. A reunião ministerial do G7 sobre indústria, tecnologia e mundo digital e um comunicado do G7 à Teerã também merecem destaques. Quanto ao último, o cenário internacional aguarda confirmações e se prepara para tomar medidas severas diante de uma possibilidade iminente do envio de mísseis balísticos do Irã a Moscou. Sobre a **OCDE**, os destaques se dividem entre a publicação de uma série de estudos e relatórios de temas variados e a atualização de dois de seus índices estatísticos sobre economia global.

Horisch aponta que o **BRICS** aceitou as candidaturas de seis países em 2023, mas após a aceitação, o presidente argentino declinou em se juntar ao grupo e a Arábia Saudita não enviou o seu representante à reunião dos *sherpas* em Moscou e não esclareceu se desejava ou não aderir ao grupamento. Esses fatos sinalizam que a ampliação encolheu para nove membros, com a possibilidade do presidente russo persuadir a Arábia Saudita a aderir ao grupo como o décimo elemento. Diversos conflitos em curso (EUA-China, China-Índia, a operação militar especial da Rússia contra a Ucrânia, a guerra Israel-Hamas e a regionalização do conflito na Ásia Ocidental) vem moldando o ambiente no qual os BRICS transitam. O ano de 2023 foi histórico quando mais de vinte países mostraram o desejo de aderir ao grupo, visto como um espaço alternativo à ordem dominante. Isso mostra que os países do BRICS estão trilhando um caminho correto para se tornar um grupo tão cobiçado. A expansão da lista de membros não transforma os BRICS automaticamente em um bloco potente, pelo contrário, o alargamento pode minar a “coesão” que o grupo tinha antes da expansão. Para que o BRICS não perca a sua coerência interna e evite de se tornar uma nova versão do Movimento dos Não-Alinhados (MNA), a prioridade do grupo está em garantir primeiro uma integração harmoniosa dos novos membros. Qualquer plano para expansão futura terá que esperar. Enquanto isto, a presidência russa vem considerando envolver os países que desejam aderir ao grupo por meio do estabelecimento de uma nova categoria de ‘países parceiros’ ou ‘parceiros de diálogo’. A presidência russa vem publicizando aos poucos a agenda de eventos do grupo.

Na **América Latina**, esta edição apresentamos um breve panorama político dos principais fatos dos países da região que tiveram repercussão internacional construído por **Tobar, Minayo e Brito**, que destacam também as principais atividades da CEPAL, como o encontro, em Montevideu, de representantes de países da região e outros atores sobre a nova Agenda Digital da América Latina e do Caribe e o Seminário inter-regional sobre o futuro dos sistemas de proteção social em um contexto de cascata de crise. No âmbito da Segib, em reunião na República Dominicana o seu representante máximo reiterou o compromisso da Iberoamérica com os seus desafios comuns. No que concerne às organizações regionais, a COMISCA cumpriu

agenda nos temas água, insegurança alimentar e proteção social; a OTCA se reuniu com BID e a FAO e o ORAS-CONHU promoveu agenda de trabalho que incluiu temas como segurança social e adolescência.

O informe de **Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg** sobre **África** traz o ponto alto da nova fase de relacionamento da União Africana com a União Europeia traduzida pela recente conferência de alto nível para a expansão da parceria estratégica nos domínios do fortalecimento da prevenção, preparação e resposta a pandemias, a iniciativa "Uma Saúde", a resistência antimicrobiana, a saúde digital, o clima e o fortalecimento da nova Agência Africana de Medicamentos. Com o Departamento de Defesa dos EUA, a União Africana vai construir e equipar novo complexo laboratorial numa cidade da Etiópia para controlo de qualidade de vacinas veterinárias produzidas ou importadas e a produção de reagentes biológicos para vigilância de doenças animais prioritárias. O CDC África estreita sua parceria com UNICEF para o fortalecimento de Atenção Primária, gestão da cadeia de abastecimento, aquisições conjuntas e fabrico local, e resposta a emergências. Por outro lado, lança um novo programa de liderança em saúde mental para abordar os desafios de saúde mental da população africana. O seu Diretor-Geral, Jean Kaseya, emitiu um comunicado contundente de que a África precisa ganhar nas próximas negociações do Acordo de Pandemia. A OMS AFRO prepara-se para realizar em Dar es Salaam, Tanzânia, a sua primeira conferência internacional sobre o PEN-Plus para sensibilizar a África e o mundo sobre a gravidade das DCNT e ajudar a mobilizar recursos para implementação do pacote de intervenções essenciais contra essas doenças. A Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da SADC assegurou a cooperação e o compromisso com a paz e segurança na República Democrática do Congo e em Moçambique. Paralelamente, a organização sub-regional promoveu a cadeia de valor do couro no Malawi, visando a industrialização e a integração econômica regionais.

Na **Europa**, **Freire** destaca que após 5 meses de omissão, a União Europeia finalmente desce do muro para apelar a um cessar-fogo na Faixa de Gaza. Apesar do bloco defender a criação do Estado Palestino, tal posição é referendada por apenas 1/3. As guerras seguem pautando a agenda europeia. A segurança alimentar europeia, afetada pela guerra na Ucrânia, também foi pauta da quinzena com a possibilidade de imposição de direitos alfandegários sobre importações agrícolas russas e ucranianas. A Covid-19 sai da agenda política global, mas deixa seu rastro na saúde das populações, como no dramático aumento de mortes por tuberculose registrado na Região Europeia da OMS, pela descontinuidade nos testes, diagnóstico e cuidado durante a pandemia.

Monitorando a **Ásia**, **Marques** destaca a ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático - que, com uma população de aproximadamente 670 milhões de habitantes e taxas de crescimento de cerca de 5,7% nas últimas duas décadas, representa a quinta maior economia do mundo. São países inovadores que estão em processo acelerado de desenvolvimento tecnológico – e EUA estão de olho. Sob a presidência da República Popular Democrática do Laos, o bloco busca melhorar a conectividade e a resiliência para enfrentar os cenários de mudanças e desafios econômicos e geopolíticos. A instabilidade na região do Mar Meridional da China, em função das alianças militares dos EUA, contra a China, com países da região que reivindicam áreas sobrepostas do mar, está aumentando. E pode ser uma fator de risco para provocar confrontos na região e também enfraquecer o papel da ASEAN, uma vez que quatro dos principais países que disputam direitos são países aseanos. A ASEAN tem sido um bloco coeso e resistente à competição e disputa geopolítica, principalmente, resistindo às pressões

americanos contra a China. E o Brasil vê a ASEAN como uma parceira de crescente relevância e acaba de designar o primeiro embaixador dedicado do Brasil no bloco.

Lobato destaca que o vice-presidente Alckmin faz reunião interministerial de preparo para sua viagem à **China** em junho, quando copresidirá a COSBAN. Congresso dos EUA pede nacionalização ou banimento do TikTok, maior competidora das redes sociais americanas. De origem chinesa, a empresa montou um projeto exclusivo para manutenção de dados dentro do território dos EUA.

Sobre os **EUA, Galvão** nos traz um projeto de lei intitulado de “The Green New Deal” para habitação pública (The Green New Deal for Public Housing Act) foi proposto como uma abordagem política abrangente que visa enfrentar os desafios enfrentados pela habitação pública, a crise climática, as imensas oportunidades para tecnologias de construção verde e a interação entre habitação, saúde pública e resiliência comunitária. Outro tema do informe é artigo "Social Security and Medicare Are on the Ballot" de Paul Krugman compara as abordagens de Trump e Biden em relação à Previdência Social e ao Medicare. Krugman analisa a proposta de Trump de privatizar esses programas, o que poderia colocar em risco sua estabilidade e sustentabilidade futuras, ao mesmo tempo, em que destaca as medidas de Biden para fortalecê-los. O artigo enfatiza o papel crucial desses programas no fornecimento de apoio financeiro e serviços de saúde a milhões de americanos e a necessidade de priorizar sua estabilidade e eficácia a longo prazo.

Voltando ao tema com o qual iniciamos esta apresentação lamentando as posturas de Israel ao declarar desobediência ao cessar fogo em Gaza aprovado pela ONU, e norte americana pela demora em se posicionar pelo mesmo, não podemos deixar de destacar a fala do ministro brasileiro dos direitos humanos Silvio de Almeida na abertura da 55ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização que ocorreu em Genebra, Suíça, na segunda feira dia 26/03. Em linha com a política externa brasileira, que vem incessantemente defendendo em paz e os direitos fundamentais da população civil de Gaza, Almeida expressou indignação com a situação na região, declarando “repúdio à flagrante desproporcionalidade do uso da força por parte do governo de Israel, uma espécie de ‘punição coletiva’, que já ceifou a vida de quase 30 mil palestinos”¹.

Para finalizar, reafirmamos nosso compromisso com a defesa do diálogo, da diplomacia e do multilateralismo, sem os quais não é possível construir um mundo de paz.

Boa leitura.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 28 de março de 2024

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz

¹<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/na-onu-ministro-silvio-almeida-reafirma-compromisso-do-brasil-com-as-politicas-de-direitos-humanos-e-defende-a-criacao-de-um-estado-palestino-livre>

Socorristas presos no trânsito

Santiago Alcázar

Temperaturas altíssimas. Sensação térmica nunca antes vista. Colapso do sistema elétrico. Tornados, furacões e ciclones de magnitudes desconhecidas. Construções destruídas, estruturas retorcidas. Bairros irreconhecíveis. Chuvas torrenciais seguidas de alagamentos catastróficos e desabamentos fatais. Engarrafamentos colossais. Socorristas presos no trânsito. Confluência de epidemias de arboviroses. Falência dos sistemas de saúde. Tuvalu, Vanuatu, Kiribati, Palau ameaçadas de serem cobertas pela imensidão do mar.

Guerras, destruição, violência seguida de mais violência. Campos sem vida. Abandono total. Seca inflexível. Incêndios. Animais mortos. Imagens incertas, sem voz, sem sombra, lembram crianças, mulheres e homens. Os mais fortes empreendem retirada. Fogem da miséria *exponenciada* e viram migrantes em busca de vida. As convenções internacionais não os reconhecerão como refugiados. O direito às vezes é torto. Do outro lado do lado não há nada. É melhor não ver.

2024 é um ano carregado de esperanças. Desde janeiro, grupos de trabalho em Nova York, na sede das Nações Unidas, tentam construir um projeto de declaração política. Será, dizem, um Pacto para o Futuro, resultado da Cúpula do Futuro, que deverá realizar-se em setembro, durante os trabalhos de abertura da 79ª AGNU. Para os que desembarcaram agora e talvez ignorem de que se trata é preciso uma breve explicação.

O mundo está mal, muito mal, é um enunciado que deveria soar com ressonâncias de evidências irrefutáveis. Aproximadamente um bilhão de pessoas no mundo passa fome. Mais de 3 bilhões de pessoas não pode pagar por uma alimentação saudável. Comem o que estiver à mão, para quietar a dor do estômago vazio. As inequidades entre indivíduos não param de aumentar e se fazem absurdas. Entre Estados, as inequidades são também gritantes, como demonstrado com crueldade durante a pandemia da Covid-19. A resposta internacional à mudança de clima, à perda da biodiversidade ou à implementação da Agenda 2030 e os ODS é fraca. O sistema financeiro internacional dá sinais claros de ter-se comprometido com a opção preferencial pelos ricos no que parece um contraponto ao Concílio Ecumênico Vaticano II. A ordem internacional baseada em regras e com as Nações Unidas em seu cerne é mais uma ilusão que, como a ordem financeira, inclina-se de um lado, porque do outro lado do lado não há nada. O mundo está mal, muito mal.

O Pacto para o Futuro pretende ser a chave de arranque para um novo começo: dar pão para os que têm fome e água para os que têm sede; medicamentos e vacinas para os enfermos; evitar o aquecimento global; salvar a biodiversidade; abrir as portas para o desenvolvimento sustentável para todos e tornar a governança global, tanto política quanto financeira, democrática, inclusiva e justa. Para tanto proporá reforçar as ações para levar adiante os compromissos existentes não-cumpridos, bem como criar as condições necessárias para responder eficazmente aos novos desafios e às novas oportunidades.

A minuta do Pacto tem, por enquanto, os seguintes 5 capítulos: i) desenvolvimento sustentável e financiamento para o desenvolvimento; ii) paz e segurança internacional; iii) ciência, tecnologia, inovação e cooperação digital; iv) juventude e gerações vindouras; v)

transformando a governança global. É sobre esses temas que se dirigem os esforços daqueles grupos de trabalho acima. Todos adotam, como base para a construção do projeto de Pacto, o relatório do Secretário-Geral *Nossa Agenda Comum*, de 2021². Cada tema tem a sua própria complexidade.

O Capítulo i), por exemplo, que trata de desenvolvimento sustentável e financiamento, tem que incorporar a preocupação do G-77+China com a questão de reforma da arquitetura financeira internacional e a reestruturação da dívida pública dos países em desenvolvimento, sobretudo os de menor desenvolvimento relativo. Esse assunto tem particular relevância à luz da dramática situação em que se encontram países forçados a escolhas de Sofia: pagar juros e dividendos da dívida ou financiar ações para realizar os ODS. O tema é também importante por conta da ameaça que constitui a falência do sistema financeiro internacional ao próprio sistema multilateral com o aprofundamento das divergências, a crescente fragmentação geoeconômica e geopolítica e as sucessivas fraturas que seguem.

O Capítulo ii), paz e segurança internacional, deve animar debates intensos não desprovidos de provável polarização. Vêm à mente as palavras pronunciadas pelo Secretário-Geral em conferencia de imprensa, pouco antes da Cúpula dos líderes da UE, em Bruxelas, na quinta-feira, dia 21 de março: *O princípio básico do direito humanitário internacional é a proteção dos civis. Temos que nos ater aos mesmos princípios, na Ucrânia ou em Gaza, sem dois pesos, duas medidas.*

Matéria produzida pela agência de notícia DW, a mesma que reproduziu a fala do SG, estima que o número de vítimas nos 5 meses do conflito em Gaza – a maioria das quais são crianças e mulheres – é três vezes superior ao número de mortos, em dois anos de guerra na Ucrânia³. A matéria relata ainda que a UE impôs 13 pacotes de sanções econômicas à Rússia e destinou mais de 80 bilhões de Euros a Ucrânia em armas e ajuda econômica e humanitária, enquanto Gaza deverá receber de Bruxelas 150 milhões de Euros, este ano. DW não menciona o papel dos EUA no exercício de dois pesos, duas medidas, talvez porque esteja subentendido. No deserto de lideranças europeias, as instruções sempre devem chegar de algum lugar.

Os dois capítulos seguintes são interessantes e estariam a merecer comentários, mas é o capítulo v) o que mais atrairá as atenções: transformar a governança global, afinal, não é coisa que virá sem complicações. Os negociadores nos grupos de trabalho fazem, sabe-se, um chamamento a todas as Partes para alcançar um Pacto com uma visão de multilateralismo de prestígio, com ênfase na equidade e na solidariedade, importantes num mundo de desafios globais. Dá-se destaque para a reforma do sistema financeiro internacional, que inclui a dos bancos de desenvolvimento multilateral, internacionais e regionais. Como não podia deixar de ser, o GT encarregado do Capítulo consideram a reforma do Conselho de Segurança. A questão da representatividade é importante sem dúvida, mas pressupõe que a ordem internacional baseada em regras é um dado indiscutível que não pode ser questionado, como a gravidade ou a segunda lei da termodinâmica. É curioso e talvez não isento de ingenuidade.

Em 2002, Tuvalu considerou apresentar uma demanda judicial contra os EUA e a Austrália por conta das emissões de gás de efeito estufa, que produzem aquecimento e, conseqüentemente, a subida do nível do mar. Não o fez.

² <https://www.un.org/en/common-agenda>

³ <https://www.dw.com/en/eu-summit-leaders-wrap-up-with-attention-on-gaza-russia/live-68629598>

Em 2011, Palau, com apoio de 30 países liderou movimento para que a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitasse à Corte Internacional de Justiça opinião sobre a responsabilidade dos emissores mais importantes sobre o aquecimento global. Os EUA fizeram ventilar as perdas de bilhões de dólares que poderiam resultar em saúde, educação e objetivos de desenvolvimento. A iniciativa não teve tração, certamente pelas mesmas razões que suspenderam a iniciativa de Tuvalu.

Em 2023, Vanuatu, com apoio de 130 países, desenvolvidos e em desenvolvimento, e com as sólidas evidências do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, nas siglas em inglês), conseguiu que a AGNU adotasse resolução pela qual requisita à CIJ clarificação sobre a obrigação dos Estados, sob o manto do direito internacional, de proteger o meio ambiente contra as emissões antropogênicas de gases de efeito estufa, para as gerações presentes e futuras⁴.

A opinião da Corte sobre a solicitação de Vanuatu, assim como a que resultará do pedido de opinião da África do Sul concernente a medidas a serem tomadas contra Israel por conta de violações das obrigações amparadas na *Convenção sobre a Prevenção e Castigo do Crime de Genocídio* em relação aos palestinos na Faixa de Gaza⁵ - poderão resultar em vitória moral, mas dificilmente irão alterar o rumo dos acontecimentos. Vanuatu irá desaparecer sob o mar, assim como Tuvalu, Kiribati e Palau; e o regime fascista de Benyamin Netanyahu continuará com as suas ações de matança de palestinos, por tiros, explosões, desabamentos, fome, sede, falta de cuidados médicos ou de qualquer assistência de caráter humanitário⁶. E contra ventos e marés, contra todo o edifício do Direito Internacional, vai ficar por isso mesmo.

Diante de um quadro assombrador como esse, de que vale a reforma do CS se a ordem internacional baseada em regras é um ponto, ao menos, discutível? É louvável manter o otimismo frente às adversidades e, talvez, mais que louvável, necessário. Ante *o pessimismo da razão e o otimismo da vontade*, de que lado há um lado? Se do pessimismo, a paralisia domina e deixa tudo de lado. Se do otimismo, há, do lado, uma tábua de salvação.

Este ano de 2024 vem carregado de esperanças, dizia-se acima. O texto do projeto de Acordo Pandêmico da OMS⁷, por exemplo, trabalhado com competência e dedicação por grupo de pessoas do mais alto gabarito, está carregado de esperanças. Os princípios alistados no parágrafo 3 parecem garantir a solidariedade e a equidade do futuro Acordo. O diabo, no entanto, está nos detalhes. O parágrafo considerando 9, por exemplo, reconhece que a proteção dos direitos de propriedade intelectual é importante para o desenvolvimento de novos produtos. Não resta dúvida, mas em se tratando de saúde e na eventualidade de pandemias esse reconhecimento deveria ser modificado. Não basta dizer que as regras atuais não impedem os países de tomarem, pela via de licenças compulsórias, medidas de saúde pública. A experiência deveria ter ensinado que as flexibilidades previstas no Acordo TRIPS são complexas, demoradas e caras, tudo o que é problemático em caso de emergência ou de pandemia, sobretudo para os países de menor desenvolvimento relativo. A mesma objeção poderia ser feita com respeito ao Artigo 11, parágrafo 4º. Na eventualidade de emergência de saúde pública e de pandemia, a OMS deveria ter autoridade para flexibilizar qualquer regra de PI relacionada

⁴<https://documents.un.org/doc/undoc/ltd/n23/063/82/pdf/n2306382.pdf?token=6TqJSCixVhyiY4VQmP&fe=true>

⁵ <https://www.icj-cij.org/case/192>

⁶https://news.un.org/en/story/2024/03/1147916?gl=1*sqx1bl* ga*MTE1NTI3Nzk5MC4xNzExMTIxMzE1* ga_TK9BQL5X7Z*MTcxMTMyOTU2OC41LjEuMTcxMTMzMTk5NC4wLjAuMA..

⁷ https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb9/A_inb9_3-en.pdf

a saúde e imediatamente disponibilizar medicamentos, vacinas insumos ou qualquer outro produto que possa ser necessário. É absurdo que o Acordo Pandêmico seja uma iniciativa da OMS, e que ela própria fique à mercê das decisões da OMC.

O texto do projeto de Acordo sobre Direito ao Desenvolvimento⁸, também vem carregado de esperanças. O parágrafo considerando 6, por exemplo, alista todos os instrumentos das Nações Unidas que fazem menção ao direito ao desenvolvimento. Os parágrafos considerando 2 e 3, fazem menção aos artigos pertinentes da Carta e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não há críticas a fazer com respeito ao texto. Seria, no entanto, legítimo perguntar por que agora? Por que agora a AGNU aprovaria o projeto? E, no caso de que o fizesse, que diferença faria para os países em desenvolvimento? A pergunta é válida porque, diante do quadro de uma ordem internacional baseada em regras, como a que prevalece no presente, não é evidente que a força do Acordo será suficiente para alterar o rumo dos acontecimentos, deixando o direito ao desenvolvimento como mais uma esperança que não se realiza.

Na corrida desenfreada do capitalismo em sua forma atual, a opção preferencial pelos ricos somente será alterada mediante uma mudança radical no ser humano. Radical, pois será preciso que cada um, não importa de que religião, crença, raça, etnia, cultura, seja capaz de interiorizar as profundezas encerradas na *Laudato Si*, que assim poderá ser o ponto de partida e de chegada de todas as decisões políticas.

No momento de encerrar este artigo para o CRIS4, chegou a notícia de que o Conselho de Segurança da ONU aprovou, por 14 votos a favor e uma abstenção (EUA), resolução, pela qual reclama cessar-fogo imediato durante o Ramadã. Houve discussão sobre o uso da expressão *cessar-fogo imediato*. A Rússia havia proposto a expressão *cessar-fogo permanente*. A diferença é enorme e deixa um espaço vazio para o que poderá vir depois do Ramadã.

As razões para que a resolução passe com *imediato* e não com *permanente* podem decidir se estamos no limiar de uma nova era. Enquanto isso, não faz mal refletir sobre o significado e o alcance da *Laudato Si*, a carta encíclica do Papa Francisco.

⁸ <https://digitallibrary.un.org/record/4018145?v=pdf>

A Urgência da Diplomacia⁹

Jeffrey D. Sachs

Agora é o momento para iniciarmos diálogos que nos aproximem da paz e nos afastem de uma guerra fatal e devastadora sem nenhum fim à vista.

Houve nos últimos anos um colapso completo da diplomacia entre os EUA e a Rússia, e um colapso quase total entre os EUA e a China. A Europa, que se tornou dependente demais dos EUA para o seu próprio bem, se limita a seguir o caminho ditado por Washington. A ausência de diplomacia cria uma dinâmica de escalada que pode levar à guerra nuclear. E a principal prioridade para a paz global hoje é restabelecer a diplomacia dos EUA com a Rússia e a China.

A situação atual pode ser resumida nos incessantes insultos pessoais do presidente Joe Biden aos seus homólogos russo e chinês. Em vez de se ater às questões políticas, Biden concentra-se nos aspectos pessoais ao falar do presidente Vladimir Putin. Recentemente, ele se referiu ao presidente Putin como “um maluco desgraçado”. Em março de 2022, afirmou que “Pelo amor de Deus, esse homem não pode permanecer no poder”. Logo após se reunir com o presidente chinês Xi Jinping em novembro passado, Biden chamou-o de “ditador”.

Essa tendência grosseira de levar para o âmbito pessoal as relações complexas entre as superpotências é prejudicial para a paz e a resolução de problemas. Além disso, a descortesia nesse tipo de discurso e a ausência de uma diplomacia séria deram início a condutas de uma irresponsabilidade retórica assustadora. O presidente da Letônia twittou recentemente “Russia delenda est” (“A Rússia deve ser destruída”), parafraseando o antigo refrão de Catão, o Velho, ao clamar pela destruição de Cartago por Roma antes da Terceira Guerra Púnica.

Numa certa medida, todas essas declarações absolutamente pueris remetem ao alerta do presidente John F. Kennedy, que viu como a lição mais importante da crise dos mísseis de Cuba a necessidade de se evitar humilhar um adversário que detém armamentos nucleares: “Acima de tudo, enquanto defendemos os nossos próprios interesses vitais, nós, potências nucleares, devemos evitar confrontos que levem o adversário a escolher entre uma retirada humilhante ou a guerra nuclear. Adotar esse tipo de conduta na era nuclear seria apenas uma prova da falência da nossa política – ou de um desejo coletivo de morte para o mundo.”

Mas há um problema ainda mais profundo em questão. Toda a política externa dos EUA baseia-se hoje em afirmar as motivações de suas contrapartes, em vez de negociar com elas. O argumento repetido incessantemente pelos EUA é que não se pode confiar no outro lado numa negociação, por isso nem vale a pena tentar.

As negociações atualmente são tratadas como inúteis, inoportunas e uma demonstração de fraqueza. A todo tempo afirmam que Neville Chamberlain, do Reino Unido, tentou negociar com Hitler em 1938 mas foi enganado por ele, e que o mesmo aconteceria com as negociações hoje. Para enfatizar isso, todo adversário dos EUA é rotulado como um novo

⁹ Publicado originalmente em: Common Dream, em 20 de março de 2024, e transcrito no Cadernos com autorização do Autor. Jeffrey Sachs é diretor do Earth Institute da Universidade de Colúmbia, EUA. Tradução: Carolina Leocadio. Acesso ao original: <https://www.commondreams.org/opinion/ukraine-war-diplomacy>

Hitler – Saddam Hussein, Bashar al-Assad, Vladimir Putin, Xi Jinping e outros ainda –, então qualquer negociação seria em vão.

O problema é que essa banalização da história e dos conflitos atuais está nos levando cada vez mais em direção à guerra nuclear. O mundo está mais perto do Armagedom nuclear do que nunca – faltam 90 segundos para meia-noite, de acordo com o Relógio do Juízo Final – porque as superpotências nucleares não estão em negociação. E a verdade é que os EUA se tornaram, hoje, o menos diplomático de todos os Estados-membros da ONU, se compararmos os Estados levando em conta a adesão à Carta da ONU.

A diplomacia é vital porque a maioria dos conflitos são o que os teóricos dos jogos chamam de “dilemas estratégicos”. Um dilema estratégico é uma situação em que a paz (ou, mais genericamente, a cooperação) é melhor para ambos os adversários, mas na qual os dois lados têm o incentivo para trapacear num acordo de paz a fim de tirar vantagem do inimigo. Durante a crise dos mísseis de Cuba, por exemplo, a paz era melhor do que a guerra nuclear tanto para os EUA como para a União Soviética, mas os dois lados temiam que, se ele próprio decidisse concordar com uma solução pacífica, o outro lado pudesse trapacear – por exemplo, promovendo um ataque nuclear inicial.

As saídas para a paz em tais casos são os mecanismos de *compliance*. Ou, como disse o presidente Ronald Reagan sobre a negociação com o presidente soviético Mikhail Gorbachev, repetindo uma antiga máxima russa: “Confie, mas verifique.”

Existem muitos mecanismos para se construir a confiança. Num nível básico, os dois lados podem lembrar-se mutuamente de que estão num “jogo repetido”, o que significa que dilemas estratégicos surgem frequentemente entre eles. Se um lado trapaceia hoje, isso destrói a chance de cooperação no futuro. Mas existem muitos outros mecanismos para se manter esse controle: tratados formais, garantias de terceiros, monitoramento sistemático, acordos por etapas e assim por diante.

JFK estava confiante de que o acordo para dar fim à crise dos mísseis de Cuba que ele negociou com o líder soviético Nikita Khrushchev em outubro de 1962 iria dar certo – e foi o que aconteceu. Mais tarde, ele ficou confiante de que o Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares que negociou com Khrushchev em julho de 1963 também iria vingar – e foi o que aconteceu. Como JFK observou nos casos desses acordos, eles dependem da negociação de um acordo que seja do interesse mútuo de ambas as partes: “Acordos para esse fim são do interesse da União Soviética, assim como do nosso – e podemos confiar que até mesmo as nações mais hostis vão aceitar e cumprir as obrigações do tratado, e apenas essas obrigações, que sejam do próprio interesse delas.”

Os teóricos dos jogos estudam os dilemas estratégicos há mais de 70 anos, e o mais famoso deles é o Dilema do Prisioneiro. Eles perceberam repetidas vezes que um caminho fundamental para a cooperação num dilema estratégico é através do diálogo, mesmo que seja do diálogo não vinculativo. A interação humana aumenta dramaticamente a probabilidade de haver cooperação mutuamente benéfica.

Será que Chamberlain errou ao negociar com Hitler em Munique em 1938? Não. Ele errou nos detalhes, chegando a um acordo imprudente que Hitler não pretendia honrar e depois proclamando ingenuamente “a paz para o nosso tempo”. Mesmo assim, a negociação de Chamberlain com Hitler contribuiu, em última análise, para a derrota de Hitler. Ao expor para o mundo a deslealdade de Hitler, o fracassado acordo de Munique abriu caminho para que um

resoluto Winston Churchill assumisse o poder na Grã-Bretanha, com profundas justificativas para agir e com profundo apoio da opinião pública na Grã-Bretanha e em todo o mundo, e, em última análise, para que se formasse a aliança britânica-americana-soviética que derrotaria Hitler.

A repetida analogia de 1938 é, de qualquer modo, extremamente simplista e, em certos aspectos, até retrógrada. A guerra na Ucrânia exige uma negociação de verdade entre as partes – a Rússia, a Ucrânia e os EUA – que aborde questões como a ampliação da OTAN e a segurança mútua de todas as partes no conflito. Essas questões apresentam dilemas estratégicos reais, o que significa que todas as partes – os EUA, a Rússia e a Ucrânia – podem sair na frente pondo fim à guerra e alcançando uma solução mutuamente satisfatória.

Além disso, foram os EUA e os seus aliados que romperam acordos e recusaram a diplomacia. Os EUA violaram os compromissos solenes que eles fizeram com o presidente soviético Mikhail Gorbachev e o presidente russo Boris Yeltsin de que a OTAN não avançaria nem um centímetro para o leste. Os EUA trapacearam ao apoiar o golpe violento em Kiev que derrubou o presidente da Ucrânia Viktor Yanukovich. Os EUA, a Alemanha, a França e o Reino Unido recusaram-se, num gesto traiçoeiro, a apoiar o acordo de Minsk II. Os EUA retiraram-se unilateralmente do Tratado de Mísseis Antibalísticos em 2002 e do Acordo de Forças Nucleares de Alcance Intermediário em 2019. Os EUA recusaram-se a negociar quando Putin propôs uma proposta de Tratado sobre Garantias de Segurança entre Rússia-EUA em 15 de dezembro de 2021.

Na verdade, não existe diplomacia direta entre Biden e Putin desde o início de 2022. E, quando a Rússia e a Ucrânia negociaram diretamente em março de 2022, o Reino Unido e os EUA intervieram para bloquear um acordo baseado na neutralidade ucraniana. Putin reiterou que a Rússia está aberta a negociações em sua entrevista com Tucker Carlson no mês passado e voltou a fazê-lo mais recentemente.

A guerra continua, com centenas de milhares de mortos e centenas de bilhões de dólares de destruição. Estamos nos aproximando do abismo nuclear. É hora de dialogar.

Nas palavras imortais e sábias de JFK em seu discurso de posse: “Nunca negociemos por medo. Mas nunca tenhamos medo de negociar.”

O Acordo Pandêmico estará mesmo em acordo com as necessidades pandêmicas?

*Paula Reges
Luana Bermudez
Luiz Augusto Galvão*

Resumo. Faltando menos de dois meses para a Assembleia Mundial da Saúde, acontece em Genebra o nono e, até agora, último round de discussões do INB para finalização do Acordo Pandêmico. Avanços foram tidos, mas os tópicos mais sensíveis seguem como foco de não consenso. Acesso a patógenos e compartilhamentos de benefícios, propriedade intelectual e a pressão de países desenvolvidos, sede das principais farmacêuticas, seguem questionando a finalização de um acordo que realmente garanta preparo, prevenção e resposta epidêmicas. As lições com a COVID-19 foram realmente aprendidas?

Palavras-chave: INB, acordo pandêmico

Abstract. *With less than two months to go until the World Health Assembly, the ninth and, so far, final round of INB discussions to finalize the Pandemic Agreement are taking place in Geneva. Progress has been made, but the most sensitive topics remain a focus of non-consensus. Access to pathogens and sharing of benefits, intellectual property and pressure from developed countries, host of the main pharmaceutical companies, continue to push for an agreement. But will we see the finalization of an agreement that truly guarantees epidemic preparedness, prevention and response? Have lessons from COVID-19 really been learned?*

Keywords: INB, Pandemic agreement

INB, o final?

Acontece em Genebra, Suíça de 18 a 28 de março, o nono encontro do órgão Intergovernamental de Negociações (INB, sigla em inglês) para finalização do Acordo Pandêmico.

Logo na abertura das sessões, o Diretor Geral da OMS, Dr Tedros Adhanom, expôs os avanços para se chegar nesse estágio e salientou a importância de se deliberar sobre os tópicos mais sensíveis, que ficam em torno do acesso a patógenos e compartilhamentos de benefícios (PABS, sigla em inglês), com difícil alcance de um consenso.

Reforçou ainda em sua fala que foi chegado ao ponto agregado sobre a necessidade de financiamento previsível e sustentável para a preparação e resposta à pandemia; a necessidade de um sistema equitativo de acesso e benefícios; e a necessidade de envolver o setor privado. No entanto, a forma de se atingir esses objetivos fundamentais ainda é desafiadora, e se não aproveitado esse momento é uma perda para a garantia de um mundo mais justo e saudável.

É um risco de deixar o mundo exposto às mesmas deficiências que dificultaram a resposta global à COVID-19: falta de coordenação, falta de partilha de informação e falta de equidade. Não se pode permitir que o ciclo de pânico e negligência se repita, ou que se esqueça

o trauma da pandemia e as lições dolorosas que ela ensinou a todos nós. Adhanom lembrou que foram registradas 7 milhões de mortes pela COVID-19, mas que esse é apenas o número oficial, o verdadeiro número de vítimas é muito maior. Há ainda as questões relacionadas a COVID-longa, a pressão sobre os sistemas de saúde e profissionais de saúde e, claro, a turbulência política, a nível nacional e global.

Por fim, Adhanom clamou para que o INB 9 fosse espaço para se superar diferenças e unir-se num espírito de cooperação e solidariedade – os princípios que estão no cerne deste acordo. A Assembleia Mundial da Saúde será aberta em apenas 2 meses e espera-se que o acordo apresentado cumpra as premissas estabelecidas.

O **Brasil, como presidência do G20**, organizou em 13 de março reunião entre os Ministérios da Saúde¹ com participação de ministros ou representantes da área dos seguintes países: Índia, China, África do Sul, Itália, Reino Unido, Estados Unidos, União Europeia, Alemanha, Canadá, França, Arábia Saudita, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Rússia, Argentina, Austrália e México.

Entre as metas discutidas estava a de continuar fortalecendo a Arquitetura Global da Saúde. Os ministros da Saúde e altos funcionários do G20 enfatizaram também a necessidade de ações que promovam a distribuição e o acesso oportuno e equitativo à tecnologia em saúde; a capacidade de produção diversificada e sustentável, levando em conta as necessidades regionais; o fortalecimento da prevenção e vigilância, por meio da abordagem "Uma Só Saúde"; além da adoção de sistemas de saúde resilientes. Reiteraram a necessidade de alcançar um resultado exitoso nas negociações em andamento e renovaram seu compromisso com um instrumento que seja ambicioso, equilibrado, eficaz e adequado ao propósito do INB. Confirmaram seu compromisso com um processo inclusivo com o objetivo de alcançar saúde para todos.

Reiteraram a confiança de que, apesar da tragédia testemunhada durante a pandemia de COVID-19, o multilateralismo é crucial para gerar soluções coletivas para melhorar a equidade e a solidariedade na prevenção, preparação e resposta a pandemias.

Ao reconhecerem que os Estados Membros da OMS são soberanos e responsáveis pela saúde de suas populações, destacaram o imperativo de promover a cooperação internacional e o financiamento sustentável. Baseando-se nos esforços das presidências anteriores, é reforçado que as nações do G20 podem e devem contribuir significativamente para o avanço da preparação para pandemias ao impulsionar a conclusão bem-sucedida dessa negociação de maneira oportuna, garantindo a inclusividade e promovendo mudanças nas capacidades nacionais e internacionais de prevenção, preparação e resposta a pandemias.

O documento atualizado que está sendo discutido neste INB 9 pode ser consultado [Revised draft of the negotiating text of the WHO Pandemic Agreement](#)² e é amplamente criticado por incorporar principalmente ideias introduzidas pelos países desenvolvidos nas negociações, ignorando ao mesmo tempo as propostas abrangentes feitas pelos países em desenvolvimento para o estabelecimento de um sistema **PABS** eficaz, responsável e transparente. Consequentemente, surgiram inúmeras falhas e lacunas nas disposições que abordam o acesso a agentes patogênicos e dados de sequências genéticas, propriedade intelectual, partilha de benefícios, bem como na implementação e governança do que se propõe a ser.

Os países em desenvolvimento apresentaram propostas que podem ser compreendidas em cinco princípios:

1. Condições de igualdade entre acesso e partilha de benefícios, uma vez que as obrigações compulsórias para o acesso rápido e oportuno aos agentes patogênicos só podem ser aceitas se existirem obrigações compulsórias igualmente fortes para a partilha de benefícios monetários e não monetários.

2. Os dados de sequência genética são um recurso importante e não devem ser tratados separadamente do material biológico.

3. O acesso a patógenos e dados de sequência genética deve ser feito através do sistema PABS, minimizando os trajetos fora do sistema PABS.

4. Deve haver compromissos claros sobre a partilha de benefícios, especialmente em tempos de pandemia.

5. Rastreabilidade e cadastro de usuários no acesso ao sistema PABS.

Foi ainda evidente o posicionamento pelo *Africa Group* que afirmou categoricamente que os termos e condições dos contratos padrão de acesso e partilha de benefícios, contratos de acesso ou utilização de dados, bem como os contratos entre a OMS e laboratórios e bases de dados, devem ser determinados pelos Estados Partes no PABS, e não pelo Secretariado da OMS.

Foi expresso que são os Estados-Membros e não a OMS que devem discutir e decidir sobre os termos e condições de acesso e utilização de materiais e dos dados do sequenciamento genético (GSD, sigla em inglês). Os termos de referência presentes no texto atual deixam uma incerteza significativa relativamente ao quadro operacional. O consultor jurídico da OMS declarou que todos os acordos com laboratórios e bases de dados seriam contratualmente vinculativos.

Este esclarecimento contrastou fortemente com a explicação dada anteriormente, que afirmou que os termos de referência seriam apenas as expectativas da OMS e das suas Partes em relação aos laboratórios e bases de dados.

Muitos países em desenvolvimento expressaram ainda dúvidas sobre a capacidade do Secretariado da OMS para garantir contratos com níveis desejáveis de responsabilização perante os Estados-membros, tanto com laboratórios como com bases de dados. O fato de ainda não se ter um contrato firmado pela OMS com o GISAID (Iniciativa Global de Compartilhamento de Todos os Dados da Influenza) e o GenBank (base de sequenciamento genético do NIH), por exemplo, como então isso poderia ser feito no âmbito do acordo pandêmico?

Existe também a preocupação de que, uma vez partilhado material físico por um país em desenvolvimento com um laboratório num país desenvolvido, esse laboratório possa sequenciar o material e publicar essa sequência fora dos databases recomendados pela OMS, prejudicando assim a partilha de benefícios decorrentes da utilização de tais sequências.

No caso do GSD, os países em desenvolvimento sublinharam repetidamente, antes e durante a 8ª reunião do INB, a importância do acesso aos dados estar sujeito à aceitação de um acordo do utilizador dos dados com o fornecedores dos mesmos; bem como a criação de uma base de dados de sequências da OMS responsável perante os Estados-Membros da própria Organização.

Infelizmente, o texto proposto até o momento ignorou estes conceitos cruciais. Os Estados Unidos, a União Europeia, a Alemanha, o Reino Unido e a França aparentemente se opuseram à ideia de registo de utilizadores, argumentando que isso teria impacto na atual estrutura de partilha de GSD. Contudo, vários países em desenvolvimento enfatizaram a necessidade de responsabilização no sistema como um bem maior.

Ademais, **propriedade intelectual (PI)** foi outro ponto controverso na discussão sobre o sistema PABS.

No texto proposto há escrito que *“As Partes concordam que os direitos de propriedade intelectual não podem ser procurados sobre tais materiais e GSD”*, ou seja isso não captaria as amplas reivindicações de patentes que são feitas abrangendo agentes patogênicos e GSD.

Em um extenso estudo publicado recentemente pelo Third World Network apontou que muitos insumos e contramedidas médicas apropriam-se de materiais divulgados via GSD para desenvolvimento e patenteamento de produtos para emergências em saúde pública³, em particular nos EUA.

Essas alegações podem restringir ainda mais P&D e a produção local nos países em desenvolvimento, já que podem levar à monopolização, impedindo o progresso científico e prejudicando os esforços para combater as ameaças à saúde pública. Nenhuma reivindicação de PI deveria ser solicitada sobre material biológico PABS da OMS, incluindo seu GSD, ou partes dele, em qualquer forma. É uma preocupação que os dados compartilhados sejam patenteados por entidades em países desenvolvidos sem o conhecimento, e conseqüente benefício, de quem forneceu os dados. Assim, qual seria o valor da ciência aberta, se os cientistas cujo trabalho contribuiu para o desenvolvimento de produtos tiverem acesso negado a esses? Como ficam os tantos pesquisadores e entidades de ciência, pesquisa e desenvolvimento do Sul Global?

O texto proposto prevê que haja facilitação a celebração de contratos padrão PABS juridicamente vinculativos a serem acordados entre os fabricantes e a OMS, não fornecendo nenhuma garantia de que TODOS os fabricantes que utilizam o sistema PABS assumam uma obrigação juridicamente vinculativa de fornecer produtos justos e equitativos partilha de benefícios.

Vários países em desenvolvimento reiteraram que as obrigações relacionadas com o acesso a agentes patogênicos e a dados de sequências genéticas só podem ser tão robustas quanto às obrigações da partilha de benefícios. Se as obrigações de partilha de benefícios forem enfraquecidas, então não poderá haver nenhuma obrigação ou pouca obrigação de garantir o acesso aos agentes patogênicos e à GSD.

Há ainda uma proposta de vários elementos sobre governança e implementação. Primeiro, vincula o acesso a produtos relacionados à pandemia, à pré-qualificação e à listagem para uso emergencial. Segundamente, procura estabelecer uma ligação entre o número e a gama de fabricantes que assinam contratos de PABS e a operacionalização do PABS. Em terceiro lugar, pretende declarar o estatuto do PABS como um instrumento internacional especializado de ABS no âmbito do Protocolo de Nagoya sobre acesso e partilha de benefícios. Por fim, confia a governança do PABS ao órgão dirigente do acordo pandêmico.

Vários países em desenvolvimento opuseram-se à ligação da pré-qualificação e da listagem de utilizações de emergência ao sistema PABS, argumentando que estas questões deveriam ser abordadas em outro local. Além disso, os países em desenvolvimento destacaram

lacunas na ideia de garantir um número e gama mínimos de fabricantes para iniciar a operacionalização do sistema PABS. Essa cláusula sobre o número limite de contratos pode ser supérflua, uma vez que os fabricantes podem rescindir contratos e continuar a acessar os agentes patogênicos de laboratórios ou a GSD de bases de dados, sem prestar contas ao sistema PABS.

No que diz respeito à identificação dos contratos PABS como um instrumento internacional especializado, os países em desenvolvimento levantaram preocupações porque as características determinantes de tal instrumento ainda não foram estabelecidas pelas Partes do Protocolo de Nagoya. Nem todos os Estados-Membros da OMS são Partes no Protocolo de Nagoya, incluído na Convenção de Biodiversidade (CBD, sigla em inglês para Convention on Biological Diversity). Além disso, as Partes no Protocolo de Nagoya ainda estão a considerar a questão de um organismo fora do Protocolo poder reconhecer um instrumento multilateral de acesso e partilha de benefícios por si desenvolvido como um instrumento internacional especializado no âmbito do Protocolo de Nagoya.

A preocupação aqui é que, ao mencionar apenas o órgão regulador do instrumento pandêmico, o sistema PABS não seria aplicável a emergências sanitárias não pandêmicas abrangidas pelo Regulamento Sanitário Internacional de 2005 e regidas pela Assembleia Mundial da Saúde.

A International Federation of Pharmaceutical Manufacturers and Associations (IFPMA) lançou um posicionamento⁴ aclamado por Gilead, Sanofi, Roche, Pfizer, MSD, por exemplo, que expressa comprometimento de reserva de um percentual da produção em tempo oportuno do insumo produzido para distribuição equitativa, baseado nos riscos para saúde pública, necessidades e demanda. E esse argumento, informação sobre demandas, é frequentemente citado pelas farmacêuticas como justificativa para o não fornecimento de produtos a preços acessíveis, uma vez que em diversas ocasiões explicitam que não foram informados a tempo ou de forma rápida pelos países em desenvolvimentos sobre suas necessidades.

O texto do acordo também não prevê qualquer obrigação de fornecer licenças de produção acompanhadas de transferência de tecnologia e know-how para fabricantes de países em desenvolvimento durante uma ESPII ou uma pandemia, para que a produção possa ser diversificada e as opções de fornecimento expandidas para atender ao aumento da procura.

No entanto, o texto isenta paradoxalmente outros utilizadores comerciais de materiais biológicos e GSD, permitindo-lhes explorar essencialmente o sistema PABS sem contribuições monetárias obrigatórias.

Além dos fabricantes de produtos farmacêuticos, existem muitos outros utilizadores comerciais do sistema PABS. É ponderado que não há lógica em dar passe livre a outros utilizadores comerciais, uma vez que as Partes implicam custos significativos na realização de vigilância, avaliação de riscos e partilha de materiais e GSD com o sistema PABS. E, no entanto, o texto propõe a partilha voluntária de benefícios monetários e não monetários em relação a outros utilizadores comerciais.

Também neste ponto as propostas dos países em desenvolvimento foram ignoradas. Eles argumentaram que qualquer pessoa ou entidade que beneficie financeiramente da utilização do sistema PABS deva contribuir com a partilha de benefícios monetários. O *Africa Group* e o *Group of Equity* propuseram a seguinte fórmula para o cálculo das contribuições monetárias: x% da receita anual total para cada produto ou serviço desenvolvido e

comercializado através do Sistema PABS. Nem o princípio nem a fórmula para determinar a contribuição monetária estão representados no projeto de texto.

O projeto de texto não aborda a relação com o Quadro PIP (em inglês Pandemic Influenza Preparedness Framework), que também trata do acesso e partilha de benefícios relativos ao vírus da gripe com potencial pandêmico. Essa Framework deve continuar a aplicar-se ao vírus Influenza com potencial pandêmico, enquanto o sistema PABS pode aplicar-se a outros agentes patogênicos com potencial pandêmico, uma vez que ainda não está claro quando o sistema PABS se tornará operacional e a sua eficácia na entrega um mecanismo ABS transparente e responsável.

Ainda falta no projeto de texto o entendimento de que o sistema PABS se aplicará a todos os membros da OMS, independentemente de o Membro ser Parte no acordo sobre a pandemia. Embora alguns componentes do sistema PABS se apliquem a intervenientes não estatais (por exemplo, fabricantes e outros utilizadores de materiais biológicos e GSD), as Partes desempenharão um papel central na garantia do cumprimento dos requisitos do sistema PABS e da sua operacionalização. Portanto, deve haver um entendimento de que as disposições do sistema PABS se aplicarão integralmente aos Estados Partes do Regulamento Sanitário Internacional.

As organizações da sociedade civil e Academia seguem mobilizadas ainda na tentativa de influenciar o acordo final. Em carta assinada por diversas autoridades, autoridades políticas e técnicas clamou pelo trabalho ser realizado até maio. Sendo imperativo agora construir uma abordagem eficaz, multissetorial e multilateral à prevenção, preparação e resposta a pandemias, marcada por um espírito de abertura e inclusão. Ao fazê-lo, podemos enviar a mensagem de que, mesmo neste mundo fraturado e fragmentado, a cooperação transfronteiriça pode proporcionar soluções globais para problemas globais.

Outras questões emergenciais

A cólera tem aumentado a nível mundial desde 2021, com os 473 000 casos notificados à OMS em 2022, mais do dobro dos notificados em 2021. Os dados preliminares para 2023 revelam novos aumentos, com mais de 700 000 casos notificados. Vários dos surtos apresentam taxas elevadas de letalidade, excedendo o limiar de 1% utilizado como indicador para o tratamento precoce e adequado dos pacientes de cólera. Estas tendências são trágicas, dado que a cólera é uma doença evitável e tratável e que os casos têm diminuído nos anos anteriores.

É uma infecção intestinal aguda que se espalha através de alimentos e água contaminados com fezes contendo a bactéria *Vibrio cholerae*. O aumento da cólera é impulsionado por lacunas persistentes no acesso à água potável e ao saneamento. Embora estejam a ser feitos esforços para colmatar estas lacunas em alguns locais, em muitos outros as lacunas aumentam, impulsionadas por fatores relacionados com o clima, a insegurança econômica, os conflitos e a deslocação da população. A água e o saneamento geridos de forma segura são pré-requisitos para impedir a transmissão da cólera.

Atualmente, os países mais gravemente afetados incluem a República Democrática do Congo (RDC), Etiópia, Haiti, Somália, Sudão, Síria, Zâmbia e Zimbabué. Uma resposta multissetorial é primordial.

A situação na RDC chama ainda atenção maior. A situação geral de saúde está piorando. Os desafios enfrentados pelo povo da RDC atingiram níveis alarmantes, exacerbados por uma

combinação de violência (guerras e combates intercomunitários), choques climáticos e epidemias.

Em muitas partes do país, especialmente no leste da RDC, os civis são tragicamente apanhados em novos combates e os hospitais estão sobrecarregados com pessoas feridas. É a segunda maior crise de deslocados a nível mundial, depois do Sudão, com mais pessoas forçadas a fugir da violência desde o início do ano. Perto de 10 milhões de pessoas estão em movimento.

A pobreza e a fome afetam um quarto da população ou 25,4 milhões de pessoas. A propagação da cólera e de outras doenças infecciosas representa ameaças significativas à saúde da população. Combinadas com a desnutrição, aumenta-se o risco de mortalidade, especialmente em crianças, e a colocar ainda mais pressão sobre o sistema de saúde.

As mulheres e as adolescentes sofrem ainda especialmente violência baseada no gênero. Mais de 30.000 casos foram notificados na RDC em 2023. Estes números estão entre os mais elevados do mundo. Além dos desafios relacionados com o conflito, graves inundações devastaram recentemente as comunidades, exacerbando o risco de outras doenças diarreicas e transmitidas pela água e agravando a pressão sobre o já frágil sistema de saúde.

Apesar desses números alarmantes, a resposta sanitária continua gravemente subfinanciada. Além da cólera, o país enfrenta números alarmantes de sarampo, peste, mpox, anthrax.

Tentativa de aumento da cobertura vacinal, especialmente para cólera e mpox são objetivados.

Prevê-se que a capacidade de produção global em 2024 de vacinas orais para cólera seja de 37 a 50 milhões de doses, mas provavelmente continuará a ser inadequada para servir as necessidades de milhões de pessoas diretamente afetadas pela doença.. Apenas um fabricante, a EuBiologics, produz atualmente a vacina. Atualmente, não se espera que novos fabricantes entrem no mercado antes de 2025; mas a mesma urgência e inovação que vimos para a COVID-19 devem ser aplicadas à cólera.

Com relação a vacina para mpox, a única produtora é a Bavaria-Nordic, sendo massivamente distribuídas vacinas para o Norte Global, com mais 1 milhão de doses para os EUA e nenhuma em massa no continente africano. Dada a oferta limitada, a disponibilidade também limitada de vacinas precisa realmente ser capaz de usá-las de forma direcionada para alcançar aqueles que estão em maior risco. A OMS declarou que está analisando formas diferentes de as vacinas poderem entrar no na RDC, lideradas pelo nosso escritório nacional da OMS, o Ministério da Saúde e os seus parceiros, como a GAVI.

Apela-se aos fabricantes de vacinas, aos governos, aos doadores e aos parceiros para que priorizem um aumento urgente da produção de vacinas e para que invistam em todos os esforços necessários para prevenir e controlar essas infecções

Referências

1.Os Ministros da Saúde e Altos Funcionários do G20 se reuniram virtualmente em [Internet]. Disponível em : <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/arquivos/sumario-da-reuniao-em-portugues>.

2.NINTH MEETING OF THE INTERGOVERNMENTAL NEGOTIATING BODY TO DRAFT AND NEGOTIATE A WHO CONVENTION, AGREEMENT OR OTHER INTERNATIONAL INSTRUMENT ON PANDEMIC PREVENTION, PREPAREDNESS AND RESPONSE A/INB/9/3 Provisional agenda item 2 13 Revised draft of the negotiating text of the WHO Pandemic Agreement [Internet]. 2024. Disponível em: https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb9/A_inb9_3-en.pdf

3.SOME INTELLECTUAL PROPERTY CLAIMS RELATED TO PATHOGENS THAT CAN CAUSE PUBLIC HEALTH EMERGENCIES. Chetali Rao and Sangeeta Shashikant, Third World Network. 2024. Disponível em <https://www.twn.my/announcement/Some%20IP%20Claims%20Related%20to%20Pathogens.pdf>.

4.Delivering equitable access in pandemics: Biopharmaceutical industry commitments [Internet]. IFPMA. Disponível em: <https://www.ifpma.org/news/delivering-equitable-access-in-pandemics-biopharmaceutical-industry-commitments/>. Acesso em 21 mar. 2024.

5.Joint letter to leaders of WHO member states calling for an urgent agreement on a pandemic accord | The Office of Gordon & Sarah Brown [Internet]. gordonandsarahbrown.com. Disponível em: <https://gordonandsarahbrown.com/2024/03/pandemic-accord-joint-letter/>

Os Direitos Humanos sob máxima pressão: o genocídio como processo sustentado de negação dos princípios da Lei Internacional dos Direitos Humanos

Armando De Negri Filho

A 55ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU teve um momento álgido na segunda-feira 25 de março de 2024, quando foi apresentado a versão preliminar para debate do informe da Relatora Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967, Francesca Albanese. Coincide a primeira circulação deste Relatório com a resolução do Conselho de Segurança da ONU em favor do cessar-fogo imediato em Gaza e a recusa de Israel em seguir esta decisão. Neste contexto ganha força redobrada os argumentos de Albanese ao concluir que há motivos razoáveis para acreditar que o limiar que indica a prática de genocídio por Israel foi atingido. Uma das principais descobertas é que a liderança executiva e militar e os soldados de Israel distorceram intencionalmente os princípios do jus in bello (ou seja do marco das convenções que regulam os conflitos armados e a proteção das populações civis), subvertendo suas funções protetoras, em uma tentativa de legitimar a violência genocida contra o povo palestino. A Relatora construiu uma peça que dissecou as bases da Lei Internacional Humanitária, aplicando suas categorias em relação às manifestações e ações dos agentes de Estado de Israel que resultaram em violações massivas e sistemáticas dos direitos humanos das populações palestinas na Faixa de Gaza: “A Convenção (sobre Genocídio) codifica genocídio como "qualquer um dos atos [especificados] cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal". Assim, o crime de genocídio compreenderia dois elementos interligados: (a) O actus reus: a prática de um ou mais atos específicos contra um grupo protegido, a saber: (i) matar membros do grupo; (ii) causar danos corporais ou mentais graves aos membros do grupo; (iii) infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física, no todo ou em parte; (iv) impor medidas destinadas a prevenir nascimentos dentro do grupo; (v) transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.³⁸ (b) A mens rea: a intenção por trás da prática de um ou mais dos atos acima mencionados que deve ser estabelecida, que inclui dois elementos entrelaçados: (i) uma intenção geral de realizar os atos criminosos (dolus generalis) e (ii) uma intenção específica de destruir o grupo-alvo como tal (dolus specialis).”

“Raphael Lemkin, que cunhou o termo "genocídio", observou que o genocídio é "um composto de diferentes atos de perseguição ou destruição", que vão desde a eliminação física até a "desintegração forçada" das instituições políticas e sociais de um povo, cultura, língua, sentimentos nacionais e religião. O genocídio é um processo, não um ato. 9. A intenção e as práticas genocidas são parte integrante da ideologia e dos processos do colonialismo colonizador, como ilustra a experiência dos nativos americanos nos EUA, das Primeiras Nações na Austrália ou dos herero na Namíbia. Como o colono-colonialismo visa adquirir terras e recursos indígenas, a mera existência de povos indígenas representa uma ameaça existencial para a sociedade colonizadora.”

A materialidade dos crimes foi reportada por Albanese mediante a coleta de dados que ilustram as violações perpetradas:

“Nas semanas iniciais, as forças israelenses mataram cerca de 250 pessoas diariamente, incluindo 100 crianças,⁶¹ em ataques que destruíram bairros inteiros e infraestruturas

essenciais. Milhares foram mortos por bombardeios, tiros de franco-atiradores ou em execuções sumárias; outros milhares foram mortos enquanto fugiam por rotas e em áreas declaradas "seguras" por Israel. As vítimas incluíam 125 jornalistas e 340 médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde (quatro por cento do pessoal de saúde de Gaza), estudantes, acadêmicos, cientistas e seus familiares. 25. Setenta por cento das mortes registradas foram consistentemente mulheres e crianças. Israel não conseguiu provar que os 30% restantes, ou seja, homens adultos, eram combatentes ativos do Hamas – uma condição necessária para que eles fossem legalmente alvejados. No início de dezembro, os conselheiros de segurança de Israel reivindicaram a morte de "7.000 terroristas" em uma fase da campanha em que menos de 5.000 homens adultos no total haviam sido identificados entre as vítimas, implicando assim que todos os homens adultos mortos eram "terroristas". Isso é indicativo de uma intenção de atingir indiscriminadamente membros do grupo protegido, assimilando-os ao status de combatente ativo por padrão. 26. Além disso, o bloqueio exacerbado de Israel a Gaza causou mortes por inanição, incluindo 10 crianças diariamente, ao impedir o acesso a suprimentos vitais. A falta de higiene e abrigos superlotados podem causar mais mortes do que os bombardeios, tendo criado "a tempestade perfeita para doenças". Um quarto da população de Gaza poderia morrer de condições de saúde evitáveis dentro de um ano."

Albanese deu destaque às violações contra o pessoal de saúde mediante a transgressão em torno à "blindagem" das atividades médicas e sanitárias no marco de conflitos armados: "87. Uma última camada da "camuflagem humanitária" de Israel diz respeito aos seus esforços para fornecer cobertura legal para ataques sistemáticos contra instalações e pessoal médico, causando o colapso progressivo do setor de saúde de Gaza. Atacar instalações médicas enquanto acusava o inimigo de proteger-se dentro delas já havia sido empregado por Israel como uma estratégia de "lawfare" médico em guerras anteriores. No ataque atual, Israel invocou essa estratégia legal para justificar o genocídio por meio da destruição completa da infraestrutura que sustenta a vida. 88. Os cuidados de saúde civis são especialmente protegidos pelo direito internacional: há um alto limiar para que o status de proteção das unidades médicas civis seja perdido. O direito internacional protege os hospitais, ao mesmo tempo em que proíbe seu uso para fins militares ou como escudos para atividades militares, como o posicionamento de alvos militares em sua proximidade. Desde o início das hostilidades, Israel enquadrou os hospitais de Gaza como "quartel-general" do Hamas²⁹⁰ e espaços usados para proteger atividades militares, com o objetivo de borrar a distinção entre objetos civis e militares, transformando hospitais em "escudos hospitalares", e legitimando a destruição de todo o setor de saúde de Gaza. 89. Em novembro de 2023, o Hospital Al Shifa, no norte de Gaza, recebia dezenas de milhares de deslocados – quando foi sitiado e invadido. Em 27 de outubro, os militares israelenses publicaram um vídeo em 3D representando o subsolo do hospital como uma complexa rede de túneis funcionando como um "centro de comando do Hamas". Em 2 de novembro, o Ministério das Relações Exteriores publicou um documento legal designando o hospital como um centro militar que ocultava ativos militares. O hospital foi em seguida, sitiado e invadido em meados de novembro, com Israel acusando o Hamas de usar pessoal médico como "escudos humanos". Após dias de ataques, o hospital foi transformado em uma "zona de morte"; cinco recém-nascidos e 14 pacientes foram feridos; pelo menos 31 pessoas foram mortas, e partes do hospital transformadas em valas comuns. 90. Relatos da mídia contestaram as alegações de Israel de que o Hamas estava usando hospitais como escudos, afirmando que não havia evidências que sugerissem que os quartos conectados ao hospital haviam sido usados pelo Hamas; os edifícios hospitalares (ao contrário das imagens militares israelenses em 3D) não estavam conectados à rede de túneis; e não havia evidências de que os túneis eram acessíveis a

partir das enfermarias do hospital. Além disso, o exército israelense teria reorganizado armamentos no Al Shifa antes das visitas das equipes de notícias, levantando mais suspeitas de fabricação depois que o exército israelense afirmou que uma "lista de terroristas" que havia encontrado em outro hospital de Gaza - o Al Rantisi - acabou sendo um calendário dos dias da semana em árabe. Se as acusações de Israel sobre a blindagem hospitalar em Al Shifa forem verdadeiras – o que ainda precisa ser provado –, os civis nos hospitais deveriam ter sido protegidos e não submetidos a cerco e ataque militar. 91. Que a intenção por trás da "camuflagem humanitária" de Israel neste caso só pode ser caracterizada como genocida é claro por duas razões. Primeiro, Israel estava ciente da destruição em larga escala do sistema de saúde desde que a Organização Mundial da Saúde havia relatado, em meados de novembro, que uma "catástrofe de saúde pública" estava se desenvolvendo em Gaza, com 26 dos 35 hospitais não mais operacionais devido aos bombardeios e cerco de Israel. Em segundo lugar, Israel sabia que sua operação militar estava resultando em um número significativo de feridos. O trauma físico constitui a causa mais predominante de excesso de mortalidade em Gaza. Era previsível que a suspensão forçada dos serviços no maior hospital de Gaza prejudicaria seriamente as perspectivas de sobrevivência dos feridos, doentes crônicos e recém-nascidos em incubadoras. Portanto, ao atacar o Hospital Al Shifa, Israel conscientemente condenou milhares de doentes e deslocados a sofrimento e morte evitáveis. 92. A confiança na estratégia de tratar os hospitais como escudos médicos, desconsiderando sua função como centros indispensáveis de sobrevivência social para os milhares de feridos e muitos mais que buscam abrigo, expõe mais um aspecto da lógica genocida que sustenta a estratégia militar de Israel.

VII. Conclusões. 93. A natureza e a escala avassaladoras do ataque de Israel a Gaza e as condições de vida destrutivas que infligiu revelam uma intenção de destruir fisicamente os palestinos enquanto grupo. Este relatório conclui que existem motivos razoáveis para crer que o limiar que indica a prática dos seguintes atos de genocídio contra palestinos em Gaza foi atingido: morte de membros do grupo; causar danos corporais ou mentais graves aos membros dos grupos; e infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física, no todo ou em parte. Os atos genocidas foram aprovados e efetivados após declarações de intenção genocida emitidas por altos funcionários militares e do governo. 94. Israel tem procurado ocultar sua conduta eliminacionista de hostilidades que sancionam a prática de crimes internacionais como cumpridoras do DIH. Distorcendo as regras consuetudinárias do DIH, incluindo distinção, proporcionalidade e precauções, Israel tratou de fato todo um grupo protegido e sua infraestrutura de sustentação da vida como "terrorista" ou "apoiador do terrorismo", transformando assim tudo e todos em um alvo ou dano colateral, portanto, matável ou destrutível. Desta forma, nenhum palestino em Gaza está seguro por definição. Isto teve efeitos devastadores e intencionais, custando a vida de dezenas de milhares de palestinos, destruindo o tecido da vida em Gaza e causando danos irreparáveis a toda a sua população. 95. O genocídio de Israel sobre os palestinos em Gaza é uma fase de escalada de um processo colonial de apagamento de colonos de longa data. Por mais de sete décadas, esse processo sufocou o povo palestino como um grupo – demograficamente, culturalmente, economicamente e politicamente –, buscando deslocá-lo, expropriar e controlar suas terras e recursos. A Nakba em curso deve ser interrompida e remediada de uma vez por todas. Este é um imperativo devido às vítimas desta tragédia altamente evitável e às gerações futuras naquela terra.

VIII. Recomendações. 96. O Relator Especial insta os Estados membros a aplicarem a proibição do genocídio de acordo com suas obrigações não derogáveis. Israel e os Estados que foram cúmplices do que pode ser razoavelmente concluído como genocídio devem ser

responsabilizados e entregar reparações proporcionais à destruição, morte e danos infligidos ao povo palestino. 97. O Relator Especial recomenda que os Estados membros: (a) Implementem imediatamente um embargo de armas a Israel, pois parece não ter cumprido as medidas vinculativas ordenadas pela CIJ em 26 de janeiro de 2024, bem como outras medidas econômicas e políticas necessárias para garantir um cessar-fogo imediato e duradouro e restaurar o respeito ao direito internacional; incluindo sanções; b) Apoiar a África do Sul que tenha recorrido ao CSNU nos termos do n.º 2 do artigo 94.º da Carta das Nações Unidas na sequência do incumprimento por Israel das medidas acima referidas no TIJ; (c) Agir para assegurar uma investigação completa, independente e transparente de todas as violações do direito internacional cometidas por todos os intervenientes, incluindo as que constituem crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crime de genocídio, incluindo: (i) cooperação com mecanismos internacionais independentes de apuramento de factos/investigação e responsabilização; (ii) remeter imediatamente a situação na Palestina ao TPI, em apoio à sua investigação em curso; (iii) cumprir suas obrigações sob os princípios da jurisdição universal, garantindo verdadeiras investigações e processos contra indivíduos suspeitos de terem cometido, ajudado ou incentivado na prática de crimes internacionais, incluindo genocídio, começando por seus próprios nacionais; d) Assegurar que Israel, bem como os Estados que foram cúmplices do genocídio de Gaza, reconheçam os danos colossais causados, comprometam-se com a não repetição, com medidas de prevenção, reparações integrais, incluindo o custo total da reconstrução de Gaza, para o qual é recomendado o estabelecimento de um registo de danos com um processo de verificação e reclamação em massa que o acompanhe; e) No âmbito da Assembleia Geral, desenvolver um plano para pôr termo ao status quo ilegal e insustentável que constitui a causa principal da última escalada, que culminou no genocídio de Gaza, nomeadamente através da reconstituição do Comité Especial das Nações Unidas contra o Apartheid para abordar de forma abrangente a situação na Palestina, e estar pronto a implementar medidas diplomáticas, económicas e políticas previstas na Carta das Nações Unidas em caso de incumprimento por parte de Israel; f) A curto prazo e a título temporário, em consulta com o Estado da Palestina, mobilizar uma presença internacional de proteção para coibir a violência habitualmente utilizada contra os palestinianos nos territórios palestinianos ocupados; g) Assegurar que a UNRWA seja devidamente financiada para lhe permitir satisfazer as necessidades acrescidas dos palestinianos em Gaza. 98. A Relatora Especial insta o Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos a intensificar os seus esforços para pôr termo às atuais atrocidades em Gaza, nomeadamente através da promoção e aplicação rigorosa do Direito Internacional, nomeadamente da Convenção sobre o Genocídio, no contexto da Convenção sobre o Genocídio no seu conjunto.”

O Informe de Albanese, traduzido em sua íntegra, na sequência deste informe, tem fartas referências documentais que estão numeradas ao longo do texto completo abaixo e podem ser acessadas nos hiperlinks do texto em inglês, permite avançar em uma análise estruturada dos eventos nos territórios ocupados no período desde outubro de 2024 a partir das categorias do Direito Internacional Humanitário. Serve, portanto, como um guia para avaliar outras situações de colonialismo segregacionista e genocida no Mundo, umas mais sutis e complexas que outras, mas todas merecedoras de um olhar estruturado a partir do enfoque sistêmico e interdependente dos direitos humanos. Justo o que necessitamos para sustentar a aplicação intransigente do Direito Internacional Humanitário como expressão da prerrogativa de povos, nações e pessoas de disfrutar em plenitude de seus direitos humanos.

Ao longo dos próximos informes do CRIS, exploraremos vários dos documentos apresentados na 55ª Sessão do CDH e as discussões sobre os mesmos, no já nosso tradicional

debriefing dos trabalhos do Conselho. De imediato, destacamos dois resumos da agenda de trabalho desenvolvida em eventos especiais que irão futuramente ser apresentados ao Conselho em seus conteúdos e proposições, mas que demandam desde já nossa atenção e seguimento – sobre o direito aos sistemas e princípios da seguridade social e da garantia via esses sistemas das respostas às necessidades das pessoas portadoras de deficiências relacionadas a diversas causas, inclusive o envelhecimento. Esta sinergia de temas nos remete aos desafios colossais que nossas sociedades devem enfrentar mesmo em tempos de Paz e ainda mais em contextos de guerras.

1. Anatomia de um genocídio. Relatório da Relatora Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967, Francesca Albanese. [A/HRC/55/73 \(ohchr.org\)](https://www.ohchr.org/A/HRC/55/73) A/HRC/55/73. Avançar versão não editada. Distr.: Geral 25 de março de 2024. Original: Inglês

Conselho de Direitos Humanos. 55ª Sessão, 26 de fevereiro a 5 de abril de 2024.

Ponto 7 da ordem do dia: Situação dos direitos humanos na Palestina e noutros territórios árabes ocupados.

Resumo. Após cinco meses de operações militares, Israel destruiu Gaza. Mais de 30.000 palestinos foram mortos, incluindo mais de 13.000 crianças. Mais de 12.000 são dados como mortos e 71.000 feridos, muitos com mutilações que mudaram a vida. Setenta por cento das áreas residenciais foram destruídas. Oitenta por cento de toda a população foi deslocada à força. Milhares de famílias perderam entes queridos ou foram dizimadas. Muitos não puderam enterrar e chorar seus parentes, obrigados a deixar seus corpos em decomposição nas casas, na rua ou sob os escombros. Milhares de pessoas foram detidas e sistematicamente submetidas a tratamentos desumanos e degradantes. O incalculável trauma coletivo será vivido pelas próximas gerações. Ao analisar os padrões de violência e as políticas de Israel em sua investida contra Gaza, este relatório conclui que há motivos razoáveis para acreditar que o limiar que indica a prática de genocídio por Israel foi atingido. Uma das principais descobertas é que a liderança executiva e militar e os soldados de Israel distorceram intencionalmente os princípios do jus in bello, subvertendo suas funções protetoras, em uma tentativa de legitimar a violência genocida contra o povo palestino.

1. Introdução 1. Neste relatório, Francesca Albanese, relatora especial sobre a situação dos direitos humanos no território palestino ocupado desde 1967 ("oPt"), aborda o crime de genocídio perpetrado pelo Estado de Israel ("Israel") no oPt, especificamente na Faixa de Gaza, desde 7 de outubro de 2023. Como Israel proíbe suas visitas, este relatório é baseado em dados e análises de organizações no terreno, jurisprudência internacional, relatórios de investigação e consultas com indivíduos afetados, autoridades, sociedade civil e especialistas. 2. A Relatora Especial condena firmemente os crimes cometidos pelo Hamas e outros grupos armados palestinos em Israel em 7 de outubro e insta à responsabilização e à libertação de reféns. Este relatório não examina esses eventos, pois estão além do escopo geográfico de seu mandato. Também não examina a situação na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental. 3. Desde que impôs o cerco a Gaza em 2007, que apertou o fechamento imposto desde 1993, Israel, potência ocupante, realizou cinco grandes ataques antes do atual. 4. Até o dia 9, esse ataque já havia causado mais mortes (2.670)³ do que a guerra mais mortal anterior de Israel contra Gaza, em 2014 (2.251)⁴. Apenas uma fração dos assassinatos em massa, danos graves e condições cruéis e fatais infligidos aos palestinos nos cinco meses seguintes de ataque podem ser capturados

neste relatório. 5. Especialistas independentes da ONU,⁵ estudiosos⁶ e Estados,⁷ incluindo a África do Sul perante a Corte Internacional de Justiça ("CIJ"),⁸ alertaram que atos cometidos nesta última investida podem equivaler a genocídio. A CIJ encontrou um risco plausível de "dano irreparável" aos direitos dos palestinos em Gaza, um grupo protegido pela Convenção sobre Genocídio,⁹ e ordenou que Israel, entre outras coisas, "tomasse todas as medidas ao seu alcance" para prevenir atos genocidas, prevenir e punir a incitação ao genocídio e garantir ajuda humanitária urgente.¹⁰ 6. Em sua defesa, Israel argumentou que sua conduta está em conformidade com o Direito Internacional Humanitário ("DIH").¹¹ Uma das principais conclusões deste relatório é que Israel invocou estrategicamente a estrutura do DIH como "camuflagem humanitária" para legitimar sua violência genocida em Gaza. 7. O contexto, os factos e a análise apresentados no presente relatório levam à conclusão de que existem motivos razoáveis para acreditar que o limiar que indica a prática de genocídio por parte de Israel está atingido. Mais amplamente, eles também indicam que as ações de Israel foram impulsionadas por uma lógica genocida integrante de seu projeto colono-colonial na Palestina, sinalizando uma tragédia anunciada.

II. Contextualizando o genocídio A. O genocídio como inerente ao colonialismo. 8. O genocídio, como a negação do direito de um povo de existir e a subsequente tentativa ou sucesso em aniquilá-lo, implica vários modos de eliminação.¹² Raphael Lemkin, que cunhou o termo "genocídio", observou que o genocídio é "um composto de diferentes atos de perseguição ou destruição",¹³ que vão desde a eliminação física até a "desintegração forçada" das instituições políticas e sociais de um povo, cultura, língua, sentimentos nacionais e religião.¹⁴ O genocídio é um processo, não um ato.¹⁵ 9. A intenção e as práticas genocidas são parte integrante da ideologia e dos processos do colonialismo colonizador,¹⁶ como ilustra a experiência dos nativos americanos nos EUA, das Primeiras Nações na Austrália ou dos herero na Namíbia. Como o colono-colonialismo visa adquirir terras e recursos indígenas, a mera existência de povos indígenas representa uma ameaça existencial para a sociedade colonizadora.¹⁷ A destruição e a substituição dos povos indígenas tornam-se, portanto, "inevitáveis" e ocorrem por meio de diferentes métodos, dependendo da ameaça percebida ao grupo colonizador. Estes incluem remoção (transferência forçada, limpeza étnica), restrições de movimento (segregação, carceralização em larga escala), assassinatos em massa (assassinato, doença, fome), assimilação (apagamento cultural, remoção de crianças) e prevenção do nascimento.¹⁸ O colonialismo colonizador é um processo dinâmico, estrutural e uma confluência de atos destinados a deslocar e eliminar grupos indígenas, dos quais o extermínio/aniquilação genocida representa o pico.¹⁹

- B. A Palestina e o contexto do genocídio. 10. Padrões históricos de genocídio demonstram que perseguição, discriminação e outros estágios preliminares preparam o terreno para o estágio de aniquilação do genocídio.²⁰ Na Palestina, deslocar e apagar a presença árabe indígena tem sido uma parte inevitável da formação de Israel como um "Estado judeu".²¹ Em 1940, Joseph Weitz, chefe do Departamento de Colonização Judaica, declarou: "Não há espaço para os dois povos, juntos neste país. A única solução é a Palestina sem árabes. E não há outro caminho senão transferir todos eles: não deve sobrar uma aldeia, nem uma tribo." ²² 11. As práticas que levaram à limpeza étnica em massa da população não-judaica da Palestina ocorreram em 1947-1949, e novamente em 1967, quando Israel ocupou a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza com deslocamentos em massa de centenas de milhares, assassinatos, destruição de aldeias e cidades, saques e a negação do direito de retorno dos palestinos expulsos.²³

III. Enquadramento legal 15. A Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio de 1948 ("a Convenção") codifica o genocídio como um crime internacional cuja proibição é uma norma peremptória não derogável (*jus cogens*). A obrigação erga omnes de prevenir e punir o genocídio vincula todos os Estados sob a Convenção e o direito internacional consuetudinário e exige que todos previnam e processem atos genocidas.³¹ O genocídio não pode ser justificado em nenhuma circunstância, incluindo suposta autodefesa.³² A cumplicidade é expressamente proibida, dando origem a obrigações para Estados terceiros.³³ 16. A CIJ e o Tribunal Penal Internacional ("TPI") têm jurisdição sobre o crime de genocídio,³⁴ assim como os tribunais internos estaduais. Antes da criação do TPI, tribunais penais internacionais ad hoc avançaram em sua interpretação do que constitui genocídio,³⁵ sua intenção e provas necessárias.³⁶

A. Elementos constitutivos do genocídio 17. A Convenção codifica genocídio como "qualquer um dos atos [especificados] cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal".³⁷ Assim, o crime de genocídio compreende dois elementos interligados: (a) O *actus reus*: a prática de um ou mais atos específicos contra um grupo protegido, a saber: (i) matar membros do grupo; (ii) causar danos corporais ou mentais graves aos membros do grupo; (iii) infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física, no todo ou em parte; (iv) impor medidas destinadas a prevenir nascimentos dentro do grupo; (v) transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.³⁸ (b) A *mens rea*: a intenção por trás da prática de um ou mais dos atos acima mencionados que deve ser estabelecida, que inclui dois elementos entrelaçados: (i) uma intenção geral de realizar os atos criminosos (*dolus generalis*) e (ii) uma intenção específica de destruir o grupo-alvo como tal (*dolus specialis*).³⁹ 18. Ambos os componentes devem ser satisfeitos para que a conduta constitua legalmente genocídio.⁴⁰ A intenção do perpetrador de destruir o grupo, no todo ou em parte, distingue atos genocidas de outros crimes internacionais.⁴¹ A intenção específica pode ser estabelecida por evidências diretas, por exemplo, declarações de alto comando ou documentos oficiais, ou inferidas a partir de padrões de conduta.⁴² Neste último caso, os padrões de conduta ou a maneira pela qual os atos são perpetrados devem ser tais que "apenas apontem para a existência de tal intenção [genocida]",⁴³ e a existência de intenção resulta na "única inferência que poderia razoavelmente ser tirada".⁴⁴ 19. A evidência do resultado é necessária para estabelecer a prática de três dos atos subjacentes (matar, infligir danos e transferir crianças).⁴⁵ Para os dois atos restantes (infligir condições calculadas para destruir o grupo e impedir nascimentos), o limiar probatório requer a prova de uma intenção de alcançar um determinado resultado, em vez de sua realização.⁴⁶ Assim, se o deslocamento, a limpeza étnica ou a deportação em massa forem perpetrados com a intenção necessária de destruir o grupo protegido como tal, isso pode equivaler a genocídio.⁴⁷ Da mesma forma, essas ações de deslocamento também podem ser evidências de intenção genocida específica.⁴⁸

- B. Responsabilidade Penal do Estado e Responsabilidade Penal Individual. 20. O crime de genocídio dá origem à responsabilidade individual e estatal. A Convenção enfatiza a necessidade de responsabilização individual perante tribunais nacionais ou internacionais,⁴⁹ independentemente de qualquer papel oficial ocupado pelo perpetrador.⁵⁰ A responsabilidade penal individual decorre do envolvimento direto na prática, tentativa, conspiração, incitar direta e publicamente, planejar, instigar, ordenar e ajudar e cumplicidade (cumplicidade em) atos genocidas, exigindo uma intenção específica de contribuir para a destruição do grupo-alvo.⁵¹ Isso implica o conhecimento da possibilidade de que um ato resulte na destruição do grupo, no todo ou em parte.⁵² O genocídio dá origem à responsabilidade do Estado quando um indivíduo

cometeu genocídio exercendo a autoridade estatal; nesse caso, a conduta do indivíduo é atribuível ao Estado.⁵³ IV. Atos Genocidas em Gaza 21. Atos genocidas podem incluir ações ou omissões deliberadas, incluindo a falha em proteger o grupo de danos.⁵⁴ As evidências apresentadas nas seções a seguir sugerem que Israel cometeu pelo menos três dos atos proscritos na Convenção.

A. "Matar membros do grupo" 22. Esse ato engloba as mortes resultantes de ações diretas ou decorrentes de negligência, incluindo aquelas causadas por fome deliberada, doença ou outras condições ameaçadoras à sobrevivência impostas ao grupo.⁵⁵ 23. Desde 7 de outubro, Israel matou mais de 30.000 palestinos em Gaza, o equivalente a aproximadamente 1,4% de sua população, por meio de armas letais e imposição deliberada de condições de risco de vida. No final de fevereiro, mais 12.000 palestinos foram dados como desaparecidos, presumivelmente mortos sob os escombros.⁵⁶ 24. Durante os primeiros meses da campanha, o exército de Israel empregou mais de 25.000 toneladas de explosivos (equivalente a duas bombas nucleares)⁵⁷ em inúmeros edifícios, muitos dos quais foram identificados como alvos pela Inteligência Artificial.⁵⁸ Israel usou munições não guiadas ("bombas")⁵⁹ e bombas "bunker buster" de 2000 libras em áreas densamente povoadas e "zonas seguras".⁶⁰ Nas semanas iniciais, As forças israelenses mataram cerca de 250 pessoas diariamente, incluindo 100 crianças,⁶¹ em ataques que destruíram bairros inteiros e infraestruturas essenciais.⁶² Milhares foram mortos por bombardeios, tiros de franco-atiradores ou em execuções sumárias; Outros 63 milhares foram mortos enquanto fugiam por rotas e em áreas declaradas "seguras" por Israel.⁶⁴ As vítimas incluíam 125 jornalistas e 340 médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde (quatro por cento do pessoal de saúde de Gaza), estudantes, acadêmicos, cientistas e seus familiares.⁶⁵ 25. Setenta por cento das mortes registradas foram consistentemente mulheres e crianças. Israel não conseguiu provar que os 30% restantes, ou seja, homens adultos, eram combatentes ativos do Hamas – uma condição necessária para que eles fossem legalmente alvejados. No início de dezembro, os conselheiros de segurança de Israel reivindicaram a morte de "7.000 terroristas" em uma fase da campanha em que menos de 5.000 homens adultos no total haviam sido identificados entre as vítimas, implicando assim que todos os homens adultos mortos eram "terroristas".⁶⁶ Isso é indicativo de uma intenção de atingir indiscriminadamente membros do grupo protegido, assimilando-os ao status de combatente ativo por padrão. 26. Além disso, o bloqueio exacerbado de Israel a Gaza causou mortes por inanição, incluindo 10 crianças diariamente, ao impedir o acesso a suprimentos vitais.⁶⁷ A falta de higiene e abrigos superlotados podem causar mais mortes do que os bombardeios,⁶⁸ tendo criado "a tempestade perfeita para doenças".⁶⁹ Um quarto da população de Gaza poderia morrer de condições de saúde evitáveis dentro de um ano.⁷⁰

B. "Causar sérios danos corporais ou mentais aos membros do grupo" 27. Esse ato deve envolver "uma desvantagem grave e de longo prazo para a capacidade de uma pessoa de levar uma vida normal e construtiva".⁷¹ O dano não precisa ser permanente ou irremediável,⁷² e pode ser provocado por várias causas como tortura, tratamento desumano ou degradante,⁷³ violências sexual,⁷⁴ perseguição,⁷⁵ deportação⁷⁶ ou outras condições "destinadas a causar degradação e privação de direitos às vítimas, e reprimi-los e causar sofrimento desumano e tortura".⁷⁷

28. Desde 7 de Outubro, os palestinianos têm sofrido danos físicos e psicológicos implacáveis. Muitos sofreram violência e privação, incluindo fome severa.⁷⁸ 29. As forças israelenses detiveram milhares de palestinos, a maioria homens e meninos, muitas vezes se recusando a revelar seu paradeiro.⁷⁹ Muitos deles foram severamente maltratados, inclusive

por meio de tortura às vezes levando à morte.^{80 30}. As armas e métodos letais de Israel feriram setenta mil palestinos, muitos com ferimentos agonizantes, em alguns casos levando a danos a longo prazo ou à morte.^{81 31}. Ao causar escassez crítica de suprimentos médicos, incluindo antibióticos e desinfetantes, as ações de Israel resultaram em procedimentos de saúde perigosos, como amputações sem anestésicos, inclusive em crianças.⁸² Isso também impediu a administração de tratamento que salva vidas para aqueles com condições médicas, incluindo doenças crônicas.^{83,32}. Os sobreviventes carregarão um trauma indelével, tendo testemunhado tanta morte e experimentado destruição, falta de moradia, perda emocional e material, humilhação e medo sem fim.⁸⁴ Tais experiências incluem fugir em meio ao caos da guerra sem telecomunicações e eletricidade; testemunhar a destruição sistemática de bairros inteiros, casas, universidades, marcos religiosos e culturais; ⁸⁵ cavando os escombros, muitas vezes com as próprias mãos, procurando por entes queridos; ⁸⁶ vendo corpos profanados; ⁸⁷ presos, despídos, vendados e submetidos a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes; ⁸⁸ e, por fim, passando fome, adultos e crianças.^{89 33}. A selvageria do último ataque de Israel é melhor ilustrada pelo tormento infligido a crianças de todas as idades,⁹⁰ mortas ou resgatadas sob os escombros, mutiladas, órfãs,⁹¹ muitas sem família sobrevivente.⁹² Considerando a importância das crianças para o desenvolvimento futuro de uma sociedade, infligir sérios danos corporais ou mentais a elas pode ser razoavelmente "interpretado como um meio de destruir o grupo no todo ou em parte".⁹³

C. "Infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física, no todo ou em parte" ³⁴. Esse ato envolve condutas que não matam diretamente os membros do grupo, mas são capazes de levar, por vários meios, à sua destruição física.⁹⁴ Isso pode incluir passar fome, desidratar, deslocar à força o grupo protegido, destruir objetos indispensáveis à sua sobrevivência, reduzir os serviços médicos essenciais a abaixo do requisito mínimo,⁹⁵ privação de moradia, roupas, educação, emprego e higiene.^{96 35}. Em meados de dezembro, as bombas e bombardeios de Israel haviam destruído ou danificado severamente a maioria das infraestruturas que sustentam vidas, incluindo 77% das instalações de saúde, 68% das infraestruturas de telecomunicações, grande número de serviços municipais (72), locais comerciais e industriais (76), quase metade de todas as estradas,⁹⁷ mais de 60% das 439.000 casas de Gaza,⁹⁸ 68% dos edifícios residenciais,⁹⁹ todas as universidades, 60% de outras instalações educacionais, incluindo 13 bibliotecas.¹⁰⁰ Israel também destruiu pelo menos 195 patrimônios, 208 mesquitas, 3 igrejas e o Arquivo Central de Gaza (150 anos de história).¹⁰¹ Até o final de janeiro, mais de um milhão de civis foram deslocados à força para o sul, com suas cidades devastadas.^{102 36}. Dezesesseis anos de bloqueio já haviam transformado Gaza em um enclave isolado, densamente povoado, esgotado e quase "inabitável", quando, em 9 de outubro de 2023, o ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, anunciou um "cerco completo (...) sem eletricidade, sem comida, sem água, sem combustível".¹⁰³ O ministro israelense das Relações Exteriores, Israel Katz (então ministro da Energia), foi além: "Ajuda humanitária a Gaza? Nenhum interruptor elétrico será ligado, nenhum hidrante será aberto." ¹⁰⁴ Negar deliberadamente suprimentos essenciais a uma população já sitiada estava destinado a causar mortes "mais silenciosas do que as causadas por bombas".^{105 37}. O cerco total e os bombardeios quase constantes, juntamente com ordens draconianas de evacuação e "zonas seguras" em constante mudança, criaram uma catástrofe humanitária sem precedentes. Mais de 1,7 milhão de palestinos foram deslocados e forçados a abrigos superlotados da UNRWA e a bairros apertados no sul de Gaza,¹⁰⁶ sistematicamente visados pelo exército israelense e, mais tarde, em abrigos improvisados.¹⁰⁷

38. O ataque de Israel dizimou o já frágil sistema de saúde de Gaza.¹⁰⁸ Os hospitais, que também abrigam palestinos deslocados, foram sobrecarregados.¹⁰⁹ Ao atacar deliberadamente hospitais,¹¹⁰ ataques aéreos e terrestres gradualmente os transformaram em zonas de morte.¹¹¹ Soldados israelenses ocuparam hospitais,¹¹² cercando-os com tanques e atiradores (drone).¹¹³ Em 12 de fevereiro, apenas 11 dos 36 hospitais e 17% dos centros de saúde primários estavam funcionando, apenas parcialmente.¹¹⁴ Soldados israelenses prenderam, maltrataram e torturaram equipes médicas, pacientes e deslocados,¹¹⁵ e os forçaram – até mesmo bebês prematuros – a sair dos hospitais, em alguns casos causando a morte de bebês.¹¹⁶ Os médicos que permaneceram trabalharam noite e dia, tomando "decisões impossíveis" sobre os pacientes a serem tratados com base na chance de sobrevivência.¹¹⁷

39. A invasão terrestre e os bombardeios aéreos destruíram terras agrícolas,¹¹⁸ fazendas, colheitas, animais e ativos pesqueiros,¹¹⁹ minando gravemente os meios de subsistência das pessoas, o meio ambiente e o sistema agrícola.

40. De 8 a 21 de outubro, Israel impediu a entrada de qualquer ajuda em Gaza, permitindo posteriormente quantidades lamentavelmente inadequadas,¹²⁰ em grande parte confinadas ao sul.¹²¹ Nenhum suprimento de combustível foi entregue até 18 de novembro.¹²² Em janeiro, ataques liderados por Israel contra a UNRWA, a principal agência que fornece uma tábua de salvação de apoio em Gaza, resultaram na suspensão de pagamentos à UNRWA, agravando ainda mais a situação humanitária.¹²³

41. Em 7 de dezembro, mais de 90% dos moradores de Gaza sofriram de insegurança alimentar grave.¹²⁴ Em fevereiro de 2024, os palestinos presos no norte de Gaza recorriam a ração animal e grama para se sustentar,¹²⁵ com as mortes por fome aumentando.¹²⁶ Entre meados de janeiro e o final de fevereiro, a ONU registrou numerosos ataques contra palestinos em busca de ajuda.¹²⁷

42. O abastecimento de água também foi severamente afetado.¹²⁸ A escassez de combustível prejudicou o saneamento básico, levando as pessoas a utilizarem água contaminada por esgoto, resíduos sólidos e água do mar.¹²⁹

43. O impacto dessas condições sobre as crianças é bem conhecido:¹³⁰ em Gaza o risco de fome,¹³¹ com milhares sofrendo de desperdício,¹³² já é uma realidade tangível e horrível.

44. Essas condições causadas pelo homem colocaram em risco cerca de 50.000 mulheres palestinas grávidas e 20.000 bebês recém-nascidos,¹³³ e aumentaram os abortos espontâneos em até 300%.¹³⁴

45. Gaza foi completamente saqueada. O ataque implacável de Israel a todos os meios de sobrevivência básica comprometeu a capacidade dos palestinos em Gaza de viver naquela terra.¹³⁵ Esse colapso projetado da infraestrutura que sustenta a vida corresponde às intenções declaradas de tornar Gaza "permanentemente impossível de viver" onde "nenhum ser humano pode existir".¹³⁶

V. Tentativa genocida.

46. A definição de genocídio exige a prática de qualquer um dos atos listados com uma intenção específica. Deve-se estabelecer que o perpetrador, ao cometer um ou mais dos atos proibidos, busca alcançar a destruição total ou parcial de um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal.¹³⁷ Essa intenção deve ser estabelecida por meio de provas diretas ou indiretas.¹³⁸

47. Como o genocídio é um crime organizado, cuja prática implica invariavelmente uma dimensão coletiva, ¹³⁹ evidências de um plano estatal, inclusive por meio de declarações e declarações de funcionários do Estado, costumam ser decisivas para estabelecer a intenção direta.¹⁴⁰

48. A prova de intenção indireta pode ser inferida a partir de fatos ou circunstâncias, incluindo o contexto geral dos atos ou omissões, escala de atrocidades, direcionamento sistemático de vítimas com base em sua afiliação a um grupo específico, perpetração de outros "atos culposos" dirigidos contra o grupo ou repetição de atos destrutivos e discriminatórios.¹⁴¹ O TPI exige que tais fatos ou circunstâncias ocorram "no contexto de um padrão manifesto de conduta semelhante dirigida contra o grupo ou... conduta que por si só

poderia causar tal destruição".142 Os tribunais internacionais também estabeleceram que a intenção indireta pode consistir em um padrão manifesto de conduta semelhante ao longo do tempo.143 A sistematicidade com que atos genocidas são cometidos implica um grau de "plano ou política preconcebida".144

49. A natureza e a escala das atrocidades, se comprovadamente capazes de alcançar o resultado genocida, são fortes evidências de intenção.145 As palavras das autoridades estatais, incluindo a linguagem desumanizante, combinadas com atos, são consideradas uma base circunstancial a partir da qual a intenção pode ser deduzida.146 A desumanização pode ser entendida como fundamental para o processo de genocídio.147 Evidências de contexto podem ajudar a determinar a intenção, e deve ser considerado com a conduta real: a intenção deve ser evidente sobretudo a partir de palavras e ações, e "padrões de ação proposital",148 de modo que nenhuma outra inferência possa ser razoavelmente tirada.149 50. No último ataque a Gaza, evidências diretas de intenção genocida estão presentes de forma única. A retórica genocida vitrólica pintou toda a população como o inimigo a ser eliminado e deslocado à força.150 Altos funcionários israelenses com autoridade de comando emitiram declarações públicas angustiantes evidenciando intenção genocida, incluindo o seguinte: (a) O presidente Isaac Herzog afirmou que "uma nação inteira lá fora... é responsável" pelo ataque de 7 de outubro, e que Israel iria "quebrar sua espinha dorsal"; 151 (b) O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu referiu-se aos palestinos como "Amalek"152 e "monstros".153 A referência de Amalek é a uma passagem bíblica na qual Deus ordena a Saul: "Agora vá e ferir Amalek, e destrua completamente tudo o que eles têm, e não os poupe; mas matam homem e mulher, criança e aleitamento, boi e ovelha, camelo e jumento".154 (c) O ministro da Defesa, Yoav Gallant, referiu-se aos palestinos como "animais humanos",155 e anunciou "ofensa total" a Gaza, tendo "liberado todas as restrições", e que "Gaza nunca voltará ao que era"; 156

(d) O porta-voz das IDF, Daniel Hagari, afirmou que o foco deve ser causar "o máximo de danos", demonstrando uma estratégia de violência desproporcional e indiscriminada; 157 e) O Ministro da Agricultura, Avi Dichter, referiu-se à ação de Israel como "a Nakba de Gaza"; 158 f) O ministro do Patrimônio, Amihai Eliyahu, pediu para atacar Gaza com "bombas nucleares"; 159 (g) Likud MK Revital Gottlieb escreveu em suas redes sociais: "Derrube edifícios!! Bomba sem distinção!! ... Achatar Gaza. Sem piedade! Desta vez, não há espaço para misericórdia!". 160 51. Tais apelos à violência aniquilatória dirigida às tropas em serviço,161 constituem fortes evidências de incitação direta e pública ao genocídio.162 Décadas de discurso desumanizador dos palestinos prepararam as bases para tais incitamentos.163 52. Desde 7 de outubro, a proliferação de declarações incitando o genocídio também envolveu vários setores da sociedade israelense, líderes religiosos,164 jornalistas,165 artistas,166 e vários profissionais (incluindo médicos167 e comentaristas políticos168). 53. Há evidências convincentes de que essas declarações foram internalizadas e executadas pelas tropas no terreno.169 Os soldados israelenses, inclusive nas redes sociais administradas pelos militares israelenses,170 referiram-se aos palestinos como "terroristas", "baratas", "ratos",171 e repetiram termos articulados por líderes políticos, gritando que "não há 'civis não envolvidos'", 172 ao mesmo tempo em que pedia a construção de assentamentos em Gaza,173 "ocupando Gaza... apagar a semente de Amalek",174 gabar-se de matar "famílias, mães e filhos",175 humilhar palestinos detidos,176 detonar dezenas de casas,177 destruir bairros residenciais inteiros,178 e profanar cemitérios e locais de culto.179 54. O primeiro-ministro e o presidente de Israel afirmaram que Israel estava lutando em nome de "todos os Estados civilizados e... povos",180 "uma barbárie que não tem lugar no mundo moderno",181 que eles "extirparão o mal e será bom para toda a região e para o mundo".182 Essa retórica racista ecoa a de outras potências coloniais e tenta interpretar a

violência genocida de Israel como legítima à luz do suposto caráter "bárbaro" e "pré-moderno" dos palestinos.¹⁸³ VI. Camuflagem humanitária: distorcendo as leis da guerra para ocultar intenção genocida.

55. Uma característica central da conduta de Israel desde 7 de outubro tem sido a intensificação de sua descivilização dos palestinos, um grupo protegido pela Convenção. Israel tem usado a terminologia do DIH para justificar seu uso sistemático de violência letal contra civis palestinos como um grupo e a extensa destruição de infraestruturas que sustentam a vida. Israel fez isso implantando conceitos do DIH, como escudos humanos, danos colaterais, zonas seguras, evacuações e proteção médica, de maneira tão permissiva, de modo a destruir esses conceitos de seu conteúdo normativo, subvertendo seu propósito protetor e, em última análise, erodindo a distinção entre civis e combatentes nas ações israelenses em Gaza.¹⁸⁴ 56. As declarações oficiais¹⁸⁵ traduziram-se em condutas militares que repudia a própria noção de proteção civil. Assim, Israel alterou radicalmente o equilíbrio alcançado pelo DIH entre proteção civil e necessidade militar, bem como as regras costumeiras de distinção, proporcionalidade e precaução. Isso obscureceu um princípio cardinal do DIH: ataques indiscriminados, que não distinguem alvos militares de pessoas e objetos protegidos, não podem ser proporcionais e são sempre ilegais.¹⁸⁶ 57. No terreno, essa distorção do DIH articulada por Israel como política de Estado em seus documentos oficiais, transformou todo um grupo nacional e seu espaço habitado em um alvo destrutível, revelando uma condução eliminacionista das hostilidades. Isto teve efeitos devastadores, custando a vida a dezenas de milhares de civis palestinianos, destruindo o tecido estrutural da vida em Gaza e causando danos irreparáveis. Isso ilustra um padrão claro de conduta do qual a intenção genocida necessária é a única inferência razoável a ser extraída.¹⁸⁷

A. Escudos humanos e a lógica do genocídio 58. O DIH proíbe estritamente o uso de escudos humanos.¹⁸⁸ Seu uso constitui um crime de guerra,¹⁸⁹ pois viola o dever de proteger a população civil dos perigos decorrentes de operações militares.¹⁹⁰ Quando escudos humanos são usados, a parte agressora deve levar em conta o risco para os civis.¹⁹¹ Danos indiscriminados ou desproporcionais a civis permanecem ilegais e a população civil nunca pode ser alvo. 59. Israel acusou grupos armados palestinos de usar deliberadamente civis como escudos humanos em agressões anteriores a Gaza (incluindo em 2008-09.¹⁹², 2012.¹⁹³, 2014.¹⁹⁴, 2021¹⁹⁵ e 2022¹⁹⁶). Também o usou para justificar altas baixas civis e ataques contra paramédicos, jornalistas e outros durante a "Grande Marcha do Retorno" de 2018-2019.¹⁹⁷ Missões independentes de investigação da ONU¹⁹⁸ e organizações respeitáveis de direitos humanos¹⁹⁹ têm consistentemente contestado essas alegações, às vezes concluindo que evidências de escudos humanos haviam sido fabricadas.²⁰⁰ No entanto, Israel usou essas acusações – às vezes depois retratadas²⁰¹ – para justificar o assassinato generalizado e sistemático de Civis palestinos em seu ataque contínuo.²⁰² 60. Após 7 de outubro, essa macrocaracterização dos civis de Gaza como uma população de escudos humanos atingiu níveis sem precedentes, com os líderes políticos e militares de alto escalão de Israel consistentemente enquadrando os civis como agentes do Hamas, "cúmplices" ou escudos humanos entre os quais o Hamas está "inserido".²⁰³ Em novembro, o Ministério das Relações Exteriores de Israel definiu "os moradores da Faixa de Gaza como escudos humanos" e acusou o Hamas de usar "a população civil como escudos humanos".²⁰⁴ O Ministério define os grupos armados que lutam a partir de áreas urbanas como deliberadamente "incorporados" na população a tal ponto que "não se pode concluir pelo simples fato de que aparentemente 'civis' ou 'objetos civis' foram alvos, que um ataque foi ilegal".²⁰⁵ Dois elementos retóricos desse documento de política legal fundamental indicam a intenção de transformar toda a população de Gaza e suas infraestruturas

de vida em um escudo 'legítimo' direcionável: o uso do combinado com as aspas para qualificar civis e objetos civis. Israel tem, assim, procurado camuflar a intenção genocida com o jargão do direito humanitário. 61. O direito internacional não permite a alegação genérica de que uma força contrária está usando toda a população como escudos humanos em bloco. Qualquer uso desse tipo deve ser avaliado e estabelecido caso a caso antes de cada ataque individual.²⁰⁶ O crime de uso de escudos humanos ocorre quando o uso de civis ou objetos civis para impedir ataques a alvos legais é o resultado de uma escolha tática deliberada, não meramente decorrente da natureza do campo de batalha, como hostilidades em terrenos urbanos densamente povoados.²⁰⁷

62. No entanto, as autoridades israelenses caracterizaram igrejas,²⁰⁸ mesquitas,²⁰⁹ escolas,²¹⁰ instalações da ONU,²¹¹ universidades,²¹² hospitais e ambulâncias²¹³ como ligadas ao Hamas para reforçar a percepção de uma população caracterizada como amplamente 'cúmplice' e, portanto, matável. Um número significativo de civis palestinos é definido como escudos humanos simplesmente por estar em "proximidade" de potenciais alvos israelenses.²¹⁴ Israel transformou Gaza em um "mundo sem civis", no qual "tudo, desde se abrigar em hospitais até fugir por segurança, é declarado uma forma de escudo humano".²¹⁵ A acusação de usar escudos humanos tornou-se, assim, um pretexto, justificando o assassinato de civis sob um manto de suposta legalidade, cuja onipresença envolvente admite apenas intenção genocida. B. Transformar Gaza como um todo num "objetivo militar" 63. O direito internacional estipula que os ataques devem ser "estritamente limitados" aos objetos que, "por sua natureza, localização, propósito ou uso, contribuam efetivamente para a ação militar", cuja "destruição, captura ou neutralização total ou parcial" nas circunstâncias vigentes na época "devem oferecer uma vantagem militar definitiva".²¹⁶ 64. Israel tem usado indevidamente essa regra para "militarizar" objetos civis e o que quer que os rodeie, justificando sua destruição indiscriminada. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores de Israel, "muitos objetos ostensivamente civis podem se tornar alvos legítimos",²¹⁷ perdendo sua proteção sob o DIH ou se tornando danos "colaterais" como resultado da escolha do Hamas. A população civil e a infraestrutura de Gaza são apresentadas como obstruções posicionadas entre, na frente e acima dos alvos.²¹⁸ Em vez de respeitar as determinações circunstanciais de status de acordo com o DIH para cada ataque realizado, como é necessário, Israel caracterizou todo o território como um objetivo militar. 65. Objetos civis protegidos podem perder sua imunidade contra-ataques se e enquanto forem usados por combatentes em hostilidades. No entanto, Israel considera qualquer objeto que supostamente tenha sido ou possa ser usado militarmente como um alvo legítimo, de modo que bairros inteiros possam ser arrasados ou demolidos sob ficções de legalidade.²¹⁹ Na lógica de Israel, objetos civis, como casas e apartamentos, tornam-se objetivos militares por proximidade, como se o status de alvo "legal" se espalhasse por uma vizinhança por "contágio viral". Por exemplo, blocos de torres residenciais, cada um compreendendo dezenas de andares e centenas de apartamentos (funcionalmente separados e autonomamente utilizáveis), supostamente se tornam objetivos militares em sua totalidade se um único apartamento ou quarto tivesse sido supostamente usado por grupos armados.²²⁰ 66. Exemplos paradigmáticos são referidos como "alvos de poder",²²¹ abrangendo qualquer objeto civil, incluindo edifícios residenciais, sob o pretexto de que "o Hamas está em toda parte em Gaza".²²² Edifícios inteiros de vários andares foram destruídos enquanto estavam cheios de civis, matando conscientemente centenas em ataques únicos.²²³ O ataque à torre Al-Taj na Cidade de Gaza, bombardeado em 25 de outubro, matou 101 pessoas, incluindo 44 crianças e 37 mulheres, e centenas de feridos.²²⁴ 67. Israel aboliu assim de facto a distinção entre objetos civis e objetivos militares. Nas primeiras três semanas da ofensiva, áreas residenciais inteiras no norte de Gaza

foram apagadas.²²⁵ Enquanto isso, bairros em "áreas seguras" no sul já estavam sendo bombardeados.²²⁶ Em novembro, a devastação de cidades no norte de Gaza excedeu em muito a de Dresden em 1945.²²⁷ 68. Racionalizar padrões de ataques a objetos civis, matando conscientemente civis em massa, tornou-se uma estratégia militar baseada em prováveis crimes de guerra apresentados como DIH. Essa estratégia infere razoável e exclusivamente uma política genocida. - C. Morte indiscriminada como "dano colateral" 69. Israel também procurou fornecer cobertura legal para ataques indiscriminados, usando indevidamente a noção de "danos colaterais",²²⁸ expandindo ilimitadamente o que pode ser considerado "dano civil incidental". Exemplos de ataques indiscriminados incluem ataques que, por qualquer método ou meio, atingem vários alvos legais ao mesmo tempo em áreas com alta concentração de civis ou objetos civis. Para justificar a morte de membros do grupo protegido, Israel defendeu tais ações como causar apenas danos incidentais a civis, proporcionais às vantagens militares concretas e diretas previstas.²²⁹ 70. Invocando o conceito de "dano colateral proporcional" para bombardear conscientemente um grande número de membros do grupo protegido, Israel afirma que, quando os ataques resultam em mais danos colaterais do que o esperado, isso não indica necessariamente uma violação, uma vez que "o cumprimento é orientado para a conduta, não para os resultados".²³⁰ 71. No entanto, em todos os ataques lançados contra torres residenciais²³¹ sem avisos, danos civis extensos foram antecipados como o principal resultado. O edifício Al-Taj estava cheio de famílias na época da greve de 31 de outubro, o que deve ter sido antecipado como certamente matando ou ferindo todos os civis que ali viviam.²³² O fato de tantas pessoas terem sido mortas era inteiramente previsível – portanto, pelo menos indiretamente pretendido – como fica evidente nas imagens que os próprios militares israelenses publicaram.²³³ O ataque ao campo de refugiados de Jabalia em 25 de outubro matou pelo menos 126 civis, incluindo 69 crianças, e feridos outros 280.²³⁴ militares israelenses afirmaram que o alvo era um comandante do Hamas em uma base subterrânea.²³⁵ 72. Para que uma avaliação da proporcionalidade seja lícita, o princípio da distinção deve ser respeitado em primeiro lugar, caso contrário, o dano civil previsto de um ataque deixa de ser uma consequência incidental e não intencional do próprio ataque.²³⁶ Embora tanto ataques indiscriminados quanto desproporcionais pareçam ter sido cometidos sistemática e repetidamente ao longo da última campanha israelense,²³⁷ o fato de ambos os tipos de ataques ilegais terem sido consistentemente considerados por Israel como lícitos sugere que opera sob uma política de apologia à matança em massa. 73. De acordo com o DIH, a vantagem militar concreta e direta esperada de um único ataque deve ser ponderada contra os danos incidentais previsíveis a civis e objetos civis. No entanto, em suas tensas avaliações de proporcionalidade, o Ministério das Relações Exteriores de Israel afirma que "vantagem militar [...] pode referir-se à vantagem militar antecipada" não de uma ação militar específica, mas "de uma operação como um todo",²³⁸ aludindo ao propósito geral da guerra. ²³⁹ 74. As avaliações de proporcionalidade de Israel desrespeitaram os requisitos legais ao definir vantagem militar, em cada ataque, em relação à destruição de toda a organização Hamas, tanto política quanto militarmente. 240 É manifestamente ilegal declarar como objetivo de guerra a destruição da capacidade política da outra parte (especialmente no contexto de uma ocupação militar de 56 anos que priva a população ocupada do seu direito à autodeterminação). Mas quando tal propósito de guerra "político" global é tomado como o valor contra o qual a proporcionalidade deve ser medida em relação aos danos previstos aos civis, praticamente não há magnitude de dano civil esperado que possa ser considerado "excessivo" enquanto o objetivo político ilegal, conforme definido pelo atacante, não for cumprido. Nesse contexto, o assassinato indiscriminado de pessoas protegidas e a destruição de objetos protegidos serão sempre representados, pelo agressor, como dano incidental "proporcional", apesar de sua manifesta ilegalidade.²⁴¹ 75. Apresentar a

violência letal indiscriminada contra o grupo protegido como um "meio proporcional" para perseguir os objetivos da guerra aponta para uma intenção de atingir a população palestina como um todo, consistente com as declarações genocidas que anunciaram a campanha. Em outras palavras, Israel parece se apresentar como conduzindo um "genocídio proporcional". D. Evacuações e zonas de segurança 76. De acordo com o DIH, as partes em conflito devem evacuar a população civil e remover objetos civis das proximidades de objetivos militares.²⁴² As evacuações são admissíveis, desde que não desloquem as pessoas protegidas para fora do território ocupado; as pessoas evacuadas devem ser transferidas de volta para suas casas assim que cessarem as hostilidades na área em questão.²⁴³ Os deslocados, feridos e doentes devem ser protegidos por meio da criação de "zonas hospitalares e de segurança" – também chamadas de "áreas seguras" ou "zonas seguras" – que devem "ser afastadas das operações militares" e estabelecidas por meio de acordo entre as partes.²⁴⁴ 77. A ordem de evacuação em massa de 13 de outubro – quando 1,1 milhão de palestinos receberam ordens para evacuar o norte de Gaza em 24 horas para "zonas seguras" designadas por Israel no sul²⁴⁵ – foi comunicada por meio de pelo menos 23 panfletos aéreos diferentes, postagens em redes sociais,²⁴⁶ mensagens de texto²⁴⁷ e mensagens telefônicas gravadas.²⁴⁸ Em vez de aumentar a segurança para os civis, a grande escala de evacuações em meio a uma intensa campanha de bombardeios, e o sistema de zonas seguras comunicadas ao acaso, juntamente com apagões prolongados de comunicações,²⁴⁹ aumentaram os níveis de pânico, deslocamento forçado e assassinatos em massa.²⁵⁰ 78. Imediatamente após as ordens de evacuação de 13 de outubro e a transformação do sul de Gaza em uma ostensiva "zona segura", Israel categorizou ilegalmente os habitantes do norte de Gaza que haviam permanecido (incluindo doentes e feridos) como "escudos humanos"²⁵¹ e "cúmplices" do terrorismo.²⁵² Essa política aponta para a intenção de Israel de "transformar" centenas de milhares de civis em alvos militares "legítimos" ou baixas colaterais por meio de ordens de evacuação impossíveis de seguir.²⁵³ A ordem de evacuação em massa incluiu 22 hospitais na área,²⁵⁴ colocando em risco mais de 2.000 pacientes e deslocados abrigados nos hospitais e privando os restantes de serviços de manutenção da vida.²⁵⁵ 79. O apagamento das proteções civis na área evacuada foi combinado com o direcionamento indiscriminado de evacuados e habitantes das áreas designadas como zonas seguras. Desde o início de seu ataque, Israel bombardeou perversamente as áreas designadas "seguras", causando baixas significativas.²⁵⁶ Das cerca de 500 bombas de 2.000 libras lançadas por Israel nas primeiras seis semanas de hostilidades, 42% foram implantadas nas zonas seguras designadas nas áreas do sul.²⁵⁷ Israel atacou o sul de Gaza também com outras munições aéreas, mar e terra, causando destruição em larga escala de áreas civis nas "zonas seguras".²⁵⁸ 80. Em 28 de outubro, duas semanas após a ordem de evacuação em massa de Israel, cerca de 38% dos assassinatos em Gaza ocorreram nas áreas declaradas seguras ao sul de Wadi Gaza.²⁵⁹ Em 20 de novembro, 34% de todos os palestinos mortos em Gaza estavam nessa área,²⁶⁰ e em 22 de janeiro, 42% estavam localizados na área, que até então detinha a maioria da população de Gaza.²⁶¹ Simplificando, "Áreas seguras" foram deliberadamente transformadas em áreas de extermínio em massa. 81. Padrões semelhantes emergem da militarização de Israel dos "corredores humanitários" que instruiu a população a usar para evacuar e chegar às áreas seguras. Em contraste com a retórica humanitária através da qual essas "rotas seguras" foram anunciadas,²⁶² esses corredores foram sistemáticos e perversos alvo de bombardeios, bombardeios e disparos de franco-atiradores,²⁶³ tornando-se "corredores da morte". Israel criou postos de controle para varreduras faciais e verificações de identidade, onde palestinos em fuga eram frequentemente detidos e, mais tarde, maltratados e torturados.²⁶⁴ 82. No final de novembro, o número de palestinos mortos chegou a 15.000.²⁶⁵ Respondendo às crescentes críticas internacionais, os militares israelenses reconfiguraram seus mecanismos de evacuação,

introduzindo uma nova ferramenta "humanitária": a "grade de evacuação".²⁶⁶ O exército publicou nas redes sociais um mapa de grade dividindo Gaza em 600 blocos e indicando áreas a serem "evacuadas" e áreas "seguras".²⁶⁷ O sistema – introduzido quando o exército havia cortado Gaza de todas as formas de comunicação²⁶⁸ – lançou os moradores em pânico, aumentando o nível de caos e, posteriormente, o número de mortes.²⁶⁹ Desde o início de dezembro, Israel ordenou rotineiramente que civis palestinos nas áreas ao sul de Wadi Gaza se mudassem para novas zonas designadas como seguras de acordo com a grade. Imediatamente depois, o exército atacou essas "zonas seguras".²⁷⁰ 83. Do final de dezembro a fevereiro, Israel intensificou sua ofensiva nas "áreas seguras" de Al Muwasi e Rafah, que abrigavam a maioria da população deslocada.²⁷¹ Esses ataques continuaram mesmo depois que a CIJ ordenou que Israel "tomasse todas as medidas ao seu alcance" para evitar o genocídio.²⁷² Em vez disso, em fevereiro, Israel havia matado mais 3.135 palestinos, muitos dos quais em busca de refúgio.²⁷³ 84. Até o início de fevereiro, 1,4 milhão de palestinos haviam sido deslocados para Rafa, tornando aquela província a mais superlotada de Gaza, com "uma densidade média de mais de 22.200 por quilômetro quadrado, cinco vezes os níveis pré-conflito".²⁷⁴ O bombardeio contínuo dessas "áreas seguras" teve como alvo instalações que abrigavam pessoas deslocadas²⁷⁵ e instalações médicas.²⁷⁶ 85. No momento em que as evacuações e as zonas seguras estavam sendo implementadas, autoridades israelenses de alto escalão defendiam a substituição colonial dos colonos. O primeiro-ministro de Israel defendeu a transferência étnica; ²⁷⁷ O ministro das Finanças de Israel manifestou apoio à expulsão de dois milhões de palestinos de Gaza; ²⁷⁸ O Ministro da Segurança Nacional de Israel declarou que a guerra era uma oportunidade para "concentrar-se em encorajar a migração dos residentes de Gaza", enquanto outros ministros do gabinete defenderam o "reassentamento"²⁷⁹ palestinos no Sinai,²⁸⁰ países ocidentais,²⁸¹ e em outros lugares.²⁸² O Ministro das Comunicações de Israel revelou que a expulsão dos palestinos evacuados para fora de Gaza foi discutida "em reuniões do governo".²⁸³ Em 12 de janeiro, uma conferência para a recolonização de Gaza e a expulsão dos palestinos contou com a presença de ministros israelenses.²⁸⁴ 86. O padrão de assassinatos de civis que evacuaram para o sul, em combinação com declarações de alguns israelenses seniores declarando a intenção de deslocar à força palestinos para fora de Gaza e substituí-los por colonos israelenses, levam a inferir razoavelmente que ordens de evacuação e zonas seguras foram usadas como ferramentas genocidas para alcançar a limpeza étnica.

E. Blindagem Médica. 87. Uma última camada da "camuflagem humanitária" de Israel diz respeito aos seus esforços para fornecer cobertura legal para ataques sistemáticos contra instalações e pessoal médico, causando o colapso progressivo do setor de saúde de Gaza.²⁸⁵ Atacar instalações médicas enquanto acusava o inimigo de proteger-se dentro delas já havia sido empregado por Israel como uma estratégia de "lawfare" médico em guerras anteriores.²⁸⁶ No ataque atual, Israel invocou essa estratégia legal para justificar o genocídio por meio da destruição completa da infraestrutura que sustenta a vida.²⁸⁷ 88. Os cuidados de saúde civis são especialmente protegidos pelo direito internacional: há um alto limiar para que o status de proteção das unidades médicas civis seja perdido.²⁸⁸ O direito internacional protege os hospitais, ao mesmo tempo em que proíbe seu uso para fins militares ou como escudos para atividades militares, como o posicionamento de alvos militares em sua proximidade.²⁸⁹ Desde o início das hostilidades, Israel enquadrou os hospitais de Gaza como "quartel-general" do Hamas²⁹⁰ e espaços usados para proteger atividades militares, ²⁹¹ com o objetivo de borrar a distinção entre objetos civis e militares, transformando hospitais em "escudos hospitalares",²⁹² e legitimando a destruição de todo o setor de saúde de Gaza.²⁹³ 89. Em novembro de 2023, o Hospital Al Shifa, no norte de Gaza, recebia dezenas de milhares de deslocados – quando foi

sitiado e invadido.²⁹⁴ Em 27 de outubro, os militares israelenses publicaram um vídeo em 3D representando o subsolo do hospital como uma complexa rede de túneis funcionando como um "centro de comando do Hamas".²⁹⁵ Em 2 de novembro, o Ministério das Relações Exteriores publicou um documento legal designando o hospital como um centro militar que ocultava ativos militares.²⁹⁶ O hospital foi em seguida, sitiado e invadido em meados de novembro, com Israel acusando o Hamas de usar pessoal médico como "escudos humanos".²⁹⁷ Após dias de ataques, o hospital foi transformado em uma "zona de morte"; ²⁹⁸ cinco recém-nascidos e 14 pacientes foram feridos; ²⁹⁹ pelo menos 31 pessoas foram mortas,³⁰⁰ e partes do hospital transformadas em valas comuns.³⁰¹ 90. Relatos da mídia contestaram as alegações de Israel de que o Hamas estava usando hospitais como escudos, afirmando que não havia evidências que sugerissem que os quartos conectados ao hospital haviam sido usados pelo Hamas; os edifícios hospitalares (ao contrário das imagens militares israelenses em 3D) não estavam conectados à rede de túneis; e não havia evidências de que os túneis eram acessíveis a partir das enfermarias do hospital.³⁰² Além disso, o exército israelense teria reorganizado armamentos no Al Shifa antes das visitas das equipes de notícias³⁰³, levantando mais suspeitas de fabricação depois que o exército israelense afirmou que uma "lista de terroristas" que havia encontrado em outro hospital de Gaza - o Al Rantisi - acabou sendo um calendário dos dias da semana em árabe.³⁰⁴ Se as acusações de Israel de A blindagem hospitalar em Al Shifa era verdadeira – mas ainda precisa ser provada –, os civis nos hospitais deveriam ter sido protegidos e não submetidos a cerco e ataque militar. 91. Que a intenção por trás da "camuflagem humanitária" de Israel neste caso só pode ser caracterizada como genocida é claro por duas razões. Primeiro, Israel estava ciente da destruição em larga escala do sistema de saúde desde que a Organização Mundial da Saúde havia relatado, em meados de novembro, que uma "catástrofe de saúde pública" estava se desenvolvendo em Gaza, com 26 dos 35 hospitais não mais operacionais devido aos bombardeios e cerco de Israel.³⁰⁵ Em segundo lugar, Israel sabia que sua operação militar estava resultando em um número significativo de feridos.³⁰⁶ O trauma físico constitui a causa mais predominante de excesso de mortalidade em Gaza.³⁰⁷ Era previsível que A suspensão forçada dos serviços no maior hospital de Gaza prejudicaria seriamente as perspectivas de sobrevivência dos feridos, doentes crônicos e recém-nascidos em incubadoras. Portanto, ao atacar o Hospital Al Shifa, Israel conscientemente condenou milhares de doentes e deslocados a sofrimento e morte evitáveis.³⁰⁸ 92. A confiança na estratégia de tratar os hospitais como escudos médicos, desconsiderando sua função como centros indispensáveis de sobrevivência social para os milhares de feridos e muitos mais que buscam abrigo, expõe mais um aspecto da lógica genocida que sustenta a estratégia militar de Israel.

VII. Conclusões. 93. A natureza e a escala avassaladoras do ataque de Israel a Gaza e as condições de vida destrutivas que infligiu revelam uma intenção de destruir fisicamente os palestinos enquanto grupo. Este relatório conclui que existem motivos razoáveis para crer que o limiar que indica a prática dos seguintes atos de genocídio contra palestinos em Gaza foi atingido: morte de membros do grupo; causar danos corporais ou mentais graves aos membros dos grupos; e infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física, no todo ou em parte. Os atos genocidas foram aprovados e efetivados após declarações de intenção genocida emitidas por altos funcionários militares e do governo. 94. Israel tem procurado ocultar sua conduta eliminacionista de hostilidades que sancionam a prática de crimes internacionais como cumpridoras do DIH. Distorcendo as regras consuetudinárias do DIH, incluindo distinção, proporcionalidade e precauções, Israel tratou de fato todo um grupo protegido e sua infraestrutura de sustentação da vida como "terrorista" ou "apoiador do terrorismo", transformando assim tudo e todos em um alvo ou dano colateral,

portanto, matável ou destrutível. Desta forma, nenhum palestino em Gaza está seguro por definição. Isto teve efeitos devastadores e intencionais, custando a vida de dezenas de milhares de palestinos, destruindo o tecido da vida em Gaza e causando danos irreparáveis a toda a sua população. 95. O genocídio de Israel sobre os palestinos em Gaza é uma fase de escalada de um processo colonial de apagamento de colonos de longa data. Por mais de sete décadas, esse processo sufocou o povo palestino como um grupo – demograficamente, culturalmente, economicamente e politicamente –, buscando deslocá-lo, expropriar e controlar suas terras e recursos. A Nakba em curso deve ser interrompida e remediada de uma vez por todas. Este é um imperativo devido às vítimas desta tragédia altamente evitável e às gerações futuras naquela terra.

VIII. Recomendações. 96. O Relator Especial insta os Estados membros a aplicarem a proibição do genocídio de acordo com suas obrigações não derogáveis.³⁰⁹ Israel e os Estados que foram cúmplices do que pode ser razoavelmente concluído como genocídio devem ser responsabilizados e entregar reparações proporcionais à destruição, morte e danos infligidos ao povo palestino. 97. O Relator Especial recomenda que os Estados membros: (a) Implementem imediatamente um embargo de armas a Israel, pois parece não ter cumprido as medidas vinculativas ordenadas pela CIJ em 26 de janeiro de 2024, bem como outras medidas econômicas e políticas necessárias para garantir um cessar-fogo imediato e duradouro e restaurar o respeito ao direito internacional; incluindo sanções; b) Apoiar a África do Sul que tenha recorrido ao CSNU nos termos do n.o 2 do artigo 94.o da Carta das Nações Unidas na sequência do incumprimento por Israel das medidas acima referidas no TIJ; (c) Agir para assegurar uma investigação completa, independente e transparente de todas as violações do direito internacional cometidas por todos os intervenientes, incluindo as que constituem crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crime de genocídio, incluindo: (i) cooperação com mecanismos internacionais independentes de apuramento de factos/investigação e responsabilização; (ii) remeter imediatamente a situação na Palestina ao TPI, em apoio à sua investigação em curso; (iii) cumprir suas obrigações sob os princípios da jurisdição universal, garantindo verdadeiras investigações e processos contra indivíduos suspeitos de terem cometido, ajudado ou incentivado na prática de crimes internacionais, incluindo genocídio, começando por seus próprios nacionais; d) Assegurar que Israel, bem como os Estados que foram cúmplices do genocídio de Gaza, reconheçam os danos colossais causados, comprometam-se com a não repetição, com medidas de prevenção, reparações integrais, incluindo o custo total da reconstrução de Gaza, para o qual é recomendado o estabelecimento de um registo de danos com um processo de verificação e reclamação em massa que o acompanhe; e) No âmbito da Assembleia Geral, desenvolver um plano para pôr termo ao status quo ilegal e insustentável que constitui a causa principal da última escalada, que culminou no genocídio de Gaza, nomeadamente através da reconstituição do Comité Especial das Nações Unidas contra o Apartheid para abordar de forma abrangente a situação na Palestina, e estar pronto a implementar medidas diplomáticas, económicas e políticas previstas na Carta das Nações Unidas em caso de incumprimento por parte de Israel; f) A curto prazo e a título temporário, em consulta com o Estado da Palestina, mobilizar uma presença internacional de proteção para coibir a violência habitualmente utilizada contra os palestinos nos territórios palestinos ocupados; g) Assegurar que a UNRWA seja devidamente financiada para lhe permitir satisfazer as necessidades acrescidas dos palestinos em Gaza. 98. O Relator Especial insta o Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos a intensificar os seus esforços para pôr termo às atuais atrocidades em Gaza, nomeadamente através da promoção e aplicação

rigorosa do Direito Internacional, nomeadamente da Convenção sobre o Genocídio, no contexto da Convenção sobre o Genocídio no seu conjunto.

2. Painel de discussão sobre desafios e boas práticas para efetivar o direito à seguridade social e prestar serviços públicos de qualidade. Data e local: sexta-feira, 8 de março de 2024, das 16h às 18h (UTC+2) Sala XX, Palais des Nations, Genebra (transmissão ao vivo e arquivado em <https://webtv.un.org>)

Objetivos: O painel de discussão fornece uma plataforma: Discutir elementos fundamentais para a efetivação do direito à seguridade social e fortalecimento dos sistemas de seguridade social; Discutir os desafios enfrentados pelos países no cumprimento de suas obrigações de efetivação do direito à seguridade social, com foco específico no financiamento dos sistemas de seguridade social, na cobertura e adequação dos benefícios previdenciários, e as formas de superá-los; Explorar as opções para garantir um financiamento suficiente para sistemas universais de segurança social e serviços públicos de qualidade; Discutir as formas de aumentar o impacto dos sistemas de segurança social através da prestação e incorporação de serviços públicos de qualidade.

Antecedentes: Na esteira de crises globais múltiplas e interseccionais, como a pandemia de COVID-19, as mudanças climáticas, o custo de vida e a crise econômica, e conflitos emergentes e prolongados, a pobreza e a desigualdade econômica nos níveis nacional e global têm sido mais amplas e profundas. Esse contexto tem afetado desproporcionalmente mulheres e indivíduos em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas com deficiência, idosos e crianças. Com uma estimativa de 75 milhões a 95 milhões de pessoas adicionais tendo mergulhado na pobreza extrema, estamos testemunhando a reversão do progresso feito antes da pandemia para reduzir a pobreza e a desigualdade (metas de Desenvolvimento Sustentável 1.3, 3.8 e 8.b e Objetivo 17). As crises exigem ações inclusivas, abrangentes e transformadoras baseadas na solidariedade internacional para superar a atual situação terrível.

A introdução de pisos de proteção social sensíveis ao gênero e de sistemas universais de seguridade social tem sido reconhecida como uma chave para facilitar o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito à seguridade social, e para erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade. O impacto dos sistemas de segurança social, quando os serviços públicos/sociais, incluindo habitação, cuidados e serviços, serviços de cuidados e apoio e educação para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais, estão incorporados nos sistemas, é ainda maior para garantir que os indivíduos mais desfavorecidos e marginalizados tenham acesso ao apoio de que necessitam. A pandemia de COVID-19 demonstrou a importância da proteção social na resposta às consequências econômicas e sanitárias da pandemia, já que países ao redor do mundo e em todos os níveis de desenvolvimento investiram significativamente no direito à seguridade social. Também demonstrou a importância da implementação de políticas públicas robustas e eficientes e da provisão de serviços públicos de qualidade com recursos adequados e em pleno funcionamento para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Apesar das crescentes necessidades de proteção social e dos esforços feitos pelos Estados para expandir a cobertura dos benefícios previdenciários àqueles que ficaram para trás, o direito à seguridade social está muito além do alcance de muitas pessoas. Mais de metade da população mundial não está coberta por quaisquer benefícios da segurança social, quase três quartos das pessoas que precisam de apoio não têm acesso à assistência social, cerca de 78%

das pessoas com deficiências graves não recebem prestações por incapacidade e 65% das crianças não têm acesso efetivo à proteção social. Mesmo quando os benefícios previdenciários estão disponíveis, os benefícios não são suficientes para atender às necessidades básicas dos beneficiários e muitas pessoas não conseguem acessar os benefícios disponíveis devido a barreiras legais e práticas e à falta de informação e acesso às tecnologias digitais.

Embora os Estados pretendam fortalecer seus sistemas de seguridade social, muitos deles, especialmente os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, estão lutando para criar e sustentar sistemas de seguridade social adequados e coerentes devido a restrições fiscais imediatas e de longo prazo. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os países gastam em média 12,9% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em proteção social (excluindo saúde), com grandes disparidades entre países de diferentes níveis de renda (variando de 16,4% em países de alta renda a 2,5% em países de renda média-baixa e 1,1% em países de baixa renda). No entanto, a lacuna de financiamento para a construção de pisos de proteção social aumentou em aproximadamente 30% desde o início da crise da COVID-19, devido ao aumento da necessidade de serviços de saúde, medidas de segurança de renda e reduções no PIB causadas pela crise.

Desde a pandemia, houve 15 eventos de calote soberano e cerca de 3,3 bilhões de pessoas agora vivem em países que gastam mais com o serviço da dívida do que com educação ou saúde. Estima-se que 85% da população global esteja vivendo em condições de austeridade. Mesmo antes da pandemia, os países de baixa renda gastavam mais com o serviço da dívida e pagamentos do que com proteção social, saúde e educação combinados. O recente aumento das taxas de juro aumenta os custos do serviço da dívida para governos, empresas e famílias, e corre o risco de desencadear saídas de capital dos países em desenvolvimento, comprometendo a sua recuperação e as suas perspectivas de crescimento a médio prazo. Manter os sistemas de proteção social existentes à tona e garantir uma cobertura mais ampla e adequada onde existem lacunas será um desafio ainda maior com o aumento dos encargos da dívida.

O painel de discussão tem como objetivo discutir os principais elementos que fortalecem os sistemas de seguridade social; os desafios enfrentados pelos Estados no cumprimento de suas obrigações de efetivação do direito à seguridade social, com foco específico no financiamento dos sistemas de seguridade social e na cobertura e adequação dos benefícios; e as formas de aumentar o impacto dos sistemas de segurança social através da prestação e incorporação de serviços públicos de qualidade nos sistemas.

Documentos de referência:

1. Comissão dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (CESCR), Comentário Geral n.º 19 (2008) sobre o direito à segurança social (artigo 9.º), [E/C.12/GC/19](#)
2. CESCR, Declaração sobre pisos de proteção social: um elemento essencial do direito à seguridade social e dos objetivos de desenvolvimento sustentável ([E/C.12/2015/1](#))
3. Relatório do Perito Independente sobre a questão dos direitos humanos e da pobreza extrema ([A/HRC/14/31](#)), 2010
4. Resumos de políticas sobre a proteção social universal

[Financiamento da protecção social universal](#)

[Impactos no desenvolvimento da expansão da proteção social](#)

5. [Relatório Mundial de Proteção Social 2020-2022](#): Proteção social na encruzilhada – em busca de um futuro melhor
6. Organização Internacional do Trabalho e Grupo Banco Mundial, Uma Missão Compartilhada para a Proteção Social Universal: [Nota conceitual](#) e [casos de países](#)
7. Organização Internacional do Trabalho, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Fundo das Nações Unidas para a Infância, [Acelerador Global de Empregos e Proteção Social para Transições Justas: Financiamento da Proteção Social](#)

3. Debate interativo anual sobre os direitos das pessoas com deficiência
Tema: Boas práticas dos sistemas de apoio que permitem a inclusão comunitária de pessoas com deficiência. Segunda-feira, 11 de março de 2024, das 15h30 às 17h30 Sala XX, Palais des Nations, Genebra. (transmissão ao vivo e arquivado em <https://webtv.un.org>)

Resumo da nota técnica: “Sistemas de apoio e cuidados baseados em direitos humanos são pré-condições necessárias para que as pessoas com deficiência vivam de forma independente na comunidade, com autonomia, escolha e controle. Esses sistemas, estruturados no âmbito de políticas inclusivas para pessoas com deficiência, incluem uma rede de serviços, pessoas e produtos que permitem que as pessoas com deficiência realizem atividades da vida diária e participem ativamente de suas comunidades. Eles permitem que pessoas com deficiência, por exemplo, frequentem a escola, trabalhem e participem de atividades familiares e comunitárias. Para aqueles com altas necessidades de apoio, os sistemas de apoio e cuidado são uma pré-condição indispensável para a realização de atividades da vida diária, como tomar banho, vestir-se e entrar e sair da cama. Sem estes sistemas, as pessoas com deficiência correm o risco de cair na pobreza e na exclusão, na violência, na exploração e no abuso; vivendo isolado ou sendo institucionalizado. Quando esses sistemas respondem ao gênero e à idade, eles também reduzem as desigualdades de gênero e o idadismo, bem como combatem estereótipos relacionados a papéis de cuidado e apoio e pressupostos de gênero. O acesso aos sistemas de apoio e cuidados está enraizado no direito internacional dos direitos humanos. É uma obrigação decorrente de diversos direitos reconhecidos em tratados de direitos humanos. Em particular, a Convenção fornece um quadro abrangente para a implementação de sistemas de apoio e de cuidados, articulando uma série de obrigações específicas relacionadas com o apoio. O apoio faz parte de vários direitos da Convenção, incluindo o reconhecimento igualitário perante a lei (artigo 12); acesso à justiça (artigo 13); liberdade de exploração, violência e abuso (artigo 16); viver de forma independente na comunidade (artigo 19.º); mobilidade pessoal (artigo 20.º); liberdade de expressão e opinião e acesso à informação (artigo 21); respeito ao lar e à família (artigo 23); educação (artigo 24); habilitação e reabilitação (art. 26); trabalho e emprego (artigo 27); nível de vida e proteção social adequados (artigo 28.º); e participação na vida cultural, recreativa, lazer e esporte (artigo 30).”

Documentos de suporte:

1. [Resolução 49/12 do Conselho de Direitos Humanos](#) , de 31 de março de 2022, sobre a participação de pessoas com deficiência no esporte, estatísticas e coleta de dados.

2. Relatório do ACNUDH sobre sistemas de apoio para garantir a inclusão comunitária de pessoas com deficiência, inclusive como meio de avançar melhor após a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) ([A/HRC/52/52](#)) e uma versão fácil de ler em inglês.
3. Relatório do ACNUDH sobre boas práticas dos sistemas de apoio que permitem a inclusão comunitária de pessoas com deficiência ([A/HRC/55/34](#)).
4. Relatório do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência sobre a transformação dos serviços para pessoas com deficiência ([A/HRC/52/32](#)).
5. [Gravação em vídeo do painel de discussão sobre os direitos das pessoas com deficiência nos sistemas de apoio para garantir a inclusão comunitária das pessoas com deficiência, inclusive como forma de avançar melhor após a pandemia da doença do coronavírus \(COVID-19\), realizado durante a 52ª sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos.](#)
6. Página web do ACNUDH com [estudos, relatórios e artigos sobre os direitos das pessoas com deficiência](#)

2023 Bate Mais Um Recorde De Aumento De Temperatura E Incidência de Eventos Extremos

2023 Sets Another Record for Temperature Increase and Incidence of Extreme Events

Danielly Magalhães
Guto Galvão

Summary: *The Global Climate Status Report 2023, from the World Meteorological Organization, reveals that the year was the hottest on record, with a significant increase in global average temperature, rising sea levels, Antarctic ice melting, and intensification of extreme weather events. Despite this, climate financing remains insufficient, especially for developing countries. UNEP has launched an observatory to monitor methane emissions via satellite. World Water Day highlighted the importance of transboundary cooperation to protect shared water resources. The report on SDG 6 - WATER emphasizes the need to accelerate progress towards the goals. Brazil is preparing to host COP 30 on climate, creating a special secretariat for it.*

Keywords: *World Water Day. Climate Change. Conflicts. COP 30. Climate Financing. Global temperature*

Resumo: *O Relatório O Estado do Clima Global 2023, da Organização Mundial de Meteorologia, revela que o ano foi o mais quente já registrado, com aumento significativo da temperatura média global, aumento do nível do mar, derretimento de gelo na Antártida e intensificação de eventos climáticos extremos. Apesar disso, o financiamento para o clima ainda é insuficiente, especialmente para os países em desenvolvimento. O PNUMA lançou um observatório para monitorar emissões de metano via satélite. O Dia Mundial da Água destacou a importância da cooperação transfronteiriça para proteger recursos hídricos compartilhados. O relatório sobre o ODS 6 - ÁGUA ressalta a necessidade de acelerar o progresso em direção às metas. O Brasil se prepara para sediar a COP 30 do clima, criando uma secretaria especial para isso.*

Palavras-chave: *Dia Mundial da água, Mudanças climáticas, conflitos, COP 30, Financiamento Climático, temperatura global*

Relatório O Estado do Clima Global 2023

O relatório [State of the Global Climate 2023](#) publicado pela Organização Mundial de Meteorologia confirmou que 2023 foi o ano mais quente já registrado, com a temperatura média global próxima à superfície em 1,45 °C (com uma margem de incerteza de ± 0,12 °C) acima da linha de base pré-industrial. Foi o período de dez anos mais quente já registrado. Também foram atingidos recordes para os níveis de gases de efeito estufa, temperaturas da superfície, calor e acidificação dos oceanos, aumento do nível do mar, diminuição da cobertura de gelo marinho da Antártida e recuo das geleiras.

Em relatório anexo sobre os [Eventos Extremos das Mudanças Climáticas](#), as ondas de calor, inundações, secas, incêndios florestais e ciclones tropicais também se intensificaram rapidamente e causaram miséria e caos, perturbando a vida cotidiana de milhões de pessoas e infligindo muitos bilhões de dólares em perdas econômicas.

Mensagens-chave do relatório:

- 2023 como ano mais quente já registrado por margem clara
- Recordes quebrados para calor dos oceanos, aumento do nível do mar, perda de gelo marinho na Antártida e recuo das geleiras
- Transição energética renovável traz esperança
- Custo da inação climática é maior do que custo da ação climática
- Foi o verão mais quente já registrado, 3,4 °C mais quente do que a média de 1991-2020 e 1,0 °C mais quente do que o recorde anterior.

Nível do mar e temperatura do Mar

- Elevação do nível do mar: Em 2023, o nível médio global do mar atingiu um recorde no registro de satélite (1993 até o presente), refletindo o aquecimento contínuo dos oceanos, bem como o derretimento de geleiras e mantos de gelo. A taxa de aumento médio global do nível do mar nos últimos dez anos (2014-2023) é mais do que o dobro da taxa de aumento do nível do mar na primeira década do registro de satélite (1993-2002).
- Teor de calor do oceano: Em 2023, o conteúdo de calor do oceano atingiu seu nível mais alto no registro observacional de 65 anos. Temperaturas recordes mensais próximas à superfície foram observadas para o oceano – a partir de abril até dezembro – e, começando um pouco mais tarde, a terra – de julho a novembro.

Temperatura média Global

- A temperatura média global próxima à superfície em 2023 foi de $1,45 \pm 0,12$ °C acima da média de 1850-1900. 2023 foi o ano mais quente do recorde observacional de 174 anos, superando claramente o anterior. Os anos mais quentes, 2016 com $1,29 \pm 0,12$ °C acima da média de 1850-1900 e 2020 com $1,27 \pm 0,13$ °C. Os últimos nove anos, 2015-2023, foram os nove anos mais quentes já registrados. A temperatura global média de dez anos de 2014-2023 é de $1,20 \pm 0,12$ °C acima da média de 1850-1900, o período de 10 anos mais quente já registrado

Gases de efeito estufa

- As concentrações dos três principais gases de efeito estufa – dióxido de carbono, metano e óxido nitroso – atingiram níveis recordes observados em 2022, último ano para o qual os valores globais consolidados são disponíveis (1984-2022). Dados em tempo real de locais específicos mostram que os níveis dos três gases de efeito estufa continuaram a aumentar em 2023.

Impacto econômico, social e na saúde

- O clima extremo continua a levar a *impactos socioeconômicos severos*;
- O *calor extremo* afetou muitas partes do mundo. *Incêndios florestais* no Havaí, Canadá e Europa levaram à perda de vidas, à destruição de casas e à poluição do ar em larga escala.
- As *inundações* associadas às chuvas extremas do ciclone Daniel no Mediterrâneo afetaram a Grécia, a Bulgária, Türkiye e a Líbia, com perdas particularmente pesadas de vidas na Líbia.

Segurança alimentar e Deslocamento

- A *segurança alimentar*, os deslocamentos populacionais e os impactos nas populações vulneráveis continuam a ser uma preocupação crescente em 2023, com os riscos climáticos e climáticos a agravarem a situação em muitas partes do mundo.
- Condições meteorológicas e climáticas extremas continuaram a desencadear *novos deslocamentos* prolongados e secundários em 2023 e aumentaram a vulnerabilidade de muitos que já estavam desenraizados por situações multicausais complexas de conflito e violência.

Redução de riscos e adoção do Marco de Sendai

- O desenvolvimento e a implementação de estratégias locais de *redução do risco de desastres* aumentaram desde a adoção do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres.
- Um dos componentes essenciais para reduzir o impacto das catástrofes é dispor de sistemas eficazes de *alerta precoce multiriscos*.

Eventos extremos na América do Sul

- Secas

A América do Sul experimentou condições de seca severa em 2023, afetando a maior parte do continente, exceto o extremo sul, partes do sul do Brasil e partes da costa oeste. A América do Sul subtropical, particularmente o norte da Argentina e do Uruguai, enfrentou secas de longo prazo, com chuvas de janeiro a agosto significativamente abaixo da média. Isso levou a grandes perdas de safras na Argentina e níveis criticamente baixos de água no Uruguai, afetando o abastecimento de água para grandes cidades como Montevideú. A situação melhorou gradualmente na parte final do ano.

As condições de seca pioraram na metade norte da América do Sul, com chuvas abaixo da média na bacia amazônica e rios atingindo níveis bem abaixo da média. Níveis baixos recorde foram observados no Rio Negro em Manaus e no Lago Titicaca no Peru/Bolívia. Essas condições resultaram em perdas agrícolas significativas em toda a região.

- Calor Extremo

Em 2023, a América do Sul experimentou vários eventos de calor extremo ao longo do ano, com uma onda de calor significativa ocorrendo no final de setembro e início de outubro. Altas temperaturas recorde foram registradas em vários locais nos trópicos a leste dos Andes, com outras grandes ondas de calor ocorrendo ao longo do ano.

A Guiana Francesa bateu recorde territorial de temperatura de 39,0°C, enquanto o Brasil registrou recorde de temperaturas em cidades como Belo Horizonte e Tingo de Ponaza, no Peru, com 41,4°C.

- Inundações

O sul do Brasil enfrentou inundações significativas, particularmente no estado do Rio Grande do Sul, resultando em inúmeras mortes. As enchentes também afetaram Santa Catarina no final do ano. Tempestades severas causaram danos generalizados no norte da Argentina e no Uruguai, com rajadas de vento superiores a 150 km/h e resultando em mais destruição. Partes do centro do Chile sofreram inundações significativas em agosto.

Box 1 - Impactos dos eventos extremos na Saúde humana

Apesar do relatório não citar os efeitos na saúde por não ser parte do seu escopo, apresentamos neste box informações sobre essa relação.

Os eventos climáticos extremos exercem impactos significativos na saúde humana, desencadeando uma série de consequências adversas. Em primeiro lugar, ondas de calor intensas podem levar a uma variedade de problemas de saúde, desde insolação e desidratação até complicações cardiovasculares e respiratórias, especialmente em populações vulneráveis, como idosos e crianças. Além disso, inundações repentinas e tempestades podem resultar em ferimentos físicos, afogamentos e contaminação da água potável, aumentando o risco de doenças transmitidas pela água, como cólera e leptospirose e outras doenças infecciosas.

Os incêndios florestais, cada vez mais comuns devido às condições climáticas extremas, podem resultar em sérios problemas respiratórios devido à inalação de fumaça e partículas finas, exacerbando condições como asma e bronquite. Além disso, a perda de habitat e a disseminação de vetores de doenças, como mosquitos transmissores de doenças como a dengue e a malária, podem aumentar durante e após eventos climáticos extremos.

A saúde mental também é afetada, com o aumento do estresse, ansiedade e trauma decorrentes da perda de entes queridos, destruição de propriedades, necessidade de deslocamento e incerteza sobre o futuro. A exposição prolongada a eventos climáticos extremos pode levar ao desenvolvimento de transtornos de saúde mental, como transtorno de estresse pós-traumático e depressão. Assim, mitigar os impactos dos eventos climáticos extremos na saúde humana requer uma abordagem multifacetada que inclua preparação, resposta e medidas de adaptação para proteger as comunidades vulneráveis e promover a resiliência

Eventos Extremos	Impacto na saúde
Onda de calor	<ul style="list-style-type: none">• Aumentos temporários na mortalidade cardiovascular e respiratória• Aumento nas mortes por insolação
Chuvas extremas e Inundações	<ul style="list-style-type: none">• Transporte de organismos causadores de doenças transmitidas pela água para o abastecimento de água• Mortes e ferimentos• Interrupção do abastecimento de água e sistemas de saneamento• Possíveis danos aos sistemas de transporte e à infraestrutura de saúde• Provimento de locais de reprodução para vetores de mosquitos, resultando em surtos de doenças• Transtorno de estresse pós-traumático
Seca	<ul style="list-style-type: none">• Redução na disponibilidade de água para higiene, o que pode levar a doenças diarreicas e respiratórias• Redução na disponibilidade de alimentos em populações dependentes da agricultura familiar, o que pode levar à desnutrição e à fome

Financiamento Global para o Clima

O relatório da OMM também traz uma avaliação sobre o status do financiamento para o Clima. No período de 2021/2022, o financiamento climático global atingiu quase US\$ 1,3 trilhão, quase dobrando em relação aos níveis de 2019/2020, principalmente devido a um aumento significativo no financiamento de mitigação. No entanto, isso representa apenas cerca de 1% do

PIB global. A comparação dos fluxos de financiamento climático rastreados com as necessidades estimadas revela uma lacuna de financiamento substancial, com os investimentos precisando crescer mais de seis vezes para alcançar a meta de 1,5°C. O custo da inação, no entanto, é estimado como muito maior, com perdas potenciais chegando a US\$ 1,266 trilhão até 2100.

Apesar do impulso crescente no financiamento climático, o crescimento é desigual entre setores e regiões. Os investimentos em energia limpa tiveram aumentos significativos em regiões específicas, enquanto outros setores e países vulneráveis ao clima receberam financiamento desproporcionalmente baixo. O financiamento da adaptação continua a ser insuficiente, ficando aquém das necessidades estimadas, particularmente nos países em desenvolvimento. Integrar a adaptação e a resiliência nos caminhos de desenvolvimento é crucial, especialmente para as nações altamente vulneráveis.

No futuro, os esforços devem se concentrar em dimensionar tanto a quantidade quanto a qualidade do financiamento climático. As prioridades incluem transformar o sistema financeiro, fazer a ponte entre as necessidades climáticas e de desenvolvimento, mobilizar capital doméstico e melhorar a disponibilidade e a acessibilidade dos dados para uma melhor medição e gestão do progresso.

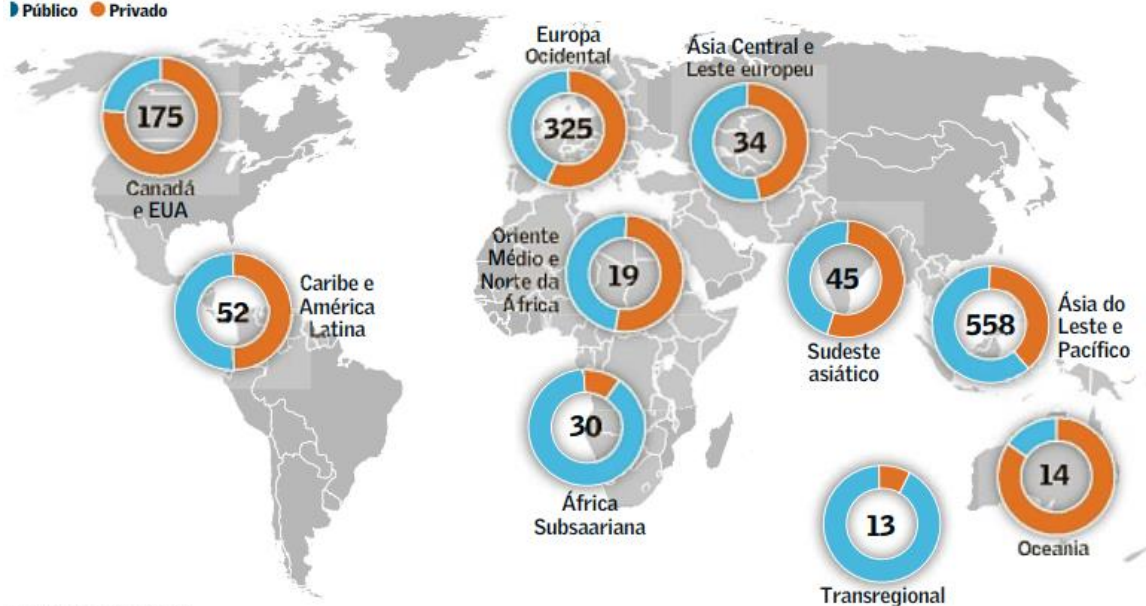
G-20 e o Financiamento Climático

Em concordância com os dados anteriores, o economista brasileiro Rogério Studard, em [entrevista ao Valor](#) para o Projeto G20 no Brasil, destaca a desigualdade no financiamento necessário para a transição verde global. Segundo análise coordenada por Nicholas Stern, da London School of Economics, países em desenvolvimento e emergentes requerem US\$ 2,4 trilhões ao ano até 2030 para enfrentar a crise climática, com uma parcela significativa proveniente de recursos domésticos e ajuda internacional.

Quem financia o clima no mundo

Recursos públicos e privados (em US\$ bilhões)

■ Público ■ Privado



Fonte: Climate Policy Initiative

Fonte: O Valor, 22 de Março de 2024

Entretanto, a promessa dos países industrializados de fornecer US\$ 100 bilhões ao ano para países em desenvolvimento não foi cumprida, e o financiamento público enfrenta desafios, especialmente para países endividados. A concentração de recursos em regiões mais desenvolvidas e a falta de investimentos em países vulneráveis também são destacadas.

O economista sugere ação coordenada do G20 para melhorar a eficiência dos fundos climáticos e facilitar a mobilização de recursos para projetos climáticos inovadores e inclusivos. O projeto G20 no Brasil busca mobilizar recursos e tecnologia para enfrentar desafios climáticos, destacando a importância do país na agenda climática global.

PNUMA desenvolve sistema para monitorar emissões de metano via satélite

O dióxido de carbono muitas vezes domina as discussões sobre as mudanças climáticas, mas o metano, outro gás de efeito estufa, contribui significativamente para o aquecimento global. As emissões de metano causadas pelo homem, principalmente da produção de combustíveis fósseis, são responsáveis por quase um terço do aquecimento global atual. Para resolver isso, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criou o [Observatório Internacional de Emissões de Metano](#) (IMEO), utilizando dados de satélite e aprendizado de inteligência artificial para rastrear as liberações de metano.

Esses dados capacitam empresas e formuladores de políticas a tomar medidas para reduzir os vazamentos de metano. A plataforma de dados de metano da IMEO promove a transparência e a prestação de contas, disponibilizando os dados publicamente. O sistema, o primeiro do tipo, representa um passo significativo para combater as emissões de metano e alcançar as metas do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. Um vídeo sobre o projeto pode ser encontrado [aqui](#).

Dia Mundial da Água destaca crise hídrica global e a relação água e paz

O Dia Mundial da Água, celebrado anualmente em 22 de março, tem como objetivo conscientizar e inspirar ações para enfrentar a crise hídrica global, apoiando o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: água e saneamento para todos até 2030.



Para o dia Mundial da Água de 2024, o tema escolhido pelas Nações Unidas foi 'Água para a Paz', reconhecendo que a água não é apenas uma mercadoria a ser explorada ou contestada, mas como um direito humano fundamental entrelaçado com todas as facetas da existência. E que o status de acesso a água pode promover a paz ou desencadear conflitos. Em situações em que a água é escassa, poluída ou o acesso é desigual, as tensões podem aumentar entre comunidades e nações.

A cooperação no domínio da água desempenha um papel crucial na prevenção de conflitos e no desenvolvimento sustentável. A cooperação transfronteiriça é vital para promover a resiliência às alterações climáticas e proteger os ecossistemas e a saúde humana. Mais de 3 bilhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras internacionais, mas apenas 24

países têm acordos de cooperação abrangentes para todos os recursos hídricos compartilhados.

“Água para a paz é o tema do Dia Mundial da Água deste ano. Alcançá-lo depende de uma cooperação muito maior. Hoje, 153 países compartilham recursos hídricos. No entanto, apenas vinte e quatro relataram acordos de cooperação para todas as suas águas compartilhadas. Temos de acelerar os esforços para trabalhar em conjunto além-fronteiras, e exorto todos os países a aderirem e implementarem a Convenção da Água das Nações Unidas – que promove a gestão sustentável dos recursos hídricos partilhados - António Guterres.

Com os impactos crescentes das mudanças climáticas e do crescimento populacional, há um apelo urgente, tanto nacional quanto internacional, para união em torno da preservação e gestão sustentável da água, um dos recursos mais vitais à saúde humana. O bem-estar da saúde pública, a prosperidade, os sistemas alimentares e energéticos, a produtividade econômica e a estabilidade ambiental dependem da gestão eficaz e justa do ciclo da água.

A água tem relação com diversos outros acordos multilaterais, de clima, de biodiversidade, os diversos sobre poluição entre outros. O abastecimento de água depende de ecossistemas relacionados à água, cujo funcionamento depende da biodiversidade. Esses ecossistemas também regulam o clima, reduzem os impactos dos perigos naturais e fornecem habitats para espécies de peixes que alimentam centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Ou seja, o cumprimento do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, ou Plano de Biodiversidade é imperativo para garantia à água segura.

Emergências recentes relacionadas à água

Manchetes recentes revelam alarmantes emergências relacionadas à água em todo o mundo, autoridades espanholas declaram estado de emergência de seca, a Cidade do México enfrenta escassez de água sem precedentes e Zâmbia alerta para um desastre nacional devido à seca severa.

Especialistas alertam para uma crise hídrica global iminente, com pelo menos 50% da população enfrentando escassez de água por pelo menos um mês anualmente. Até 2025, 1,8 bilhão de pessoas podem enfrentar "escassez absoluta de água".

A Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente aprovou recentemente uma resolução instando os países a melhorar a gestão dos ecossistemas aquáticos e colaborar para o desenvolvimento sustentável ([UNEP/EA.6/RES.13](#) - Soluções eficazes e inclusivas para fortalecer as políticas de água para alcançar o desenvolvimento sustentável no contexto das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição)

A resiliência à seca será um dos principais focos do Dia Mundial do Meio Ambiente¹⁰, em 5 de junho de 2024, organizado pela Arábia Saudita.

PNUMA no dia Mundial da água

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), enfatiza a necessidade de soluções inovadoras, compromisso político, colaboração e aumento do financiamento para enfrentar os desafios da água de forma abrangente, e sugere sete medidas acionáveis para países e indivíduos mitigarem a escassez de água:

1. **Proteger e Restaurar Espaços Naturais:** Salvar e restaurar zonas húmidas, turfeiras, bacias florestais, lagos, rios e aquíferos subterrâneos para garantir fontes de água sustentáveis, especialmente cruciais para cidades com stress hídrico.

2. **Melhorar a eficiência hídrica na agricultura:** A agricultura é responsável por cerca de 70% de toda a água doce usada globalmente. Utilizar métodos agrícolas que economizam água, como hidroponia, irrigação por gotejamento e agrofloresta, e promover dietas à base de plantas ajudam a reduzir o uso de água

3. **Corrigir vazamentos de água:** Reparar a infraestrutura municipal com vazamento e tubulação predial para minimizar as perdas de água, economizando grandes quantidades de água perdidas anualmente.

4. **Explorar fontes de água não convencionais:** adotar o tratamento e a reutilização de águas residuais, a captação de águas pluviais e a dessalinização sustentável para complementar o fornecimento de água em declínio.

5. **Monitorar a Qualidade da Água:** Empregar tecnologias de monitoramento e iniciativas de ciência cidadã para avaliar a qualidade da água, priorizando ações de limpeza de mananciais poluídos.

6. **Integrar a Gestão da Água com as Políticas de Mudanças Climáticas:** Harmonizar as estratégias de gestão da água com os esforços de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, enfatizando a proteção e restauração dos sumidouros de carbono.

¹⁰ [O Dia Mundial do Meio Ambiente](#) é o principal veículo das Nações Unidas para incentivar a conscientização e a ação mundial em prol do meio ambiente. Realizada anualmente desde 1973, a Jornada também se tornou uma plataforma vital para promover o progresso nas dimensões ambientais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) à frente, mais de 150 países participam a cada ano. Grandes corporações, organizações não governamentais, comunidades, governos e celebridades de todo o mundo adotam a marca do Dia Mundial do Meio Ambiente para defender causas ambientais.

7. Aplicar abordagens integradas de tomada de decisão: Desenvolver planos de ação abrangentes que abordem o uso da água e a poluição em vários setores para maximizar a eficiência e a sustentabilidade.

OMS no dia Mundial da Água

A Organização Mundial da Saúde promoveu ações em torno do reconhecimento da água como um recurso vital para a paz e segurança global. A OMS assume um papel fundamental na promoção da gestão sustentável da água e na garantia do acesso universal à água potável e ao saneamento básico, pilares fundamentais para a construção de um mundo mais pacífico.

A OMS atua em diversos campos para garantir a água para a paz:

- **Monitoramento da qualidade da água:** A OMS monitora a qualidade da água potável em todo o mundo e fornece diretrizes para garantir sua segurança.
- **Promoção do acesso universal à água potável e ao saneamento básico:** A OMS trabalha com governos e comunidades para garantir que todos tenham acesso à água potável e saneamento básico, especialmente em áreas de difícil acesso.
- **Prevenção de doenças relacionadas à água:** A OMS implementa programas para prevenir doenças como diarreia, cólera e hepatite A, transmitidas por água contaminada.
- **Promoção da gestão sustentável da água:** A OMS apoia os países na implementação de políticas e práticas para a gestão sustentável dos recursos hídricos.

Chamado à Ação:

Neste Dia Mundial da Água, a OMS convidou todos a se unirem para:

- Conscientizar sobre a importância da água para a paz e a segurança global.
- Apoiar iniciativas que promovam a gestão sustentável da água.
- Exigir dos governos o compromisso com o acesso universal à água potável e ao saneamento básico.

Juntos, podemos construir um futuro onde a água seja um instrumento de paz e desenvolvimento para todos.

Recursos Adicionais:

- [Site da OMS sobre o Dia Mundial da Água](#)
- [Campanha da OMS "Água para a Paz"](#)

OMM no dia Mundial da Água

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) participou de iniciativas globais em comemoração ao Dia Mundial da Água, em 22 de março, enfatizando a celebração da água e conscientizando sobre a crise hídrica global que afeta 2,2 bilhões de pessoas sem acesso à água potável. O foco é apoiar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: água e saneamento para todos até 2030, com o tema deste ano sendo "Alavancado a Água para a Paz".

As alterações climáticas exacerbam os desafios relacionados com a água, afetando os ciclos hidrológicos e aumentando os perigos relacionados com a água. A secretária-geral da OMM, Celeste Saulo, enfatiza a importância da ação integrada do clima e da água para enfrentar esses desafios. As iniciativas da OMM, como o Programa Associado de Gestão de Inundações e o Programa de Gestão Integrada de Secas, visam aumentar a resiliência climática e minimizar as perdas econômicas e sociais causadas por desastres relacionados à água.

Além disso, a OMM colabora com a Parceria Global para a Água em programas conjuntos com foco na gestão de inundações e resiliência à seca. Outras iniciativas da OMM incluem o Sistema de Orientação de Inundações Repentinhas, o [HydroSOS](#) e as previsões de impacto de inundações, com o objetivo de melhorar os sistemas de alerta e promover a gestão sustentável dos recursos hídricos.

A OMM vem se engajando ativamente em iniciativas que promovem a cooperação hídrica, a redução do risco de desastres e a gestão sustentável dos recursos hídricos para enfrentar a crise global da água e promover os objetivos de desenvolvimento sustentável

Acelerando o progresso: Relatório de síntese do ODS 6 sobre água e saneamento 2023

Poucos dias depois do Dia Mundial da Água foi lançado o [Plano de Aceleração ODS 6 Relatório de Síntese sobre Água e Saneamento 2023](#), que descreve o progresso sobre o ODS 6, que visa garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos até 2030. O relatório demonstra que o alcance do objetivo está ficando alarmantemente aquém.

O relatório serve como uma resposta estratégica aos resultados da Conferência da Água 2023 da ONU, incluindo a Agenda de Ação pela Água. O objetivo é contribuir para as discussões entre os Estados-Membros e as partes interessadas relevantes no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) de 2023, com um evento especial centrado no ODS 6 e na Agenda de Ação para a Água.

Este relatório de síntese oferece um plano para acelerar o progresso em água e saneamento, incluindo o cumprimento dos compromissos delineados na [Agenda de Ação para a Água](#). Concebido como um guia conciso, apresenta recomendações políticas acionáveis dirigidas a tomadores de decisão seniores nos Estados-Membros, partes interessadas e no Sistema das Nações Unidas, com o objetivo de orientar o mundo para alcançar o ODS 6 até 2030.

De autoria da família de Membros e Parceiros da ONU-Água, este relatório fornece uma visão coletiva prospectiva para a gestão sustentável e resiliente da água e do saneamento, crucial para a última parte da Agenda 2030.

Faltando apenas sete anos para o final da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ações urgentes são necessárias para acelerar o progresso no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6, garantindo o acesso à água e ao saneamento para todos.

A Conferência das Nações Unidas sobre a Revisão Abrangente Intermediária da Implementação dos Objetivos da Década Internacional de Ação, "Água para o Desenvolvimento Sustentável", 2018-2028, realizada em março de 2023, enfatizou a necessidade de enfrentar a crise global da água. Apesar dos mais de 800 compromissos assumidos durante a conferência, persistem desafios para traduzir esses compromissos em ações. O Relatório de Síntese do ODS 6 sobre Água e Saneamento 2023 visa responder a perguntas críticas e fornecer um plano para

acelerar o progresso em água e saneamento. Os desafios incluem questões como escassez de água, poluição e desafios relacionados ao clima.

O progresso em direção ao ODS 6 permanece abaixo do ritmo necessário, destacando a necessidade de mudanças abrangentes para cumprir as metas. O relatório sublinha as interligações entre a gestão da água e vários aspectos do desenvolvimento sustentável, oferecendo recomendações políticas acionáveis às partes interessadas.

Com o objetivo de alcançar a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 de garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos até 2030, uma iniciativa unificadora foi lançada para entregar resultados rápidos em maior escala. Esta iniciativa gira em torno de cinco "aceleradores" do ODS 6 Global Acceleration Framework (GAF) que oferecem planos para o progresso:

1. Finanças: Reformas na arquitetura financeira do desenvolvimento global para atrair novos investimentos e utilizar as finanças existentes de forma mais eficiente.

2. Dados e Informações: Fortalecer os sistemas nacionais de monitoramento, relatórios e disseminação de dados para cobrir todos os indicadores globais do ODS 6.

3. Desenvolvimento de capacidades: Esforços colaborativos entre a educação e os empregadores para promover a alfabetização em água e saneamento e resolver as lacunas da força de trabalho.

4. Inovação: Acelerar e ampliar abordagens inovadoras por meio de políticas de apoio e utilização de tecnologia.

5. Governança: Melhorar a eficácia da governança da água por meio de maior coerência política, colaboração e prestação de contas.

As Nações Unidas têm um papel fundamental no apoio a essa aceleração, com foco em parcerias multissetoriais e esforços inclusivos em todos os setores e níveis, do local ao global. A Conferência da Água da ONU de 2023 elevou a água como prioridade central, exigindo esforços intensificados facilitados por órgãos, entidades e ONU-Água.

Para aumentar a contribuição do sistema das Nações Unidas para a intensificação da ação em água e saneamento, várias medidas importantes são propostas:

1. Integração da água em todos os processos intergovernamentais relevantes para garantir o alinhamento com os esforços globais e regionais em mudanças climáticas, saúde, biodiversidade, alimentos, energia e redução do risco de desastres.

2. Reuniões e conferências intergovernamentais regulares para acompanhar os progressos e manter a dinâmica no topo da agenda política global.

3. Convocar a liderança das Nações Unidas ao mais alto nível para acelerar o progresso no ODS 6 e impulsionar a Agenda de Ação para a Água por meio de diálogo e tomada de decisões consistentes.

4. Aprimoramento da coordenação em nível de país por meio do sistema de coordenadores residentes para fortalecer e ampliar os esforços de aceleração do ODS 6.

5. Estabelecimento de uma estratégia dedicada de água e saneamento em todo o sistema, elevando o Quadro de Aceleração Global (GAF) do ODS 6 para operacionalizar a coordenação interagências.

6. Fortalecimento dos programas de água e saneamento das agências das Nações Unidas, ampliando as iniciativas atuais e desenvolvendo novas para abordar lacunas e necessidades emergentes.

7. Criação de um escritório de coordenação das Nações Unidas para reforçar o mandato interagências da ONU-Água, aumentando a capacidade do sistema das Nações Unidas de produzir resultados por meio de mecanismos de coordenação aprimorados.

OMM – Dia Meteorológico Mundial 2024 ressalta necessidade urgente de ação climática

Em 21 de março, a OMM celebrou o Dia Meteorológico Mundial 2024 e ressalta a necessidade urgente de ação climática, enfatizando o tema "Na linha de frente da ação climática". As alterações climáticas representam uma ameaça significativa para a civilização, com efeitos visíveis e potencialmente catastróficos, a menos que sejam tomadas medidas imediatas. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 destaca a importância de combater as mudanças climáticas e seus impactos, que sustenta o progresso em todos os outros ODS.

A comunidade da OMM desempenha um papel vital na ação climática e no alcance de vários ODS, incluindo a redução da fome e da pobreza, a melhoria da saúde e do bem-estar, a garantia de água limpa e energia acessível e o aumento da resiliência climática nas cidades e comunidades. As previsões meteorológicas e climáticas ajudam a aumentar a produção de alimentos e a reduzir a fome, enquanto os sistemas de alerta precoce ajudam a mitigar o impacto de eventos climáticos extremos, reduzindo a pobreza.

A OMM reafirma seu compromisso com a Linha de Frente da Ação Climática, defendendo a cooperação e a inovação para construir um mundo mais seguro e resiliente para as gerações futuras.

Brasil -Preparação para COP 30 do Clima

As preparações para a Amazônia sediar a COP 30 estão em andamento, marcadas pela criação da Secretaria Extraordinária para a COP 30 por meio do decreto 11.955/2024 assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A secretaria centralizará os esforços de coordenação em diferentes níveis governamentais para organizar, monitorar e impulsionar as ações governamentais para o evento agendado para novembro de 2025. Esta iniciativa visa garantir uma colaboração eficaz entre a cidade-sede (Belém), o estado do Pará e o Governo Federal, junto com o envolvimento das Nações Unidas, a organização intergovernamental que supervisiona a conferência sobre o clima.

A secretaria, composta por 30 funcionários, incluindo servidores civis comissionados e permanentes, operará temporariamente sob o Ministério da Gestão e Inovação até junho de 2026. O Ministro Rui Costa enfatizou a importância dos esforços colaborativos com o Governador Helder e o Prefeito Edmilson para o sucesso do evento, refletindo o compromisso do Presidente Lula em sediar a COP.

O governo brasileiro visa mostrar a importância da preservação da Amazônia para a biodiversidade, o bem-estar das comunidades locais e seu papel fundamental no combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas. As responsabilidades da secretaria incluem a coordenação da infraestrutura do evento, gerenciamento de contratos e acordos, e garantia da segurança pública, saúde, transporte e capacidades turísticas

Estratégias brasileiras para lidar com o crescimento da migração feminina

Brazilian strategies for dealing with the growth of female migration

***Rafael Gomes França, Caio Murta,
Giulia Mariano Machado, Harim Baek, Júlia Moraes,
Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura***

Resumo: Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global evidencia o aumento da migração feminina no Brasil e os desafios de trabalhar de maneira articulada com estados e municípios para garantir o acesso dessa população ao SUS. Como exemplo, entrevistamos a professora Fernanda Surita, da Unicamp, que elaborou cartilhas voltadas à população de mulheres migrantes, com olhar para as diferenças culturais, com o intuito de enfrentar os efeitos da interseccionalidade vivida por esta parcela da população.

Palavras chave: Migração feminina. Acesso à saúde. Saúde Global.

Abstract: In this report, the Working Group on Migration, Refuge, and Global Health highlights the increase in female migration in Brazil and the challenges of working collaboratively with states and municipalities to ensure this population's access to the Unified Health System (SUS). For example, we interviewed Professor Fernanda Surita from Unicamp, who developed pamphlets aimed at the population of migrant women, taking into account cultural differences, with the aim of addressing the effects of intersectionality experienced by this segment of the population.

Keywords: Female Migration. Access to Health. Global Health.

Visando ampliar o acesso de mulheres migrantes a informações de saúde, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a OnG Panahgah e a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, lançaram uma coleção em português e inglês com quatro cartilhas tendo focos diferentes: Saúde geral da mulher, Saúde da mulher adolescente, Saúde sexual da mulher e Saúde obstétrica. A demanda da produção desse material partiu da Panahgah, ao identificar a necessidade dessas informações por mulheres migrantes afegãs. A produção desse material foi realizada por alunas de pós-graduação em tocoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, com coordenação na Unicamp da presidenta da CSVM e pela professora Fernanda Surita do Grupo de Pesquisa Saúde Reprodutiva e Hábitos Saudáveis da Faculdade de Ciências Médicas^{11,12}. O desenvolvimento deste informe teve contribuição de uma entrevista deste Grupo de Trabalho com a professora Fernanda Surita.

Na edição do Valor Econômico de 25 de março de 2024, há matéria evidenciando o aumento expressivo de mulheres e crianças vindas da Venezuela buscando refúgio no Brasil e

¹¹ [Para ampliar acesso de mulheres migrantes a informações de saúde, OIM, Unicamp e Panahgah lançam coleção de cartilhas \(oim.int\)](#)

¹² [Cartilhas de Saúde da Mulher Migrante buscam ampliar o acesso ao SUS](#)

destaca a urgência de políticas públicas inclusivas. Segundo dados do OBMigra¹³, as venezuelanas representam mais de 70% das solicitações de asilo feitas por mulheres em 2022, enquanto meninas e meninos venezuelanos de até 15 anos correspondem a 36,9% de todos os pedidos provenientes da Venezuela. Esse fenômeno chama a atenção para o aumento no número de mulheres e de crianças de até 15 anos de idade que chegam ao país e destaca a importância de desenvolver políticas específicas para atender às necessidades desse grupo, denominado como "feminização da migração" pela professora Tania Tonhati, pesquisadora do OBMigra.¹⁴

Para Tonhati, é fundamental implementar políticas que abordem questões como acesso ao sistema de saúde, integração no mercado de trabalho formal, oferta de creches e escolas, entre outras. Além disso, há uma demanda por capacitação econômica, especialmente para mulheres chefes de família que enfrentam desafios de inserção no mercado de trabalho. Em resumo, o relatório enfatiza a necessidade de políticas públicas sensíveis ao gênero e à idade, que promovam a integração e o empoderamento das mulheres e crianças refugiadas venezuelanas no Brasil.¹⁵

Em 2023, “dentre os 58.628 solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, 24.319 eram mulheres. O número é maior do que as 22.852 solicitantes de 2022 e contrasta com as 691 de 2013. O total de menores de 15 anos solicitando refúgio chegou a 14.244 no ano passado, ante 15.084 em 2022 e 232 em 2013”. De acordo com Valor, é uma tendência, que perdeu forças na pandemia, mas já havia começado há cerca de 5 anos.¹⁶ A matéria do Valor observa que essas mulheres não estão mais vindo para o Brasil para se reunir com familiares, mas sim para se estabelecer no país por conta própria. Ela destaca que muitas venezuelanas ocupam empregos informais, como caixas de supermercado ou, como chamado por ela mesma, “empreendedorismos de subsistência”.

Da Política Nacional ao atendimento às mulheres migrantes.

No Brasil, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher é de extrema importância para garantir que as mulheres tenham acesso a serviços de saúde de qualidade ao longo de suas vidas — abordando diversas áreas da saúde feminina, desde a prevenção de doenças até o acompanhamento durante a gestação e o parto. O vínculo dessa política com a migração feminina no Brasil é crucial, pois as mulheres migrantes muitas vezes enfrentam desafios específicos no acesso à saúde, devido a barreiras linguísticas, falta de familiaridade com o sistema de saúde local e, em alguns casos, discriminação.

Uma das questões fundamentais para o atendimento de mulheres migrantes é a obstetrícia, e a política nacional deve compreender um papel fundamental em assegurar que as mulheres migrantes recebam atendimento adequado durante a gravidez e o parto. A migração, especialmente em áreas onde as mulheres podem estar distantes de suas redes de apoio familiar e social, pode aumentar a vulnerabilidade durante o período perinatal. Portanto, a política visa garantir que essas mulheres tenham acesso a serviços de obstetrícia de qualidade, independentemente de sua origem ou situação migratória.

¹³ [OBMigra: Refúgio em números - 2023](#)

¹⁴ [Aumento do número de mulheres e crianças venezuelanas vindo para o Brasil ressalta necessidade de políticas públicas inclusivas](#)

¹⁵ [OBMigra: Refúgio em Números - 2023](#)

¹⁶ [Imigração de mulheres e crianças cresce](#)

Um dado fundamental para se compreender a importância e complexidade do quadro da obstetrícia na migração feminina é apontado por uma pesquisa realizada pela Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) e da Universidade Federal do Maranhão, coordenada pela Universidade de Southampton, da Inglaterra: cerca de 10% das mulheres e migrantes venezuelanas chegam grávidas ao Brasil. Constatou-se também que as migrantes venezuelanas fazem pouco uso de métodos contraceptivos (apenas 47% delas, em contraste com 80% das brasileiras) e que têm muitos filhos. A pesquisa aponta ainda que o segundo maior motivo para a migração foi a busca por serviços de assistência à saúde.¹⁷

Outra questão fundamental para atenção são questões de saúde reprodutiva e sexual das mulheres, incluindo a prevenção e o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, acesso a métodos contraceptivos e cuidados pós-aborto, quando necessário. Para as mulheres migrantes, que podem enfrentar desafios adicionais devido a condições precárias de vida ou falta de acesso a informações sobre saúde, essas ações são essenciais para garantir seu bem-estar.

A saúde da mulher está conectada desde os cuidados com a sua saúde física e mental até seu bem-estar, incluindo todas as questões que podem interferir e prejudicar sua saúde, autonomia, independência e qualidade de vida. Abordando o Brasil, existem algumas campanhas de saúde voltadas para a saúde da mulher que são realizadas no território, com o intuito de mobilizar e dar visibilidade para certos problemas de saúde e questões sociais.¹⁸

A professora Fernanda Surita, quem entrevistamos para este informe, é médica obstetra, trabalha com os determinantes sociais ligados à saúde, com foco na violência doméstica, combate ao racismo, inclusão das populações com dificuldade de garantir o acesso e luta contra os efeitos da interseccionalidade, que é a interação ou sobreposição de fatores sociais que definem a identidade de uma pessoa e a forma como isso irá impactar sua relação com a sociedade e seu acesso a direitos. Em sua trajetória, a médica que trabalha na assistência, ensino e pesquisa, hoje também se dedica ao cuidado em saúde, trabalhando com materiais educativos voltados à população.

Existem muitas interseccionalidades que dificultam o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a população migrante enfrenta problemas com diferenças linguísticas e culturais. Os gestores precisam investir em educação permanente para os profissionais de saúde, com ênfase nos direitos humanos, pois as pessoas precisam de cuidados ampliados e os profissionais de saúde devem realizar o atendimento com equidade e competência cultural, respeitando as singularidades. A professora destaca, por exemplo, que na contracepção é necessário acatar a escolha da mulher com os métodos disponíveis no SUS, de maneira a respeitar seus corpos e as questões culturais que permeiam nessas decisões.

As cartilhas esclarecem pontos importantes sobre o SUS, apresentando que no Brasil o SUS proporciona e garante o acesso universal à saúde, independentemente de ser cidadão brasileiro ou não. O cuidado à saúde é realizado de modo integral, ou seja, não está somente ligado aos cuidados dito como assistenciais, mas também possui preocupações com a qualidade de vida, prevenção de doenças e a promoção da saúde. O SUS coordena rede composta pela atenção primária, secundária e de alta complexidade, os serviços de emergência, a atenção hospitalar, as condutas e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e

¹⁷ [Pesquisa analisa saúde sexual de venezuelanas migrantes no Brasil](#)

¹⁸ [OIM - Saúde Geral da Mulher](#)

assistência farmacêutica. Na cartilha, foram expostos os princípios do SUS, para que os leitores pudessem ter uma melhor compreensão de como funcionam equipamentos de saúde brasileiros e quais são os pilares do sistema de saúde pública nacional, ao qual os migrantes têm direito.¹⁹

Além da cartilha com informações sobre educação em saúde, é necessário ir a campo e colocar em prática o que é pensado e dito nas cartilhas. Para a professora, é importante o desenho de um projeto piloto sobre a saúde da população migrante.

Para Surita, o primeiro tema a ser abordado é que os migrantes desconhecem a universalidade e gratuidade do SUS. É necessário ampliar o conhecimento da população sobre o sistema de saúde brasileiro. Outro ponto importante é o de vencer o receio, por parte da população migrante, com o atendimento clínico realizado pelos profissionais da saúde, muitas vezes diferente dos seus locais de origem. Terceiro ponto é a linguagem. Essa é uma barreira muito relevante no momento do atendimento, ocorrendo desvios no momento da tradução, necessitando às vezes de um intérprete que permanece no momento da consulta, e pode intimidar tanto o profissional da área da saúde quanto a pessoa que está sendo atendida.

Ações para combater o preconceito que circunda a população migrante são essenciais para que os profissionais de saúde consigam mudar crenças limitantes, muitas vezes preconceituosas, para que haja melhor atendimento a esta parcela da população. A professora enfatiza a necessidade de ações mais articuladas com os três entes federados para maior conscientização dos profissionais de saúde, gestores municipais para que mais informação sobre o SUS cheguem de maneira facilitada à população migrante.

Para acessar as cartilhas da mulher migrante Unicamp: <https://linktr.ee/saudedamulhermigrante>

¹⁹OIM - Saúde Geral da Mulher

Níveis e tendências na mortalidade infantil: relatório 2023

Levels and trends in infant mortality: 2023 report

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Resumo: O relatório do Grupo Interagências das Nações Unidas para a Estimativa da Mortalidade Infantil (UN IGME), Níveis e tendências na mortalidade infantil de 2023, aponta para um avanço significativo na redução da mortalidade de menores de cinco anos, a nível global. O número anual de mortes infantis caiu para 4,9 milhões em 2022, apresentando um declínio de 51% desde 2000. Apesar deste progresso, persistem desafios, especialmente para as crianças mais vulneráveis, na África Subsaariana e no Sul da Ásia. Os investimentos em cuidados de saúde de qualidade, profissionais qualificados, serviços preventivos e sistemas de monitoramento de dados são cruciais para acabar com as mortes infantis evitáveis e combater as desigualdades.

Palavras-chave: Saúde da criança; Mortalidade infantil; Desenvolvimento sustentável.

Abstract: *The United Nations Inter-agency Group for Child Mortality Estimation (UN IGME) report, Levels and trends in infant mortality 2023, marks a significant achievement in reducing under-five mortality globally. The annual number of child deaths has dropped to 4.9 million in 2022, showcasing a 51% decline since 2000. Despite this progress, challenges persist, especially for vulnerable children in sub-Saharan Africa and Southern Asia. Investments in quality healthcare, skilled personnel, preventive services, and data monitoring systems are crucial to ending preventable child deaths and addressing inequalities.*

Key words: *Children's health; Infant mortality; Sustainable development.*

O [Grupo Interinstitucional das Nações Unidas para a Estimativa da Mortalidade Infantil](#)²⁰ (UN IGME) avalia estimativas globais e regionais da mortalidade infantil. As conclusões do relatório deste ano (Níveis e Tendências na Mortalidade Infantil(1)) representam um momento digno de nota na campanha em curso para acabar com todas as mortes infantis evitáveis: o número anual de mortes de menores de cinco anos caiu para 4,9 (4,6–5,4) milhões em 2022. O relatório revela que sobrevivem hoje mais crianças do que nunca, com a taxa global de mortalidade de menores de 5 anos diminuindo 51% desde 2000, com países de baixa e baixa-média renda ultrapassando este declínio.

²⁰ O Grupo foi formado em 2004 para partilhar dados sobre a mortalidade infantil, melhorar os métodos de estimativa da mortalidade, reportar o progresso em direção aos objetivos de sobrevivência infantil e melhorar a capacidade dos países para produzirem dados adequados. O IGME é liderado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e inclui a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Grupo do Banco Mundial e a Divisão de População das Nações Unidas do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA-EN) como membros.

No entanto, milhões de crianças ainda morrem antes do seu quinto aniversário – uma perda que serve como um fator crucial para lembrar que as ameaças à saúde e sobrevivência dos recém-nascidos e das crianças persistem em todo o mundo, especialmente entre as crianças mais marginalizadas. Além disso, embora o número de mortes de menores de cinco anos em 2022 seja significativamente menor, ele deve ser visto à luz de ampla incerteza associada à faixa de 4,6 a 5,4 milhões de crianças - situação que decorre da disponibilidade limitada de dados.

À medida que se examina os dados e tendências de mortalidade, é importante destacar o que foi alcançado, mas também avançar para responder questões críticas: Como tem sido o progresso na redução da mortalidade de menores de cinco anos na primeira metade dos ODS? Quantas mortes ocorreram em situações em que a vida das crianças é afetada pela desigualdade, crises e conflitos? Quais países precisam acelerar o progresso para atingir as metas de mortalidade em 2030?

Responder a essas perguntas – e garantir a precisão das informações e tendências na mortalidade infantil – seriam melhoradas com a disponibilidade de dados mais oportunos e de maior qualidade, o que contribuiria também para a definição de políticas pautadas em evidências.

Um marco de saúde global, mas ainda há muito a se fazer para acabar com as mortes evitáveis

Ainda que progressos tenham sido feitos na redução da mortalidade infantil evitável em todo o mundo, ocorreram cerca de 162 milhões mortes de menores de cinco anos desde 2000 (esse número é quase igual à população atual de Bangladesh). Neste período houve ainda cerca de 50 milhões de natimortos (1,9 milhões só no ano de 2021) – natimortalidade e mortalidade neonatal são indicadores críticos da saúde perinatal.

Estas mortes são ainda mais trágicas considerando que a maioria deles poderia ter sido evitada por intervenções comuns, eficazes e muitas vezes de baixo custo, como:

- acesso a serviços essenciais de saúde;
- partos assistidos por profissionais de saúde qualificados;
- número adequado de agentes comunitários de saúde;
- acesso a serviços pré e pós-natais;
- assistência adequada de recém-nascidos prematuros e doentes;
- serviços preventivos, como vacinação;
- melhor diagnóstico das principais causas de doenças que levam à mortalidade infantil e acesso à tratamento oportuno; e
- esforços para reduzir a desnutrição como fator de risco para mortalidade (suplementação com alimentos terapêuticos prontos para uso), melhorar a qualidade da água, garantia de saneamento básico e redução de riscos ambientais.

As metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A meta definida pelos ODS é até 25 mortes por 1.000 nascidos-vivos para crianças menores de 5 anos, e até 12 mortes por 1.000 nascidos vivos para mortalidade neonatal. Sem

investimentos urgentes na sobrevivência destas crianças, 59 países estão em risco de não cumprir a meta para a mortalidade de menores de cinco anos e 64 países ficarão aquém da meta de mortalidade neonatal até 2030.

Se as tendências atuais seguirem, até 2030, 35 milhões de crianças morrerão antes de terem completado cinco anos, e atingir as metas definidas pelos ODS salvariam 9 milhões de vidas. Estes não são apenas números em uma página; eles representam vidas reais interrompidas.

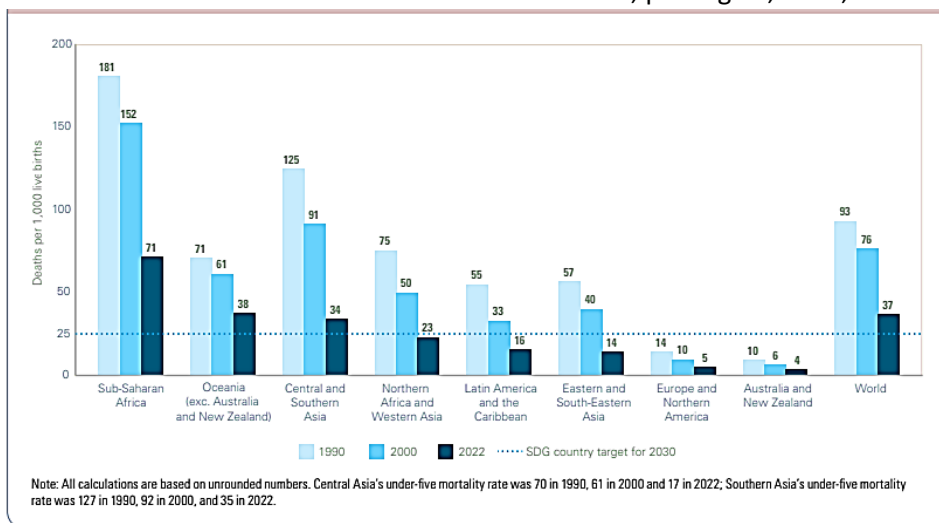
Mortalidade em Menores de Cinco Anos

Ainda que a melhora nos indicadores de saúde das crianças deva ser comemorada, a taxa global de mortalidade em menores de cinco anos mascara uma variação substancial entre países e regiões.

As mortes globais de menores de cinco anos foram principalmente concentradas em duas regiões: África Subsaariana e Sul da Ásia. Em 2022, a África Subsaariana representou 57% do total de mortes de menores de cinco anos e apenas 30% dos nascidos-vivos. Já o Sul da Ásia representou outros 26% das mortes de menores de cinco anos e 27% nascidos-vivos.

Desde 2000, a taxa global de mortalidade em menores de cinco anos diminuiu 51%, chegando a 37 mortes por 1.000 nascidos vivos em 2022 (Figura 1).

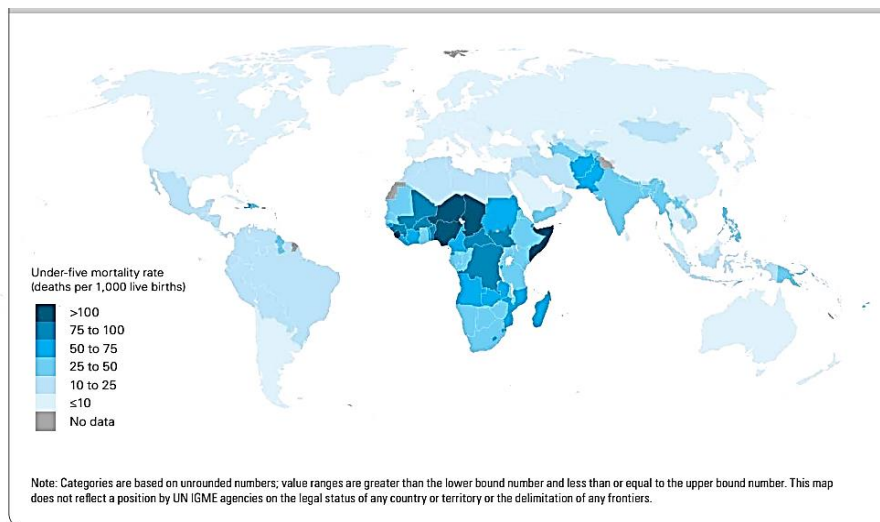
Figura 1 - Taxa de mortalidade de menores de cinco anos, por região, 1990, 2000 e 2022.



Fonte: UN IGME, 2023.

As crianças no país com maiores taxas de mortalidade enfrentam um risco de morrer antes dos 5 anos 80 vezes maior do que o país com menor taxa de mortalidade - variando entre 1,5 mortes por 1.000 nascidos vivos para 117,3 mortes por 1.000 nascidos (Figura 2).

Figura 2 - Taxa de mortalidade de menores de cinco anos, por país, 2022.

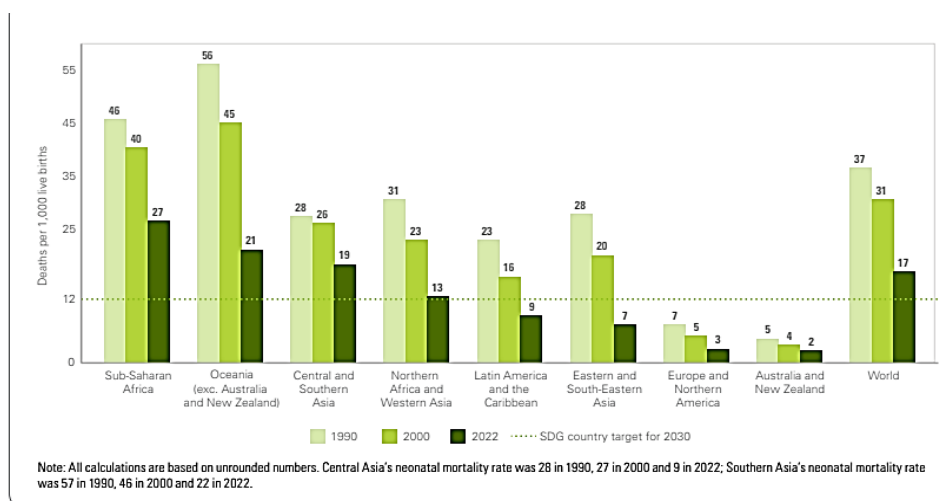


Fonte: UN IGME, 2023.

Mortalidade Neonatal

As crianças menores enfrentam probabilidades divergentes de sobrevivência com base no local onde nasceram. Enquanto a taxa de mortalidade neonatal global diminuiu 44% desde 2000, na região da África Subsaariana ela diminuiu apenas 34% no mesmo período, chegando a 27 mortes por 1.000 nascidos vivos em 2022 (Figura 3). Nesta região, o risco de morte no primeiro mês de vida é 11 vezes maior que na região de menor mortalidade (Austrália e Nova Zelândia). O Sul da Ásia segue com a segunda maior taxa regional, com 22 mortes por 1.000 nascidos vivos.

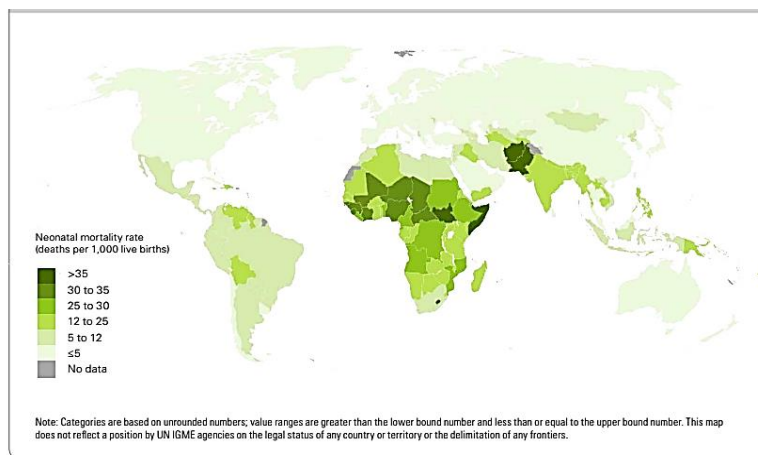
Figura 3 - Taxa de mortalidade neonatal, por região, 1990, 2000 e 2022.



Fonte: UN IGME, 2023.

O risco de morrer antes do 28º dia de vida de uma criança nascida no país com maior mortalidade foi cerca de 60 vezes maior do que no país com menor mortalidade (Figura 4).

Figura 4 - Taxa de mortalidade neonatal, por país, 2022.

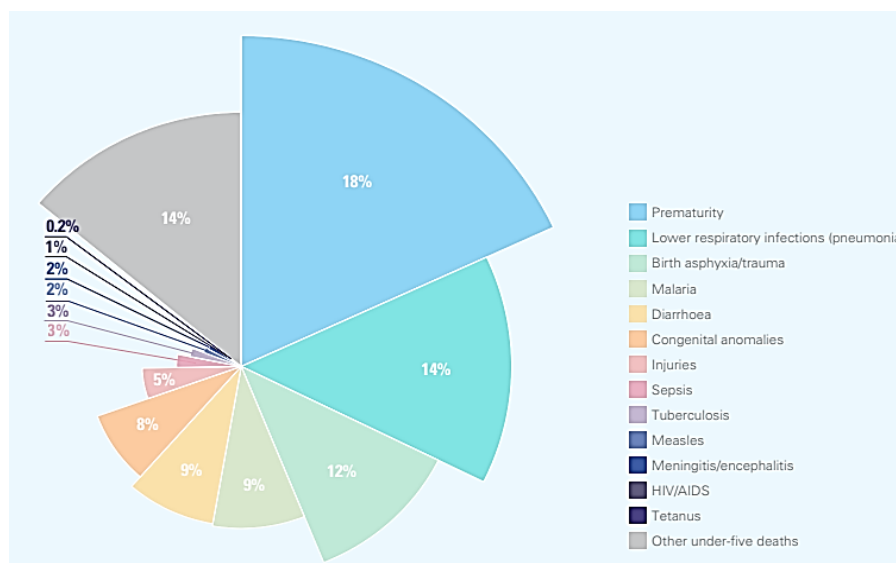


Fonte: UN IGME, 2023.

Principais causas de morte entre recém-nascidos e crianças menores de 5 anos

As principais causas de mortalidade de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos em 2022 foram: prematuridade (18%), infecções respiratórias (14%), asfixia/trauma no nascimento (12%), malária (9%), anomalias congênitas (8%), lesões (5%), sepse (3%), tuberculose (3%), sarampo (2%), meningite/encefalite (2%), HIV/Aids (1%), tétano (0,2%), outras causas (14%), como demonstrado na Figura 5.

Figura 5 - Condições relacionadas à mortalidade neonatal e em menores de cinco anos em todo o mundo, 2022.



Fonte: UN IGME, 2023.

Cenário epidemiológico global: questões que perduram e questões que mudaram desde 2000

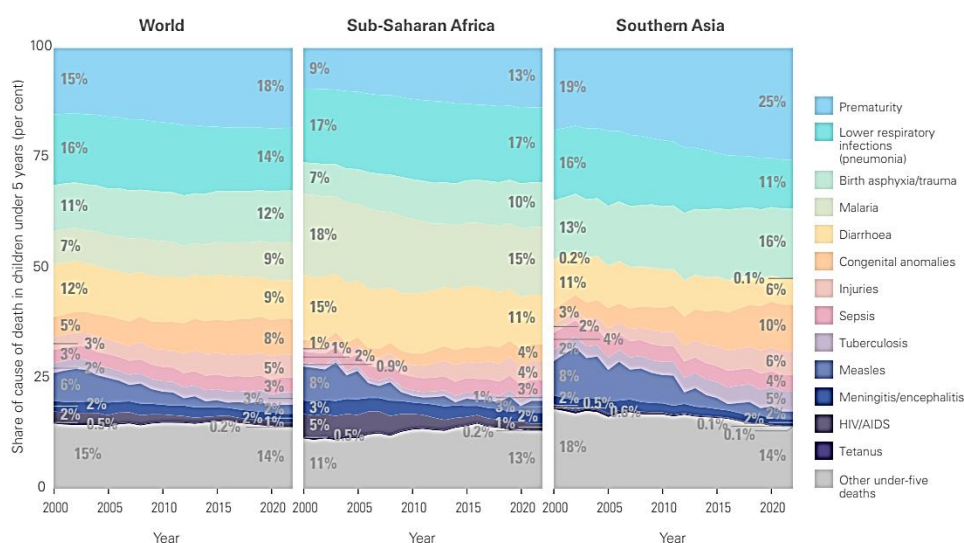
Ainda que as taxas de mortalidade tenham diminuído, sua distribuição específica por causa não mudou substancialmente desde o ano 2000 - globalmente, as principais causas ainda representam proporções similares desde então.

Em uma escala global, mais de 55% das mortes de menores de cinco anos ocorreram por complicações no nascimento ou doenças infecciosas. Já entre os recém-nascidos, as principais causas foram parto prematuro, complicações no parto (asfixia/trauma) e anomalias congênitas, que juntos representaram quase 4 em cada 10 mortes.

Por outro lado, as regiões que concentram a maioria das mortes de menores de cinco anos, as causas diferem ao longo do tempo e entre si. Por exemplo, a malária ainda é uma das principais causas de mortes de menores de cinco anos na África Subsaariana (15% de todas as mortes na região), enquanto ela representa apenas 0,1% das mortes de menores de cinco anos no sul da Ásia.

Outra questão que merece destaque é a diminuição de sarampo como causa da morte de crianças menores de cinco anos (queda de 6% em 2000 para 2% em 2022), ao passo que anomalias congênitas aumentaram (globalmente de 5% para 8% e no sul da Ásia de 3% para 10%) (Figura 6).

Figura 6 - Distribuição das causas de morte de menores de cinco anos no mundo, na África Subsaariana e no Sul da Ásia, 2000–2022.



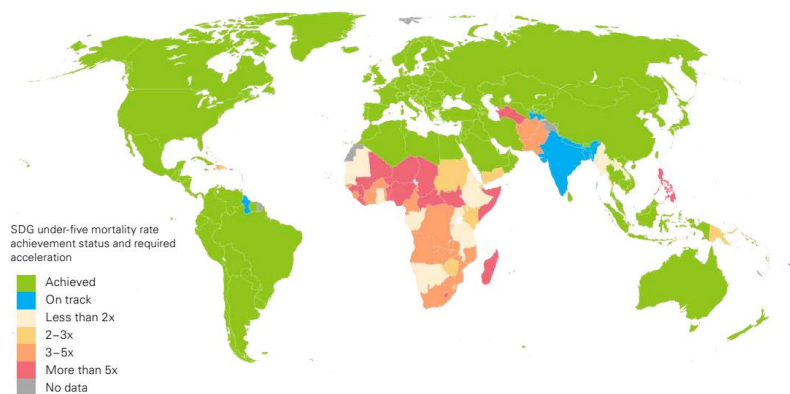
Fonte: UN IGME, 2023.

O cumprimento dos ODS na taxa de mortalidade de menores de cinco anos

Dos 200 países e territórios analisados, 134 já atingiram a meta dos ODS sobre a mortalidade de menores de cinco anos e sete países estão no caminho para que isso ocorra até 2030 (Figura 7).

Apesar dos resultados positivos, se as tendências atuais se mantiverem, 59 países não vão cumprir a meta. Destes, 43 países precisarão de mais do que o dobro da sua atual taxa de progresso.

Figura 7 - Status dos ODS para o cumprimento da meta de redução da mortalidade em menores de cinco anos



Fonte: UN IGME, 2023.

Questões finais sobre a mortalidade de recém-nascidos, crianças e adolescentes

1. Progressos, como nunca observados, levaram a menos crianças morrendo antes de completarem 5 anos

Este é um momento oportuno para observar o que foi alcançado, mas também refletir sobre o que deve ser feito. Desde 2000 a taxa global de mortalidade de menores de cinco anos diminuiu para menos da metade e em 2022 as mortes de menores de cinco anos caíram para 4,9 milhões.

Essa notável conquista foi em grande parte impulsionada pelo compromisso de governos, organizações, comunidades locais, cuidados de profissionais de saúde e famílias.

2. O número anual de mortes entre crianças e jovens permanece, ainda, inaceitavelmente alto

Dos 4,9 milhões de mortes de menores de cinco anos em 2022, 2,3 milhões ocorreram durante o primeiro mês de vida e outros 1,2 milhões de crianças e jovens com idade entre 5 e 24 anos também morreram no mesmo período. Entre 2000 e 2022, o mundo perdeu 221 milhões de crianças e jovens - isso corresponde a quase toda a população da Nigéria, o sexto maior país do mundo em número de habitantes.

3. As crianças enfrentam oportunidades desiguais de sobrevivência com base no local onde vivem, ao grupo socioeconômico a que pertencem e se estão em local afetado por conflitos

Ainda que as taxas globais de mortalidade infantil estejam diminuindo, estas médias mascaram desigualdades persistentes e arraigadas entre populações vulneráveis de crianças. Quando as crianças nascem em famílias mais pobres ou em um país afetado por conflitos, suas chances de sobrevivência despencam. Uma criança nascida na África Subsaariana tem, em média, 18 vezes mais probabilidade de morrer antes de completar 5 anos quando comparada à uma criança nascida na Austrália ou Nova Zelândia. O risco de morte de uma criança menor de 5 anos pode ser até 80 vezes maior quando comparamos as maiores e menores taxas de mortalidade.

4. A menos que sejam tomadas medidas urgentes para acabar com mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças, muitos países de renda baixa e média-baixa não cumprirão o Plano definido pelos ODS até 2030

Estes indicadores são sustentados em grande parte por famílias na África Subsaariana e no Sul da Ásia. Na tendência atual, 59 países não cumprirão a meta para menores de cinco anos e 64 países não cumprirão a meta de mortalidade neonatal.

5. O progresso é possível, mesmo em regiões e países de rendimento baixo e médio-baixo

Vários países de rendimento baixo e médio-baixo superaram o declínio global da mortalidade de menores de cinco anos - em alguns casos reduzindo suas taxas em mais de dois terços desde o ano 2000.

Esses resultados demonstram o alto retorno quando se investe em cuidados maternos, sobrevivência de recém-nascidos e saúde de crianças. Eles também fornecem evidências importantes de que, investimentos sustentados e medidas estratégicas em contextos com recursos limitados, salvam vidas.

6. Investimentos a nível local e nacional devem ser feitos para garantir que intervenções estejam disponíveis e acessíveis para todas as comunidades, especialmente onde os recém-nascidos e crianças estão em maior risco

As evidências mostram que, para salvar a vida das crianças é necessário: intensificar intervenções de alto impacto, como ter profissionais de saúde qualificados para assistência ao nascimento, cuidar de recém-nascidos doentes, ofertar cuidados pré-natais e pós-natais, ofertar serviços preventivos, como vacinação, melhorar acesso ao diagnóstico e tratamento das principais causas de doenças que levam à mortalidade infantil, e não medir esforços para reduzir os fatores de risco da mortalidade, como a desnutrição.

Estas medidas devem estar disponíveis para todas as crianças, em todos os países, e oferecidas através da atenção primária à saúde ao longo de toda a vida. Nos locais onde os investimentos em cuidados maternos, neonatais e infantis já estejam em vigor, deve-se garantir que sejam sustentados e intensificados - não basta apenas priorizar a cobertura, mas também garantir a equidade e qualidade.

7. Os dados estão menos disponíveis nos locais onde as crianças enfrentam os maiores riscos

Em cerca de dois em cada cinco países, os dados mais recentes disponíveis sobre a mortalidade infantil têm mais de cinco anos - a disponibilidade de dados diminui consideravelmente em países classificados como frágeis ou afetados por conflitos.

Os dados estatísticos e os sistemas nacionais devem ser melhorados para rastrear e monitorar a sobrevivência por idade e direcionar recursos para as crianças que vão mais se beneficiar dos investimentos na saúde.

8. É necessária uma ação global imediata para garantir progresso daqueles que ainda não avançaram:

- Enfatizar a ação local, por meio do planejamento, implementação e monitoramento, através de políticas comprometidas e recursos adequados;

- Ampliar os investimentos para mães e recém-nascidos - A redução da mortalidade neonatal requer investimento em cuidados na hora do nascimento, profissionais de saúde qualificados, cuidado adequado ao recém-nascido e cuidados especializados aos recém-nascidos graves;

- Investir em agentes comunitários de saúde - As ações de saúde materna, neonatal e infantil, malária, nutrição e programas de imunização precisam de um quadro robusto de agentes comunitários de saúde - um elemento crítico para o cuidado ao longo da vida;

- Fortalecer os dados e os sistemas estatísticos - Para monitorar e garantir a sobrevivência de cada criança, incluindo as que se encontram nos grupos mais vulneráveis, as lacunas nos dados e no monitoramento devem ser sanadas;

- Alocar suficiência de recursos, com foco na definição de planos (distrital, regional e nacional) que visam melhorar a saúde dos recém-nascidos e crianças.

Referências

1. UNICEF. UNICEF DATA. 2024 [citado 15 de março de 2024]. Levels and trends in child mortality. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/levels-and-trends-in-child-mortality-2024/>

As mudanças climáticas, os sistemas alimentares e a segurança alimentar e nutricional: próximo a um ponto sem volta

**Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva
Erica Ell
Juliana Ubarana**

Resumo: Nesse informe, refletiremos sobre o Relatório do Estado do Clima Global 2023 e o Dia Mundial da Água, bem como a sua relação com os sistemas alimentares e a segurança alimentar e nutricional no mundo, incluindo as respostas propostas pela FAO aos desafios atuais.

As interfaces entre as mudanças climáticas, os sistemas alimentares e a segurança alimentar e nutricional (SAN) têm se destacado nos debates da agenda de desenvolvimento sustentável desde o início da década de 1990. A interseção desses temas tem sido evidenciada em um grande conjunto de estudos demonstram que as mudanças climáticas possuem efeitos negativos na SAN, potencializados pela pobreza e desigualdade social, bem como o papel dos sistemas alimentares como causas e como sua transformação pode reverter a situação atual.

No campo da SAN, as mudanças climáticas impactam principalmente na produção e acesso aos alimentos, além de interferir na sua qualidade nutricional e de contribuir fortemente na volatilidade dos preços. Os estudos também apontam estratégias de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas para mitigar e reverter seus efeitos sobre a SAN, particularmente considerando o maior impacto sobre as populações mais vulneráveis, em função das desigualdades sociais e da pobreza, reforçando a necessidade de maior investimento em políticas públicas, estudos e pesquisas acerca da temática no mundo. (Alpino *et al.*, 2022).

Essas interfaces são ainda mais notáveis quando se considera a questão da sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, que evidencia o papel central dos sistemas alimentares hegemônicos, baseados nas monoculturas e nos produtos ultraprocessados, como um dos principais agentes causadores das mudanças climáticas e como determinantes da dupla carga da má nutrição (Swinburn *et al.*, 2019).

Vale ainda a pena destacar o papel da água diante das mudanças climáticas, da SAN e dos sistemas alimentares, no contexto do Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março. A água é um direito humano, mas tem sido ameaçada de privatização mesmo sendo um alimento e essencial para a produção e preparação de alimentos e tem sido ameaçada pelo uso insustentável e pelo estresse hídrico provocado pelas mudanças climáticas, afetando mais severamente as populações mais vulneráveis.

Mudanças climáticas e a segurança alimentar e nutricional

Em 2019, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas trouxe em seu relatório uma análise detalhada dos efeitos das mudanças climáticas sobre a segurança alimentar e nutricional global (The Intergovernmental Panel on Climate Change, 2019).

Segundo o relatório, o atual sistema alimentar dominante, contemplando da produção, transporte, processamento e embalagem ao armazenamento, varejo, consumo, perdas e desperdícios, alimenta a grande maioria da população mundial e sustenta os meios de vida de mais de 1 bilhão de pessoas. Desde 1961, a oferta de alimentos per capita aumentou mais de 30%, acompanhado pelo maior uso de fertilizantes nitrogenados (aumento de cerca de 800%) e recursos hídricos para irrigação (que aumentou mais de 100%). No entanto, esse sistema alimentar é extremamente falho e desigual, na medida em que atualmente se estima que 821 milhões de pessoas estejam subnutridas e que 151 milhões de crianças menores de cinco anos sejam afetadas por retardo no crescimento, 613 milhões de mulheres e meninas entre 15 e 49 anos sofram de deficiência de ferro e 2 bilhões de adultos estejam com sobrepeso ou obesidade. Para agravar mais essa situação, o sistema alimentar dominante no mundo está sob pressão de estressores não climáticos (tais como o crescimento populacional e de renda e o aumento da demanda por produtos de origem animal) e das mudanças climáticas, que estão impactando fortemente os quatro pilares da segurança alimentar (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade).

Observa-se que as mudanças climáticas já estão afetando a segurança alimentar por meio do aumento das temperaturas, de alterações nos padrões de precipitação e da maior frequência de alguns eventos extremos. Estudos que separam as mudanças climáticas de outros fatores que afetam os rendimentos das colheitas mostraram que os rendimentos de algumas culturas (por exemplo, milho e trigo), principalmente em regiões de baixa latitude foram afetados negativamente pelas mudanças climáticas, enquanto em muitas regiões de alta latitude e que o aquecimento combinado com o aumento das secas causou grandes efeitos negativos nos rendimentos em partes do Mediterrâneo e estão afetando mais severamente a segurança alimentar em regiões áridas, especialmente na África, e em regiões de montanha da Ásia e América do Sul.

As projeções para o futuro não são animadoras, pois se projeta que a segurança alimentar será cada vez mais afetada pelas futuras mudanças climáticas projetadas, incluindo o aumento de preço dos cereais até 2050, o que afetaria os consumidores globalmente através de preços mais altos dos alimentos. Nesse sentido, os consumidores de baixa renda, em particular, estarão em maior risco, sendo estimado que poderão aumentar em até 183 milhões o total de pessoas em risco de fome em comparação com um cenário sem mudanças climáticas. Outra questão importante ligada às mudanças climática, a distribuição de pragas e doenças mudarão, pode afetar negativamente a produção em muitas regiões e, junto com a maior ocorrência de eventos extremos, deve aumentar o risco de interrupções no sistema alimentar.

Por exemplo, a vulnerabilidade dos sistemas pastoris às mudanças climáticas é muito alta. Segundo o relatório, o pastoreio é praticado em mais de 75% dos países por entre 200 e 500 milhões de pessoas, incluindo comunidades nômades, pastores transumantes e agropastores. Os impactos nos sistemas pastoris na África incluem menor produtividade de pastagens e de animais, a função reprodutiva danificada e a perda de biodiversidade. Essa vulnerabilidade dos sistemas pastoris é exacerbada por fatores não climáticos, tais como a posse da terra, a sedentarização, as mudanças em instituições tradicionais, as espécies invasoras, a falta de mercados e os conflitos.

Em outro campo, a produção de frutas e hortaliças, um componente-chave das dietas saudáveis, também é muito vulnerável às mudanças climáticas, sendo projetados declínios nos rendimentos e na adequação das culturas sob temperaturas mais altas, especialmente em regiões tropicais e semitropicais. O estresse térmico reduz a frutificação e acelera o

desenvolvimento de vegetais anuais, resultando em perdas de produtividade e de qualidade do produto prejudicada e no aumento das perdas e desperdícios de alimentos. Por outro lado, estações de crescimento mais longas permitem o cultivo de um maior número de plantações e podem contribuir para maiores rendimentos anuais. No entanto, algumas frutas e hortaliças precisam de um período de acumulação de frio para produzir uma colheita viável, e invernos mais quentes podem constituir um importante risco para essas culturas.

Ainda segundo o relatório, a segurança alimentar e as mudanças climáticas têm fortes dimensões de gênero e equidade. Destaca, nesse sentido, que, em todo o mundo, as mulheres desempenham um papel fundamental na segurança alimentar e nutricional, embora existam diferenças regionais e os impactos das mudanças climáticas variam entre diversos grupos sociais, dependendo da idade, etnia, gênero, riqueza e classe. Extremos climáticos têm impactos imediatos e de longo prazo nos meios de vida de comunidades pobres e vulneráveis, contribuindo para maiores riscos de insegurança alimentar e nutricional que podem ser um multiplicador de estresse para a migração interna e externa. Portanto, é necessário empoderar as mulheres e implementar abordagens baseadas em direitos para permitir a criação de sinergias entre a segurança alimentar doméstica e a adaptação e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Para tanto, muitas práticas podem ser otimizadas e ampliadas para promover a adaptação em todo o sistema alimentar, tais como opções do lado da oferta incluindo o aumento da matéria orgânica do solo e controle da erosão, a melhoria do manejo de terras agrícolas, de pecuária e de pastagens, e melhorias genéticas para tolerância ao calor e à seca. A diversificação no sistema alimentar (como, por exemplo, a implementação de sistemas de produção integrados, de recursos genéticos amplos e de dietas heterogêneas) é uma estratégia-chave para reduzir os riscos. Além disso, são fundamentais adaptações do lado da demanda, como a adoção de dietas saudáveis e sustentáveis, em conjunto com a redução da perda e do desperdício de alimentos, para contribuir para a adaptação mediante a redução da área de terra adicional necessária para a produção de alimentos e das vulnerabilidades associadas do sistema alimentar. Nesse contexto, é importante considerar o conhecimento indígena e local, que pode trazer muitas contribuições para aumentar a resiliência dos sistemas alimentares.

O relatório também destaca os impactos dos sistemas alimentares hegemônicos sobre o clima, visto que aproximadamente de 21 a 37% das emissões totais de gases de efeito estufa (GEE) são atribuíveis a eles por conta da agricultura de larga escala e do uso da terra, bem como do armazenamento, transporte, embalagem, processamento, varejo e consumo dos alimentos. Por exemplo, somente na produção agrícola, estima-se que de 9 a 14% das emissões estejam associadas a atividades de cultivo e pecuária dentro das fazendas; 5 a 14% são relacionadas ao uso da terra, incluindo desmatamento e degradação de turfeiras e 5 a 10% são de atividades na cadeia de suprimentos. Sem intervenções nesses sistemas, as emissões provavelmente aumentarão cerca de 30 a 40% até 2050, devido ao aumento da demanda baseada no crescimento populacional e de renda e mudanças na dieta.

Práticas do lado da oferta podem contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, reduzindo as emissões de culturas e pecuária, sequestrando carbono no solo e na biomassa e diminuindo a intensidade de emissões dentro de sistemas de produção sustentáveis. Opções com grande potencial de mitigação em sistemas de cultivo incluem sequestro de carbono no solo (com taxas decrescentes ao longo do tempo), reduções nas emissões de nitrogênio de fertilizantes, reduções nas emissões de metano do arroz irrigado e preenchimento de lacunas de rendimento. Opções com grande potencial de mitigação em sistemas de pecuária incluem

melhor manejo de pastagens, com aumento da produção primária líquida e estoques de carbono no solo, manejo aprimorado de esterco e alimentação de maior qualidade.

O consumo de dietas saudáveis e sustentáveis apresenta grandes oportunidades para reduzir as emissões de gases de efeito estufa dos sistemas alimentares e melhorar os resultados sobre a saúde, considerando o consumo preferencial de grãos integrais, leguminosas, frutas, vegetais, nozes e sementes e com poucos alimentos de origem animal e limite em carboidratos. Com isso, poderiam ser obtidas reduções nas emissões de pecuária e sequestro de carbono no solo em terras poupadas. O potencial de mitigação da mudança dietética pode ser ainda maior, mas depende das escolhas dos consumidores e das preferências dietéticas guiadas por fatores sociais, culturais, ambientais e tradicionais, além do crescimento econômico.

Outro ponto relevante apontado pelo relatório é a redução da perda e desperdício de alimentos, visto que combinados correspondem a 25–30% do total de alimentos produzidos, equivalente a 8–10% das emissões antropogênicas totais de gases de efeito estufa e custos estimados de US\$1 trilhão por ano. Opções técnicas para a redução da perda e desperdício de alimentos incluem técnicas de colheita aprimoradas, melhor armazenamento nas fazendas, e aprimoramento da infraestrutura e embalagem.

Dessa forma, a agricultura e os sistemas alimentares são fundamentais para as respostas globais às mudanças climáticas, combinando ações do lado da oferta, como produção eficiente, transporte e processamento, com intervenções do lado da demanda, incluindo a modificação das escolhas alimentares e redução da perda e desperdício de alimentos, reduz as emissões de GEE e melhora a resiliência do sistema alimentar. Essas medidas combinadas podem permitir a implementação de estratégias de adaptação e mitigação em larga escala baseadas em terra sem ameaçar a segurança alimentar e nutricional devido ao aumento da competição por terras para produção de alimentos e preços mais altos dos alimentos. Nesse sentido, são fundamentais transições justas, que tragam a combinação de medidas com a proteção a populações vulneráveis e pequenos agricultores.

Por fim, o relatório destaca a importância da governança das políticas e ações para a adaptação e mitigação em todo o sistema alimentar, em que condições facilitadoras podem incluir mecanismos de compartilhamento e transferência de riscos, como mercados de seguros e seguros meteorológicos baseados em índices, combinados a políticas de saúde pública para melhorar a nutrição (incluindo compras de alimentos para as escolas e campanhas educativas que podem potencialmente mudar a demanda, reduzir os custos com saúde e contribuir para emissões de gases de efeito estufa).

Esse diagnóstico do relatório e suas recomendações são corroborados por estudos recentes que discutem os graves riscos para a segurança alimentar e nutricional que estão ligados às mudanças climáticas, particularmente os extremos climáticos e meteorológicos no aquecimento global, seca, inundações e precipitação. Os riscos graves das mudanças climáticas para a segurança alimentar e nutricional são aqueles que resultam, com alta probabilidade, em insegurança alimentar e desnutrição generalizadas e persistentes para milhões de pessoas, têm o potencial de efeitos em cascata além dos sistemas alimentares, e contra os quais há capacidade limitada de prevenir ou responder completamente. Portanto, reforça-se a necessidade de opções de adaptação, incluindo ações de gestão institucional e governança, que podem ser tomadas para prevenir ou reduzir os riscos climáticos graves para a segurança alimentar e nutricional humana futura (Mirzabaev *et al.*, 2023).

Relatório do Estado do Clima Global 2023

O Relatório do Estado do Clima Global 2023, lançado em março de 2024, confirma que 2023 foi o ano mais quente da história e traz outras mensagens alarmantes, como recordes de aumento da temperatura dos oceanos (junto com o aumento dos níveis dos mares, a perda de gelo no mar da Antártica e a retração das geleiras) e o aumento nos eventos climáticos extremos (e seu impacto negativo sobre o desenvolvimento socioeconômico). Ao mesmo tempo, traz mensagens de esperança como o potencial da transição para energias renováveis, enquanto destaca que o custo da inação em relação ao clima, ou seja, os prejuízos econômicos causados pelas mudanças climáticas, será muito maior do que o custo das ações para reverter as mudanças que estão em curso (World Meteorological Organization (WMO), 2024).

Mudanças no clima, medidas no relatório por indicadores-chave, podem ter impactos em cascata sobre o desenvolvimento nacional e no progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por exemplo, alterações na acidez ou temperatura dos oceanos podem afetar a vida marinha potencialmente impactando comunidades costeiras que dependem da pesca local para seu sustento ou para a sua segurança alimentar e nutricional. Por outro lado, segundo o relatório, as ciências relacionadas ao clima desempenham um papel crítico em facilitar o desenvolvimento sustentável e, conforme demonstrado pelo relatório *United in Science* de 2023, essas ciências apoiam a realização de muitos dos ODS. Nesse sentido, reconhecer as interconexões entre o clima e o desenvolvimento pode, portanto, levar a ações sinérgicas, uma necessidade crescente à medida que o mundo se afasta cada vez mais da conquista tanto dos ODS quanto das metas do Acordo de Paris.

Dentre seus capítulos, o relatório aborda os impactos socioeconômicos das mudanças climáticas, destacando que a segurança alimentar, os deslocamentos populacionais e os impactos em populações vulneráveis continuam sendo uma preocupação crescente em 2023, agravados pelos riscos climáticos e meteorológicos em muitas partes do mundo.

Em 2023, condições climáticas extremas continuaram a desencadear deslocamentos novos, prolongados e secundários, aumentando a vulnerabilidade de populações já deslocadas por situações complexas e multifatoriais de conflitos e violência. Nesse sentido, o relatório reforça a necessidade de desenvolvimento e a implementação de estratégias locais de redução de riscos como a adoção do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, que inclui como componente essencial a existência de sistemas eficazes de alerta precoce para múltiplos riscos.

Esses eventos, combinados a outros fatores que ocorrem em um contexto mais amplo, de forma que os eventos climáticos extremos interagem e, em alguns casos, desencadeiam ou agravam situações relacionadas à segurança hídrica e à segurança alimentar e nutricional, junto com a mobilidade populacional e degradação ambiental, e afetam de forma desigual diferentes regiões do mundo.

O relatório também destaca que a atual crise global de alimentos e nutrição é a maior da história humana moderna, uma vez que o número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar e nutricional aguda em todo o mundo mais que dobrou, passando de 149 milhões de pessoas antes da pandemia de COVID-19 para 333 milhões de pessoas em 2023 (em 78 países monitorados pelo Programa Mundial de Alimentos - PMA). Preocupantemente, os níveis globais de fome permaneceram inalterados de 2021 a 2022, e ainda estão muito acima dos níveis pré-pandêmicos: em 2022, 9,2% da população global (735,1 milhões de pessoas) estavam subnutridas, em comparação com 7,9% da população (612,8 milhões de pessoas), em 2019, e o

número de pessoas sem condições de ter acesso a uma alimentação de qualidade é muitas vezes maior (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, 2023).

Ainda segundo o relatório, temos como raízes desses altos níveis de insegurança alimentar e nutricional global os conflitos prolongados, recessões econômicas e altos preços dos alimentos, agravados pelos custos elevados dos insumos agrícolas devido a conflitos em andamento, aos quais se combinam os efeitos de extremos climáticos e meteorológicos. Por exemplo, no sul da África, extremos climáticos, incluindo a passagem do Ciclone Freddy em fevereiro de 2023, afetaram áreas de Madagascar, Moçambique, sul do Malawi e Zimbábue e as inundações associadas ao ciclone submergiram extensas áreas agrícolas e causaram danos severos às colheitas, exacerbando uma recuperação econômica lenta.

Globalmente, as perdas econômicas anuais devido a desastres relacionados ao clima e a fenômenos meteorológicos aumentaram muito desde os anos 2000. Por exemplo, entre 2007 e 2022, pesquisas de avaliação de necessidades pós-desastre realizadas em 60 países em todo o mundo mostraram que mais de 65% das perdas causadas por secas ocorreram no setor agrícola, incluindo perdas na produção de culturas e criação de gado. Além disso, no caso de inundações, tempestades e ciclones, cerca de 20% das perdas estão no setor agrícola.

Como mais um exemplo dos impactos mais severos das mudanças climáticas sobre o continente africano, no início de 2023, o Sudão do Sul continuou a enfrentar inundações excepcionais, com os níveis de água permanecendo altos mesmo durante a estação seca. Essas inundações prolongadas dificultaram o acesso das pessoas a necessidades básicas, como alimentos, água limpa e cuidados de saúde, e contribuíram para o colapso iminente dos meios de subsistência locais, de modo que foram estimadas, no primeiro semestre de 2023, cerca de 7,8 milhões de pessoas, equivalentes a quase dois terços da população total do Sudão do Sul, em situação de insegurança alimentar e nutricional grave (passando fome).

O relatório destacou igualmente o impacto do clima sobre regiões mais vulneráveis da Ásia, como no Afeganistão, que enfrentou uma redução substancial no derretimento da neve e nas chuvas, resultando em outra safra de culturas precária. Isso agravou a situação de sua população, especialmente nas regiões norte e nordeste, sendo estimados, em 2023, 15,3 milhões de afegãos em situação de insegurança alimentar e nutricional grave. Também no Iêmen, 53% da população já estava em situação de insegurança alimentar e nutricional grave, agrava ainda mais por altos preços de alimentos e combustíveis, juntamente com inundações e conflitos prolongados. Na Indonésia, por sua vez, uma seca relacionada ao El Niño e outros fatores climáticos locais, afetou perto de 30% da área de cultivo de arroz, diminuindo a produção em 645.000 toneladas e atrasando as culturas no final de 2023.

O relatório destacou, ainda, a situação das Américas, em 2019, onde houve uma produção recorde de milho no Brasil que compensou as colheitas abaixo da média em outras partes da América do Sul devido a períodos prolongados de seca, especialmente na Argentina, onde as condições de seca provocaram uma diminuição de 15% na produção de cereais em comparação com a média de cinco anos. Além disso, o retorno do El Niño, em 2023, teve consequências adversas durante todo o ciclo de cultivo de milho na América Central e nas partes norte da América do Sul, onde déficits de água e altas temperaturas reduziram tanto a área de plantio quanto a produtividade, com impactos negativos na produção final, especialmente para os pequenos agricultores e famílias mais vulneráveis no Corredor Seco. Na estação seguinte, tempestades tropicais e eventos inesperados de chuvas intensas prejudicaram o crescimento normal das culturas em certas áreas próximas à costa do Pacífico da América Central.

A resposta da FAO

Em resposta ao relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a FAO destacou que as mudanças climáticas aumentam e intensificam os riscos para a segurança alimentar dos países e populações mais vulneráveis (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 2015). Dentre os principais riscos induzidos pelas mudanças climáticas identificados, a FAO destacou as consequências diretas para a segurança alimentar da perda de meios de subsistência e renda rural, da perda de ecossistemas marinhos e costeiros, da perda de ecossistemas terrestres e de água doce e da insegurança alimentar e nutricional e o colapso dos sistemas alimentares.

Segundo a FAO, os países e populações mais vulneráveis, incluindo áreas áridas e semiáridas, países sem litoral e pequenos estados insulares em desenvolvimento, são os mais impactados e os primeiros a serem afetados pelas mudanças climáticas. As mudanças climáticas também terão impactos mais amplos por meio dos efeitos sobre os fluxos comerciais, nos mercados de alimentos e na estabilidade de seus preços, podendo, ainda, introduzir novos riscos para a saúde humana. Portanto, são necessários esforços amplamente expandidos para responder às mudanças climáticas são necessários imediatamente para salvaguardar a capacidade dos sistemas alimentares de garantir a segurança alimentar e nutricional global (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 2024).

A FAO reforçou também que existe uma necessidade urgente de transformar os sistemas agroalimentares e aproveitar suas soluções climáticas, pois os eventos climáticos extremos estão afetando progressivamente a segurança alimentar e nutricional e a agricultura, com implicações socioeconômicas mais amplas. Os impactos climáticos na alimentação e agricultura são crescentes, provocados por ondas de calor, inundações, secas, incêndios florestais e ciclones tropicais, perturbando a vida cotidiana de milhões e causando perdas econômicas de muitos bilhões de dólares e intensificando a pobreza de muitas populações em 2023. Destacam-se, ainda, vários fatores subjacentes que contribuem para a insegurança alimentar e nutricional, como conflitos prolongados, recessões econômicas, altos preços dos alimentos e impactos relacionados ao clima. Exemplos regionais ilustram ainda mais esses desafios, principalmente no continente africano.

Dentre as ações implementadas pela FAO diante desses desafios, foi destacada a prioridade ao aprimoramento da resiliência climática e à adaptação dentro do setor agroalimentar, sendo que a Organização também tem promovido a ação climática como uma oportunidade crucial para garantir que soluções agroalimentares estejam totalmente integradas à agenda ambiental e climática. A Estratégia da FAO sobre Mudanças Climáticas e seu Plano de Ação adotam uma abordagem abrangente, considerando diversos setores como produção de cultivos e pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura, juntamente com cadeias de valor relacionadas, meios de subsistência, biodiversidade, água e ecossistemas, reconhecendo os papéis cruciais das mulheres, jovens e povos indígenas na promoção da mudança.

Segundo a FAO, essa estratégia é flexível, contemplando contextos diversos como áreas rurais, periurbanas e urbanas e buscando auxiliar os países a alinharem seus sistemas agroalimentares com seus compromissos e políticas climáticas nacionais. Além disso, a estratégia da FAO avalia diferentes riscos, incluindo as consequências da inação, riscos sistêmicos e riscos ambientais e adaptando as intervenções às necessidades específicas de populações vulneráveis e integrando a gestão de riscos climáticos em todos os domínios de trabalho.

Para a FAO, a agenda também se apoia nos muitos compromissos internacionais em relação ao clima e depende fortemente de maior financiamento das ações, de modo que existe uma abertura para uma abordagem mais integrada e coerente entre as Convenções do Rio, no contexto da preservação da natureza, ação climática e segurança alimentar. Assim, agora seria o momento de advogar juntos pelas soluções dentro dos sistemas agroalimentares que possam simultaneamente abordar os desafios ambientais, de biodiversidade, climáticos e da segurança alimentar e nutricional (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024).

Esse conjunto de ações reforça os posicionamentos da FAO durante a COP 28, considerando a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa da pecuária, a restauração de ecossistemas de montanha e novos financiamentos e parcerias para a ação climática, como fundos globais que enfrentem conjuntamente as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e a insegurança alimentar e nutricional (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023).

Por fim, ainda em março de 2024, no relatório apresentado na 55ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, a Alta Comissária Adjunta de Direitos Humanos, Nada Al Nashif, fez um importante alerta sobre as ameaças das mudanças climáticas e o direito humano à alimentação. No relatório, houve um alerta sobre o atual paradigma econômico, que, nas palavras da Alta Comissária, cria um “ciclo vicioso” em que os impactos climáticos aprofundam a insegurança alimentar, enquanto a “dependência excessiva dos sistemas alimentares industriais agrava as alterações climáticas e a vulnerabilidade das comunidades”. Além disso, a Alta Comissária, lamentou que, apesar do compromisso mundial de criar um mundo livre da fome até 2030, cerca de 783 milhões de pessoas, mais de 9% da população mundial, sofreram de fome crônica no ano passado (Office of the High Commissioner for Human Rights, 2024).

Segundo o relatório apresentado, seriam necessárias cinco ações para impedir os danos relacionados às mudanças climáticas na alimentação no mundo (United Nations High Commissioner for Human Rights, 2024):

- Evitar que a produção agrícola industrial fomente ainda mais as alterações climáticas;
- Implementar reforma agrária e proteção social universal (os Estados precisam reconhecer os direitos dos povos indígenas, dos camponeses e das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade);
- Garantir que as empresas atuem de forma responsável para enfrentar as mudanças climáticas e seu impacto no direito à alimentação;
- Abrir o espaço fiscal para mobilizar o financiamento necessário para a implementação das políticas públicas; e
- Fortalecer a transição para sistemas alimentares sustentáveis, como apoio a alternativas como a agroecologia para tornar os sistemas de produção de alimentos mais resilientes.

Água e os sistemas alimentares

Vale destacar por fim, o Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, tendo em vista que a água é essencial à vida, como alimento e como insumo para a produção de alimentos, que precisa ser manejada racional e sustentavelmente e que precisa ser defendida com um direito humano básico que representa (FAO, 2023). No contexto das mudanças climáticas,

frequentemente as secas agravam a insegurança alimentar e nutricional e colocam em maior risco as populações vulneráveis.

Essa questão foi detalhada, em 2015, o Painel de Alto Nível de Especialistas da FAO (HLPE), em seu relatório “Água para a Segurança Alimentar e Nutricional” (*Water for food security and nutrition*), que aborda da relação direta entre a água e a SAN, do nível domiciliar ao nível global, e os nexos entre água, terras, solos, energia e alimentos, bem como sua influência nos objetivos de crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável num contexto de demandas concorrentes, crescente escassez e mudanças climáticas. O relatório traz formas para o monitoramento aprimorado da água na agricultura e nos sistemas alimentares, bem como formas de melhorar a governança sobre a água para melhor segurança alimentar e nutricional para todos, hoje e no futuro, reforçando o direito humano à água (HPLÉ, 2015).

A disponibilidade e estabilidade do suprimento de água são centrais para a segurança alimentar e nutricional, considerando as águas das chuvas, das superfícies e do subsolo. Nesse sentido, os ecossistemas sustentam as fontes de água e as florestas têm um papel fundamental no ciclo das águas, porém as mudanças climáticas agregam grande incerteza à disponibilidade de água em muitas regiões, afetando precipitações, escoamento, fluxos hidrológicos, qualidade da água, temperatura da água e reposição das águas subterrâneas. Além disso, as mudanças climáticas afetam as necessidades de água da cultura de plantas e animais, incluindo o impacto da temperatura sobre os peixes.

Uma grande preocupação apontada envolve os usos concorrentes da água, que provocam um crescente estresse por recursos de água em muitas partes do mundo, motivado pelo crescimento populacional e mudanças nos estilos de vida e dietas que aumentam a demanda por água, pressionando as fontes existentes. Isso é mais preocupante na perspectiva global de crescimento da demanda para a irrigação, para a indústria, para a produção de energia e para o uso doméstico, gerando uma maior competição por recursos naturais que estão mais escassos.

É fundamental, ainda, considerar as relações de poder social, político e econômico dentro e entre países, bem como no nível local, que afetam o acesso à água e como a escassez pode decorrer de disputas desiguais afeta mais significativamente a pequenos produtores, mulheres e populações marginalizadas e vulneráveis.

Portanto, é central abordar o desafio da governança da água para a SAN, considerando o embate entre as políticas públicas e os interesses concorrentes no uso da água pelo setor privado e seus atores com diferentes graus de poder político e econômico, que pode aumentar as desigualdades, demandando regras sobre papéis e funções dos atores e sua responsabilização, assim como mecanismos para a participação social. Por isso, a atuação estatal para a garantia desse direito é importante para garantir a integração, coordenação e priorização de políticas intersetoriais, incluindo uma governança participativa e o estímulo ao uso sustentável em todas as atividades e a provisão para as populações mais vulneráveis, conservando os ecossistemas e mantendo a sua biodiversidade.

O impacto ambiental dos ultraprocessados

Vale destacar, por fim, que dentro da abordagem dos sistemas alimentares, frequentemente não é dada a devida abordagem aos produtos ultraprocessados. Considerando as mudanças nos sistemas alimentares contemporâneos, a questão do ultraprocessamento dos

alimentos, além de suas consequências nocivas sobre a saúde humana, também está associada a um grande impacto ambiental, tanto no que se refere à pegada de carbono, quanto de água.

Por exemplo, estimativas no Brasil, indicam que a pegada de água de uma dieta predominante em produtos ultraprocessados é 10% maior do que a de dietas baseadas em alimentos in natura e minimamente processados (Garzillo *et al.*, 2022) e que o impacto ambiental da produção e consumo de ultraprocessados tem crescido significativamente ao longo das últimas três décadas (T Da Silva *et al.*, 2021).

Considerando esse modelo produtivo hegemônico e suas práticas pouco sustentáveis e predatórias de produção, há também significativa redução da biodiversidade de plantas comestíveis e de animais de criação, fazendo dos sistemas alimentares uma das principais fontes de gases de efeito estufa e um dos maiores fatores de degradação e poluição dos solos e das águas. Esses sistemas alimentares hegemônicos são associados a 39% do uso de energia, 36% a 45% da perda de biodiversidade, um terço das emissões de gases de efeito estufa, de uso da terra e perdas e desperdícios e aproximadamente um quarto do uso de água relacionado às dietas pelos adultos de países de alta renda e seus impactos têm aumentado também nos países de renda baixa e média (Anastasiou *et al.*, 2022).

Destaques nas políticas nacionais brasileiras

No Brasil, o conjunto de políticas de proteção social aliadas à promoção da produção de alimentos saudáveis, como na retomada do apoio à agricultura familiar, no estímulo à produção orgânica e agroecológica e na expansão das compras públicas e equipamentos sociais, são exemplos de políticas intersetoriais que atuam para aliar o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional com a ação pelo clima e para a redução de desigualdades.

Merece destaque especial a publicação do Decreto Presidencial sobre a cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento no início de março de 2024 (Governo do Brasil, 2024). Dentre os grandes avanços trazidos com o Decreto presidencial, temos o alinhamento da cesta básica com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, de modo que só poderá conter alimentos in natura e minimamente processados, além de ingredientes culinários e alguns alimentos processados, sendo excluídos todos os produtos ultraprocessados. Essa medida também terá importante impacto no campo da tributação de alimentos, na medida que os produtos da cesta não serão sujeitos a impostos, ampliando a progressividade das políticas públicas e reduzindo as desigualdades de renda, além de dar abertura para a possível tributação seletiva de ultraprocessados devido a seu impacto negativo sobre a saúde humana e sobre o ambiente.

Conclusão

A relação entre as mudanças climáticas e os sistemas alimentares e a segurança alimentar e nutricional é uma questão global cada vez mais relevante, exemplificado pela atual síndrome que reúne a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas como consequências dos sistemas alimentares hegemônicos (Swinburn *et al.*, 2019). Diante dessas questões, será fundamental reforçar a transformação dos modos de produção e consumo dos alimentos, favorecendo modelos de produção diversificada e sustentável de alimentos frescos e minimamente processados, enquanto se deve retirar a centralidade dos sistemas apoiados em monoculturas de commodities agrícolas e na globalização de padrões alimentares baseados nos produtos alimentícios ultraprocessados.

Contudo, a falta de ação sobre o clima e as ações paliativas que não são capazes de modificar os sistemas alimentares hegemônicos levam à continuidade de um ciclo vicioso de mudanças climáticas afetando a produção de alimentos e aumentando o risco de insegurança alimentar e nutricional enquanto os modos insustentáveis de produção de alimentos continuam a aumentar as desigualdades e a fome e a retroalimentar ainda mais as mudanças climáticas.

Nesse sentido, as recomendações da Alta Comissária Adjunta de Direitos Humanos resumem de forma muito completa os caminhos a serem seguidos, particularmente nas críticas ao modelo de produção agrícola industrial, na necessidade de políticas de reforma agrária e de proteção, na efetiva responsabilização das empresas e na transição para sistemas alimentares sustentáveis.

Os compromissos globais, nacionais e locais precisam, portanto, ir além do discurso de transformação dos sistemas alimentares para que transformá-lo em prática, fomentando sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes que quebrem esse ciclo.

Referências

ALPINO, T. DE M. A. *et al.* The impacts of climate change on Food and Nutritional Security: a literature review. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 273–286, 2022.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, A. W. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. [s.l.: s.n.].

FAO. **World Food Day: Water is life, water is food -- Leave No One Behind: Get involved**. Rome, Italy: [s.n.].

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **COP28: FAO spotlights agrifood systems' potential to address climate impacts and achieve 1.5°C goal**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/cop28--fao-spotlights-agrifood-systems--potential-to-address-climate-impacts-and-achieve-1.5-c-goal/en>>.

____. **UN global climate report: a stark reminder of the urgent need to leverage agrifood solutions**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/un-state-of-the-global-climate--a-stark-reminder-of-the-urgent-need-to-leverage-agrifood-solutions/en>>.

GARZILLO, J. M. F. *et al.* Ultra-processed food intake and diet carbon and water footprints: a national study in Brazil. **Revista de Saude Publica**, v. 56, n. 6, p. 1–9, 2022.

GOVERNO DO BRASIL. Decreto N°11.936/2024. . 2024.

HPL. **Water for food security and nutrition**. Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/av045e/av045e.pdf>>.

MIRZABAEV, A. *et al.* Severe climate change risks to food security and nutrition. **Climate Risk Management**, v. 39, n. December 2022, p. 100473, 2023.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Deputy presents Office's report on climate change and the right to food**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2024/03/deputy-presents-offices-report-climate-change-and-right-food>>.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

T DA SILVA, J. *et al.* Greenhouse gas emissions, water footprint, and ecological footprint of food purchases according to their degree of processing in Brazilian metropolitan areas: a time-series study from 1987 to 2018. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 11, p. e775–e785, 1 nov. 2021.

THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Special Report on Climate Change and Land - Chapter 5: Food Security**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2022/11/SRCCL_Chapter_5.pdf>.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Measures for minimizing the adverse impact of climate change on the full realization of the right to food**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g24/006/63/pdf/g2400663.pdf?token=j63L7jYRstF2H4HkTe&fe=true>>.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). **State of the Global Climate 2023**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://library.wmo.int/records/item/68835-state-of-the-global-climate-2023>>.

**Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Vitor Rodrigues
Heliton Barros**

Abstract. *International Women's Day, celebrated on 8 March, brings up current issues that maintain the structures of gender inequality perpetuated over time. In order to promote debates and strengthen initiatives in favour of gender equality, UNESCO promoted and participated in events on the occasion of International Women's Day with the theme "Investing in women: accelerating progress". The report also highlights the inclusion of Fiocruz on the indicative list for the World Heritage Site.*

Keywords: UNESCO. International Women's Day. Fiocruz. World Heritage.

Resumo. O Dia Internacional da Mulher celebrado em 08 de março traz à tona questões atuais que mantêm as estruturas de desigualdade de gênero perpetuadas no tempo. Para a promoção de debates e fortalecimento de iniciativas em prol da igualdade de gênero, a UNESCO promoveu e participou de eventos por ocasião do Dia Internacional da Mulher que teve como tema “Investir nas mulheres: acelerar o progresso”. O informe também destaca a inclusão da Fiocruz na lista indicativa para o Patrimônio Mundial da Humanidade.

Palavras-chave: UNESCO. Dia Internacional da Mulher. Fiocruz. Patrimônio Mundial.

Dia Internacional da Mulher: “A igualdade de gênero é uma ideia simples”

“A igualdade de gênero é uma ideia simples”, assim Audrey Azoulay, Diretora-Geral da UNESCO inicia a sua mensagem por ocasião do Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 08 de março²¹. Direta e provocadora, a Diretora-Geral traz dados sobre o quão a igualdade de gênero está extremamente difícil de ser alcançada:

Atualmente, nenhum país do mundo pode afirmar que é igualitário em termos de gênero. No ritmo atual, serão necessários quase 300 anos para que todos os países consigam fazer isso. Enquanto isso, de acordo com os dados da UNESCO, a inteligência artificial tomará mais empregos de mulheres do que de homens até o final desta década. A crise climática empurrará cerca de 160 milhões de mulheres para a pobreza até 2050.

Não a toa, o tema selecionado pelo organismo internacional para o Dia Internacional da Mulher de 2024 é “Investir nas mulheres: acelerar o progresso”. Segundo Azoulay, a escolha significa “desenvolver, financiar e implementar soluções transformadoras para promover a igualdade de gênero e a sustentabilidade em face de preocupações e crises globais em cascata”. Neste informe, destacaremos três eventos da UNESCO ocorridos por ocasião do 08 de março.

²¹ Mensagem completa original, em inglês, disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388941> Acesso em: 23 mar.2024

A UNESCO participou da 68ª Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW-68) que ocorreu de 11 a 22 de março, em que destacou iniciativas para erradicar a pobreza e acelerar a igualdade de gênero por meio de iniciativas envolvendo a educação, ciência e cultura. Destacou-se o evento paralelo, realizado em 13 de março, “Eliminating poverty: Structural interventions through education, culture and sciences” (Eliminação da pobreza: Intervenções estruturais por meio da educação, cultura e ciências)²² em que especialistas, formuladores de políticas, representantes da sociedade civil organizada e do setor envolvidos nos principais programas e iniciativas da UNESCO compartilharam experiências e melhores práticas para (a) Financiar a educação transformadora de gênero, (b) Mobilizar mulheres cientistas e líderes para enfrentar a emergência climática, (c) Combate à pobreza e empoderamento de mulheres indígenas por meio do patrimônio vivo, para promover narrativas diversas e desafiar estereótipos, (d) Fortalecer as vozes e a liderança das mulheres na esfera pública digital, explorando as ameaças, bem como os avanços positivos e as soluções derivadas dos desenvolvimentos da IA generativa.

O evento promovido na sede da UNESCO “Score a Goal for Women” (Marque um gol para as mulheres)²³ buscou explorar desafios globais e abordagens inovadoras com o objetivo de promover a igualdade de gênero no futebol e por meio dele. O futebol é amplamente considerado o esporte mais popular do mundo. Dados da FIFA, em 2023, havia 16,6 milhões de mulheres e meninas envolvidas em futebol organizado, o que representa um aumento de 24% em relação a 2019. O número total de clubes de futebol feminino chegou a 55.622, com a maioria (59%) situada na Europa. Apesar desse crescimento, a representação de mulheres entre treinadores e árbitros continua baixa, com apenas cerca de 5% dos treinadores e 9% dos árbitros sendo mulheres²⁴. As desigualdades estruturais se manifestam no acesso desigual a recursos, oportunidades e reconhecimento para as mulheres no futebol, perpetuando um ciclo de discriminação de gênero. Além disso, as normas sociais e os estereótipos culturais contribuem para a sub-representação e a subvalorização das mulheres no futebol, reforçando as disparidades de gênero em todos os níveis do esporte.

A primeira edição do Diálogos sobre Transformação Digital, com o tema “Construindo um Futuro Digital Inclusivo”²⁵, foi organizada na sede da UNESCO, trouxe para debate a urgência de ações imediatas para essa transformação digital inclusiva, também reiterada pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, em seu Policy Brief 5, de maio de 2023²⁶, preparado para o Pacto Digital Global, a ser ratificado na Cúpula do Futuro em setembro de 2024. O estabelecimento de um ambiente digital aberto, inclusivo, seguro e interoperável exige, no entanto, o aprimoramento das capacidades de transformação digital em todos os níveis de governo, incluindo as administrações públicas e os funcionários públicos. A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, organizada pela UNESCO, a ser realizada em fevereiro de 2025 abordará esse tópico fundamental, já que muitos desafios persistem nesse domínio. O evento foi direcionado particularmente para representantes dos Estados Membros da UNESCO. Houve

²² O evento está disponível na UN WebTV em: <https://webtv.un.org/en/asset/k1a/k1aaxyhstu> Acesso em 22 mar.2024

²³ O evento está disponível em: <https://webcast.unesco.org/events/2024-03-FSGW/> Acesso em: 22 mar.2024

²⁴ FIFA, 2023, Women’s Football: Member Associations Survey Report, disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/28ed34bd888832a8/original/FIFA-Women-s-Football-MA-Survey-Report-2023.pdf> Acesso em 22 mar.2024

²⁵ Evento disponível em: <https://webcast.unesco.org/events/2024-03-digitaltransformationdialogues/> Acesso em 22 mar.2024

²⁶ Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/our-common-agenda-policy-brief-gobal-digi-compact-en.pdf> Acesso em: 22 mar.2024

uma sessão especial por ocasião do Dia Internacional da Mulher, o pré-lançamento do estudo "Bias against women and girls in Large Language Models" (Preconceito contra mulheres e meninas em modelos linguísticos de grande porte)²⁷. Este estudo explora as tendências em três modelos de linguagem grandes e significativos (LLMs): GPT-2 e ChatGPT da OpenAI, juntamente com o Llama 2 da Meta, destacando sua função tanto em sistemas avançados de tomada de decisão quanto como agentes de conversação voltados para o usuário. Em vários estudos, o resumo revela como os preconceitos surgem no texto gerado pelos LLMs, por meio de associações de palavras de gênero, consideração positiva ou negativa por assuntos de gênero ou diversidade no texto gerado por gênero e cultura.

Fiocruz na lista indicativa para Patrimônio Mundial da Humanidade²⁸

A Fiocruz está inscrita na lista indicativa²⁹ da UNESCO como candidata para o reconhecimento como Patrimônio Mundial Cultural. Como etapa prévia e obrigatória, a Fiocruz permanecerá pelo menos um ano nessa lista e deverá cumprir os requisitos indicados no Guia Operacional da UNESCO para o título seja conferido como Patrimônio Mundial. O Brasil possui 23 Patrimônios Mundiais, divididos entre Patrimônio Mundial Cultural, Natural e Misto, entre os quais, 15 Culturais, sete Naturais e um Misto³⁰.

Com a candidatura intitulada "Fundação Oswaldo Cruz: saúde, ciência e cultura em Manguinhos"³¹, a Fiocruz atende a dois de 10 critérios para aferição do valor universal excepcional para ser considerado patrimônio do mundo. Tais critérios são: "ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens; e "Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério deve, de preferência, ser utilizado conjuntamente com outros)".

O Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO se reúne anualmente e analisa as candidaturas que poderão ou não receber o reconhecimento. O anúncio do reconhecimento como Patrimônio Mundial é anunciado na Conferência Geral da UNESCO, evento que ocorre bianualmente. No caso da Fiocruz, há uma grande expectativa positiva para o reconhecimento considerando o investimento e gestão na preservação do conjunto arquitetônico, nas pesquisas históricas e documentais existentes a respeito e em uma lacuna existente no reconhecimento pela UNESCO quanto a patrimônios culturais da saúde, inexistente até o momento. O Brasil é

²⁷ Estudo disponível, no idioma inglês, em: <file:///Users/FabianeGaspar/Downloads/388971eng.pdf> Acesso em: 23 mar.2024

²⁸ Notícia divulgada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/chapada-do-araripe-e-fiocruz-sao-candidatas-a-patrimonio-mundial> Acesso em 23 mar.2024

²⁹ A lista indicativa dos patrimônios brasileiros que podem se tornar Patrimônio Mundial está disponível em: <https://whc.unesco.org/en/tentativelists/?action=listtentative&state=br&order=states> Acesso em 23 mar.2024

³⁰ Para conhecer um pouco mais sobre os patrimônios brasileiros reconhecidos como Patrimônio Mundial pela UNESCO: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/patrimonios-da-humanidade-no-brasil-23-lugares-que-todo-mundo-deveria-conhecer#:~:text=Os%20Patrim%C3%B4nios%20Mundiais%2C%20como%20tamb%C3%A9m,sete%20Naturais%20e%20um%20Misto.> Acesso em 23 mar.2024

³¹ A candidatura da Fiocruz está disponível em: <https://whc.unesco.org/en/tentativelists/6712/> Acesso em 23 mar.2024

reconhecido como inovador em suas candidaturas para o patrimônio mundial, como por exemplo, as paisagens cariocas entre a montanha e o mar do Rio de Janeiro, e Paraty e Ilha Grande (RJ) como patrimônio mundial misto, que abrange território de quase 149 mil hectares, em que o centro histórico se cerca de quatro áreas de conservação ambiental.

Instituições Financeiras Multilaterais, Gênero e Economia

Multilateral Financial Institutions, Gender e Economy

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This article aims to show the contributions of multilateral financial institutions to help combat gender disparities.*

Keywords: *IBD. World Bank. IFM. Gender and Equality. Economy*

Resumo. O presente artigo tem como objetivo mostrar as estratégias e iniciativas das instituições financeiras multilaterais para ajudar a combater as disparidades de gênero.

Palavras-chave: BID . Banco Mundial . FMI . Gênero e Igualdade . Economia

Apresentação

É consenso que fechar as lacunas existentes entre homens e mulheres ao redor do mundo poderá ter impacto na redução da pobreza, conduzindo ao recrudescimento econômico de maneira sustentável, trazendo benefícios para todos ao longo do processo. Nos últimos tempos, é bem verdade que as lacunas diminuíram, especialmente nos setores da educação e da saúde.

No entanto, as disparidades de gênero permanecem altas e preocupantes, mostrando-se como algo dificilmente de ser solucionado. Provavelmente por esta razão, o tema foi bastante abordado nos últimos eventos de Alto Nível, que contaram com a presença das instituições financeiras multilaterais.

Compreendendo ser um tema de alta complexidade, o BID, o Banco Mundial e o FMI atuam por meio de programas, projetos e eventos que propõem ajudar a mitigar os efeitos da desigualdade de gênero, entendendo ser necessário estimular a mudança para ter resultados mais positivos daqui para frente.

As Estratégias e Ações das Instituições Financeiras Multilaterais

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) possui diversas iniciativas para ajudar a América Latina e Caribe (ALC) a desenvolver a inclusão, empoderando as mulheres. O Plano de Ação Gênero e Diversidade do BID 2022-2025³² foi elaborado para guiar as ações do Banco, visando combater a desigualdade de gênero na região.

De acordo com este documento, o BID desenvolveu iniciativas conjuntas com parceiros internos e externos. Programas voltados para combater as questões de gênero nos setores público e privado, para apoiar o período pandêmico – onde as mulheres tiveram perdas

³² Disponível em: <https://www.iadb.org/en/who-we-are/topics/gender-and-diversity#gender-action-plan>

significativas de renda – e promover alargamento de recursos do Fundo para Gênero e Diversidade são um dos muitos exemplos de ações realizadas.

Recentemente, em uma das sessões das Reuniões Anuais do BID foram discutidas as disparidades de gênero. O presidente Ilan Goldfajn apresentou a nova estratégia do Banco e o tema está incluído na agenda orientadora. Na ocasião, o presidente afirmou a importância de se criar estratégias que busquem conter a desigualdade de gênero na ALC, pontuando que o tema será tratado como prioridade institucional na região:

"Valorizamos gênero, diversidade e inclusão como elementos-chave para tornar as sociedades mais equitativas. Apoiamos firmemente os Governadores e Diretores Executivos em seu compromisso com a igualdade de gênero e uma representação mais diversa nos Conselhos de Administração". Ilan Goldfajn, 2024.

Ilan proferiu estas palavras durante uma das sessões das Reuniões Anuais, onde estava ocorrendo uma declaração conjunta de todos os países membros do BID a fim de promover maior igualdade de gênero e representatividade diversa nos conselhos administrativos do Banco³³, indicando que há realmente um comprometimento em reorientar as ações.

Para o Banco Mundial (BM), resolver a questão da igualdade de gênero precisa de ações afirmativas para haver progresso. O Banco argumenta que o cenário atual mundial se apresenta predominantemente negativo com as meninas, mulheres e minorias, onde o direito humano fundamental à igualdade não está prevalecendo. De acordo com o BM, é desafiador e complexo solucionar a igualdade de gênero, pois há a necessidade de implementar as mudanças em diversas áreas essenciais, tais como: os setores público e privado, leis e políticas dos países³⁴.

Reconhecendo a importância do tema, o BM lançou a sua nova proposta de *Estratégia de Gênero do Banco Mundial 2024-30*³⁵, que tem como ambição a meta de acelerar a mitigação da desigualdade entre os gêneros, visando o desenvolvimento de um futuro mais próspero para todos. Para alcançar a igualdade de gênero, a Estratégia propõe ações mediante à relevante urgência sobre o assunto, encarando a complexidade global à qual estamos inseridos.

O documento foi elaborado pelo BM, parceiros dos setores público e privado, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas. O referido documento defende que a igualdade de gênero é “essencial para o desenvolvimento global” e provavelmente por isso defende para as mulheres a elevação do capital humano, a expansão e permissão de atividades econômicas, aumento do financiamento para as ações que visem acabar com a violência e apoiar o desenvolvimento de líderes.

Para o Fundo Monetário Internacional (FMI), políticas estruturais, financeiras e macroeconômicas bem implantadas podem ajudar no objetivo de combater as disparidades de gênero; isso se deve ao fato de que, com essa base, a possibilidade de os resultados serem positivos aumentam as chances de forma equitativa para as meninas, as mulheres, os meninos e os homens³⁶.

³³ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-idb-invest-governors-pledge-foster-gender-equality-and-more-diverse-representation-boards>

³⁴ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/gender/brief/gender-strategy-update-2024-30-accelerating-equality-and-empowerment-for-all>

³⁵ Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099013107142345483/secbos04cf7b650208a5e08b784c0db6a4>

³⁶ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/Gender#Strategy>

Em julho de 2022, o Fundo criou a sua estratégia para a integração do gênero, que continha como objetivo auxiliar os países a aumentarem o desempenho na luta contra as desigualdades de gênero nas áreas de desenvolvimento de capacidades, vigilância e empréstimos³⁷. Esta estratégia foi construída para ser trabalhada em quatro importantes frentes:

“Primeiro, coleta de dados desagregados por gênero e desenvolvimento de ferramentas de modelagem para permitir que o pessoal conduza análises de políticas; em segundo lugar, um quadro de governação sólido para uma abordagem equitativa entre os membros com base na macrocriticidade do gênero; terceiro, reforçar a colaboração com parceiros externos para beneficiar da partilha de conhecimentos e da aprendizagem entre pares, alavancar complementaridades e maximizar o impacto no terreno; e quarto, o uso eficiente dos recursos alocados ao gênero, criando uma unidade central para realizar economias de escala e apoiar as equipes dos países”. FMI, 2022.

Com esse direcionamento, o FMI acredita ser possível que os criadores das políticas fiscais e estruturais consigam resultados positivos para reforçar a participação das mulheres no mercado de trabalho e o progresso educacional das meninas, tendo como efeito reduzir as disparidades de gênero.

Na época do lançamento da estratégia, Kristalina Georgieva, diretora-geral do FMI, observou que o Fundo seguiria trabalhando no desenvolvimento de planos e metas com os países membros a respeito da implementação de políticas que apoiassem a evolução da igualdade de gênero. Segundo Georgieva, com a aplicação de políticas macroeconômicas e financeiras orientadas ao gênero, o crescimento, a estabilidade e a resiliência econômica geram uma desigualdade de renda menor, trazendo benefícios para todos³⁸.

Conclusão

Considera-se correta a existência do progresso feito nas últimas décadas quando se trata do assunto de redução das desigualdades entre os gêneros. No entanto, as disparidades continuam persistindo, uma vez que a força de trabalho feminina ainda é menor do que a masculina, a média salarial das mulheres é mais baixa do que a dos homens – mesmo trabalhando em cargos iguais –, presença alta na informalidade e na pobreza.

Em muitos países existem a cultura de restringir as mulheres de desenvolverem o seu lado educacional e econômico, trazendo danos significativos nas suas formações e na economia. O potencial econômico fica comprometido, pois a participação das mulheres nesta área ajuda a estimular o crescimento e a estabilidade. A participação da força de trabalho feminina pode provocar impactos mais positivos, como por exemplo, nas economias em desenvolvimento e com índices de maior envelhecimento, as mulheres podem ocupar espaços para reduzir os efeitos da redução de trabalhadores, ajudando no crescimento.

³⁷ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2022/07/28/IMF-Strategy-Toward-Mainstreaming-Gender-521344>

³⁸ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2022/09/08/how-to-close-gender-gaps-and-grow-the-global-economy>

É extremamente importante que as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) se envolvam no processo de mitigação das disparidades de gênero, com a criação de estratégias e ações. Com todas as fichas técnicas de países e regiões, as IFMs possuem uma imensidão de dados capazes de comprovar os obstáculos reais em promover as condições favoráveis ao equilíbrio de gênero.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Plano de Ação Gênero e Diversidade do BID 2022-2025. [acesso em 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/who-we-are/topics/gender-and-diversity#gender-action-plan>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB, IDB Invest Governors Pledge to Foster Gender Equality and More Diverse Representation at Boards of Directors. [acesso em 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-idb-invest-governors-pledge-foster-gender-equality-and-more-diverse-representation-boards>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Gender Strategy 2024 – 2030: Accelerate Gender Equality for a Sustainable, Resilient and Inclusive Future. [acesso em 24 mar 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/gender/brief/gender-strategy-update-2024-30-accelerating-equality-and-empowerment-for-all>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Gender Strategy 2024 - 2030 : Accelerate Gender Equality for a Sustainable, Resilient, and Inclusive Future - Consultation Draft. [acesso em 24 mar 2024]. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099013107142345483/secbos04cf7b650208a5e08b784c0db6a4>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Gender Topic. [acesso em 24 mar 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/Gender#Strategy>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] IMF Strategy Toward Mainstreaming Gender. [acesso em 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2022/07/28/IMF-Strategy-Toward-Mainstreaming-Gender-521344>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] How to Close Gender Gaps and Grow the Global Economy [acesso em 24 mar 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2022/09/08/how-to-close-gender-gaps-and-grow-the-global-economy>

Propriedade Intelectual e Inteligência Artificial

Intellectual Property and Artificial Intelligence

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract: Bangladesh, Colombia, Egypt, and India voiced their perspectives on intellectual property and public policy during the WTO General Council meeting. According to WIPO data for 2023, there has been a marginal deceleration in the global demand for intellectual property filings. Nonetheless, India, the Republic of Korea, and Turkey have shown an uptick in their patent filing activities, indicative of their intensified innovation endeavors. UNCTAD underscores the significance of establishing a comprehensive global regulatory framework anchored in transparency, accountability, and inclusivity to optimize the advantages of artificial intelligence for both consumers and societies.

Keywords: WTO; WIPO; UNCTAD; intellectual property; artificial intelligence

Resumo: Bangladesh, Colombia, Egípto y la India manifestaram-se sobre propriedade intelectual e políticas públicas no Conselho Geral da OMC. Dados da OMPI de 2023 apontam leve desaceleração na demanda global por depósitos de propriedade intelectual. No entanto, Índia, República da Coreia e Turquia aumentaram sua atividade de depósito de patentes, refletindo esforço de inovação. A UNCTAD enfatiza a importância de um quadro regulatório global centrado na transparência, responsabilidade e inclusividade para maximizar os benefícios da inteligência artificial para consumidores e sociedades.

Palavras-chave: OMC; OMPI; UNCTAD; propriedade intelectual; inteligência artificial

Manifestação sobre Propriedade Intelectual

Em 22 de março de 2024, o Embaixador Mauricio Alberto Bustamante Garcia, da Missão Permanente da Colômbia junto à [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), proferiu declaração no Conselho Geral da Organização, com referência ao texto: “Los ADPIC para el Desarrollo: Labor Posterior a la CM13 sobre las Cuestiones Relacionadas con los ADPIC – Comunicación de Bangladesh, Colombia, Egipto y la India”. A falta de decisão em relação à extensão da decisão ministerial da MC12 sobre o Acordo TRIPS aos meios de diagnóstico e terapias da COVID-19 bem como a carência de debates sobre propriedade intelectual e políticas públicas constituíram o estopim para a manifestação (Keionline, 2024).

Seguem as palavras iniciais do Embaixador Garcia:

"Há apenas dois ou três anos, o mundo viveu uma pandemia que paralisou as nossas sociedades e deu origem aos debates mais críticos sobre propriedade intelectual. A saúde global tornou-se uma só, e os debates sobre a equidade e o acesso aos medicamentos assumiram papel renovado em todas as nossas discussões. As regras de TRIPS foram levadas ao limite e duramente questionadas por um número muito significativo de países (...) Hoje, a poucos metros daqui, um tratado sobre pandemias para melhor responder a futuras pandemias está a ser discutido pelos

nossos mesmos países na OMS, com discussões difíceis e profundas sobre o papel da PI na diversificação da produção, equidade e acesso" (Keionline, 2024)³⁹.

Os custos da saúde foram lembrados:

"Por outro lado, os custos de saúde que afetam os orçamentos de todos os nossos países têm crescido de forma constante e dramática nos últimos anos, a par das novas tecnologias. Isto levou a que todas as nossas economias tomassem medidas e mesmo as maiores economias desta sala estão tomando decisões corajosas sobre as flexibilidades de TRIPS e sobre o controle dos preços dos medicamentos. Isto significa que há espaço para melhorar o acesso aos medicamentos. A despesa pública global tem um componente de saúde que cresce de forma constante, fortemente ligado a direitos de exclusividade que, por natureza, aumentam os custos." (Keionline, 2024)⁴⁰.

A questão da mudança climática foi objeto de preocupação:

"Ao mesmo tempo, o mundo enfrenta uma crise climática. Todos concordamos que precisamos de rápida disseminação das tecnologias verdes para a atenuação e adaptação. No entanto, a existência de direitos de exclusividade sobre as tecnologias abranda e dificulta essa difusão. Avaliar coletivamente o equilíbrio entre o aumento da velocidade e da difusão, por um lado, e a promoção da inovação por alguns atores, por outro, é questão crucial no mundo de hoje." (Keionline, 2024)⁴¹.

A manifestação destacou o papel central da propriedade intelectual nas questões contemporâneas:

"No entanto, a propriedade intelectual está também no centro dos debates sobre o desenvolvimento tecnológico, a autonomia, a sofisticação das cadeias de produção e mesmo a segurança nacional. Os grandes debates geopolíticos são facilmente explicados em termos tecnológicos. O fosso tecnológico entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, ou a crescente concorrência tecnológica entre atores estatais, tem na propriedade intelectual um componente fundamental. Em suma, a propriedade intelectual está no centro dos debates mais importantes da atualidade: a saúde humana, as alterações climáticas, a sustentabilidade orçamental, o desenvolvimento econômico no mundo em desenvolvimento, as tensões

³⁹ "Hace apenas 2 o 3 años el mundo vivió una pandemia que paralizó a nuestras sociedades y originó los más álgidos debates en propiedad intelectual. La salud global se hizo una sola y las discusiones sobre equidad y acceso a medicamentos adquirieron un rol renovado en todas nuestras discusiones. Las reglas del ADPIC fueron llevadas al límite y duramente cuestionadas por un número muy significativo de países. Hoy se discute, por nuestros mismos países, un tratado pandémico en la OMS para responder mejor a las futuras pandemias, con discusiones difíciles y profundas sobre el rol de la propiedad intelectual en la diversificación de la producción y en la equidad en el acceso."

⁴⁰ "Por otro lado, los costos en salud que afectan los presupuestos de todos nuestros países han venido creciendo de manera sostenida y drástica en los últimos años de la mano de nuevas tecnologías. Esto ha hecho que todas nuestras economías estén tomando medidas y que incluso las economías más grandes en esta sala estén tomando decisiones audaces sobre flexibilidades en el marco del ADPIC y sobre control de precios de medicamentos. Eso quiere decir que sí se puede, que hay margen para mejorar el acceso a los medicamentos. El gasto público global tiene un componente en salud que crece sin parar, fuertemente atado a derechos de exclusividad que por naturaleza incrementan los costos."

⁴¹ "Al mismo tiempo, el mundo enfrenta una crisis climática. Todos estamos de acuerdo en que necesitamos la rápida diseminación de tecnologías verdes para la mitigación y la adaptación. Ahora bien, la existencia de derechos de exclusividad sobre las tecnologías ralentiza y dificulta esta diseminación. Evaluar colectivamente el equilibrio entre una mayor velocidad y difusión, por un lado, y la promoción de la innovación de algunos actores, por otro, es un tema crucial en el mundo actual."

geopolíticas no domínio da tecnologia. E as regras mais rigorosas em matéria de propriedade intelectual estão aqui, na OMC. Não na OMPI, não na ONU, cujos tratados ou disposições são menos rigorosos.” (Keionline, 2024)⁴².

O papel da propriedade intelectual no âmbito do comércio global multilateral foi ponto de alerta:

“No entanto, foram propostos outros pontos sobre propriedade intelectual para serem discutidos na reunião ministerial, sem sucesso. A Colômbia manifestou a sua insatisfação pelo fato de as modalidades e a agenda proposta para a reunião ministerial não incluírem qualquer discussão sobre a propriedade intelectual. Não deixa de ser irônico que, após a Rodada Uruguai, alguns países, nomeadamente os países em desenvolvimento, tenham afirmado que a propriedade intelectual não deveria fazer parte da OMC, enquanto outros, nomeadamente os países desenvolvidos, afirmaram que era essencial incluí-la na OMC. Atualmente, os papéis inverteram-se. O mundo em desenvolvimento quer conversar sobre o assunto. O mundo está cada vez mais dependente das tecnologias protegidas pela PI e, no entanto, não queremos falar sobre isso.” (Keionline, 2024)⁴³.

O Conselho de TRIPS merece reformulação:

“O Conselho de TRIPS, do ponto de vista médico, é anêmico. Apesar do trabalho árduo do Embaixador Pimchanok da Tailândia e do Secretariado, e dos seus esforços para tentar fazer avançar o Conselho de TRIPS, a sua agenda tem-se mantido praticamente inalterada há décadas e o Conselho não faz progressos em nenhuma das questões globais de propriedade intelectual que interessam a todos. O Conselho de TRIPS reúne um nicho técnico de excelentes funcionários, de dimensão relativamente pequena, mas, francamente, a discussão das políticas públicas em torno dos objetivos prosseguidos por esta Organização e pelo Acordo sobre a Propriedade Intelectual tem sido posta de lado.” (Keionline, 2024)⁴⁴.

⁴² “Ahora bien, la propiedad intelectual está también en el centro de los debates sobre desarrollo tecnológico, autonomía, sofisticación de las cadenas productivas e incluso seguridad nacional. Los grandes debates geopolíticos se explican fácilmente en términos tecnológicos. La brecha tecnológica entre países en desarrollo y desarrollados, o la creciente competencia tecnológica entre actores estatales, tiene un componente fundamental en la propiedad intelectual. En suma, la propiedad intelectual está en el centro de los debates más importantes de nuestro tiempo: Salud humana, Cambio climático, Sostenibilidad presupuestal, Desarrollo económico del mundo en desarrollo, Tensiones geopolíticas en tecnología. Y las reglas de propiedad intelectual más estrictas están acá, en la OMC. No en la OMPI, no en la ONU, cuyos tratados o disposiciones son menos estrictas.”

⁴³ “Sin embargo, había otros puntos sobre propiedad intelectual que se propusieron discutir en la Ministerial, sin éxito. Colombia manifestó su descontento desde el momento en que las modalidades y la agenda propuesta para la ministerial no incluían ninguna discusión de propiedad intelectual. Es irónico que luego de la Ronda de Uruguay, en la cual un número de países, especialmente en desarrollo, decía que la propiedad intelectual no debía de ser parte de la OMC, mientras que otros, especialmente desarrollados, decían que era fundamental incluirla en la OMC. Hoy los roles se han invertido. El mundo en desarrollo quiere tener una conversación al respecto. El mundo es cada vez más dependiente de tecnologías protegidas por la propiedad intelectual y, sin embargo, no queremos hablar de eso.”

⁴⁴ “El Consejo de los ADPIC, medicamente hablando, está anémico. A pesar del gran trabajo de la Embajadora Pimchanok de Tailandia y de la Secretaría, y sus esfuerzos en intentar hacer avanzar el Consejo del ADPIC, su agenda ha permanecido prácticamente la misma desde hace décadas y el Consejo no avanza en ninguno de los temas globales asociados a la propiedad intelectual que interesan a todos. En el Consejo del ADPIC se reúne un nicho técnico de excelentes funcionarios, relativamente reducido en tamaño, pero francamente se dejó de lado la discusión de política pública en torno a los objetivos que persigue esta Organización y el Acuerdo de propiedad intelectual.”

Por fim, propõe uma chamada à ação:

“Senhora Presidente, com este ponto da ordem do dia, de mãos dadas com os nossos copatrocinadores, gostaríamos de convidar os embaixadores a retomarem esta questão; a envolverem-se mais; a desmistificarem as discussões sobre a propriedade intelectual e a torná-las mais plurais e abertas; a perderem o medo de as abordar para além dos seus aspectos técnicos. O TRIPS não é física nuclear, é uma política pública que procura um equilíbrio entre inovação e acesso e é um dos pilares da OMC. Por conseguinte, estas discussões não devem ser eliminadas nas reuniões ministeriais, nem limitadas a um nicho específico de peritos. O grupo de países que solicitou este ponto da agenda tem ideias e propostas para começar a abrir mais o debate. Não são os únicos; encorajamos todos a trazerem propostas sobre este Acordo para o centro desta Organização, para o centro onde ele deve estar e com cada vez mais força. A Colômbia, em particular, fará uma série de propostas associadas à revisão periódica da implementação do acordo que deve ser feita de acordo com o seu artigo 71º.” (Keionline, 2024)⁴⁵

Usuários do Sistema Internacional de Patentes em 2023

O artigo da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (WIPO) ressalta a liderança da Huawei Technologies (China), Samsung Electronics (República da Coreia) e Qualcomm (EUA) como os maiores usuários do sistema internacional de patentes da WIPO em 2023. Apesar de leve desaceleração na demanda global por registros de propriedade intelectual via OMPI, notavelmente devido a taxas de juros crescentes e incertezas econômicas, inovadores na Índia aumentaram sua atividade de depósito de patentes em quase 50%. Este fato é particularmente significativo, considerando-se que a Índia, junto à República da Coreia e à Turquia, são os únicos países a relatar crescimento ano a ano por três anos consecutivos, em um contexto em que grandes usuários do sistema, como China e EUA, testemunharam redução nos registros. Esse panorama sugere interesse renovado e fortalecimento dos ecossistemas de inovação em determinadas regiões, apesar do quadro geral de leve retração na busca por proteção de propriedade intelectual em nível internacional (OMPI, 2024).

No contexto da saúde, é relevante destacar que a tecnologia médica e os produtos farmacêuticos estão entre os principais campos de tecnologia em termos de pedidos publicados do âmbito do Tratado de Cooperação de Patentes (PCT), representando 6,7% e 4,7% dos pedidos, respectivamente. Isso indica foco contínuo e significativo no avanço da inovação e do desenvolvimento tecnológico no setor de saúde.

Outros pontos notáveis incluem:

- O sistema de patentes internacionais observou um total de 272.600 pedidos de PCT em 2023, uma diminuição de 1,8% em relação ao ano anterior, marcando a primeira queda em

⁴⁵ “Señora Presidenta, con este punto de agenda, de la mano de nuestros copatrocinadores, queremos invitar a los Embajadores a retomar este tema; a que se involucren más; a que desmitifiquemos las discusiones sobre propiedad intelectual y las hagamos más plurales y abiertas; a que le perdamos el temor a abordarlas más allá de sus tecnicismos. El ADPIC no es física nuclear, es política pública que busca un equilibrio entre la innovación y el acceso y es uno de los pilares de la OMC. Por lo tanto, estas discusiones no deberían ser eliminadas en las Ministeriales, o limitadas a un nicho de expertos específico. El grupo de países que solicitamos este ítem de agenda tiene ideas y propuestas para comenzar a abrir más la discusión. No son las únicas, animamos a todos a traer propuestas sobre este Acuerdo al centro de esta Organización, al centro donde pertenece y cada vez con más fuerza. Colombia, en particular, hará una serie de propuestas asociadas a la revisión periódica de la aplicación del acuerdo que se debe hacer según su artículo 71.”

14 anos. No entanto, países como Índia e Turquia demonstraram crescimentos significativos de 44,6% e 8,5% nos pedidos do PCT, respectivamente.

- A área de tecnologia de computadores foi a melhor representada nos pedidos de PCT publicados, seguida por comunicação digital, maquinário elétrico, tecnologia médica e farmacêuticos. Isso reflete a crescente importância da inovação tecnológica em diversas áreas, incluindo saúde.

- O sistema internacional de marcas (Sistema de Madrid) registrou um total de 64.200 aplicações em 2023, uma redução de 7% em relação ao ano anterior. Empresas baseadas nos EUA lideraram o número de pedidos, destacando a influência contínua da inovação norte-americana globalmente.

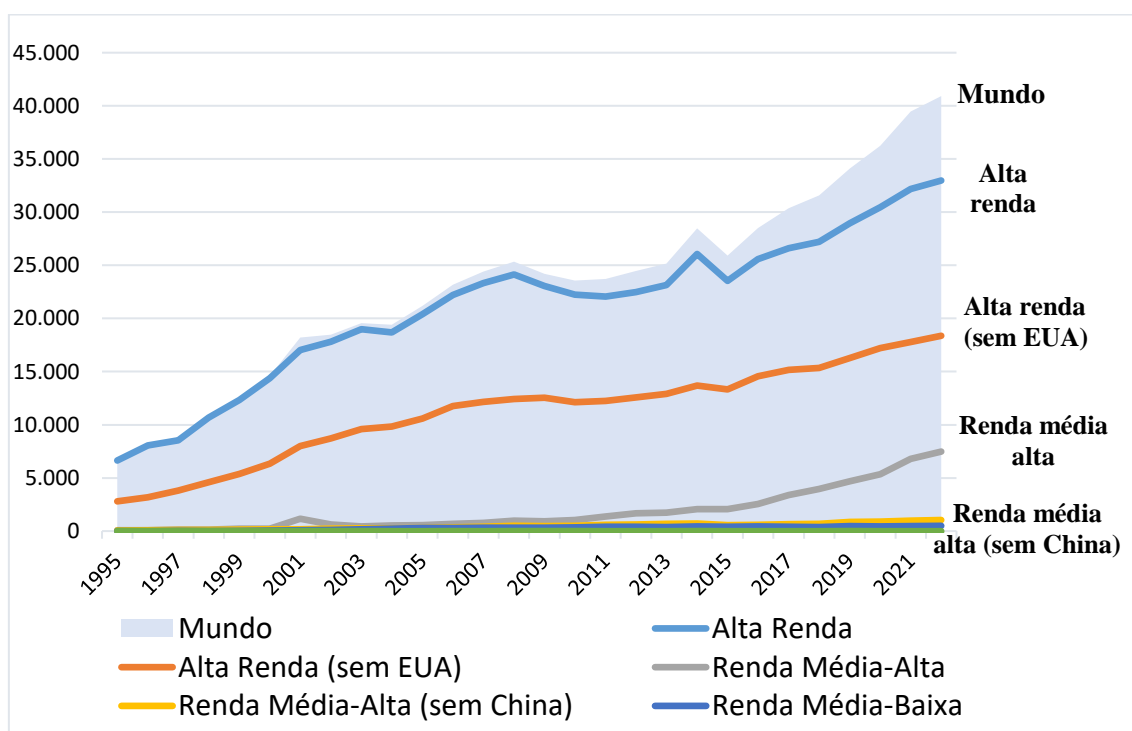
- O sistema internacional de design (Sistema de Haia) continuou a crescer, com um total de 25.343 designs incluídos em aplicações internacionais em 2023, um aumento modesto de 1%. A Alemanha permaneceu como o maior usuário do sistema, com destaque para o crescimento substancial de países como China e Turquia.

Em resumo, apesar de ligeira desaceleração na demanda global por registros de PI em 2023, a inovação continua a crescer em áreas-chave, especialmente na saúde, onde a tecnologia médica e os produtos farmacêuticos se destacam. Países em desenvolvimento, como a Índia, estão emergindo como novos centros de inovação, refletindo um panorama global de PI cada vez mais diversificado.

As dez principais origens representaram 87% das patentes publicadas em 2021 (EUA; China; Japão; Coreia; Alemanha Suíça, França, Reino Unido e Holanda e Israel)

Historicamente, o gráfico mostra que os países de renda média alta (exceto a China) são marginais no jogo, e que os EUA se mantêm firmes no topo.

Imagem 1 - Dados WIPO IP Statistics Data Center, 2024



Crescimento patentes via PCT no período, por tecnologia

	1995 a 2013	2013 a 2022	1995 a 2022
Tecnologia			
Médica	382%	59%	665%
Biotecnologia	183%	68%	376%
Farmacêuticos	248%	64%	472%
total	279%	63%	516%

Inteligência Artificial para os Consumidores e as Sociedades

O artigo da [UNCTAD](#), "Making artificial intelligence work better for consumers and societies", enfatiza a importância de um quadro regulatório global centrado na transparência, responsabilidade e inclusividade para maximizar os benefícios da inteligência artificial (IA) para todos. Com a IA avançando rapidamente e prometendo melhorar o bem-estar do consumidor através da personalização de produtos e serviços, também surgem preocupações significativas sobre o uso justo, responsável e ético dessa tecnologia. A UNCTAD destaca a concentração de poder e dados nas mãos de poucos gigantes tecnológicos, o que ameaça a competição justa e agrava as divisões tecnológicas existentes (UNCTAD, 2024).

Rebeca Grynspan, Secretária-Geral da UNCTAD, ao marcar o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, apontou para os riscos de uma revolução da IA que deixe bilhões para trás, especialmente em países menos desenvolvidos e entre mulheres com acesso limitado à internet. Ela alertou para os riscos de abuso, como os deepfakes, que podem enganar os consumidores e desestabilizar sociedades (UNCTAD, 2024).

A UNCTAD destaca a urgência de adotar uma abordagem coletiva e consciente na governança da inteligência artificial, insistindo na implementação de marcos regulatórios globais robustos e no desenvolvimento de novas gerações de políticas de proteção ao consumidor. Tais políticas devem assegurar que os benefícios da IA sejam distribuídos de maneira justa e que contribuam para uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Especificamente, a UNCTAD enfatiza a importância de tornar os algoritmos de IA mais transparentes, garantir que as práticas de coleta de dados sejam responsáveis e assegurar que os sistemas de IA sejam tão diversos e inclusivos quanto a própria sociedade. Além disso, faz-se um apelo direto às empresas de tecnologia para que adotem práticas de desenvolvimento de IA éticas, priorizando o bem-estar dos consumidores e os benefícios sociais em detrimento de lucros de curto prazo. Este chamado à responsabilidade ética e social das corporações tecnológicas ressalta a necessidade de orientar a inovação de forma que respeite e promova a integridade e a equidade na sociedade, assegurando que a revolução da IA beneficie toda a humanidade e defina positivamente o legado da nossa geração (UNCTAD, 2024).

Referências

1. Keionline. WTO General Council (March 2024): Colombia's intervention on TRIPS for Development: Post MC13 work on TRIPS-related Issues – Communication from Bangladesh, Colombia, Egypt and India. 2024. Disponível em: <https://www.keionline.org/39557>
2. OMPI. Huawei, Samsung and Qualcomm are Top Users of WIPO's International Patent System; India, Türkiye and Republic of Korea are Standouts Amid Softening Global Demand. 2024. Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2024/article_0002.html
3. UNCTAD. Making artificial intelligence work better for consumers and societies. 2024. Disponível em: <https://unctad.org/news/making-artificial-intelligence-work-better-consumers-and-societies>

Vale a pena lutar na arena do Sistema Multilateral? As OSCs, suas conquistas e suas derrotas na esfera internacional

*Renan Amaral Oliveira, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires,
Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira,
Patrícia Lewis Carpio, Tatiana Cerqueira Machado Medrado
e Luis Eugênio de Souza*

Resumo: Nesta quinzena, 47 das 58 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas tiveram manifestações merecedoras de registro neste informe. Temas recorrentes incluíram a crise climática, a guerra em Gaza, conflitos no Haiti e outras questões humanitárias, ambientais e sociais de relevância global para a saúde. As OSCs continuam engajadas no enfrentamento direto de crises e na participação em fóruns multilaterais, além de monitorar políticas governamentais. No entanto, as agendas das instituições de interesse público e privado continuam divergentes em relação às suas temáticas, com as primeiras demonstrando uma politização mais acentuada e um maior engajamento nos debates sobre questões atuais na esfera global da saúde. Ao longo da nossa jornada de mais de dois anos na elaboração desses relatórios, torna-se evidente que as OSCs de interesse privado mantêm suas agendas particulares, que geralmente não são influenciadas pela dinâmica das numerosas contradições globais. Durante a análise deste capítulo, convidamos à reflexão sobre a confiança das OSCs nas estruturas multilaterais, lideradas pelos Estados. Diante de eventos recentes como o fracasso de acordos significativos, exemplificado pelo caso do acordo pandêmico, e da aparente incapacidade das Nações Unidas em lidar efetivamente com uma série de conflitos globais, emergem questionamentos sobre a eficácia e a resiliência do sistema multilateral. Por outro lado, é possível observar conquistas na Corte Internacional de Justiça relacionadas à mitigação das mudanças climáticas. Surge então a indagação: quais são as lutas possíveis de serem travadas nesse sistema centrado nos Estados em direção a soluções dos desafios contemporâneos?

Introdução

A busca por soluções para crises e conflitos humanitários, questões ambientais e desafios socioeconômicos tem impulsionado as organizações não governamentais (OSC) de interesse público a se envolverem em uma variedade de iniciativas globais, desde a organização de workshops até a angariação de fundos para intervir em crises humanitárias. Essas OSCs têm buscado influenciar positivamente a esfera global, como evidenciado pelas ações recentes de importantes entidades como a Oxfam, que divulgou suas investigações sobre conglomerados empresariais que negligenciam a crise climática. Além disso, o Greenpeace obteve uma vitória notável na Corte Internacional de Justiça em um caso contra a Austrália por sua poluição desenfreada. Outra frente de luta dessa importante OSC está sendo a promoção do uso de histórias de pessoas afetadas pelas crises globais para pressionar eticamente os países a agirem corretamente.

O envolvimento de cidades e comunidades de fé nas pautas ambientais também tem sido observado e aplaudido pelas OSCs. Estas também se destacam pelo movimento em defesa de um Tratado Global de Plásticos e pela oposição à mineração em alto mar, demonstrando seu compromisso e sua luta para enfrentar empresas e interesses capitalistas de ponta. A temática que se destacou de forma mais impactante nesta quinzena foi o genocídio em solo palestino, que já ceifou a vida de milhares de pessoas e está conduzindo a população da Faixa de Gaza à inanição devido ao cerco militar imposto por Israel. Outras temáticas como a luta pela igualdade de gênero, a crise no Haiti e o Acordo Pandêmico também foram apontadas.

Percebemos que essas entidades vêm divulgando uma grande variedade de estratégias de atuação, com destaque para a *advocacy* nos parlamentos e nas cúpulas multilaterais. Assim, apesar das adversidades do momento atual que alguns acadêmicos chamam de “desglobalização”, essas OSCs demonstram ter esperança nas esferas políticas multilaterais, onde monitoram e expõem os avanços e retrocessos das políticas governamentais. Nesse contexto, as evidências científicas desempenham um papel fundamental na legitimação de seus discursos, permitindo-as ter uma voz crítica e indispensável na busca por um futuro sustentável e equitativo para as gerações presentes e futuras.

Em relação às OSCs de interesse privado, observa-se que muitas delas ainda priorizam a divulgação de editais de financiamento, evitando se envolver diretamente com as inúmeras crises humanitárias que assolam o mundo, totalizando mais de 180 na contemporaneidade. Entretanto, é importante ressaltar que essas organizações têm desempenhado um papel importante no enfrentamento das doenças infecciosas, como tuberculose, HIV/AIDS e COVID-19, além de investirem no desenvolvimento de melhores ferramentas de diagnóstico clínico e a promoção da cobertura vacinal. Além disso, elas têm se engajado em questões fundamentais como segurança alimentar, empoderamento feminino e educação em saúde, demonstrando um compromisso abrangente com o bem-estar global.

Destaca-se, por fim, uma publicação da Fundação Gates que chamou a atenção ao entrevistar Claudia Goldin, premiada com o Prêmio Nobel de Economia. Durante a entrevista, quando o tema do trabalho não remunerado feminino foi abordado, a sugestão para transformar essa condição não foi a de compartilhar essas responsabilidades com os homens, mas sim a de enfatizar a ideia de que as mulheres devem se empenhar e aprimorar suas próprias habilidades para otimizar o tempo dedicado a esse tipo de trabalho. Gera incredulidade esse tipo de recomendação, que tenta corrigir o patriarcado, tornando mais eficiente o trabalho não remunerado das mulheres.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

C20

Entre os dias 26 e 28 de março será realizada a reunião inicial dos grupos de trabalho do Civil Society 20 (C20), em Recife. No primeiro dia haverá três mesas, discutindo: Mesa redonda 1 - Economias inclusivas, antirracistas e democráticas para eliminar as desigualdades intra e entre países; mesa redonda 2 – Recife, Capital do C20 - Do local ao Internacional, a Sociedade Civil responde à Tripla Crise Planetária; mesa redonda 3 - O C20 Promovendo Direitos Indivisíveis: Saúde, Educação e Cultura e o Acesso à Tecnologia, e mesa redonda 4 - O Papel da Cooperação Internacional e da Filantropia para o financiamento do Desenvolvimento Sustentável. Os dias 27 e 28 de março serão dedicados ao trabalho interno dos Grupos de

Trabalho do C20, bem como ao debate das estratégias de atuação do C20 ao longo dos próximos meses.

Nosso grupo será representado por Laurenice Pires e Patrícia Lewis que participarão do evento de forma online e Renan Oliveira que participará presencialmente.

Crise Climática

A InterAcademy Partnership, juntamente com outras organizações, co-organizou um workshop em Kathmandu, Nepal, com foco na interseção entre mudança climática e saúde, sob o tema “[Conectando os Pontos entre Mudança Climática e Saúde](#)”. O objetivo foi identificar estratégias-chave para mitigar os riscos à saúde relacionados ao clima, destacando as melhores práticas e políticas, enquanto enfatiza a importância de parcerias e compromissos regionais. Os participantes engajaram-se em discussões, compartilhando abordagens inovadoras e soluções para combater o aumento das taxas de doenças originadas pela água e pelos vetores, agravamento da poluição do ar e outras ameaças relacionadas ao clima prevalentes na região.⁴⁶

A OXFAM alertou para a situação crítica em [Moçambique](#), após o impacto da tempestade tropical Filipo, que agrava ainda mais a crise humanitária na região já devastada pelo ciclone Freddy há apenas um ano, afetando severamente Moçambique e Malawi e deixando milhares de pessoas em necessidade urgente de assistência. As áreas previamente afetadas agora enfrentam períodos prolongados de seca, agravando a escassez de alimentos, enquanto o Malawi enfrenta desafios semelhantes com chuvas intensas que exacerbam a situação. Esses desastres consecutivos tornam a recuperação extremamente difícil para as comunidades afetadas, que também enfrentam os efeitos da seca causada pelo El Niño e inundações repentinas. A OXFAM destacou que as mudanças climáticas têm contribuído para esses extremos climáticos, deixando mais de seis milhões de pessoas em situação de fome aguda, muitas das quais dependem de raízes selvagens para sobreviver. A Oxfam e seus parceiros estão avaliando os danos e necessitam urgentemente de financiamento para fornecer apoio essencial às populações afetadas, incluindo alimentos, água e abrigo. A OXFAM ressaltou que a devastação causada pelo ciclone Freddy e pelas tempestades subsequentes destaca a urgente necessidade de financiamento climático e soluções sustentáveis para apoiar as comunidades vulneráveis. Com os governos enfrentando dificuldades para lidar com as crescentes demandas e para reabilitar a infraestrutura danificada, os países ricos devem intensificar seus esforços para abordar as causas profundas das mudanças climáticas. A Oxfam enfatizou a importância de investir em soluções práticas e sustentáveis para pequenos agricultores e pessoas afetadas por choques climáticos. Apesar dos esforços contínuos, a Oxfam precisa urgentemente de oito milhões de euros para expandir suas operações e alcançar 600 mil indivíduos afetados em Moçambique e Malawi com assistência para salvar vidas, incluindo ajuda em dinheiro, insumos agrícolas, apoio ao gado e reabilitação da fonte de água, com foco especial no apoio a mulheres e meninas durante este período desafiador.⁴⁷

⁴⁶ InterAcademy Partnership [Internet]. Workshop on climate change and health in Kathmandu, Nepal; 18 Mar 2024 [citado em 22 Mar 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/workshop-climate-change-and-health-kathmandu>

⁴⁷ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Tropical storm Filipo hits Mozambique exactly one year after devastating Cyclone Freddy left millions of people in urgent need - Oxfam responds | Oxfam International; 12 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/tropical-storm-filipo-hits-mozambique-exactly-one-year-after-devastating-cyclone>

A OXFAM revelou, antes do [Dia Mundial da Água](#), que apenas 28% das principais corporações de alimentos e agrícolas estão reduzindo o uso de água, com apenas 23% agindo para reduzir a poluição.⁴⁸

A Greenpeace destacou o envolvimento de pessoas de fé na luta contra as [mudanças climáticas](#) e as crises ambientais, ressaltando cinco razões principais. Em primeiro lugar, com aproximadamente 85% da população mundial se identificando com uma religião, as comunidades baseadas na fé possuem influência e recursos significativos, incluindo escolas, instalações de saúde e propriedade da terra, tornando-as uma potente força para a ação ambiental. Em segundo lugar, ao longo da história, as pessoas de fé têm sido fundamentais na defesa de causas de justiça social, incluindo a proteção ambiental, inspirando-se em seus ensinamentos e valores religiosos. Exemplos incluem o Movimento Chipko na Índia e a resistência indígena contra a construção de barragens no Brasil. Em terceiro lugar, os líderes religiosos e as comunidades religiosas estão cada vez mais reconhecendo e abordando as crises climáticas e da natureza, como evidenciado por iniciativas como a encíclica 'Laudato Si' do Papa Francisco e a Declaração Islâmica sobre Mudanças Climáticas, refletindo uma crescente consciência do imperativo moral para a gestão ambiental. Em quarto lugar, as organizações religiosas estão ativamente envolvidas na proteção do meio ambiente por meio de advocacia, educação, campanhas de desinvestimento e colaborações inter-religiosas, demonstrando seu compromisso com a ação climática. Finalmente, valores espirituais e religiosos como justiça, compaixão e paz motivam milhões de pessoas de fé a priorizar a proteção ambiental como um aspecto essencial de sua adoração e expressar gratidão por sua presença na Terra. Juntas, pessoas de fé poderão representar uma força poderosa para criar um planeta habitável e garantir um futuro sustentável para as gerações vindouras.⁴⁹

A Greenpeace ressaltou o avanço significativo nas iniciativas das cidades do [Sul Global](#) para combater a poluição plástica, promovendo os sistemas de reutilização e recarga como alternativas viáveis à prevalente economia de sacolas plásticas. Nas Filipinas, o projeto Kuha sa Tingi, liderado pelo Greenpeace Filipinas, implementou com sucesso sistemas de recarga em lojas de bairro para produtos de cuidados pessoais e domésticos. Ao permitir que os consumidores reabasteçam recipientes reutilizáveis com quantidades específicas de produtos, essa iniciativa não apenas evitou o descarte de mais de 50.000 sacolas plásticas, mas também gerou economias significativas para os consumidores e aumentou os lucros para os varejistas durante a fase piloto. Apesar dos êxitos dessas medidas, os desafios persistem, incluindo a falta de estruturas regulatórias para apoiar os sistemas de recarga e reutilização, além da contínua produção não regulamentada de plásticos de uso único. O Greenpeace destaca a urgência de políticas abrangentes que proíbam os produtos plásticos de uso único, estabeleçam metas para reduzir a produção de plástico e redesenhem os sistemas de distribuição para promover modelos de reutilização sem geração de resíduos. Defendendo a criação de um Tratado Global de Plásticos, a organização enfatiza a importância de estabelecer padrões e regulamentos para

⁴⁸ Oxfam International. Twitter [Internet]. Ahead of World Water Day, Oxfam reveals just 28% of major food & agricultural corporations are reducing water use, with [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1770601465918202172?s=20>

⁴⁹ Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. 5 reasons why people of faith are a powerful force in the fight against climate change and environmental crises - Greenpeace International; 17 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/65861/5-reasons-why-people-of-faith-are-a-powerful-force-in-the-fight-against-climate-change-and-environmental-crises/>.

acelerar a transição para soluções sustentáveis, como os sistemas de reutilização e recarga, abordando assim a crise do plástico e promovendo a justiça ambiental.⁵⁰

A Greenpeace enfatizou a necessidade premente de interromper as atividades de **mineração em alto mar**, à medida que a 29ª sessão da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) tem início em Kingston, Jamaica. O Greenpeace International instou os governos a priorizarem a conservação dos oceanos em detrimento de práticas de mineração destrutivas. A inclusão do protesto pacífico do Greenpeace contra a líder da indústria The Metals Company na Agenda Provisória da ISA destaca as crescentes tensões entre ativistas ambientais e defensores da mineração em alto mar. A organização criticou a ISA por priorizar a repressão à dissidência em vez de promover negociações transparentes e pediu um maior escrutínio das empresas de mineração em alto mar para proteger os ecossistemas marinhos. Apesar da certeza inicial da indústria em relação ao início da mineração em 2024, o apelo por uma moratória sobre a mineração em alto mar ganhou força, com 24 nações agora defendendo uma abordagem de precaução baseada em evidências científicas. O Greenpeace ressaltou o movimento global crescente instando os governos a atenderem aos avisos científicos e priorizarem a proteção dos oceanos, preparando o terreno para discussões cruciais na próxima Assembleia da ISA em julho.⁵¹

A Greenpeace destacou que os **povos indígenas** em todo o Pacífico estão fazendo campanha para parar a mineração em alto mar, devido ao potencial de arruinar ecossistemas preciosos e as culturas que deles dependem. A organização criticou as tentativas de *greenwash*, argumentando que a mineração em alto mar não pode ser sustentável.⁵²

A Greenpeace denunciou que a empresa de combustíveis fósseis ENI (Ente Nazionale Idrocarburi) está tentando intimidar e **silenciar** o Greenpeace por criticar seus negócios sujos. Destacou-se que as emissões da ENI em 2022 poderiam causar cerca de 27.000 mortes prematuras antes de 2100. A organização instou a ENI a dedicar mais esforços para pagar pelos danos ambientais causados por suas atividades.⁵³

A Greenpeace alertou para os problemas da **indústria pesqueira**, ressaltando a possibilidade de atividades ilegais e abusos de direitos humanos ocorrerem longe da vista pública. Instou a identificação de empresas confiáveis no setor.⁵⁴

⁵⁰ Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Global South cities lead shift to refill systems from sachet economy - Greenpeace International; 22 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/65926/global-south-cities-lead-shift-to-refill-systems-from-sachet-economy/>.

⁵¹ Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. "Stop deep sea mining, not protests", Greenpeace demands regulator - Greenpeace International; 18 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/65866/stop-deep-sea-mining-not-protests-greenpeace-demands-regulator/>.

⁵² Greenpeace international. Twitter [Internet]. Indigenous Peoples across the Pacific have been campaigning to Stop Deep Sea Mining because it will ruin precious ecosystems and [Tweet]; 13 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1767899374510559372?s=20>

⁵³ Greenpeace international. Twitter [Internet]. Fossil fuel company eni attempts AGAIN to intimidate and silence greenpeace for speaking up against their dirty business. ENI's 2022 [Tweet]; 14 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1768230687935762571?s=20>

⁵⁴ Greenpeace international. Twitter [Internet]. Do you know how problematic the fishing industry can be? Out at sea, away from prying eyes, all sorts of [Tweet]; 15 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1768532642776182973?s=20>

A Greenpeace apontou os desafios enfrentados pelos agricultores na [Coreia do Sul](#) devido às mudanças climáticas, que estão impactando a produção de maçãs e aumentando os preços dos alimentos.⁵⁵

A Greenpeace denunciou o aumento dos [resíduos eletrônicos globais](#) e a falta de reciclagem adequada, alertando para os problemas de saúde, ambientais e climáticos associados a esse fenômeno.⁵⁶

A Greenpeace criticou o Secretário-Geral da [Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos](#) por tentar impedir os ativistas do Greenpeace de protestarem no mar, destacando isso como mais um exemplo de repressão aos defensores ambientais.⁵⁷

A Rotary International repostou publicação da Organização das Nações Unidas (ONU) em comemoração do [Dia Internacional da Água](#), que ressalta a importância do recurso natural nas alterações climáticas e nos conflitos entre as nações e povos, clamando para a cooperação na questão da água como catalisador de progresso e paz⁵⁸.

*A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA) repercutiu publicação da OMS, intitulada “Comunicação sobre [alterações climáticas e saúde](#): Kit de ferramentas para profissionais de saúde”.*⁵⁹

*O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) divulgou sua newsletter “Highlights of SHEM”, edição de março, destacando as mudanças climáticas. Desta vez, convida os leitores a [aprender com o Sul sobre mudanças climáticas e transição energética](#).”*⁶⁰

Transição energética

Três anos após o Grande [Terremoto](#) do Leste do Japão e o desastre nuclear de Fukushima Daiichi, o Greenpeace Japão expressa condolências às vítimas e suas famílias, ressaltando os contínuos desafios enfrentados após a tragédia. Apesar dos esforços para facilitar o retorno dos residentes às áreas afetadas por meio da descontaminação, as preocupações surgem com o apoio persistente do governo japonês à energia nuclear, especialmente após a recente liberação de água contaminada tratada no oceano pela Usina Nuclear de Fukushima

⁵⁵ Greenpeace international. Twitter [Internet]. “Climate change will change not only apple supply but our country’s entire crop production map.” In South Korea, farmers are [Tweet]; 19 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1769982140274635139?s=20>

⁵⁶ Greenpeace international. Twitter [Internet]. From old cellphones to broken refrigerators and discarded e-cigarettes, global electronic waste has reached record highs and is growing 5 [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1770652936978444748?s=20>

⁵⁷ Greenpeace international. Twitter [Internet]. The ISA Secretary General seeking to prevent Greenpeace activists from protesting at sea is yet again another example of the [Tweet]; 22 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/177122035953188314?s=20>

⁵⁸ Rotary International Twitter [Internet]. Water has a ripple effect across many global challenges [Tweet]; mar 2024. [citado 22 mar 2024]. Disponível em: https://twitter.com/UN_Water/status/1771169658764251247.

⁵⁹ Wonca. World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/ Family Physicians. Communicating on climate change and health. 22 mar. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1771164252797054980>. Acesso em: 24 mar. 2024.

⁶⁰ SHEM. Sustainable Health Equity Movement. **Learn from the South about Climate Change & Just Energy Transition in the March issue of SHEM**. 18 mar. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1769705031412887857>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Daiichi. O terremoto da Península de Noto em janeiro destacou a dificuldade de gerenciar os riscos nucleares e a inadequação dos planos de evacuação, evidenciando problemas persistentes de segurança, apesar do aumento do foco na energia de backup de emergência pós-Fukushima. Diante dos desafios subsequentes na Usina Nuclear de Shika, o Greenpeace Japão destaca as vulnerabilidades inerentes à energia nuclear, particularmente diante de desastres naturais. A organização apela para uma reavaliação da estratégia energética do Japão, defendendo uma transição dos combustíveis nucleares e fósseis para fontes de energia renováveis. Com a crescente pressão internacional pela descarbonização energética e uma maior conscientização sobre os riscos associados à energia nuclear, o Greenpeace Japão insta o governo a priorizar políticas energéticas que promovam segurança, sustentabilidade e resiliência diante de futuros desastres.⁶¹

A Greenpeace celebrou o cancelamento da [Conferência Europeia do Gás](#) devido a protestos anunciados, destacando-o como um enorme sucesso para o movimento climático. Instou ao cancelamento permanente de conferências e reuniões relacionadas a combustíveis fósseis.⁶²

Justiça Climática

A Greenpeace destacou as ações da [Pacific Vuvale](#), uma iniciativa global na luta contra as mudanças climáticas. Originado com jovens estudantes de direito apaixonados no Pacífico, ao lado do governo de Vanuatu e de organizações da sociedade civil como o Greenpeace, o movimento visava responsabilizar os principais poluidores pelos impactos devastadores da crise climática. Mobilizando comunidades em todo o mundo, de cidades movimentadas a ilhas remotas, o movimento enfatizou a solidariedade, a resiliência e a determinação ao defender a ação climática. Sua jornada culminou em uma vitória monumental quando o governo australiano se comprometeu a se submeter ao Tribunal Internacional de Justiça (CIJ), sinalizando o progresso em sua busca por justiça e responsabilidade. Impulsionado pela necessidade de evidências para complementar seus esforços de defesa, o movimento embarcou em uma missão para coletar histórias convincentes de todo o mundo, ressaltando a urgência e a gravidade da crise climática. Essas narrativas, que vão desde perda e luta até resiliência e esperança, forneceram um rosto humano para a emergência climática, obrigando os governos a ouvir e agir. Com o compromisso da Austrália com o CIJ, o foco do movimento agora muda para garantir transparência e solidariedade genuína no processo de submissão, enquanto permanece firme em sua determinação de amplificar as vozes da comunidade e garantir um futuro sustentável para todos. À medida que navegam na próxima fase de sua jornada, Gounden lembra os apoiadores da resiliência e unidade que os levaram até aqui, enfatizando o esforço coletivo necessário para superar as barreiras legais e alcançar a justiça climática.⁶³

⁶¹ Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. 13 years since Fukushima nuclear disaster - Greenpeace International; 11 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/65638/13-years-since-fukushima-nuclear-disaster-greenpeace-statement/>.

⁶² Greenpeace international. Twitter [Internet]. Huge success for the climate movement: European Gas Conference canceled The organisers have suspended the meeting due to the announced [Tweet]; 14 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1768297589047185909?s=20>

⁶³ Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. A Journey of Resilience: Taking the climate fight to the International Court of Justice - Greenpeace International; 22 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/65931/a-journey-of-resilience-taking-the-climate-fight-to-the-international-court-of-justice/>.

A Greenpeace celebrou mais um avanço na campanha global pela [justiça climática](#), à medida que os Estados submetem seus argumentos ao Tribunal Internacional de Justiça (ICJ), seguindo uma resolução histórica adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) no ano anterior. Essa resolução, destinada a buscar um parecer consultivo da CIJ, representa um passo crucial para colocar os direitos humanos e a equidade intergeracional no centro das decisões sobre mudanças climáticas. As nações insulares do Pacífico demonstraram forte união ao fazer submissões robustas ao Tribunal, destacando sua liderança em meio a desafios consideráveis. A sociedade civil também desempenhou um papel central, garantindo um envolvimento construtivo com o processo, amplificando as vozes das comunidades afetadas pelo clima em todo o mundo e defendendo políticas abrangentes para enfrentar a crise climática iminente. As submissões ao CIJ detalham testemunhos convincentes sobre os danos causados pelo clima, destacando os impactos profundos nas comunidades, meios de subsistência e cultura. Essas submissões refletem um esforço coletivo para garantir clareza jurídica e responsabilidade na busca pela justiça climática. Enquanto o mundo aguarda as próximas audiências públicas em Haia, marcadas para o final deste ano, a campanha continua a ganhar força, impulsionada pelas aspirações compartilhadas de jovens ativistas, especialistas jurídicos, organizações da sociedade civil e comunidades afetadas. O resultado desse processo histórico tem o potencial de redefinir o direito internacional, moldar as respostas globais às mudanças climáticas e pavimentar o caminho para um futuro mais sustentável e equitativo para as gerações futuras.⁶⁴

A Greenpeace destacou um caso climático inovador na [Bélgica](#), onde um agricultor está processando a TotalEnergies por seu papel na crise climática e buscando interromper os investimentos em novos projetos de combustíveis fósseis.⁶⁵

A Greenpeace destacou o [Parecer Consultivo](#) do Tribunal Internacional de Justiça sobre o clima (ICJAO4Climate), emitido recentemente, ressaltando sua expectativa de que redefinirá as leis internacionais e esclarecerá as obrigações dos Estados para proteger o sistema climático para as gerações presente e futura. A organização espera que esse parecer estabeleça um precedente para a cooperação e ação internacionais, além de lançar luz sobre as consequências legais para os Estados que causaram danos significativos ao sistema climático. A CIJ foi instada a esclarecer as obrigações e consequências dos estados em relação às mudanças climáticas. No entanto, a Greenpeace ressalta que tal opinião não pode ser divorciada da realidade no território e utilizará mais de 30 histórias de pessoas impactadas em todo o mundo ao Tribunal Mundial.⁶⁶

A OXFAM ressaltou que os países da União Europeia aprovaram recentemente as novas regras da cadeia de suprimentos, conhecidas como [Diretiva de Due Diligence Corporativa](#)

⁶⁴ Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Major milestone reached in historic climate judgement as States submit arguments to world's highest court - Greenpeace International; 22 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/65921/major-milestone-reached-in-historic-climate-judgement-as-states-submit-arguments-to-worlds-highest-court/>.

⁶⁵ Greenpeace international. Twitter [Internet]. First climate case of its kind in Belgium! A farmer is taking TotalEnergies to court for its role in the [Tweet]; 14 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1768287449778901422?s=20>

⁶⁶ Greenpeace international. Twitter [Internet]. The ICJAO4Climate will redefine international laws 🌍 and clarify states' obligations to protect the climate system for present and future generations [Tweet]; 22 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1771151755625041942?s=20>

(CSDDD), com o objetivo de responsabilizar as empresas por seu impacto nas pessoas e no planeta. No entanto, a organização expressou preocupação com o fato de a legislação estar se inclinando aos interesses das grandes empresas. Embora tenha conseguido evitar as tentativas da Business Europe e de seus aliados de inviabilizar completamente a legislação, os países da UE optaram por adiar sua implementação para a maioria das empresas até o final da década e expandiram as isenções, permitindo que milhares de outras empresas evitassem a responsabilidade. A OXFAM enfatizou a urgência de lidar com o abuso corporativo e instou os parlamentares da UE a aprovarem rapidamente a legislação sem mais atrasos. Alertou que prolongar o processo só abriria espaço para mais tentativas de minar a diretiva e solicitou uma ação para proteger o compromisso da Europa com a democracia e os direitos humanos.⁶⁷

A The Youth Cafe fez publicação sobre a importância da [Justiça Intergeracional](#), numa perspectiva na situação climática, considerando a necessidade de um olhar histórico sobre as gerações passadas, as ações atuais e o impacto sobre o futuro das gerações futuras, ressaltando a equidade intergeracional como premissa para abordar as questões climáticas. A entidade ressalta que a próxima Cúpula do Tempo deve discutir algumas questões como o financiamento, legalização, participação da juventude, consagração dos direitos climáticos e garantias da justiça climática para as gerações futuras.⁶⁸

Mudança climática e saúde mental

A *Planetary Health Alliance* lançou o “*Connecting Climate Minds Global Online Hub*” para compartilhar pesquisas, histórias de experiências vividas e estudos de caso sobre [Saúde Mental e Mudanças Climáticas](#) para cada região do mundo⁶⁹. O hub pode ser visita em: <https://buff.ly/4coratL>

Conflitos e Guerras

Genocídio Palestino

A OXFAM, juntamente com outras organizações como a Anistia Internacional Dinamarca, Action Aid Denmark e a organização palestina de direitos humanos Al-Haq, organizaram uma ação conjunta contra a Polícia Nacional Dinamarquesa e o Ministério das Relações Exteriores para interromper as [exportações de armas](#) dinamarquesas para Israel. Alegaram que as armas e equipamentos militares exportados pela Dinamarca para Israel podem ser potencialmente utilizados para cometer crimes graves contra civis em Gaza, violando as regras internacionais sobre o comércio de armas e correndo o risco de serem cúmplices de violações do direito humanitário internacional, incluindo crimes de guerra e genocídio. Essas organizações buscaram intervenção legal para avaliar se as exportações de armas da Dinamarca violam seus compromissos com o direito internacional e os valores humanitários, enfatizando a necessidade urgente de enfrentar a crise humanitária em Gaza e evitar novas violações dos

⁶⁷ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. EU’s heavyweights slash supply chain rules to appease big business | Oxfam International; 15 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/eus-heavyweights-slash-supply-chain-rules-appease-big-business>

⁶⁸ The Youth Cafe [Internet]. Promover a equidade intergeracional na ação climática; 21 mar 2024 [citado em 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.theyouthcafe.com/updates/fostering-intergenerational-equity-in-climate-action>.

⁶⁹ PHA Planetary Health Alliance. **The #ConnectingClimateMinds Global Online Hub was recently launched.** 22 mar. 2024. Twitter. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1771265736331125173. Acesso em: 24 mar. 2024.

direitos humanos. Apesar dos alertas de especialistas, incluindo o Tribunal Internacional de Justiça da ONU, e da contínua documentação dos supostos crimes de Israel contra civis palestinos em Gaza, as exportações de armas para Israel permanecem inabaláveis. As organizações enfatizaram a importância de defender o direito internacional e os princípios humanitários, instando a Dinamarca a interromper as exportações de armas que possam contribuir para os abusos dos direitos humanos. Eles destacam a necessidade de os estados democráticos, regidos pelo Estado de Direito, cumprirem suas obrigações sob o direito internacional e protegerem os civis de danos, reafirmando seu compromisso em defender regras e leis internacionais que protejam os direitos humanos e as populações civis.⁷⁰

A OXFAM advertiu que [Gaza](#) enfrenta uma catástrofe humanitária iminente já que as condições na região continuam a se deteriorar apesar dos esforços internacionais. A organização destacou a obstrução de Israel à entrega de ajuda a Gaza por meio de medidas restritivas nas passagens de fronteira, obstáculos burocráticos e rejeição arbitrária de itens essenciais. Apesar da necessidade urgente, Israel permitiu que apenas uma fração dos caminhões de ajuda necessários entrasse em Gaza, exacerbando o sofrimento de sua população, incluindo deslocamento generalizado, contaminação da água e escassez de necessidades básicas. O relatório ressaltou o ataque militar desproporcional de Israel em Gaza, resultando em vítimas civis e destruição generalizada da infraestrutura. A Oxfam enfatizou a necessidade urgente de um cessar-fogo imediato e pediu à comunidade internacional que tomasse medidas diplomáticas e econômicas para evitar uma maior escalada da crise. Além disso, a organização instou Israel a levantar seu bloqueio de Gaza e defendeu uma abordagem abrangente e baseada em direitos para resolver o conflito israelense-palestino, fundamentada no direito internacional e um compromisso com a paz e a justiça para todas as partes envolvidas.⁷¹

A OXFAM emitiu um forte aviso em resposta ao último relatório de Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar (IPC) sobre [Gaza](#), indicando uma iminente crise de fome no norte de Gaza e o potencial de fome se espalhar por todo o enclave se Israel continuasse suas hostilidades e obstruísse o acesso humanitário. Sally Abi Khalil, Diretora Regional da Oxfam para o Oriente Médio e Norte da África, expressou profunda preocupação com os níveis sem precedentes de fome e desnutrição em Gaza, com um aumento significativo no número de pessoas enfrentando níveis catastróficos de fome desde dezembro. Khalil enfatizou que as crianças já estavam sucumbindo à desnutrição e à fome, destacando a necessidade urgente de ação imediata para evitar mais perda de vidas. De acordo com o relatório da Oxfam, a obstrução deliberada de Israel nos envios de alimentos e ajuda para Gaza exacerbou a crise humanitária, com a situação piorando apesar de uma decisão do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) ordenando que Israel facilitasse mais ajuda.⁷²

A CARE chamou atenção para o contraste que cerca o povo em Gaza em relação ao mês de comemoração do [Ramadã do povo palestino](#), considerando a realidade vívida que não os

⁷⁰ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam sues the Danish state to stop arms exports to Israel | Oxfam International; 12 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-sues-danish-state-stop-arms-exports-israel>

⁷¹ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Israel government continues to block aid response despite ICJ genocide court ruling, says Oxfam | Oxfam International; 17 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/israel-government-continues-block-aid-response-despite-icj-genocide-court-ruling>

⁷² Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Gaza hunger figures “worst on record” - says Oxfam | Oxfam International; 22 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/gaza-hunger-figures-worst-record-says-oxfam>

permite estar em comunidade de forma a dar voz ao sagrado e a atitudes cultuadas pela religião mulçumana, a exemplo do jejum por opção e a situação de fome por condições impostas aos civis, mulheres, jovens e crianças, pela guerra imposta por Israel na faixa de Gaza⁷³. A CARE também alertou sobre a situação de [bebês e crianças pequenas no norte de Gaza](#) que estão morrendo de fome de forma lenta e dolorosa. Após os mais de 5 meses de ataques promovidos por Israel na Faixa de Gaza, a entidade ressaltou que ninguém está sofrendo mais nesta guerra do que as crianças, que estão vendo a vida desaparecer por fome⁷⁴.

Em alusão ao Dia Internacional da Mulher, o People's Health Movement (PHM) publicou o Boletim nº 71, destacando a situação delicada vivenciada pelas [mulheres da Faixa de Gaza](#), que são o grupo populacional mais atingido pelo conflito entre Israel-Hamas. A destruição da infraestrutura de saúde tem afetado de forma desproporcional as mulheres, que já estavam expostas antes do conflito, a uma realidade de desigualdade de gênero e de sobrecarga nas funções de trabalho na área da saúde e na prestação de cuidado doméstico e comunitário⁷⁵.

O People's Health Movement (PHM) denuncia os crescentes [ataques israelenses aos Comitês de Trabalho de Saúde na Cisjordânia](#). Fundados na década de 80, os comitês têm um papel importante na oferta de uma série de serviços de saúde para a população palestina, tendo como foco central desde o seu surgimento, a mitigação dos impactos sanitários da violenta invasão israelense ao território da Cisjordânia⁷⁶.

Invasão da Ucrânia

A OXFAM denunciou veementemente os recentes ataques russos à infraestrutura crítica na [Ucrânia](#), abrangendo áreas nas regiões de Kharkiv, Zaporizhzhia, Kryvyi Rih e Vinnytsia, o que resultou em interrupções generalizadas em serviços essenciais, como eletricidade, água e transporte. Sarah Redd, Gerente de Campanhas de Advocacia e Engajamento da Oxfam para a Resposta à Ucrânia, ressaltou que atingir a infraestrutura civil viola o direito humanitário internacional e impõe sofrimento indevido a civis inocentes pegos no fogo cruzado do conflito. Apesar dos desafios impostos por esses ataques, os parceiros locais da Oxfam, como o Peaceful Heaven of Kharkiv, estão mobilizando esforços para fornecer serviços essenciais às comunidades afetadas, instalando geradores e internet via satélite em centros comunitários para garantir o acesso ao aquecimento, água e eletricidade. Os ataques contínuos à infraestrutura civil exacerbam a já terrível situação humanitária na Ucrânia e dificultam a capacidade das agências de ajuda de fornecer assistência que salva vidas aos necessitados. A Oxfam insta todas as partes envolvidas no conflito a aderirem ao direito humanitário internacional, que inclui a salvaguarda do bem-estar dos civis e o respeito à inviolabilidade da infraestrutura civil. Ao defender esses

⁷³ CARE [Internet]. CARE Lights in the darkness: Preserving Ramadan's; 18 mar 2024 [citado em 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/ramadan-2024-gaza-sudan-syria-yemen/>,

⁷⁴ CARE [Internet]. CARE warns: Babies and toddlers in North Gaza; 14 mar 2024 [citado em 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-warns-babies-and-toddlers-in-north-gaza-dying-slow-and-painful-death-from-starvation/>.

⁷⁵ People's Health Movement (PHM) [Internet]. Bulletin nº 71 womens health under attack Gaza strip. 11 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/bulletin-71-womens-health-under-attack-gaza-strip> .

⁷⁶ People's Health Movement (PHM) [Internet]. Health workers committees Palestine. 22 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/health-workers-committees-palestine>

princípios, as facções em guerra podem mitigar o impacto devastador do conflito sobre civis inocentes e facilitar a entrega de ajuda humanitária crucial às populações afetadas.⁷⁷

Refugiados no Chade

Médicos Sem Fronteiras alerta sobre o [aumento de casos de hepatite E em acampamentos de refugiados](#) sudaneses no Chade. A propagação da doença está piorando pela falta de saneamento adequado e por uma grave escassez de água potável nos acampamentos. O coordenador da organização na região afirma que apesar dos esforços incansáveis, a resposta humanitária no leste do Chade tem sido dificultada por um financiamento insuficiente para as organizações humanitárias no local, deixando lacunas críticas no fornecimento de alimentos, água e saneamento. MSF pede às instituições doadoras internacionais e organizações humanitárias que intensifiquem urgentemente seus esforços para prevenir uma crise de saúde iminente.⁷⁸

Crise no Haiti

A Progressive International publicou seu 11º Briefing, intitulado "[As águas da liberdade que chegam ao Haiti não podem ser represadas para sempre](#)", que contém uma análise do que está acontecendo no Haiti, onde os serviços básicos estão paralisados, as demandas por mudanças são respondidas com cassetetes e tiros, e a morte e o deslocamento de pessoas são eventos cotidianos. A única forma de interromper esse ciclo de intervenção negligente e violenta é através de um movimento internacional massivo, que una forças políticas desde as bases até as esferas globais.⁷⁹

O departamento de epidemiologia e pesquisa médica da Médicos Sem Fronteiras (MSF) publicou um estudo sobre [violência extrema e mortalidade no Haiti](#). A pesquisa abrange o período entre agosto de 2022 e julho de 2023 e revela uma escalada preocupante da violência, onde mais de 40% das mortes na área estão ligadas à violência. Entre 2022 e 2023, o número de homicídios no Haiti dobrou, enquanto os sequestros aumentaram em 83%. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), janeiro de 2024 foi o mês mais violento no Haiti em mais de dois anos, com pelo menos 806 pessoas mortas, feridas ou sequestradas no país. A situação se deteriorou ainda mais desde então e, em 28 de fevereiro, Porto Príncipe mergulhou no caos, com dezenas de pessoas feridas lotando as instalações da MSF.

A CARE publicou uma [Declaração sobre a violência recente no Haiti](#), tendo em vista a situação que abateu o país desde 29 de fevereiro deste ano. A entidade trouxe a questão da vulnerabilidade da população, especialmente em bairros populosos da parte mais baixa de Porto

⁷⁷ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam reaction to Russia's attacks on Ukraine's critical infrastructure | Oxfam International; 22 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-russias-attacks-ukraines-critical-infrastructure>

⁷⁸ MSF Brasil [Internet]. Casos de hepatite E aumentam em acampamentos de refugiados sudaneses no Chade - MSF Brasil; [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/casos-de-hepatite-e-aumentam-em-acampamentos-de-refugiados-sudaneses-no-chade/>.

⁷⁹ Progressive International [Internet]. PI Briefing | No. 11 | Haiti's freedom flood can't be dammed forever; 15 Mar 2024 [citado em 22 Mar 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-03-15-pi-briefing-no-11-haitis-freedom-flood-cant-be-dammed-forever/en>

Príncipe, tendo em vista a situação de insegurança alimentar, de saúde, falta de saneamento básico e água potável, em um contingente de 1,4 milhões de pessoas enfrentando a fome⁸⁰.

A ActionAid apela para a imediata interrupção da escalada de violência de gangues e grupo de criminosos, que nos últimos dois meses vem atingindo a população do Haiti, com graves reflexos especialmente para as mulheres. A [contínua violência tem agravado a situação de crise humanitária vivenciada pela população haitiana](#), com um aprofundamento da insegurança alimentar e da fome, que segundo dados da ONU, atingem mais de 4 milhões de pessoas na região. É preciso que se retorne ao Estado democrático de direito no Haiti. A comunidade internacional precisa urgentemente aumentar a assistência humanitária para o país⁸¹.

Crise na Síria

A OXFAM lamentou que o conflito na [Síria](#) tenha se prolongado por 13 anos, período no qual as famílias sírias carecem de itens essenciais, inclusive água. A organização chamou a atenção para a necessidade de reverter a situação na tentativa de melhorar as condições de vida da população síria.⁸²

A CARE publicou sobre a situação dos [Sírios após 13 anos de deslocamento](#) forçado e a luta pela sobrevivência ao clima invernal. A entidade ressaltou que desde 2011, mais de 14 milhões de sírios foram deslocados e mais de 300 mil morreram, sendo que mais de 6,9 milhões estão deslocados em seu próprio país em assentamentos informais, o que durante o inverno rigoroso deixa em condições insalubres de exposição ao frio e à fumaça de materiais inadequados em busca do calor⁸³.

Profissionais de saúde em conflitos

A World Medical Association compartilhou um chamado para [assinar a carta aberta](#) preparada pela World Health Professions Alliance, uma vez que existem mais de 180 conflitos armados acontecendo hoje, aumentando alarmantemente. Os profissionais de saúde oferecem cuidados médicos nessas áreas de conflito, colocando suas vidas em risco. Muitos morreram ou foram feridos, e a WHPA expressou condenação à violência que atinge as instalações de saúde e o pessoal de saúde de todas as regiões do mundo. A organização enfatiza que o direito internacional humanitário requer a proteção ativa de instalações e pessoal de saúde,

⁸⁰ CARE [Internet]. CARE Statement on Recent Violence in Haiti; 14 mar 2024 [citado em 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-statement-on-recent-violence-in-haiti/>.

⁸¹ ActionAid. [Internet]. Communities living fear and brink starvation violence surges Haiti; 19 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/communities-living-fear-and-brink-starvation-violence-surges-haiti>.

⁸² Oxfam International. Twitter [Internet]. 13 years of conflict in #Syria, what do Syrians need? #Syria13 #Syriaforgottencrisis [Tweet]; 15 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1768577268916384209?s=20>

⁸³ CARE [Internet]. CARE 13 years on: How displaced Syrians have struggled to survive yet another winter in crisis; 11 mar 2024 [citado em 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/displaced-syrians-struggle-to-survive-winter/>.

tratamento humano para os feridos e doentes, e proíbe o uso indevido de instalações e veículos de saúde para fins militares.⁸⁴

O People's Health Movement (PHM) divulgou uma galeria online de fotos que retratam as crescentes [violências contra profissionais de saúde em todo o mundo](#), com destaque para as mortes e violências vivenciadas por profissionais da saúde no conflito na Faixa de Gaza. A galeria aborda relatos de trabalhadores cujas escolhas pela dedicação a oferta de cuidado em saúde para as populações, têm reverberado em ameaças e ataques às suas liberdades políticas, civis e em muitos casos até as suas vidas⁸⁵.

Igualdade de gênero

A Women in Global Health deu início à campanha [#TakeAStand](#) pelos direitos das mulheres e por um futuro com igualdade de gênero. Buscam chamar a atenção para o fato de que o enfrentamento das desigualdades de gênero na saúde é fundamental para impulsionar o progresso da saúde para todos. Alertam, entretanto, sobre o rápido avanço da resistência global à igualdade de gênero em especial com relação ao controle das mulheres e meninas sobre suas escolhas reprodutivas, incluindo o acesso à contracepção, ao aborto seguro e à educação sexual abrangente⁸⁶.

[A organização enviou pela primeira vez uma delegação para a Comissão sobre o Estatuto da Mulher \(CSW\)](#), órgão intergovernamental global dedicado à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres e jovens. O principal resultado da CSW são as Conclusões Acordadas (AC) sobre o tema prioritário definido para o ano, e fornece recomendações concretas a serem implementadas a nível internacional, nacional, regional e local pelos governos, organismos intergovernamentais, sociedade civil e outras partes interessadas relevantes. A WGH defende na 68ª CSW quatro temas: Liderança feminina na saúde; Resistência à reação contra os direitos das mulheres e meninas; Cobertura Universal de Saúde sensível ao gênero; e Justiça econômica e de gênero para mulheres trabalhadoras comunitárias de saúde⁸⁷.

A OXFAM organizou, em conjunto com organizações parceiras, um fórum de discussões abordando demandas por mudanças radicais para enfrentar a [crise global](#), sob uma perspectiva sustentável e liderada por feministas.⁸⁸

A OXFAM destacou sua participação na [68ª Sessão da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher](#) das Nações Unidas, onde explorou a proteção social no contexto das mudanças climáticas e da desigualdade de gênero. A organização apontou que a Cadeia de Valor Alimentar não está considerando as mulheres e pessoas com diversidade de gênero, sendo necessário

⁸⁴ World Medical Association [Internet]. HEALTH PROFESSIONALS CALL FOR PROTECTION IN CONFLICTS; 12 Mar 2024 [citado em 22 Mar 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/health-professionals-call-for-protection-in-conflicts/>

⁸⁵ People's Health Movement (PHM) [Internet]. Health workers under attack. 22 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/health-workers-under-attack> .

⁸⁶ Women in Global Health. THIS INTERNATIONAL Women's Day #TakeAStand for women's rights - Women in Global Health. Disponível em: <https://womeningh.org/this-international-womens-day-takeastand-for-womens-rights/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

⁸⁷ ADVOCATE with us at the 68th Commission on the Status of Women - Women in Global Health. Disponível em: <https://womeningh.org/csw68/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

⁸⁸ Oxfam International. Twitter [Internet]. SAVE THE DATE: Addressing the global crisis demands a fundamental shift in our land management and views. Join us on [Tweet]; 12 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1768010780463558949?s=20>

construir um futuro mais justo onde os ministros do comércio e das finanças abordem os desafios econômicos através de uma lente de gênero.⁸⁹

A OXFAM destacou que, na [Bolívia](#), foram alcançados avanços significativos no reconhecimento do trabalho de cuidados, através da colaboração entre a Oxfam, parceiros locais e comunidades. A promulgação de uma lei municipal em Colcapirhua marca um passo fundamental em direção ao sistema de cuidados sustentáveis que beneficiará diretamente a mais de três mil mulheres cuidadoras.⁹⁰

A OXFAM, em colaboração com a organização WILDAF -Afrique de L'Ouest, liderou uma discussão fundamental sobre a correção dos desequilíbrios de proteção social no [Sahel](#), no norte da África. Este fórum abordou a necessidade urgente de inclusão de mulheres e meninas na formulação de políticas públicas.⁹¹

A OXFAM chamou a atenção para o fato de que as [mulheres](#), que constituem 75% dos profissionais de saúde essenciais, contribuem significativamente para a nossa economia. No entanto, a desigualdade faz com que levem mais de mil anos para ganharem o que um CEO de uma multinacional ganha em um ano. A organização fez um apelo por um salário justo.⁹²

A OXFAM apontou que as [co-cries](#) da economia e do clima estão enraizadas no consumismo, comportamento que é imposto em grande escala às mulheres e pessoas com diversidade de gênero.⁹³

A Greenpeace enfatizou que as [mulheres e as minorias de gênero](#) são desproporcionalmente prejudicadas pela destruição corporativa da indústria de combustíveis fósseis. Criticou a prática de *greenwash* e destacou a necessidade de enfrentar os impactos negativos da indústria de combustíveis fósseis sobre esses grupos.⁹⁴

A Greenpeace destacou que as [mulheres](#) são mais afetadas pelos impactos das mudanças climáticas, assim como são as mais preocupadas com o bem-estar das gerações

⁸⁹ Oxfam International. Twitter [Internet]. HAPPENING NOW: Hunger in a Heating World with @OxfamSA at #CSW68. We're exploring social protections in the context of climate [Tweet]; 13 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1767931404120211940?s=20>

⁹⁰ Oxfam International. Twitter [Internet]. n Bolivia, significant strides in recognizing care work have been achieved through collaboration between Oxfam, local partners & communities. The [Tweet]; 13 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1768035366756319309?s=20>

⁹¹ Oxfam International. Twitter [Internet]. EARLIER TODAY: @OxfamAuSenegal in collaboration with @WILDAFAO, led a pivotal discussion on rectifying social protection imbalances in the Sahel. This [Tweet]; 14 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1768409589656035560?s=20>

⁹² Oxfam International. Twitter [Internet]. Women, constituting 75% of essential healthcare workers, contribute significantly to our economy. Yet, it takes 1,200 years for them to [Tweet]; 18 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1769776481381568675?s=20>

⁹³ Oxfam International. Twitter [Internet]. The co-cries of the economy & climate are rooted in unchecked exploitative consumption. This situation leaves women & gender diverse [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1770533176613482908?s=20>

⁹⁴ Greenpeace international. Tumblr [Internet]. To fossil fuel companies out there: we are not fooled. Women and gender minorities are disproportionately harmed by the fossil [Publicação]; 14 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1768260883862745280?s=20>

futuras.⁹⁵ A ONG destacou o papel das **mulheres** na liderança do movimento pela justiça climática.⁹⁶

O People's Health Movement (PHM) contou recentemente com a adesão da **Universidade do Bem Viver**, iniciativa feminista decolonial e anticapitalista, nascida em 2020 no âmbito do Fórum Social Mundial, se constituindo nos últimos anos como uma importante iniciativa de formação e aprendizagem do “Bem-viver”, especialmente na América Latina. A parceria busca fortalecer o trabalho de reconhecimento das diversas práticas e estratégias de promoção da saúde através dos cuidados, afeto, amor e conhecimento, além da valorização da diversidade epistêmica, comunitária e territorial desde o Sul Global⁹⁷.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a declaração que sua representante, Dra. Cynthia Stuen, fez durante a **68ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher das Nações Unidas**. Ela falou sobre as obrigações de todos para com as mulheres de todas as idades, para que elas possam manter a capacidade intrínseca de cada uma à medida que envelhecem.⁹⁸

Justiça Social

A OXFAM destacou que em 2023, a **Escola de Justiça Tributária** da Oxfam em El Salvador capacitou os jovens a exigirem uma tributação justa, aumentando a transparência e a equidade. Também destacou que desde a publicação de pesquisas impactantes até levantar suas vozes, os participantes estão avançando em direção a uma sociedade mais justa.⁹⁹

A European Public Health Alliance (EPHA) destacou em publicação a importância de **eliminar o racismo e a discriminação** tendo em vista reconhecerem que ambos são determinantes fundamentais da saúde. Alegam que apesar da grande evidência dos efeitos nocivos ao bem-estar físico e mental das pessoas, a questão não tem sido tratada de forma adequada pela saúde pública¹⁰⁰.

Bem-viver

O Global Health Centre realizou uma entrevista com a pesquisadora Larissa da Silva Araújo, acerca dos achados da sua tese de doutoramento que objetivou o estudo das

⁹⁵ Greenpeace international. Twitter [Internet]. Research shows that women are more likely than men to be more concerned for the wellbeing of future generations, and [Tweet]; 16 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1768937889227042863?s=20>

⁹⁶ Greenpeace international. Twitter [Internet]. When it comes to climate impacts, it's women who are more severely affected. Read more from some of the women [Tweet]; 21 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1770918341374546113?s=20>

⁹⁷ People's Health Movement (PHM) [Internet]. Being health, being harmony, being lifem being “beun vivir” people's. 10 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/being-health-being-harmony-being-life-being-buen-vivir-peoples>.

⁹⁸ IFA - International Federation of Ageing. UN Representative Dr. Cynthia Stuen delivered IFA's statement at the #CSW2024. 20 mar. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1770465474830008830>. Acesso em: 24 mar. 2024.

⁹⁹ Oxfam International. Twitter [Internet]. In 2023, Oxfam's Tax Justice School in El Salvador empowered the youth to demand fair taxation, enhancing transparency & equity [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1770476182519111698?s=20>

¹⁰⁰ European Public Health Association. Twitter [Internet]. EPHA On International Day for the Elimination of Racial Discrimination [Tweet]; 21 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: https://twitter.com/EPHA_EU/status/1770724794612302037.

alternativas ao capitalismo, através do “bem-viver” e dos modos de vida de mulheres indígenas do povo Kayambi no Norte do Equador. Segundo a pesquisadora, os povos Kayambi, podem oferecer ao mundo alternativas de vida mais holísticas e sustentáveis, que tomam como base a agroecologia como prática, ciência e bandeira de mobilização social na transformação dos sistemas alimentares com vistas a soberania alimentar¹⁰¹.

Governança Global

Acordo Pandêmico

A People’s Vaccine Alliance, juntamente com outras organizações, enviou uma carta aberta ao Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e à Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, pedindo para cessar a [hipocrisia das patentes](#) e permitir que países de baixa renda superem as barreiras de propriedade intelectual. Pleiteiam que o financiamento público de pesquisa e desenvolvimento seja condicionado à partilha de tecnologia farmacêutica e know-how com países do Sul Global. Exigem maior transparência na saúde global, com a publicação de todos os contratos governamentais com empresas que atuem em saúde pública.¹⁰²

A People’s Vaccine Alliance, a Public Citizen e a Oxfam fizeram uma [declaração na INB9](#) pedindo que garantam compromissos com a equidade para proteger todas as populações em todos os lugares de futuras pandemias. Apontam que agora é o momento para se comprometer com medidas que levem em conta a equidade e os direitos humanos, o direito à saúde e os desfechos da ciência. Quando se trata de seus próprios nacionais, os EUA e a UE adotam medidas para garantir o desenvolvimento e a transferência de tecnologia, e para remover barreiras de propriedade intelectual a fim de possibilitar a inovação e o acesso para sua população. Medidas semelhantes precisam ser incluídas no Acordo.¹⁰³ A Public Citizen informou que a carta foi [assinada por mais de 100 líderes religiosos](#) e organizações baseadas na fé em todo o mundo.¹⁰⁴

O People’s Health Movement (PHM) promoveu um webinar no dia 22 de março de 2024 com em debater os [pontos positivos e negativos no Tratado Pandêmico](#), debatendo a questão da propriedade intelectual e os impactos deste dispositivo na saúde pública em países do Sul Global¹⁰⁵.

¹⁰¹ Global Health Centre. [Internet]. Daily práxis good living among Kayambi northern Ecuador; 15 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/daily-praxis-good-living-among-kayambi-northern-ecuador> .

¹⁰² People’s Vaccine Alliance [Internet]. BIDEN AND VON DER LEYEN URGED TO END “PATENT HYPOCRISY” ON ANNIVERSARY OF COVID PANDEMIC; 11 Mar 2024 [citado em 22 Mar 2024]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/biden-von-der-leyen-patent-hypocrisy/>

¹⁰³ People’s Vaccine Alliance [Internet]. OXFAM AND THE PEOPLE’S VACCINE ALLIANCE STATEMENT FOR INB9; 18 Mar 2024 [citado em 22 Mar 2024]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/oxfam-and-pva-statement-at-inb9/>

¹⁰⁴ Public Citizen. Public Citizen [Internet]. Religious Leaders Call for Global Health Equity as Nations Gather to Finalize Pandemic Agreement - Public Citizen; mar 2024 [citado 24 mar 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/religious-leaders-call-for-global-health-equity-as-nations-gather-to-finalize-pandemic-agreement/>.

¹⁰⁵ People’s Health Movement (PHM) [Internet]. Public health debate lights and shadows pandemic treaty global south. 20 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/public-health-debate-lights-and-shadows-pandemic-treaty-global-south> .

A Federação Mundial das Associações de Saúde Pública participou da 9ª Reunião do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB), realizada de 18 a 28 de março, que discutiu um instrumento sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias. Na ocasião, apresentou uma declaração em que denuncia que “as posições de vários Estados-Membros implicam uma maior fidelidade ao lucro farmacêutico em detrimento das proteções sociais, deixando outros Estados-Membros sem recursos adequados para se prepararem para uma futura pandemia, colocando-nos a todos em perigo. Compartilhar informações e tecnologia continua a ser fundamental para garantir ações rápidas durante ameaças emergentes”¹⁰⁶.

*O G2H2 repostou publicação de sua coordenadora, Nicoletta Dentico, avaliando que “as coisas não estão fáceis em Genebra, à medida que os delegados se envolvem na última ronda de negociações para um tratado sobre a pandemia. Disposições sobre [propriedade intelectual e partilha de benefícios bloqueiam o caminho](#). Nenhuma salvaguarda contra interesses privados. Financiamento sob pressão do Banco Mundial”.*¹⁰⁷

Fundos europeus

Segundo o Global Health Centre, a iniciativa “Desafios chave Pan-Europeus” (2022), liderada pelo Centro Albert Hirschman, Edimburgo e a Escola de Governo Luiss, Roma, tem sido importante para o avanço nas [discussões e na troca de experiências de países europeus em torno da gestão de grandes fundos públicos](#). Os debates e análises têm demonstrado a urgente necessidade de se aperfeiçoar os quadros institucionais técnicos, jurídicos e administrativos, com responsabilidade democrática, objetivando o uso mais eficiente dos recursos públicos na UE, principalmente os relativos aos fundos públicos não utilizados ou subutilizados¹⁰⁸.

77º Assembleia Mundial da Saúde

O People’s Health Movement (PHM) tem se preparado para a [77º Assembleia Mundial da Saúde da Organização Mundial da Saúde \(WHA77\)](#), dentre as atividades previstas pelo movimento está a convocatória para observadores ou vigilantes da WHA77, que contarão com duas semanas de atividades prévias à assembleia, sendo uma semana de preparação a partir de um workshop e uma segunda de vigília constante, até o início dos trabalhos na WHA77. A previsão é de que a assembleia objetive a discussão de temas importantes para a saúde pública global, como o Tratado Pandêmico, saúde e paz, mudanças climáticas, CUS, direitos sexuais e reprodutivos, controle de doenças não transmissíveis, determinantes sociais da saúde e o financiamento sustentável da Organização Mundial da Saúde¹⁰⁹.

Investimentos sustentáveis em saúde global

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou em 19 de março, a gravação de um webinar realizado em 23 de janeiro de 2024, em que se discutiu os

¹⁰⁶ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. WFPHA Intervention at INB9. 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/wfpha-intervention-at-inb9/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁰⁷ G2H2 Geneva Global Health Hub. **Things not easy in Geneva**. 19 mar. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/NDentico/status/1770017370171449366>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁰⁸ Global Health Centre. [Internet]. What can be learned unspent and underspent public funds; 21 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/what-can-be-learned-unspent-and-underspent-public-funds>.

¹⁰⁹ People’s Health Movement (PHM) [Internet]. Call watchers apply join wha watch team may. 06 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/call-watchers-apply-join-wha-watch-team-may>.

Investimentos Sustentáveis em Saúde Pública. Anuradha Gupta, Presidente de Imunização Global do Sabin Vaccine Institute e Hugo Marín Piva, Chefe da Área de Farmacoeconomia do Departamento de Farmacoepidemiologia do Fundo de Segurança Social da Costa Rica exploraram casos do mundo real, enfatizando a necessidade crítica de investimentos estratégicos e impactantes na saúde global.¹¹⁰

Saúde digital

A Federação Hospital Internacional (IHF) divulgou a parte 2 do seu [Big Data Roadmap](#) que orienta, passo a passo, o design e o desenvolvimento de uma estratégia para usar Big Data em organizações de saúde.¹¹¹

Alimentação e agricultura

A análise recente da Oxfam envolvendo 350 grandes corporações de alimentos e [agricultura](#) revelou uma tendência preocupante. Apenas 28% dessas influentes entidades relataram reduções nas retiradas de água, enquanto apenas 23% estão tomando medidas para mitigar a poluição da água. Estes dados ocorreram em um contexto de crescentes preocupações com a escassez global de água e seus impactos danosos nas comunidades em todo o mundo, especialmente em regiões como Gaza, onde a fome é iminente. Com 70% das retiradas de água doce atribuídas à agricultura, as práticas agrícolas industriais exacerbam a poluição da água, agravando ainda mais a crise. A convergência da insegurança hídrica com a disparidade de riqueza destaca a necessidade urgente de mudança sistêmica e responsabilidade corporativa. A Oxfam também chamou a atenção para a mercantilização da água por parte de gigantes corporativos, evidenciada pela exploração e agravamento da desigualdade e dos danos ambientais causados pela indústria de água engarrafada. Além disso destacou que a intervenção governamental é crucial para proteger a água como um direito humano e um bem público, responsabilizando as corporações por violações e investindo na gestão sustentável dos recursos hídricos. O apelo à ação da Oxfam destacou a necessidade imperativa de reconhecer a segurança hídrica como um direito humano fundamental e priorizar o acesso equitativo à água limpa e ao saneamento para todos, especialmente as comunidades marginalizadas que enfrentam as devastadoras consequências da escassez de água e da poluição.¹¹²

A ACT Promoção da Saúde informou que um grupo de 60 personalidades e organizações da sociedade civil lançou um manifesto para que, na reforma tributária, [alimentos saudáveis recebam incentivos](#) e para que os produtos ultraprocessados sejam incluídos no imposto seletivo e paguem impostos mais altos.¹¹³

¹¹⁰ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Shaping the Future of Public Health Sustainable Investments. 19 mar. 2024a. Disponível em: <https://www.wfpha.org/shaping-the-future-of-public-health-sustainable-investments/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹¹¹ IHF. International Hospital Federation. **Step 2 of our Big Data roadmap is now live!** 20 mar. 2024. Twitter. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1770379205743632516. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹¹² Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Global water crisis looms yet only one in four of the biggest food and agriculture corporations say they're reducing water use and pollution | Oxfam International; 21 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/global-water-crisis-looms-yet-only-one-four-biggest-food-and-agriculture>

¹¹³ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Personalidades e organizações unidas por uma reforma tributária saudável; 22 Mar 2024 [citado em 22 Mar 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/alimentacao-saudavel/personalidades-e-organizacoes-unidos-por-uma-reforma-tributaria-saudavel/4189>

Doenças não-transmissíveis

"Apesar da alta prevalência de mortes relacionadas às DNTs em países de baixa e média renda que enfrentam emergências humanitárias, a prevenção e os cuidados com as DNTs têm sido historicamente negligenciados nesses contextos, pois a resposta geralmente se concentra nas necessidades imediatas, enquanto as DNTs exigem recursos sustentáveis e intervenções de longo prazo".

Essa foi a conclusão de representantes da NCD Alliance na Reunião Técnica Global de Alto Nível sobre DNTs em Ambientes Humanitários, realizada em Copenhague em fevereiro de 2024. Os debates sublinharam a [necessidade urgente de integrar a prevenção e o controle das doenças não transmissíveis nas respostas humanitárias](#). A organização compartilhou as principais conclusões e lições de um documento preparatório intitulado "Neglected and in Crisis: As DNTs como uma prioridade em contextos humanitários", que apresenta estudos de caso do Quênia, Líbano e Ucrânia.

As principais recomendações resultantes dos debates incluem apoio dos governos para integração dos serviços de prevenção das DCNT ao longo dos ciclos de emergências; a colaboração multissetorial e os modelos de financiamento sustentáveis; proteção e o envolvimento da comunidade. Essas recomendações integrarão o relatório de progresso de 2024 para o Secretário-Geral da ONU, orientando os preparativos para a Quarta Reunião de Alto Nível da ONU sobre as DNT, prevista para 2025¹¹⁴.

A ACT Promoção da Saúde informou que durante um evento promovido pela organização, a pesquisadora Déborah Malta apresentou um estudo sobre ["Determinantes Sociais em Saúde e as Doenças Crônicas Não Transmissíveis, seus fatores de risco e de proteção na população adulta brasileira"](#), destacando a importância de produzir dados para embasar a formulação de políticas públicas mais efetivas. Entre as conclusões, foram dadas atenção a dois aspectos principais: o comportamento das taxas de mortalidade por doenças crônicas, que tiveram uma redução importante durante a pandemia de Covid, mas posteriormente foi observada uma ascensão dessas doenças. O segundo ponto diz respeito especificamente à saúde da mulher, entre as quais o consumo de álcool duplicou. Isso revela uma estratégia da indústria de direcionar toda a campanha de publicidade para esse público, associando o empoderamento e a equidade de gênero ao consumo do álcool.¹¹⁵

Doenças e condições de pele

A IAPO está apoiando a World Skin Health Coalition em um esforço colaborativo para aumentar a conscientização global sobre o impacto significativo das doenças e condições de pele. Criada em 2020, por organizações de pacientes, sociedades de profissionais de cuidados em saúde, empresas e organizações de pesquisa, a organização visa chamar a atenção para a [urgência do diagnóstico oportuno e o acesso ao tratamento de um problema de saúde que é a terceira doença mais prevalente no mundo e está entre as dez principais causas de incapacidade no mundo](#). Uma realidade que afeta milhões de pessoas e "é uma batalha diária contra condições sérias e debilitantes que não afetam apenas a saúde física, mas também afetam o

¹¹⁴ NCD ALLIANCE. Care and crisis: Prioritising noncommunicable diseases in the humanitarian agenda. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/blog/care-and-crisis-prioritising-noncommunicable-diseases-in-the-humanitarian-agenda>. Acesso em: 23 mar. 2024.

¹¹⁵ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Desigualdade e saúde: como raça, gênero, escolaridade e renda impactam na saúde; 20 Mar 2024 [citado em 22 Mar 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/desigualdade-e-saude-raca/4197>

bem-estar mental". A campanha "Not Just My Skin (Não somente minha pele), chama a atenção para essas questões¹¹⁶.

Doenças infecciosas: dengue, meningite criptocócica e cegueira dos rios

*Esta semana, a DNDi promoveu um seminário em Brasília, para identificar barreiras e soluções no cuidado integral da [dengue no Brasil](#). O seminário, liderado pelo Ministério da Saúde, teve como objetivo desenvolver as ações estratégicas necessárias para controlar o surto de dengue no Brasil.*¹¹⁷

*A DNDi divulgou uma nova forma de [tratamento da meningite criptocócica](#), uma das principais causas de morte em pessoas que vivem com VIH avançado em África. Trata-se da 5-flucitosina, uma droga que pode ser tomada com menos frequência e pode ajudar a reduzir o fracasso do tratamento mais comum atualmente.*¹¹⁸

*Na passagem do Dia Mundial da Água, a DNDi publicou nota sobre a [cegueira dos rios](#), uma doença parasitária agonizante transmitida por moscas negras que se reproduzem em rios de fluxo rápido e atinge 19 milhões de pessoas no mundo.*¹¹⁹

Saúde Mental

A Federação Mundial de Saúde Mental anunciou a publicação do Global Mental Health & Psychiatry Review, Vol. 5 No. 1, Winter 2024, apresentando contribuições de renomados autores em [saúde mental global](#). Esta edição oferece uma visão abrangente e atualizada de algumas das questões mais prementes relacionadas à saúde mental em todo o mundo. Os seus capítulos são sobre as temáticas: Trauma, resiliência e cura, com uma perspectiva africana; lesão moral, trauma e angústia, com uma visão ética da pesquisa em saúde mental; desenvolvimento de resiliência por meio de intervenções no estilo de vida; a experiência de um jovem psiquiatra durante um evento climático extremo no sul do Brasil; perspectivas chinesas e mundiais sobre desastres e trauma; Visão geral da violência doméstica e familiar, com um enfoque na Suíça; o papel da inteligência artificial na abordagem de trauma e resiliência; o uso da poesia como meio inovador em psiquiatria e saúde mental; e uma resenha do livro "Two Kinds of People in a Time of War" de Vincenzo Di Nicola.¹²⁰

Dia Mundial do Serviço Social

Em comemoração ao Dia Internacional do Assistente Social - 19 de março, a International Federation of Social Work compartilha mensagens da entidade parabenizando profissionais de todo o mundo. Na data, reafirmam seu compromisso com o tema "Bem Viver: Futuro Compartilhado para Mudança Transformativa" que está profundamente conectado com

¹¹⁶ IAPO joins World Skin Health Coalition to raise awareness of skin diseases | International Alliance of Patients' Organizations. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15664>. Acesso em: 23 mar. 2024.

¹¹⁷ DNDI - Drugs for Neglected Diseases Initiative. **This week DNDi facilitated a seminar in Brasília, to identify barriers and solutions in comprehensive care for #dengue in Brazil**. 22 mar. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1771204351463178633>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹¹⁸ DNDI - Drugs for Neglected Diseases Initiative. **Cryptococcal #meningitis**. 22 mar. 2024b. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1771049942087291061>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹¹⁹ DNDI - Drugs for Neglected Diseases Initiative. **19 million people live with #RiverBlindness**. 22 mar. 2024a. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1771135654602121363>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹²⁰ World Federation for Mental Health. World Federation for Mental Health [Internet]. World Federation for Mental Health; mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: https://wfmh.global/news/2024.24-03-19_gmhp-review

os princípios do serviço social, uma vez que “(...) contribuímos, juntamente com milhões de outros, para transformar as insustentáveis culturas modernas de crescimento e exploração, com inclusão, justiça, paz e sustentabilidade. Reafirmam também, seu compromisso com abordagens inovadoras e centradas na comunidade que [“honrem a sabedoria indígena e cuidem de nosso meio ambiente](#)^{121_122”}.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Infecciosas

A FIND destacou que, no final de fevereiro, equipes de cidades endêmicas para [leishmaniose visceral \(VL\)](#) no Quênia se reuniram para uma reunião de revisão. As discussões foram muito informativas e ajudaram a traçar um roteiro para ações futuras.¹²³

A FIND enfatizou que desenvolver novas ferramentas para [TB](#) é crucial, mas o envolvimento eficaz com as comunidades, a sociedade civil e os afetados é a chave para o sucesso. Seus insights e experiências são inestimáveis na criação de soluções que realmente atendam às necessidades no terreno. Conforme mostrado, o envolvimento com várias partes interessadas, incluindo aquelas que recebem cuidados, é crucial no desenvolvimento de diagnósticos.¹²⁴

O Global Fund destacou que o [Mali](#), em colaboração com o ARCAD Santé PLUS e o Plan International Mali, deu início a três novos subsídios, totalizando €102 milhões, destinados a combater a AIDS, tuberculose (TB) e fortalecer os sistemas de saúde de 2024 a 2026. Estas alocações têm como objetivo tratar aproximadamente 96.600 indivíduos até 2026, concentrando-se no tratamento e prevenção do HIV e da TB, incluindo cuidados pediátricos e tratamento descentralizado da TB resistente a medicamentos. Além disso, as iniciativas de prevenção direcionadas a populações vulneráveis e o fortalecimento de organizações comunitárias serão expandidos, destacando funções essenciais do sistema de saúde, como saúde comunitária, laboratórios, cadeia de suprimentos, sistema de informação em saúde e recursos humanos. Adicionalmente, para enfrentar o HIV, TB e malária, €53 milhões serão alocados para o Mecanismo de Resposta à COVID-19 do Global Fund, apoiando a preparação para pandemia e o fortalecimento do sistema de saúde no Mali até 2025. A abordagem de implementação descentralizada, com forte apoio da comunidade, reflete o compromisso do Mali em melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde e enfrentar os desafios de segurança, com organizações não governamentais auxiliando na prestação de cuidados primários a populações de difícil acesso, incluindo pessoas deslocadas. Apesar dos desafios contínuos relacionados a conflitos e segurança, o Mali tem feito progressos notáveis no combate ao HIV,

¹²¹ IFSW. World Social Work Day Statement from IFSW Secretary-General – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/world-social-work-day-statement-from-ifsw-secretary-general/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

¹²² IFSW. CELEBRATING SOCIAL WORK ACROSS AFRICA: PROMOTING EQUITY, INCLUSION, AND TRANSFORMATIVE CHANGE – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/celebrating-social-work-across-africa-promoting-equity-inclusion-and-transformative-change/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

¹²³ FIND. Twitter [Internet]. At the end of Feb teams from 11 counties endemic for visceral leishmaniasis (VL) in Kenya met for a review [Tweet]; 13 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1767931393626030165?s=20>

¹²⁴ FIND. Twitter [Internet]. hank you for learning more about #genomics and #sequencing today! We look forward to continuing to enable genomics for global [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1770494817845305390?s=20>

TB e malária, com a redução de novas infecções e mortes relacionadas à AIDS, juntamente com o aumento da cobertura de tratamento da TB e taxas de sucesso, demonstrando avanços na acessibilidade e utilização dos cuidados de saúde ao longo da última década.¹²⁵

O Global Fund enfatizou seu compromisso em apoiar a prevenção, [preparação e resposta a pandemias \(PPPR\)](#) por meio de investimentos que ultrapassam US\$ 5 bilhões anualmente. Aproveitando sua vasta experiência e capacidades únicas, o Fundo Global colabora com parceiros para lidar com ameaças à saúde existentes e futuras em todo o mundo. Após o início da pandemia de COVID-19, o Fundo Global rapidamente iniciou o Mecanismo de Resposta à COVID-19 (C19RM), alocando mais de US\$ 5 bilhões para ajudar países de baixa e média renda a gerenciar o impacto da pandemia em seus programas de saúde existentes, adquirir suprimentos médicos essenciais e fortalecer os sistemas de saúde. Em alinhamento com sua Estratégia 2023-2028, o Fundo Global advoga pela equidade em saúde e governança inclusiva no âmbito do Acordo de Pandemia da OMS, enfatizando o imperativo de acesso equitativo a ferramentas e serviços de saúde. Posicionado como um parceiro confiável, o Fundo Global destaca a integração do financiamento do PPPR nos sistemas de saúde existentes para otimizar eficiência e sustentabilidade. Além disso, ressalta a importância do envolvimento das partes interessadas, especialmente da sociedade civil, na negociação e implementação do Acordo de Pandemia, defendendo a flexibilidade e alavancando os mecanismos de financiamento existentes para agilizar operações e maximizar impacto, garantindo adicionalidade e complementaridade aos investimentos em saúde existentes.¹²⁶

O Escritório de Avaliação e Aprendizagem do Global Fund, supervisionado pelo Painel de Avaliação Independente, encomendará uma avaliação sobre Capacidade, Qualidade e Tomada de Decisão na Adaptação Subnacional de Intervenções contra a [Malária](#). Prevista para ser lançada no início de junho de 2024 e finalizada em janeiro de 2025, as descobertas e recomendações desta avaliação informarão os preparativos para o próximo Ciclo de Subsídios. O pedido de propostas (RFP) está aberto até 1o de maio de 2024. Um webinar será agendado em 10 de abril de 2024, durante o qual os licitantes podem receber mais informações básicas sobre a avaliação e ter a oportunidade de fazer perguntas sobre o escopo do trabalho e o processo de inscrição. Para receber o link para o webinar, envie seu interesse em participar seguindo as instruções especificadas na RFP.¹²⁷

O Global Fund destacou que o Ministério da Saúde da [Zâmbia](#) iniciou uma colaboração assinando quatro novas doações no valor de US\$362 milhões para intensificar a batalha contra a AIDS, a tuberculose (TB) e a malária, ao mesmo tempo em que reforçam os sistemas de saúde pública durante o período de 2024-2026. A cerimônia, organizada pelo governo da República da

¹²⁵ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Mali and the Global Fund Launch New Grants to Continue the Fight Against AIDS, TB and Malaria and Strengthen Health Systems; 15 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-03-15-mali-global-fund-new-grants-continue-fight-aids-tb-malaria-strengthen-health-systems/>.

¹²⁶ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. The Global Fund and the WHO Pandemic Agreement; 19 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-03-19-global-fund-who-pandemic-agreement/>.

¹²⁷ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Independent Evaluation of Capacity, Quality, and Decision-making in Sub-national Tailoring of Malaria Interventions; 22 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-03-22-independent-evaluation-capacity-quality-decision-making-sub-national-tailoring-malaria-interventions/>.

Zâmbia e pelo Mecanismo de Coordenação do País da Zâmbia, significa um compromisso robusto com o reforço da infraestrutura de saúde e o tratamento de doenças infecciosas prevalentes. Esses subsídios visam alcançar metas ambiciosas, como a meta de 95-95-95 para o controle do HIV até 2025 e a taxa de sucesso do tratamento de 95% para a TB até 2026, além de melhorar a detecção de TB resistente a medicamentos e ampliar as intervenções contra a malária para reduzir as taxas de transmissão e a mortalidade. O financiamento será fundamental para o avanço da agenda de cobertura universal de saúde da Zâmbia, fortalecendo sistemas laboratoriais, vigilância de doenças, sistemas de gerenciamento de produtos de saúde e sistemas de saúde comunitários. Além disso, as doações se baseiam nos investimentos anteriores do Mecanismo de Resposta à COVID-19 (C19RM) do Fundo Global, que fez a transição para iniciativas mais amplas de preparação para pandemias, incluindo o fortalecimento da vigilância de doenças, infraestrutura laboratorial e recursos humanos para a saúde. A Zâmbia testemunhou um progresso substancial no combate ao HIV, TB e malária nas últimas duas décadas, com declínios significativos nas taxas de incidência e mortalidade, ressaltando o impacto transformador do investimento sustentado e dos esforços colaborativos em iniciativas de saúde pública.¹²⁸

O Global Fund destacou que a luta contra a **tuberculose** (TB) está experimentando um impulso renovado, anunciando um potencial ponto de virada na batalha contra esta doença antiga. Após anos de estagnação e contratempos exacerbados pela pandemia da COVID-19, estratégias e tecnologias inovadoras estão impulsionando programas de TB em todo o mundo para recuperações dramáticas. Desde intervenções descentralizadas em nível comunitário até a integração de tecnologia digital e inteligência artificial no diagnóstico, essas iniciativas estão descobrindo mais casos não diagnosticados anteriormente e aumentando as taxas de sucesso do tratamento. A resposta global à TB é reforçada por um compromisso político renovado, destacado por recentes reuniões de alto nível nas Nações Unidas, estabelecendo metas ambiciosas para 2023-2027 e revigorando os esforços para combater a doença. Embora o progresso seja palpável e a possibilidade de acabar com a TB como uma ameaça à saúde pública esteja ao alcance, desafios significativos persistem. A TB continua sendo a segunda principal causa de morte do mundo por um único agente infeccioso, com alvos globais muitas vezes perdidos ou fora do caminho. No entanto, com investimentos sustentados, acesso aprimorado à prevenção, testes e cuidados, e um foco em alavancar as últimas inovações, há otimismo de que esses obstáculos podem ser superados. À medida que o mundo emerge da sombra da pandemia de COVID-19, aproveitar esse novo impulso oferece a oportunidade de combater decisivamente a TB e pavimentar o caminho para sua erradicação final.¹²⁹

O Global Fund destacou que na luta contra a **tuberculose** (TB), os recentes avanços em tecnologia e parcerias transformadoras estão oferecendo novas esperanças para combater essa doença mortal. Inovações como inteligência artificial (IA) e aplicativos digitais, desenvolvidos por colaboradores do setor privado e adotados por governos e organizações da sociedade civil,

¹²⁸ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Zambia and Global Fund Launch New Grants to Boost Fight Against AIDS, TB and Malaria and Strengthen Health Systems; 22 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-03-22-zambia-global-fund-new-grants-fight-aids-tb-malaria-strengthen-health-systems/>.

¹²⁹ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. With Fresh Momentum, a Pivotal Moment for the Fight Against TB; 21 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/opinion/2024/2024-03-21-fresh-momentum-pivotal-moment-fight-against-tb/>.

têm o potencial de revolucionar os esforços de detecção e tratamento da TB em todo o mundo. Com a TB reivindicando mais de 3.000 vidas diariamente e permanecendo uma das principais causas de morte globalmente, o imperativo de aproveitar essas ferramentas para alcançar aqueles que mais precisam de cuidados nunca foi tão urgente. Por meio de parcerias estratégicas e abordagens inovadoras, as barreiras que impedem o progresso no fim da TB estão sendo desmanteladas, abrindo caminho para um futuro livre do fardo dessa doença evitável e curável. Exemplos de diversas configurações ao redor do mundo ressaltam o poder da colaboração e da inovação na condução do progresso contra a TB. Desde a utilização de raios-X digitais com IA e telemedicina em Bangladesh para identificar e tratar pacientes com TB em nível comunitário, até a implantação de IA para identificar "pontos quentes" de TB no Paquistão e a implementação de tecnologia de raios X portátil emparelhada com IA no Paraguai, essas iniciativas estão quebrando barreiras e expandindo o acesso aos serviços de TB. Além disso, os investimentos em ferramentas digitais de saúde por organizações como o Fundo Global estão prontos para acelerar ainda mais o progresso, com ênfase em alcançar a equidade e alcançar comunidades remotas. À medida que a comunidade global continua a aproveitar o potencial da tecnologia e a forjar parcerias para lidar com a TB, há um renovado senso de otimismo de que, juntos, podemos acabar com essa ameaça persistente à saúde pública.¹³⁰

COVID-19

A GAVI, the Vaccine Alliance, destacou [quatro aspectos das pesquisas desenvolvidas relacionadas aos efeitos de longa duração da COVID-19](#) naqueles que foram acometidos pela doença¹³¹. Segundo a GAVI, os aspectos aos quais diversas pesquisas estão apontando são: barreira hematoencefálica com vazamento; persistência viral, considerando que o SARS-CoV-2 pode persistir no sangue e nos tecidos de alguns pacientes por até dois anos após a infecção inicial; perda de serotonina; e a falta de vacinação contra COVID-19. Tais achados são fundamentais, tendo em vista a possibilidade de tratamentos e campanhas mais direcionados à tais questões, além de uma maior concretude para o desenvolvimento de pesquisas e a formação de parcerias entre pesquisadores ao redor do mundo.

Segundo a GAVI, the Vaccine Alliance, aproximadamente [7% da população dos Estados Unidos](#) estão encontrando obstáculos devido às consequências da COVID-19 à longo prazo¹³². A "Covid longa" (*long COVID*) como denominada vem acometendo mais de 17 milhões de estadunidenses, segundo dados da *US Centers for Disease Control and Prevention* (CDC). Ademais, a aliança ainda mostra que os sintomas da COVID longa, como confusão mental, depressão e perda de memória, a insônia, dores musculares e fadiga vem sendo cada vez mais relatados por aqueles que tiveram infecções confirmadas. Por fim, a GAVI discute como a

¹³⁰ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. New Tools and Transformative Partnerships Can Help End TB; 22 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/opinion/2024/2024-03-22-new-tools-transformative-partnerships-help-end-tb/>.

¹³¹ GAVI, the Vaccine Alliance. Four key pieces of research on Long COVID that have improved our understanding. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/four-key-pieces-research-long-covid-have-improved-our-understanding>. Em 23 mar. 2024.

¹³² GAVI, the Vaccine Alliance. Nearly 7% of Americans struggle with Long COVID as infections surge. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/nearly-7-americans-struggle-long-covid-infections-surge> Em 23 abr. 2024.

questão da COVID longa é um novo problema de saúde global, considerando a maior frequência de casos tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Pesquisa e Desenvolvimento

A GAVI, the Vaccine Alliance, apresentou [cinco inovações que podem contribuir para a diminuição \(e futura erradicação\) dos casos de malária](#) no mundo¹³³. Segundo a aliança, a otimização de vacinas já existentes, o desenvolvimento de novos imunizantes, a inclusão de anticorpos monoclonais no tratamento, além do controle de mosquitos (especialmente em regiões onde a prevalência é alta) e a pesquisa para novas drogas antimalariais são pontos que, desenvolvidos em conjunto, podem contribuir significativamente para uma mudança no quadro de casos da doença, que mata aproximadamente 600 mil pessoas a cada ano no mundo.

Vacinação

A GAVI, the Vaccine Alliance, divulgou um estudo conduzido pela London School of Hygiene & Tropical Medicine and the Vaccine Impact Modelling Consortium a respeito da [desigualdade global em vacinação para HPV](#)¹³⁴. Segundo o estudo, que envolveu a coleta de dados de 84 países, a cobertura da vacinação contra o HPV é significativamente mais elevada nos países mais ricos, embora o impacto de cada dose da vacina na saúde seja menor nesses países. Os países de rendimento mais baixo, onde a vacina tem maior impacto na saúde na redução da carga do câncer do colo do útero, têm uma cobertura vacinal significativamente mais baixa e uma carga mais elevada do câncer do colo do útero. A GAVI, financiadora deste estudo, em nota, afirmou que para atingir o objetivo de uma cobertura vacinal universal, é imperativo que parceiros, fabricantes, governos e doadores trabalhem em conjunto para estabelecer um fluxo sustentável de fornecimento de vacinas contra o HPV, reduzir barreiras logísticas e financeiras e enfrentar os desafios de entrega.

A GAVI, the Vaccine Alliance, discutiu em texto os [obstáculos da imunização em territórios atingidos por conflitos](#)¹³⁵. Este tema se mostra basilar para a saúde global pois, em levantamento do Banco Mundial, ao menos 19 países estão sendo diretamente afetados por conflitos (nacionais e/ou internacionais). Nestes contextos, a prestação de serviços de saúde é particularmente vulnerável. As instalações podem ser atacadas ou saqueadas e os profissionais de saúde podem, compreensivelmente, estar demasiado receosos pela sua própria segurança para se aventurarem em áreas afectadas por conflitos. A GAVI, parceira do Movimento pela Imunização Agenda 2030, atestou sua participação para que os objetivos, tanto em número de vacinas aplicadas como de territórios atingidos, possa ser alcançada.

Testes diagnósticos

¹³³ GAVI, the Vaccine Alliance. Five innovations that could help to eliminate malaria. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/five-innovations-could-help-eliminate-malaria> Em 23 mar. 2024.

¹³⁴ GAVI, the Vaccine Alliance. Maintaining momentum to achieve global HPV vaccine equity. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/maintaining-momentum-achieve-global-hpv-vaccine-equity> Em 23 mar. 2024.

¹³⁵ GAVI, the Vaccine Alliance. Treading a fine line: Immunisation in conflict settings. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/treading-fine-line-immunisation-conflict-settings>. Em 23 mar. 2024.

A FIND destacou que, visando eliminar o [câncer do colo do útero](#), o poder das vacinas contra o HPV e dos testes de autoamostragem pode garantir um futuro em que nenhuma mulher morra da doença. No entanto, as disparidades no acesso ameaçam o progresso.¹³⁶

A FIND destacou que, à medida que o surto mortal do [vírus mpox \(MPXV\)](#) emerge, as crianças estão cada vez mais em risco devido à falta de capacidade de teste de diagnóstico. Descobertas recentes revelam que as rotas de transmissão estão se expandindo. Dadas as desigualdades persistentes na capacidade de testes, a FIND está trabalhando urgentemente com parceiros para acelerar a implantação de testes e desenvolver novas ferramentas de diagnóstico que podem ser usadas no ponto de atendimento para fornecer resultados mais rapidamente.¹³⁷

A FIND destacou que a [Unidade de Genômica](#) publicou várias imagens de tecnologia de sequenciamento de próxima geração (NGS) focadas em doenças, permitindo avaliar a Resistência Antimicrobiana.¹³⁸ A FIND destacou que trata-se de um [sequenciamento](#) direcionado de próxima geração em vez da abordagem convencional de tentativa e erro para detectar variantes bacterianas, assegurando que os afetados recebam o tratamento ideal.¹³⁹ Salientou que a unidade de [genômica](#) e sequenciamento, estuda todo o genoma de um organismo e faz a leitura da ordem precisa dos nucleotídeos em uma amostra de DNA ou RNA, permitindo identificar variações e personalizar o tratamento.¹⁴⁰ Ressaltou a importância do [sequenciamento](#) de próxima geração direcionado para testes rápidos e abrangentes para acelerar os diagnósticos, possibilitando tratamentos eficazes e avaliação de suscetibilidade a medicamentos como para a TB.¹⁴¹ Por vez, a FIND, destacou que em colaboração com a OMS, a [unidade de Genômica](#) ajudou a desenvolver um catálogo abrangente de mutações de tuberculose associadas à resistência a medicamentos, o que permite a interpretação dos resultados de sequenciamento e o desenvolvimento de novos testes moleculares.¹⁴² E também, a OMS divulgou diretrizes atualizadas, destacando o poder do [NGS](#) no combate à tuberculose resistente a medicamentos. Destacou que desempenha um papel fundamental neste

¹³⁶ FIND. Twitter [Internet]. Eliminating Cervical Cancer is within our reach. The power of HPV vaccines & self-sampling tests can ensure a future where [Tweet]; 11 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1767113911973614063?s=20>

¹³⁷ FIND. Twitter [Internet]. As deadly mpox virus (MPXV) outbreak emerges, children are increasingly at risk due to a lack of diagnostic testing capacity [Tweet]; 12 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1767552628127306008?s=20>

¹³⁸ FIND. Twitter [Internet]. The Genomics Unit has published various disease-focused next-generation sequencing (NGS) technology landscapes, such as this “NGS landscape for Antimicrobial Resistance” [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1770483758354854149?s=20>

¹³⁹ FIND. Twitter [Internet]. We are using targeted next-generation sequencing rather than the conventional hit-or-miss approach to detect bacterial variants, ensuring that those affected [Tweet]; 15 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1768567200628002850?s=20>

¹⁴⁰ FIND. Twitter [Internet]. Today, we're highlighting our genomics & sequencing unit! Genomics = study of an organism's entire genome Sequencing = reading the precise order [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1770367757957161225?s=20>

¹⁴¹ FIND. Twitter [Internet]. Why #sequencing matters. Getting sequencing to high-burden communities accelerates diagnoses, enabling effective treatments. Seq&Treat with @UNITAID, enables targeted next-gen sequencing [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1770382732754932177?s=20>

¹⁴² FIND. Twitter [Internet]. In collaboration with @WHO , the Genomics unit helped to develop a comprehensive catalogue of #tuberculosis mutations associated with drug resistance [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1770397206257803581?s=20>

desenvolvimento inovador.¹⁴³ Destacou-se também que a Covid-19 alimentou o crescimento da [vigilância genômica](#), ao mesmo tempo em que revelou disparidades de acesso, o que foi evidente após a organização criar um painel do Mapa de Capacidade de Vigilância Genômica de Covid-19, detalhando o conjunto de recursos em evolução para expandir e se adaptar ao monitoramento mais amplo de doenças.¹⁴⁴ Também a FIND informou que no ano passado, a OMS introduziu uma nova [Ferramenta de Custo de Genômica](#). Esta ferramenta baseada no Microsoft Excel simplifica o orçamento para infraestrutura, força de trabalho, biossegurança e garantia de qualidade na vigilância genômica.¹⁴⁵

A FIND destacou que o recente bootcamp de [diagnóstico in vitro \(VDI\)](#) na Indonésia, organizado em colaboração com o Ministério da Saúde da Indonésia, marca um passo significativo no apoio à transformação da saúde do país, capacitando as empresas locais de VDI com habilidades essenciais em P&D e conformidade regulatória.¹⁴⁶


Mitigação Climática

A Fundação Rockefeller divulgou o estudo “Menino Survey of Mayors” da Boston University que revela que seis em cada dez prefeitos nos EUA sentem que o *Inflation Reduction Act* (IRA) teve pouco ou nenhum impacto em suas comunidades. O IRA prevê um investimento do governo dos Estados Unidos na casa de US\$369 bilhões para apoiar a [transição energética do país](#), buscando fazer com que as emissões dos EUA diminuam em 40% até 2030. Os prefeitos citam desafios como capacitação de pessoal, processos de permissão locais e falta de conhecimento público como obstáculos para a implementação eficaz do IRA. Além disso, os prefeitos destacam a dificuldade percebida no processo de aplicação do IRA, com 45% deles descrevendo o processo como difícil. Para superar esses desafios, os prefeitos propõem uma estratégia de comunicação que dê destaque tanto aos benefícios climáticos quanto aos não climáticos das tecnologias amigáveis ao clima.¹⁴⁷

A FIND destacou que a mudança climática não é apenas sobre o aumento das temperaturas; está remodelando nosso cenário de saúde também! Precisamos de uma nova

¹⁴³ FIND. Twitter [Internet]. WHO has released updated guidelines, spotlighting the power of Next Generation Sequencing (NGS) in battling drug-resistant #tuberculosis Thanks to our [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1770457792911970742?s=20>

¹⁴⁴ FIND. Twitter [Internet]. Covid19 fuelled genomic surveillance growth, while unveiling disparities in access. Explore the sequencing landscape via our Covid19 Genomic Surveillance Capacity [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1770413062828228686?s=20>

¹⁴⁵ FIND. Twitter [Internet]. Last year, @WHO introduced the new Genomics Costing Tool  This Microsoft Excel-based tool simplifies budgeting for infrastructure, workforce, biosafety [Tweet]; 20 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1770444817023058015?s=20>

¹⁴⁶ FIND. Twitter [Internet]. Our recent IVD bootcamp in #Indonesia, organized in collaboration with the Indonesian Ministry of Health, marks a significant stride in [Tweet]; 13 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1767853742659867108?s=20>

¹⁴⁷ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Key Obstacles Prevent America’s Mayors From Tapping Into the IRA’s Potential, According to Survey of U.S. Mayors; mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/key-obstacles-prevent-americas-mayors-from-tapping-into-the-iras-potential-according-to-survey-of-u-s-mayors/>.

agenda de pesquisa que abrace a abordagem [One Health](#), considerando as dimensões humana, animal, agrícola e ambiental da saúde.¹⁴⁸

Segurança Alimentar

A Fundação Rockefeller investiu no Perennial Fund II (PFII) da Mad Capital, um fundo de \$50 milhões destinado a promover a agricultura orgânica regenerativa nos EUA. O PFII recebeu compromissos iniciais de vários investidores, incluindo fundações familiares e investidores institucionais. O objetivo é [financiar a transição de fazendeiros para práticas agrícolas orgânicas regenerativas](#), visando um total de mais de 150.000 acres de terras agrícolas e parcerias com mais de 50 famílias de agricultores.¹⁴⁹

A Fundação Rockefeller lançou dois relatórios destacando a importância de [investir em culturas subutilizadas para fortalecer a segurança alimentar e nutricional e a resiliência climática no continente africano](#). Os relatórios oferecem recomendações práticas para aumentar a produtividade agrícola e nutricional, e identificam cerca de duas dezenas de culturas de cereais, frutas, legumes, nozes e raízes que podem fornecer dietas estáveis e nutritivas diante da variabilidade climática.¹⁵⁰

Desigualdade de gênero

A Fundação Gates conduziu uma entrevista com a professora Claudia Goldin, a primeira mulher a alcançar a livre docência no departamento de economia da Universidade de Harvard, além de ter sido agraciada com o Prêmio Nobel. Na entrevista, a professora Goldin enfatizou [a importância de capacitar mulheres e promover ações comunitárias](#) tornando-as mais eficientes no trabalho de cuidado. Goldin sugeriu que monetizar o trabalho não remunerado das mulheres pode não ser a solução, defendendo, em vez disso, a melhoria das habilidades desses papéis para aumentar a eficiência do cuidado.¹⁵¹

Educação em Saúde

A Fundação Gates compartilhou um artigo detalhando as recentes visitas do seu CEO, Mark Suzman, a parceiros e beneficiários da fundação na área da educação. Durante suas visitas, Suzman elogiou [as iniciativas do Texas para ampliar as oportunidades educacionais e promover](#)

¹⁴⁸ FIND. Twitter [Internet]. Climate Change isn't just about rising temperatures; it's reshaping our health landscape too! We need a new research agenda embracing [Tweet]; 12 mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1767155357229408425?s=20>

¹⁴⁹ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Rockefeller Foundation Invests in Mad Capital's \$50 Million Perennial Fund II To Scale U.S. Regenerative Organic Agriculture; mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-invests-in-mad-capitals-50-million-perennial-fund-ii-to-scale-u-s-regenerative-organic-agriculture/>.

¹⁵⁰ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Rockefeller Foundation Calls for Boosting Underutilized Crops To Strengthen Africa's Food and Nutrition Security; mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-calls-for-boosting-underutilized-crops-to-strengthen-africas-food-and-nutrition-security/>.

¹⁵¹ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. What Melinda French Gates asked a Nobel Prize winner about women and power; mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/melinda-claudia-goldin-women-jobs>

[parcerias colaborativas](#). Ele destacou especialmente dois programas apoiados pela fundação: *OneGoal*, que oferece orientação personalizada para estudantes em sua transição pós-ensino médio; *King Nurses in Training (KNIT)*, que proporciona suporte individualizado e oportunidades para estudantes interessados em seguir carreira na enfermagem.¹⁵²

Saúde Mental

A Wellcome Trust divulgou um artigo sobre como está aplicando a [neurociência para avançar na pesquisa em saúde mental](#). Neste ela destacou a necessidade de colaboração entre neurocientistas, profissionais clínicos em saúde mental e pessoas com experiência vivida, além de ressaltar a importância de combinar abordagens metodológicas diferentes, como modelos celulares, animais e computacionais, para entender melhor os problemas de saúde mental. Para facilitar a colaboração, a fundação está fornecendo uma plataforma de *networking* online chamada Neuromatch para que cientistas com interesses próximos se encontrem mais facilmente. A próxima chamada de financiamento em saúde mental da fundação, em parceria com Neuromatch, será lançada em abril de 2024, tendo como foco impulsionar a pesquisa em neurociência e saúde mental.¹⁵³

Governança Global

Rajiv Shah, presidente da Fundação Rockefeller, argumentou que [uma mudança incremental na governança global de saúde não é suficiente para resolver os problemas globais de saúde](#). Ele defende uma abordagem de “grandes apostas” para enfrentar desafios como a vacinação de crianças e a segurança alimentar. Shah destaca a importância de medidas audaciosas e colaborativas para alcançar mudanças significativas e sustentáveis, enfatizando a necessidade de medidas concretas para solucionar problemas, como a fome e a pobreza energética.¹⁵⁴

Eventos

A World Public Health Nutrition Association convida para o Congresso 2024 da associação "Capacitando países de baixa renda para futuros mais saudáveis" para discussões sobre os desafios nutricionais, compartilhamento de percepções e promoção de colaborações para soluções sustentáveis. O congresso acontecerá entre 10 e 13 de junho de 2024¹⁵⁵.

O People's Health Movement (PHM) em parceria com a Universidad Nacional del Mar del Plata, Federación Argentina de Medicina General e a Asociación de Medicina General de Buenos Aires, anunciam a realização da [1ª Conferência Internacional de Saúde Coletiva e](#)

¹⁵² Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. From the interview chair to serious barbecue: CEO Mark Suzman in Texas; mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/mark-suzman-photos-texas>

¹⁵³ Wellcome Trust. Wellcome Trust [Internet]. How we're applying neuroscience to advance mental health research | News | Wellcome; mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/neuroscience-advance-mental-health-research>

¹⁵⁴ Rockefeller Foundation. Faith and Leadership [Internet]. Rajiv Shah: How to solve big problems with big bets; mar 2024 [citado 22 mar 2024]. Disponível em: <https://faithandleadership.com/rajiv-shah-how-solve-big-problems-big-bets>

¹⁵⁵ WPHN. Twitter [Internet]. Disponível em <https://twitter.com/WPHNA/status/1771099500490510353>.

Atenção Primária à Saúde. O evento acontecerá no âmbito da 5ª Assembleia de Saúde dos Povos (PHM), de 7 a 11 de abril, em Mar del Plata, Argentina¹⁵⁶.

Conclusão

Diante do panorama exposto, é possível constatar o papel fundamental das organizações não governamentais (ONGs) na busca por soluções para os desafios humanitários, ambientais e socioeconômicos globais. Suas iniciativas abrangem desde ações concretas no enfrentamento de crises, como a atuação direta em investigações, financiamento de pesquisa, participação ativa em fóruns internacionais, monitoramento das políticas governamentais, exposição de casos judiciais emblemáticos, até a sensibilização da opinião pública por meio do compartilhamento de histórias “com rostos”. À medida que os conflitos internacionais se intensificaram, observa-se uma ampliação das diferenças temáticas entre as OSCs públicas e privadas. Enquanto as primeiras tendem a ser politizadas e engajadas, as últimas frequentemente adotam uma abordagem tecnicista. Este contraste destaca a diversidade de estratégias que os atores globais têm ao lidar com os desafios enfrentados pela sociedade global.

¹⁵⁶ People’s Health Movement (PHM) [Internet]. PHA 5° Conference call for papers. 10 mar 2024 [citado 23 mar 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/es/pha5-conference-ch-phc-call-for-papers>.

O projeto de Saúde Global para o Sistema Terra pede justiça fiscal

Global Health for the Earth System project calls for tax justice

Rafaela Venturella De Negri

Armando De Negri Filho

Abstract. *In this inform, we will restart the narrative lines around the topic of tax reforms. We will begin with the analysis of new United Nations resolutions, followed by statements from civil organisations on the same topic, bringing general economic perspectives and building the exposure of a systemic structure that involves the need for fiscal reform, with the urgency of financing health sufficient global public in its proposals and expansions, based on a logic of environmental law and respect for human rights.*

Keywords: *Tax Reform. Resolution 78\230. Pandemic Treaty. Tax Justice. Global Health Finance.*

Resumo. Neste informe, iremos retomar as linhas narrativas ao redor do tema das reformas fiscais. Começaremos com a análise de novas resoluções das Nações Unidas, seguindo com colocações de organizações civis sobre o mesmo tema, trazendo perspectivas econômicas gerais e construindo a exposição de uma estrutura sistêmica que envolve a necessidade de uma reforma fiscal, com a urgência de financiar uma saúde pública global suficiente em suas propostas e ampliações, pautada numa lógica de direito ambiental e respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: Reforma Tributária. Resolução 78\230. Tratado Pandêmico. Justiça Fiscal. Financiamento Global da Saúde.

Introdução

Neste informe, iremos retomar as linhas narrativas ao redor do tema das reformas fiscais. Começaremos com a análise de novas resoluções das Nações Unidas, seguindo com colocações de organizações civis sobre o mesmo tema, trazendo perspectivas econômicas gerais e construindo a exposição de uma estrutura sistêmica que envolve a necessidade de uma reforma fiscal, com a urgência de financiar uma saúde pública global suficiente em suas propostas e ampliações, pautada numa lógica de direito ambiental e respeito aos direitos humanos. Com isso, voltamos a dezembro de 2023, com a adoção da resolução 78\230 pela Assembleia Geral, trazendo perspectivas sobre suas possibilidades, indo para uma visão macroeconômica sobre a necessidade um novo modo de produção de valor que seja pautado na valorização de uma seguridade social global, valorizando também as vozes do Sul Global e a necessidade de criar equidade também dentro dos sistemas de decisão internacionais. Após, entramos em nosso bloco temático dedicado à Saúde Global, voltamos a analisar novos documentos produzidos a partir dos rascunhos do documento do Acordo Pandêmico, críticas abordando questões de gênero e representação civil, e, com um documento mais formal, a necessidade de regularizar o compartilhamento de conhecimento científico de patógenos. Relacionando os tópicos econômicos apresentados na introdução, nosso tema final do bloco se dedica a movimentos que interligam o direito à saúde, a superexploração da terra e dos corpos e um novo - e surpreendente - movimento de reconhecimento destas relações vindos da

Organização Mundial da Saúde. Em anexo, uma carta de contestação do grupo Health for Palestine, com 8 demandas urgentes para proteger o que restou do sistema de saúde de Gaza.

No nosso segundo bloco temático, Clima, trazemos três denúncias da sociedade civil organizada sobre como as mega corporações vêm promovendo a superexploração da terra, com governos formando ligações semi-ilegais com conglomerados industriais, fazendo conexão com as pautas apresentadas na introdução que vem a seguir.

A revisão econômica apresenta uma possibilidade para a renovação do projeto de saúde global baseado no respeito ao sistema terra.

A sociedade civil organizada vem fortalecendo a exigência por novas políticas fiscais. Ano passado, vimos muitos grupos organizarem pautas tangenciais à reforma fiscal de nível global - *EndAusterity, End Debt*, por exemplo - acompanhados por movimentos de instituições internacionais, como as Nações Unidas e outras organizações internacionais e regionais de *tax justice*. A ONU, a partir da já citada resolução 78\230, criou em dezembro do ano passado uma Comissão Ad Hoc para elaborar propostas sobre a possível reforma. O grupo já tem duas reuniões marcadas: abril e Julho de 2024, cada uma com duração de 2 semanas. A agenda provisória do primeiro encontro conta com aspectos burocráticos e de ordem prática, não sendo possível ainda destacar quais temas serão discutidos nas primeiras sessões. Porém, o documento da resolução constrói alguns possíveis caminhos, como a perspectiva de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, levando em conta a necessidade de encontrarmos como comunidade internacional modos de financiar o desenvolvimento de países que ainda não gozam do status de “nação desenvolvida”, tendo como base o modelo de desenvolvimento sustentável possivelmente financiado através do combate de evasão fiscal, cobrando os devidos tributos das grandes empresas multinacionais, evitando manobras de evasão, como paraísos fiscais:

“(…)

Reconhecendo também que a participação inclusiva e efetiva na política fiscal internacional

a cooperação implica que os procedimentos devem ter em conta as diferentes necessidades,

prioridades e capacidades de todos os países para contribuir significativamente para os processos de definição de normas, sem restrições indevidas, e apoiá-los nesse sentido, incluindo dando-lhes a oportunidade de participar na definição da agenda, nos debates e na tomada de decisões, quer diretamente, quer através de agrupamentos de países, de acordo com a sua preferência,

Reconhecendo ainda que a inclusão na cooperação fiscal internacional também

envolve capacitação e apoio aos países em desenvolvimento para que possam

participar efetivamente em toda a gama de cooperação fiscal internacional de uma forma equitativa forma, salientando ao mesmo tempo que os esforços de capacitação devem ter plenamente em conta as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento,

Reconhecendo que a definição da agenda é um aspecto processual importante porque
o

forma como os desafios fiscais que exigem ação coletiva são identificados e enquadrados

muitas vezes predetermina o âmbito e a natureza das respostas a estes desafios, bem como

como a ordem de prioridade para lidar com eles,

(...)

Salientando que uma cooperação fiscal internacional totalmente inclusiva e eficaz requer estruturas de tomada de decisão bem estabelecidas e transparentes, e regras transparentes, a fim de garantir que todos os participantes estejam em pé de igualdade processualmente e ter a mesma capacidade de se envolver de forma significativa na tomada de decisões, bem como regras multilaterais claras e coesas para ajudar países e empresas e para evitar oportunidades de evasão fiscal,

(...)

Reconhecendo também o importante papel da fiscalidade para fechar o mercado sustentável

lacuna de financiamento do desenvolvimento, que requer ações em todos os níveis, internacional, regional e nacional, e em muitas frentes, incluindo imposto sobre sociedades, rendimento pessoal imposto, impostos sobre o consumo, como impostos sobre valor agregado, imposto fortalecido e digitalizado administrações e tributação efetiva dos produtos extrativos,

(...)

Reconhecendo a necessidade de todos os países trabalharem juntos para eliminar a evasão fiscal, erosão da base tributária e transferência de lucros e garantir que todos os contribuintes, especialmente empresas multinacionais e corporações transnacionais, pagam impostos aos governos dos países onde a actividade económica ocorre, o valor é criado e de onde as receitas são gerados, de acordo com as leis e políticas nacionais e internacionais

(...)"

A partir dessas movimentações, mais de 170 organizações da sociedade civil organizada e sindicatos se reuniram e assinaram um documento - uma submissão - endossando a necessidade de uma cooperação internacional de justiça fiscal. O documento foi feito a partir de uma chamada do grupo Ad Hoc, pedindo o envio de documentos com propostas. A submissão de 10 páginas e 175 assinaturas expõe questões chave para a construção de um novo tratado fiscal internacional, trazendo a necessidade de se construir definições - como uma definição delimitada de "fluxo fiscal ilegal" - e um comprometimento energético com a transparência do instrumento, junto de definições para objetivos e princípios. Sobre esses, destacamos:

"Os Termos de Referência (TdR) devem fornecer um primeiro esboço dos seguintes elementos e principais prioridades, a serem mais elaboradas no futuro FCITC:

Objetivos gerais:

- Promover a cooperação fiscal internacional;
- Garantir que os sistemas fiscais sejam justos, equitativos, progressivos, transparentes e eficazes;
- Combate aos fluxos financeiros ilícitos relacionados com impostos;
- Abordar a atribuição injusta de direitos fiscais que afeta desproporcionalmente países em desenvolvimento;
- Sublinhando a ligação entre as políticas fiscais e a missão de mobilizar financiamento para

cumprir metas, obrigações e compromissos internacionais, incluindo aqueles relacionados com direitos humanos, igualdade de género, serviços públicos de qualidade para todos, promoção do bem-estar e qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental, incluindo ação climática, bem como aumentar a igualdade dentro e entre os países.

Princípios gerais:

- Um princípio que afirma que cada Estado tem o direito soberano de decidir as políticas e práticas do seu sistema fiscal interno, e a responsabilidade de garantir que tais políticas e práticas não causem danos ou prejudiquem a eficácia da base tributária ou sistema de qualquer outro Estado.
- Um princípio que equilibre o direito à privacidade com o direito dos cidadãos de aceder a informações importantes para avaliar a justiça, equidade, progressividade, transparência e eficácia do seu sistema tributário interno, além de ter em colocar mecanismos estruturados para o envolvimento dos cidadãos nos processos de política fiscal.
- Um princípio que sublinha que a participação da sociedade civil é essencial, em linha com o Artigo 71 da Carta das Nações Unidas, bem como a Resolução 53/144 da AGNU e o ECOSOC Resoluções 1993/80 e 1995/304.
- Um princípio que reconhece que os custos da poluição e dos danos ambientais devem ser suportados por aqueles que os causam e não por aqueles que sofrem os seus impactos (princípio do poluidor-pagador).
- Um princípio internacional de imposto único, afirmando que as pessoas e as empresas multinacionais, deveriam ser tributados sobre o seu rendimento mundial pelo menos uma vez, e apenas uma vez, e em linha com onde suas atividades reais ocorrem”

Num movimento similar, destacando a necessidade de um “governo fiscal regional” que entenda as necessidades locais e que foque no desenvolvimento pontual, Dries Lesage, Wouter Lips, Eli James Moskowitz e Attiya Waris - a já mencionada expert independente das Nações Unidas em Dívida e Direitos Humanos - tornaram público o capítulo escrito em conjunto: “Chapter 10: Regional tax governance”. Em 20 páginas, o documento apresenta argumentos a favor da instalação dos pontos regionais de controle e estudo fiscal, destacando o potencial de servirem como mecanismos de interação intermediária entre governos locais e instituições globais e transregionais, servindo como uma voz representativa dentro de outros mecanismos pró justiça fiscal, ressoando o documento dos grupos organizados apresentado acima.

O tópico da reforma fiscal tem estado especialmente presente no continente Africano - com Waris participando de inúmeras publicações a respeito - e também na Europa, com diversas campanhas pró reforma. No início de Março, aconteceu em Paris uma conferência de pesquisa em políticas, organizada pelos grupos European Network on Debt and Development (Eurodad), EU Tax Observatory (EUTO), Global Alliance for Tax Justice (GATJ), ICRICT (Independent Commission for the Reform of International Corporate Taxation), Tax Justice Network, e World Inequality Lab, o primeiro e o segundo já tendo sido citados em informes anteriores. A conferência procura construir o caminho para uma “tax convention” europeia organizada pelas Nações Unidas - ecoando o grupo Ad Hoc. O tema principal: uma reforma fiscal como caminho para a construção da equidade socioeconômica, não apenas na Europa, mas no globo. O grupo aponta como as políticas fiscais atuais têm sido ineficazes ao combate da desigualdade, tanto nacional como internacionalmente - desigualdade que reforça a separação social e econômica dos super ricos X super pobres. Com a taxação das grandes fortunas que são a ponta final da concentração de riqueza, o grupo propõe a reforma fiscal como combate às elites político-econômicas.

“Desigualdades sistêmicas e a transição para uma base mais inclusiva da ONU

A conferência – e o movimento mais amplo no sentido de um quadro de desenvolvimento de política fiscal mais inclusivo – surge no contexto de pessoas em toda a Europa que enfrentam desigualdades dramáticas de rendimento e de riqueza. Uma componente importante destas desigualdades descontroladas reside no fracasso dos governos em combater o abuso fiscal por parte das elites e das grandes empresas. Como resultado, os sistemas fiscais em todo o continente não conseguem proporcionar uma redistribuição direta para reduzir a riqueza e os rendimentos extremos, e também não conseguem gerar as receitas necessárias para combater a pobreza.

As falhas nas regras internacionais em matéria de transparência fiscal e financeira representam um grande obstáculo à tributação progressiva nos países, em todos os níveis de rendimento per capita, e contribuem para níveis desnecessariamente elevados de desigualdade dentro do país. Além disso, as falhas são responsáveis por desigualdades mais profundas nos direitos de tributação entre os países, resultando em perdas fiscais sistematicamente mais elevadas para os países de rendimento mais baixo, em percentagem das receitas fiscais correntes.”

Tema central nas propostas e reivindicações do ano de 2023, tanto das instituições como dos grupos civis organizados, a crise da dívida também se apresenta como um dos maiores desafios para a construção de um novo modelo de sociedade. O briefing político “THE WORST EVER GLOBAL DEBT CRISIS” se baseia nos novos dados do centro DEBT SERVICE WATCH. Publicado no início do ano de 2024, o documento aponta que a crise da dívida se encontra no

seu momento de ápice - com as dívidas sendo as mais pesadas e custosas desde que os dados começaram a ser categorizados.

“As principais conclusões da base de dados de 2023 são que esta é a pior crise de dívida que o Sul Global enfrentou desde que os registros globais começaram. O rácio chave que o FMI e o Banco Mundial utilizam para medir o serviço da dívida ou peso da “liquidez” da dívida pública é o rácio serviço da dívida/receitas orçamentais, que mostra a situação orçamental de cada país e sua capacidade de pagar suas dívidas.”

O briefing também reforça a “armadilha” da dívida: se gasta mais pagando a dívida externa, do que em políticas de desenvolvimento e seguridade social. O gasto com os pagamentos também inibe iniciativas de desenvolvimento sustentável, que não encontram orçamento suficiente. Como conclusão, o documento reivindica um novo modelo de renegociação da dívida que seja capaz de libertar os países dessa crise orçamentária.

“ Em comparação com a despesa social, o serviço da dívida corresponde à despesa social total (educação + saúde + assistência social).

protecção) em média em todos os países. Excede-o pela metade em África, é de cerca de 85% na Ásia e MECA,

e 64% na ALC. Em termos de níveis de rendimento, o serviço da dívida excede as despesas sociais em 62% nos PBR e em 14%

nos PRMBs. Em 33 países (16 em África, 7 na Ásia, 6 na ALC, 4 na MECA), os serviços excedem a despesa social total. Os gastos com o serviço da dívida são 2,5 vezes os gastos com educação em todos os países, aumentando para 3 vezes mais em

MECA e ASS, mas apenas 2,4 vezes mais na Ásia e duas vezes mais na ALC. Em 104 países, o serviço da dívida excede os gastos com educação.

O serviço da dívida representa 3,7 vezes mais despesas com saúde em todos os países – 5 vezes mais elevado na ASS e MECA; mais de 3 vezes mais na Ásia e duas vezes mais na ALC. Em 116 países, o serviço da dívida excede as despesas com saúde.”

Todos os documentos trazidos até agora tangenciam ou tocam diretamente na necessidade de reformar nosso sistema econômico internacional e suas áreas relacionais para viabilizar a pavimentação para um novo sistema internacional e realidade social, com propostas orçamentárias suficientes para prover as fundações de um Estado de bem estar social baseado nos direitos humanos e num modelo de governo proativo e focado no seu papel de regulador. Soma-se a isso a decisão recente de Honduras de se retirar do International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID), o Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos que há anos vem sendo denunciado por suas decisões imparciais, protegendo grandes corporações. A decisão de Honduras foi repercutida com uma carta de apoio: um grupo internacional de 85 proeminentes economistas registrou seu elogio à decisão da nação, apontando as imparcialidades do sistema de arbitragem e o papel regulador que tem sido sistematicamente ocupado e cerceado pelas multinacionais. O documento com assinaturas pode ser lido [aqui](#) e foi reproduzido e traduzido integralmente abaixo:

“Nós, economistas de instituições de todo o mundo, saudamos a decisão do governo hondurenho de se retirar do Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre

Investimentos (ICSID). Vemos a retirada como uma defesa crítica da democracia hondurenha e um passo importante em direção ao seu desenvolvimento sustentável.

Durante décadas, os tribunais de arbitragem internacionais como o ICSID permitiram que as empresas processassem os Estados e restringissem a sua liberdade de regulamentar a favor dos consumidores, dos trabalhadores e do ambiente. Desde 1996, só os governos da América Latina foram forçados a compensar as empresas estrangeiras em mais de 30 mil milhões de dólares, intimidando os reguladores para que não aumentassem os salários mínimos, protegessem ecossistemas vulneráveis e introduzissem proteções climáticas, entre outras prioridades políticas nacionais. Encontramos poucas provas económicas de que mecanismos como o ICSID estimulem, em troca, investimento directo estrangeiro significativo.

Honduras apresenta um caso poderoso de abuso corporativo através do sistema ISDS. Desde a eleição da primeira mulher presidente do país, Xiomara Castro, em 2021, as empresas abriram um total de 10 processos do ICSID contra elas. A maior, trazida pela corporação norte-americana Próspera Inc, busca mais de US\$ 10 bilhões — dois terços do orçamento anual do país — como compensação pela decisão do país de derrogar a desastrosa lei “ZEDEs” que cedeu o território hondurenho a corporações estrangeiras como a Próspera para encontraram cidades privadas que operam quase sem levar em conta as regulamentações trabalhistas, ambientais ou de saúde.

A era da supremacia corporativa no sistema de comércio internacional está a chegar ao fim. A União Europeia anunciou recentemente a sua retirada do Tratado da Carta da Energia (ECT). Entretanto, o presidente dos EUA, Joseph R. Biden, prometeu não ter disposições para estes tribunais corporativos em futuros acordos comerciais. E os principais países em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, mantêm-se firmes na sua recusa em aderir a tratados como o ICSID, em primeiro lugar.

Agora, o governo da Presidente Xiomara Castro deu mais um passo importante para dar prioridade ao desenvolvimento sustentável em detrimento do lucro empresarial. Como economistas, elogiamos o Presidente Castro e o povo das Honduras e esperamos que os países de todo o mundo sigam o seu exemplo rumo a um sistema comercial mais justo e mais democrático.”

Após essa longa introdução sobre as movimentações sociais e institucionais ao redor do sistema socioeconômico mundial, vamos nos dedicar a analisar a agenda da SCO ao redor da saúde pública e do clima, fazendo conexão com o que foi visto acima.

Saúde

Durante esta semana, o Corpo intergovernamental de Negociação (INB) tem se reunido na sede da OMS em Genebra para encaminhar um novo rascunho do Tratado Pandêmico. Alvo de muitas críticas, os primeiros rascunhos pecam em conteúdo, não trazendo questões fundamentais, como representação civil, projetos de financiamento equitativo e factível, cooperação e compartilhamento de informações e tendo ausência de recortes socioeconômicos - cometendo muitos dos erros cometidos também pelo antigo projeto COVAX, com a falta de análise da realidade internacional e o que será necessário mudar para de fato atingir a solidificação do projeto do mecanismo. Durante o mês de março, nas semanas que antecederam os encontros, a sociedade civil e a academia promoveram uma série de debates, circulando

documentos e organizando eventos para discutirem os passos necessários para a escrita e operatividade de um tratado realmente eficaz.

No dia 19 de março, Nina Schwalbe, Principal Fellow na United Nations University International Institute for Global Health e do grupo Spark Street Advisors - think tank que “Bringing together evidence and excellence in analytic thinking in public health”, publicou em seu linkedin um documento contestando a linguagem usada nos rascunhos do tratado publicados até agora, mostrando como a escolha de expressões mostra falhas estruturais que irão impedir o mecanismo de agir na “prevenção, preparação e resposta” a pandemias. Entre as críticas - que formam perguntas diretas - Schwalbe destaca a falta de definições claras para muitos termos - inclusive para pandemia - o uso de verbos como “promover”, porém a falta de demonstrações factuais de como isso seria possível, falta de avaliações e métricas; a falta de explicações sobre a checagem de informações, sobre os grupos que fariam essas verificações e sobre o uso de expressões brandas, que não indicam um compromisso e um dever real de todas as partes, principalmente no que diz respeito ao compartilhamento de informações e tecnologias.

O tópico de compartilhamento de informações aparece também no documento submetido pela Third World Network TWN em parceria com inúmeras entidades do Sul Global a Organização Mundial da Saúde, com encaminhamento direto para o Dr. Viroj Tangcharoensathien e as senhoras Alegnta Gebreyesus e Madeleine Heyward - que formam parte do grupo de Facilitadores do Sistema de Acesso à Pandemia e Repartição de Benefícios. “Global Call for An Equitable Pathogens Access and Benefit-Sharing System in the Pandemic Instrument” pede mais atenção à pauta de *Pandemic Access and Benefit Sharing (PABS)*, com propostas de acesso comum e compartilhamento de informações e tecnologias, lembrando as dificuldades enfrentadas pelo Sul Global durante a pandemia de COVID-19, com as negativas da indústria farmacêutica em adotar os métodos propostos para compartilhar dados e defendendo a proposta PABS submetida pelo Grupo da África, com o “desenvolvimento de uma base de dados de sequências PABS da OMS com acesso de registro de usuário verificado e com termos e condições juridicamente vinculativos”.

No dia 25, numa nova publicação Schwalbe, agora destacando a necessidade de mecanismos de comprometimento, não podendo ser o tratado baseado na “boa fé”, mas sim num “mecanismo de responsabilização explícito incorporado no tratado (acordo)”.

No dia 20 de Março, o International Peace Institute divulgou um artigo sobre o acordo, criticando a falta de recorte de gênero; marcando o modo como pandemias e endemias tem impactos mais intensos em mulheres e em outros grupos minorizados, o documento intitulado “Gender Inclusion in the Pandemic Agreement: A Growing Gap?” pede a análise de aspectos interseccionais que relacionam gênero, classe e raça pelo INB e a inclusão dos mesmos no documento oficial.

A já muito comentada organização da sociedade civil independente Geneva Global Health Hub - G2H2 - chamou uma roda de imprensa no dia 12 de Março afim de renovar o chamado de atenção para a questão do financiamento do mecanismo pandêmico, pauta recorrente da organização que desde 2022 vem apresentando propostas que ligam justiça financeiro, reforma fiscal e financiamento, como o relatório de Novembro de 2022.

A roda de imprensa do dia 12 contou com palestrantes convidados e membros do G2H2. As duas pautas: denunciar a financeirização da saúde como catalisadora das desigualdades da saúde - pedindo ao INB que salvasse o mecanismo dos interesses corporativos; a segunda

foi a reivindicação de um acordo pandêmico que busque meios de financiamento através da justiça financeira e que essa seja uma aliada na busca por saúde global.

“No entanto, o texto do projeto de tratado sobre a pandemia inclui, de forma preocupante, “mecanismos de financiamento inovadores”, o que muitas vezes significa usar fundos públicos não para a saúde, mas para atrair investidores privados com fins lucrativos. Em vez disso, o tratado pandêmico deve abraçar as vias mais óbvias e justas para financiar a prevenção, preparação e resposta à pandemia: justiça fiscal global e cancelamento da dívida”.

Nas suas observações, os painelistas articularam uma visão coletiva para o tratado pandêmico, enfatizando o imperativo de estabelecer um mecanismo de financiamento robusto e sustentável destinado à implementação do tratado que deve incorporar a apropriação do país, a coerência do financiamento, a superação da fragmentação, a transparência, a dinâmica de poder e cláusulas anticorrupção.”

A necessidade de revisar nosso sistema de economia a fim de construir um financiamento sustentável e marcado pela justiça econômica é uma ideia também compartilhada pelo alto escalão da OMS como visto na 154ª reunião do Conselho Executivo (EB154) da Organização. Sob o título de “Economia e Saúde para Todos” a reunião que começou no final de Janeiro tinha em sua agenda a deliberação das propostas apresentadas pelo Conselho da OMS sobre a Economia da Saúde para Todos no relatório de Maio de 2023. O documento *“Health for All: Transforming economies to deliver what matters”* foi escrito por um grupo de economistas sociais e analisa a saúde e sua produção e distribuição através da economia e propõe uma visão holística e integrada da saúde e do bem estar social através de novas práticas econômicas. O documento e sua discussão e aprofundamento sinalizam um começo promissor, porém, como indicado por organizações civis da área da saúde, é necessário pôr em movimento energético as propostas multidisciplinares contidas no relatório, como, por exemplo:

“As treze recomendações defendem: a valorização da saúde como um investimento a longo prazo; fazer cumprir a saúde como um direito humano; priorizar a saúde planetária; adoção de abordagens de financiamento estáveis; garantir financiamento e governação adequados para a OMS; redesenhar a arquitetura financeira para a equidade, utilizando métricas mais amplas para além do PIB; promoção de alianças público-privadas; conceber a governação do conhecimento para um acesso equitativo; alinhar a inovação com os objetivos de saúde; promoção de abordagens que envolvam todo o governo; investir nas capacidades do sector público; e promover a transparência e o envolvimento público na responsabilização.”

Como fechamento para esse primeiro bloco temático, deixamos aqui a carta-manifesto publicada no dia 27 de Fevereiro pelo Grupo de Ativistas de Saúde Global Health4Palestina, grupo dedicado à liberação da Palestina. O documento chama “As Comunidades de saúde global e direitos humanos, órgãos profissionais e instituições de saúde” ao redor do mundo para que leiam a carta e vejam como Israel está a usar “cuidados de saúde, alimentos e água como armas de guerra”.

“8 DEMANDAS RELACIONADAS À SAÚDE:

1. Sem demora, os profissionais de saúde, os ativistas da saúde e os grupos de defesa e de pacientes devem telefonar e denunciar os crimes de guerra de Israel e condenar

inequivocamente o genocídio que está em curso em Gaza, incluindo expor e condenar o apartheid médico de longa data de Israel nos TPO.

2. Todas as associações profissionais de saúde devem pôr fim à sua aparente cumplicidade num genocídio e condenar a transformação dos cuidados de saúde em armas.

a. Aqui, apelamos especificamente à Associação Médica Mundial (WMA); Médica Americana Associação; e respectivos médicos britânicos, alemães, australianos, franceses e canadenses associações, a condenarem inequivocamente e sem demora publicamente o direcionamento da saúde trabalhadores e infraestruturas de saúde por Israel. Eles e outros organismos profissionais (onde aplicável) também deve rescindir quaisquer ações de assédio contra membros que se manifestem contra o genocídio em Gaza como parte das suas obrigações profissionais de defender o direito para a saúde e para proteger a liberdade de expressão.

b. Apelamos à Associação Médica Mundial (WMA) para suspender a Associação Médica Israelense (IMA) até que (i) o IMA condene a destruição do sistema de saúde de Gaza e o alvo dos profissionais de saúde de Gaza e (ii) toma medidas disciplinares apropriadas ação contra os médicos que apelaram ao bombardeamento de hospitais em Gaza. Do mesmo jeito que a participação e adesão da África do Sul do apartheid à WMA foi activamente oposição durante o apartheid, é hora de a suspensão de Israel da WMA - porque o Estado israelita cometeu crimes de guerra, utilizando os cuidados de saúde como arma de guerra

c. No mínimo, as associações médicas profissionais que permaneceram em silêncio, deveriam partilhar publicamente a razão pela qual optou por fazê-lo, face aos crimes de guerra que prejudicaram o princípio da neutralidade sanitária.

3. Todos os grupos de ativistas de saúde e grupos de pacientes com HIV devem ter como alvo o boicote à empresa TEVA, desinvestimento e sanções. Especificamente, apelamos a todos os utilizadores da PrEP para que mudem do TEVA genérico PrEP para outros fabricantes de genéricos.

4. Todos os grupos de activistas da saúde e grupos de pacientes com VIH devem exigir que os organizadores do 25º Conferência sobre a SIDA em Munique, Alemanha, em Julho deste ano, dedicará uma sessão plenária a Gaza, incluindo uma minuto de silêncio pelos profissionais de saúde mortos em Gaza durante a cerimónia de abertura.

a. Se a IAS permitir discursos, exposições ou barracas em pavilhões de/de governos genocidas/funcionários do estado, bem como de/de empresas farmacêuticas e de saúde que apoiam genocídio, apelamos a todos os activistas e investigadores que participam na conferência sobre a SIDA a envolverem-se na desobediência civil.

5. A Assembleia Mundial da Saúde (AMS), que se realizará em maio de 2024, deverá, além do seu relatório anual sobre o acesso aos cuidados de saúde nos TPO, dedicar uma sessão dedicada à actual crise sanitária em Gaza e os crimes de guerra que resultaram na sua “obliteração”.

6. Cientistas, investigadores, médicos e grupos de defesa dos pacientes devem pausar ativamente a saúde pesquisa, colaboração científica e de dados e projetos de pesquisa com instituições de saúde israelenses, universidades, conselhos de pesquisa, empresas farmacêuticas e quaisquer organizações afiliadas qualquer forma com as Forças de Defesa de Israel (IDF) - é hora de rejeitar tais parcerias e financiamento.

7. Os profissionais de saúde, os ativistas da saúde, os grupos de defesa e de pacientes devem apoiar os colegas que estão sendo censurados e visados por falarem sobre o racismo anti-palestino na área médica instituições, universidades e organismos profissionais em todo o mundo.

8. Os trabalhadores da saúde, incluindo os sindicatos, e os grupos de ativistas da saúde devem apelar e pressionar todos os governos a retomarem e aumentarem imediatamente o financiamento para o trabalho crítico da UNRWA, e outras agências/grupos - para aumentar a assistência humanitária, de saúde, alimentar e de água.”

Clima

Nosso bloco temático dedicado ao Clima trata de 3 casos de mobilização da sociedade civil organizada contra tentativas de financeirização e super exploração da terra, tema que se conecta diretamente com a necessidade de uma reforma fiscal que iniba as elites sócio-econômicas e seu super poder de controle, como proposto pelos grupos Eurodad e EUTO, e visto na primeira parte deste informe.

O mega conglomerado industrial Black Rock agora mira no comércio da água.

No início deste ano, a terceira maior potência econômica do mundo (sim, perde apenas para Estados Unidos e China) se tornou dona de outro grande conglomerado. A Black Rock comprou a empresa de infraestrutura chamada Global Infrastructures Partners (GIP) - que é responsável por projetos privatizados de geração de energia, aeroportos, canais - incluindo o Suez, que agora está nas mãos da Black Rock - e gestão de resíduos sanitários - todas áreas de interesse público e que deveriam ser administradas de acordo, não é? Mas esse não será nosso foco neste momento. A financeirização de bens públicos é um reflexo de um sistema econômico que põe o lucro acima de qualquer outra coisa e cujos *stakeholders* não veem nenhum desafio político no seu caminho, afinal, quem vai conseguir parar aqueles que mandam no mundo?

No caso da ainda maior e mais gigante Black Rock, conforme escreve Petrella, o pior estava por acontecer:

“Como é sabido, a decisão da BlackRock em 14 de janeiro seguiu-se a uma solicitação (feita em 7/12) pelo mesmo mega-fundo, ao Chicago Exchange Mercantile (CEM), a maior bolsa de commodities do mundo. Atendendo ao pedido da BlackRock, a Bolsa de Chicago abriu seu mercado de derivativos mais especulativo para transações financeiras nos futuros da água, transformando a água em um ativo financeiro em todos os aspectos. E também agiu a NYSE, a Bolsa de Nova York, mais conhecida como “Wall Street”. No final de setembro de 2021, ela deu um passo gigantesco na direção errada, a favor da total financeirização da natureza. Criou uma nova classe de ativos financeiros, o capital natural (qualquer elemento do mundo natural tratado como um ativo) e deu origem a uma nova categoria de empresas, as Natural Capitals Corporations (NCCs), listadas na bolsa, responsáveis pela gestão do capital natural. Para isso, sob a égide da Natural Capitals Coalition, Wall Street propôs que 30% do capital natural mundial, incluindo 30% do mais devastado, fosse assumido pelas NCCs para ser cuidado e restaurado até 2030. Essa proposta tornou-se uma resolução aprovada quase unanimemente pelos Estados participantes da COP15-Biodiversidade, realizada em Montreal em dezembro de 2022. A COP15 consagrou a total financeirização da natureza de acordo com os princípios e modos da economia capitalista global. Naturalmente, o mundo dos negócios e das finanças ficou extremamente

satisfeito com o resultado, mas o que surpreende é que muitas das ONGs presentes em Montreal também acolheram favoravelmente a resolução.”

As ditaduras neoliberais latino americanas ainda tem poder econômico.

No dia 18 de Março, a plataforma Wayka publicou um [artigo](#) sobre uma comunidade indígena peruana que é constantemente explorada pelo homem mais rico do mundo. Através de uma lei aprovada durante a ditadura de Fujimori, a marca Loro Piana do conglomerado Bernard Étienne Arnault, explora há décadas a comunidade indígena de Lucanas (Ayacucho). Os locais realizam trabalho não pago em meio a uma situação de empobrecimento exponencial. A lei regulamentada por Fujimori permitiu que indústrias tivessem o direito de produzir fibra de vicunha, algo que era reservado para as comunidades locais. As vicunhas também foram transformadas em propriedade do Estado de Fujimori e ficaram disponíveis para serem transformadas em propriedade privada de acordo com as exigências do governo - que as concedeu para a exploração da Loro Piana que explora o povo, a terra e a fauna sem qualquer responsabilidade.

A indústria de exploração da terra matou a Primeira Nação Athabaska Chipewyan.

No dia 23 do mesmo mês, o veículo Portside [publicou uma reportagem](#) contando sobre um grupo nativo norte americano que está movendo um processo contra uma gigante do petróleo. A comunidade enfrenta altos índices de câncer pelo derramamento constante de óleo pela empresa canadense Alberta Energy Regulator (AER).

De acordo com a apuração jornalística do caso, as más condições industriais e a possibilidade de vazamento e - após - os vazamentos em si eram fatos conhecidos pela empresa e foram escondidos do público e do governo de maneira proposital.

“No ano passado, os funcionários do Fort Chipewyan, juntamente com os de várias outras comunidades indígenas afetadas, souberam de um derramamento de 5,3 milhões de litros na mina Kearl da Imperial Oil (localizada a cerca de 75 quilômetros a montante da comunidade). Logo depois, eles descobriram outro vazamento no mesmo local da mina, que estava vazando há pelo menos nove meses antes de saberem.

Apesar dos funcionários da mina descobrirem o vazamento em 2022 e depois notificarem a Imperial, que por sua vez alertou a AER, nenhum deles informou às comunidades indígenas afetadas, ao público ou aos governos provinciais, territoriais e federais. Eles só foram informados quando foi emitida uma Portaria de Proteção Ambiental pela AER.

Em outubro, a imprensa canadense noticiou que a Imperial Oil e a AER já sabiam que os rejeitos vinham vazando há anos.”

Allan Adam é o chefe da Primeira Nação Athabaska Chipewyan (ACFN) e segundo ele o processo judicial é a maneira de responsabilizar a empresa e criar um precedente: “Quando eles causam preocupações ambientais catastróficas à comunidade, eles vão responder por isso.”

A voz do Sul global é fundamental

The voice of the global South is key

Regina Ungerer

Abstract: *Based on the success of a previous project using electron beams, UNOSSC and South Korea are innovating and promoting the same technology for processing food and agricultural products to improve food security; adding value to industrial products, including sterilization of medical devices, and treatment of environmental pollutants. Continuing to present the work of UNOSSC, the Director met with UN agencies based in Rome to discuss the intergovernmental processes of South-South and triangular cooperation, as well as to disseminate UNOSSC's work. The G-77 and China participated in the ECOSOC 2024 special meeting on International Cooperation in tax matters and the review of the administrative and financial functioning of the UN. Uganda's ambassador and permanent representative to the UN not only holds the positions of President of the G-77, MNA, and the Coordination Office of the Non-Aligned Movement but he is also the representative of the Group of African Ambassadors to the UN, and in this capacity, he met with various authorities and organizations to discuss the work of the G-77 and China, with emphasis on the Copenhagen Ministerial Meeting of the UNFCCC in which he highlighted that the G-77 and China will play an important role in the preparatory process for CoP29 and that the voice of the global South is important. The MNA parliamentary network held its 3rd Conference under the theme "Revitalizing parliamentary action in the fight against climate change". The South Centre presented its 2023 annual report.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: Baseado no sucesso de um projeto anterior que utilizava feixe de elétrons, o UNOSSC e Coreia do Sul estão apoiando a mesma tecnologia para o processamento de alimentos e produtos agrícolas para melhorar a segurança alimentar; agregar valor aos produtos industriais, incluindo a esterilização de dispositivos médicos; e tratamento de poluentes ambientais. Continuando a divulgar o trabalho do UNOSSC, a Diretora do órgão se reuniu com as agências da ONU baseadas em Roma para discutir os processos intergovernamentais de cooperação Sul-Sul e triangular e para disseminar o trabalho que o UNOSSC vem fazendo. O G-77 e a China participaram da reunião especial do ECOSOC 2024 sobre Cooperação Internacional em assuntos tributários e da revisão do funcionamento administrativo e financeiro da ONU. Já o embaixador e representante permanente de Uganda junto à ONU acumula não só os cargos de Presidente do G-77, MNA, Gabinete de Coordenação do Movimento dos Não-Alinhados, mas também é o representante do Grupo de Embaixadores da África na ONU e nestas capacidades, tem se reunido com diversas autoridades e organizações para discutir a colaboração do G-77 e da China, com destaque para Reunião Ministerial de Copenhagen do UNFCCC em que ressaltou que o G-77 e a China desempenharão um papel importante no processo preparatório para a CoP29 e que a voz do Sul global é fundamental. A rede parlamentar do MNA se reuniu para sua 3ª Conferência sob o tema "Revitalizar a ação parlamentar no combate às alterações climáticas". E o Centro Sul apresentou seu relatório anual de 2023.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques do UNOSSC



<https://twitter.com/UNOSSC>

22 de março de 2024 - República da Coreia e UNOSSC apoiam compartilhamento de tecnologia de feixe de elétrons (EB) para um desenvolvimento sustentável e resiliente

O UNOSSC e o Escritório Regional do Acordo de Cooperação Regional (RCARO) em Daejeon, República da Coreia (RoK-UNOSSC),

implementaram, entre 2011 e 2021, duas fases de um projeto sobre “Aplicações de Feixes de Elétrons para agregação de valor a alimentos e produtos industriais e degradação de poluentes ambientais na região Ásia-Pacífico”. Este projeto introduziu e promoveu, com sucesso, a tecnologia EB através de serviços de consultoria, capacitação e intercâmbio de tecnologia através da cooperação Sul-Sul e triangular.

Com base no sucesso do Mecanismo RoK-UNOSSC e devido à maior demanda dos países, um novo projeto de cooperação triangular intitulado “Apoiando a Adoção da Tecnologia de Feixe de Elétrons e suas Aplicações nas Áreas de Alimentos e Agricultura, Indústria, Saúde Humana e Tratamento Ambiental” foi lançado para um período de 5 anos (2024-2028).

Apoiado pelo Escritório de Segurança Radiológica (ORS) da Administração Nacional de Segurança Nuclear do Departamento de Energia dos Estados Unidos (DOE/NNSA) em parceria com o RCARO, abrange 22 países asiáticos sob os auspícios da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

O projeto visa melhorar a qualidade do ambiente e das condições de vida da região Ásia-Pacífico apoiando a construção de infraestruturas EB e da facilitação da sua aplicação para:

- 1) Facilitar a aplicação de aceleradores EB para processamento de alimentos e produtos agrícolas para melhorar a segurança alimentar; agregar valor aos produtos industriais, incluindo a esterilização de dispositivos médicos; e tratamento de poluentes ambientais;
- 2) Promover a adoção de equipamentos e instalações EB e apoio à manutenção sustentável; e
- 3) Melhorar a qualidade e segurança do ambiente e melhoria do bem-estar da região através da adoção de tecnologia.



<https://twitter.com/UNOSSC>

12 de março de 2024 - Agências das Nações Unidas sediadas em Roma e o UNOSSC se reúnem para identificar oportunidades de colaboração

Há um ano como diretora do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, Dima Al-Khatib, continua em seu firme propósito de divulgar o trabalho do UNOSSC para apoiar os processos intergovernamentais de cooperação Sul-Sul e triangular, assim como a coordenação do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento de diretrizes para integrar a

cooperação Sul-Sul e triangular no trabalho da ONU nos países.

Desta vez, estive em Roma para me reunir com as Agências das Nações Unidas sediadas na cidade e destacou o trabalho do South-South Galaxy e do Laboratório de Soluções Sul-Sul que são incubadoras de soluções e estão preparados para implementar políticas de dados baseadas nas exigências dos países. Enfatizou também os fundos fiduciários geridos pelo UNOSSC, como o Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero (PGTF), o fundo ONU-Índia e o Fundo IBAS, que apoiam os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento e iniciativas centradas na segurança alimentar e na redução da pobreza.

Em contrapartida, as agências da ONU, compartilharam seus pontos de vista, como o Programa Mundial de Alimentação (WFP) que delineou sua recente política que está alinhada com a estratégia de inclusão da ONU e a integração da Cooperação Sul-Sul no seu próximo plano estratégico.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) centrou-se na necessidade crítica de mobilização de recursos e no fortalecimento de parcerias para apoiar a relação entre alimentação e agricultura. Manifestaram interesse em acessar os fundos fiduciários e aos módulos de e-learning, destacando a possibilidade de partilhar as experiências e recursos da FAO através de seu portal de cooperação Sul-Sul a ser lançado em breve.

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) centrou-se na cooperação Sul-Sul e triangular, que está integrada nos seus programas de oportunidades estratégicas para os países (COSOP) e nas notas estratégicas para os países. Destacaram a importância de estabelecer sistemas robustos de monitorização e avaliação.

No geral, a reunião serviu para destacar o compromisso das agências das Nações Unidas sediadas em Roma com a cooperação Sul-Sul e triangular, e sua vontade de colaborar mais estreitamente com o UNOSSC para reforçar o seu impacto nesta área.

Destaque do South-South Galaxy



<https://twitter.com/UNOSSC>

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) com sede na Costa Rica é a agência especializada do Sistema Interamericano focada na agricultura.

O Instituto desempenha um papel fundamental no apoio aos seus 34 Estados-Membros para promover o desenvolvimento agrícola e melhorar os meios de subsistência rurais, oferecendo serviços de cooperação personalizados.

O IICA possui ampla experiência em tecnologia e inovação na agricultura, sanidade agropecuária, segurança e qualidade alimentar, comércio agrícola internacional, agricultura familiar, desenvolvimento rural, gestão de recursos naturais e bioeconomia.

Seu modelo de trabalho prioriza a cooperação Sul-Sul e triangular e está voltado para a eficiência, flexibilidade, descentralização, trabalho colaborativo e trabalho em rede, com foco em processos e na mobilização de recursos humanos, institucionais e financeiros, por isso foi o destaque do UNOSSC.

Data 2 Policy



<https://twitter.com/UNOSSC>

A rede Data 2 Policy foi lançada junto com o PNUD Digital e é uma comunidade global de decisores políticos de diversos setores dedicados a aproveitar fontes de dados emergentes para a elaboração de políticas baseadas em evidências na execução dos ODS. Funciona como um centro virtual em que os decisores políticos se reúnem para compartilhar conhecimentos, cultivar oportunidades de aprendizagem e promover a colaboração, incluindo a

cooperação Sul-Sul e triangular.

De acordo com a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, não se pode menosprezar o valor desta rede para os formuladores de políticas.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹⁵⁷, Nairóbi (UNEP)¹⁵⁸, Paris (UNESCO)¹⁵⁹, Roma (FAO/IFAD)¹⁶⁰, Viena (UNIDO)¹⁶¹ e Washington (G-24)¹⁶².

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

New York – 18 de março de 2024

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na reunião especial do ECOSOC 2024 sobre Cooperação Internacional em assuntos tributários, painel 1: Promoção da Cooperação Tributária Internacional inclusiva e eficaz na ONU.

O G-77 e a China destacaram que as discussões e deliberações intergovernamentais dentro da ONU sobre formas de diminuir as lacunas na cooperação internacional em questões fiscais constituem um passo importante e na direção certa.

Esta reunião da UNGA foi realizada em um momento em que o progresso dos ODS está estagnado e os países em desenvolvimento enfrentam um déficit de financiamento da ordem de 4 bilhões de dólares anuais. Por isso, o Grupo enfatiza que a cooperação fiscal internacional inclusiva e eficaz continua a ser um pré-requisito fundamental para o alcance dos ODS, uma vez que permite aos países em desenvolvimento mobilizar eficazmente os seus recursos internos para responder às suas necessidades de financiamento.

Por isso, o Grupo reforça a importância de abordar a cooperação fiscal internacional em um fórum global inclusivo e intergovernamental, considerando os acordos internacionais e multilaterais existentes e a utilização de plataformas inclusivas e eficazes para discutir regras e normas internacionais nas Nações Unidas. Desta forma, a [resolução A/RES/78/230](#) da AGNU, de estabelecer um comitê intergovernamental *ad hoc* aberto, liderado pelos Estados-Membros, com o objetivo de elaborar termos de referência para uma Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional, é muito bem-vinda.

New York – 19 de março de 2024

Declaração feita pelo Sr. Medard Ainomuhisha, da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 132 da agenda: Revisão da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro da ONU: Atividades da cadeia de abastecimento, na primeira parte da retomada da 78ª Sessão do 5º Comitê da AGNU.

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

¹⁵⁷ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹⁵⁸ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹⁵⁹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹⁶⁰ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹⁶¹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹⁶² G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Nesta reunião, o G-77 e a China começaram destacando que as atividades pertinentes à cadeia de abastecimento da ONU devem ser orientadas pelos princípios da melhor relação qualidade/preço, justiça, integridade, transparência e concorrência internacional tendo sempre, os interesses da ONU, em primeiro lugar. É também da maior importância que as compras promovam igualdade de oportunidades e aquisições de países menos desenvolvidos e em desenvolvimento e de países com economias em transição.

Destacaram que o relatório apresentado foi muito vago e considerando que já passou quase uma década desde a última vez que a AGNU adotou uma resolução sobre compras, o relatório deveria ter sido mais abrangente e detalhado, a fim de facilitar discussões e orientações substantivas. Contudo, considerando que oitenta por cento dos gastos com aquisições se referem a somente dez itens, o grupo espera receber informações sobre a origem desses dez itens.

No que diz respeito à digitalização da gestão da cadeia de abastecimento, o Grupo registra a conclusão como parte do Umoja¹⁶³ e a disponibilidade do Manual de Aquisições da ONU nas seis línguas oficiais. No entanto, reconhecem a necessidade de melhorar o alcance para fornecedores de países menos desenvolvidos e em transição, em comparação com o alcance feito para países desenvolvidos. Portanto, o Grupo reitera a necessidade do Secretário-Geral implementar formas adicionais e inovadoras para promover e sustentar compras provenientes deste grupo de países.

Eles lembraram que a AGNU estabeleceu em Entebbe, uma Centro Global de Apoio à Aquisições, como um escritório regular dentro da Divisão de Aquisições do Secretariado da ONU. E apesar deste Centro estar atendendo às necessidades de compras dos Escritórios da ONU, incluindo missões políticas especiais e de manutenção da paz na África, o Grupo considera que o Centro deve ser mais utilizado, incluindo na iniciativa que se apresenta como "cadeia de abastecimento circular" no programa de devolução, remodelação e reutilização, incluindo as provenientes do encerramento e redução de missões.

No quadro da responsabilização e integridade na gestão da cadeia de abastecimento, o grupo apela à plena implementação das recomendações do Conselho de Auditoria. Ao mesmo tempo que reitera o pedido da AGNU para uma análise detalhada dos métodos de "Solicitação de Proposta" e "convite para apresentação de propostas". Importante que o SG analise a utilização excessiva destes métodos informais para identificar riscos de má conduta.

Destaques do G-77 e China no X

¹⁶³ Umoja é um novo sistema de planejamento de recursos empresariais da ONU que ajuda a gerenciar os recursos financeiros, humanos e físicos da organização. O Umoja faz parte de uma iniciativa para reformar a administração da ONU. O nome Umoja significa "unidade" em Kiswahili



<https://twitter.com/adoniaayebare>

Atualmente considerado um dos homens mais ocupados de NY, o embaixador e Representante Permanente de Uganda junto às Nações Unidas, Adonia Ayebare, acumula os cargos de Presidente do G-77, MNA, Gabinete de Coordenação do Movimento dos Não-Alinhados e representa o Grupo de Embaixadores da África na ONU e nestas capacidades, tem se reunido com Representantes Permanentes de diversos países e organizações para discutir a colaboração do G-77 e da China em temas como:

- 1) O avanço do Estado de Direito para promover a paz e o desenvolvimento sustentável.
- 2) Com a Diretora Geral da ONU Migração, Amy Pope, discutiu um caminho estratégico para a implementação da Declaração de Kampala (janeiro de 2024), a relação entre migração, o G-77 e o Grupo Africano, e discutiram uma visita oficial da ONU Migração à Kampala para discutir áreas comuns de cooperação.
- 3) Encontro com o Secretário-Geral Adjunto da ONU para Assuntos da Juventude, Felipe Paullier para discutir as oportunidades para os jovens.
- 4) Encontro com a Alta Comissária da ONU para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, países em desenvolvimento sem litoral e países menos desenvolvidos, Fatima Rabab, para prestar apoio, solidariedade e enfrentar os desafios e encontrar oportunidades para caminhar com os ODS.
- 5) Encontro cordial e produtivo com o Embaixador Munir Akram, o Representante Permanente do Paquistão na ONU, que já foi presidente do G-77, para discutir a importância do papel do G-77 e da China nas negociações em curso para o Pacto para o Futuro e a necessidade de o Sul global ter uma posição comum.
- 6) Encontro com o Representante Permanente da Itália junto à ONU, para discutir a potencial cooperação entre a Presidência Italiana do G7 e a Presidência do G-77, em particular a reforma das instituições de governança global.
- 7) Reunião produtiva com a Embaixadora e Representante permanente de El Salvador Egriselda Aracely, para discutir o trabalho do G-77 e da China e como promover interesses comuns nos processos e negociações em andamento da ONU.
- 8) Na reunião de negociação intergovernamental sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU, o Embaixador juntou sua voz à posição africana defendida no consenso de Ezulwini¹⁶⁴ e na Declaração de Sirte¹⁶⁵.

¹⁶⁴ O Consenso de Ezulwini é uma posição sobre as relações internacionais e a reforma da ONU que foi adotada pela União Africana em 2005. Apela a um Conselho de Segurança que seja mais representativo e democrático, com a África representada, bem como todas as outras regiões. O consenso baseia-se na ideia de que a maioria de África não estava representada quando a ONU foi fundada.

¹⁶⁵ Os Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) adotaram a Declaração de Sirte, que apelava ao estabelecimento de uma União Africana na 4ª Cúpula extraordinária em Sirte, Líbia, em setembro de 1999.

- 9) Como Presidente do Grupo de Embaixadores da África nas Nações Unidas, recebeu a Diretora Geral Adjunta da ONU Amina J Mohammed, que informou ao Grupo Africano sobre as prioridades comuns, em particular o estatuto de financiamento do sistema de coordenadores residentes da ONU para tornar mais eficaz a resposta às necessidades e prioridades nacionais. Na ocasião, o grupo africano decidiu por unanimidade apoiar os esforços de Antonio Guterres através do processo intergovernamental para garantir que o sistema de Coordenadores Residentes seja financiado através do orçamento regular da ONU.
- 10) A delegação de Uganda esteve presente e prestigiando a sessão de abertura da Comissão das Nações Unidas para o Estatuto da Mulher CSW68

Reunião Ministerial de Copenhagen

Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) realizou a Reunião Ministerial de Copenhagen no dia 21 de março de 2024, que foi presidida pelo Sultão Ahmed al-Jaber, presidente da COP28, juntamente com o novo presidente designado da COP29, Mukhtar Babayev, e o anfitrião dinamarquês, Dan Jørgensen.

Esta foi a primeira vez desde a COP28 em Dubai que líderes climáticos e ministros de grupos centrais de negociação se reunirão pessoalmente.

Na ocasião, o secretário executivo da UNFCCC, Simon Stiell, em seu discurso inaugural, deixou claro que, apesar do relatório da Organização Mundial de Meteorologia (WMO), mostrar que os últimos aumentos de temperatura terem sido muito elevados, ele gostaria de focar somente nas soluções e em como alcançar um mundo com emissões líquidas zero até meados do século.

Simon Stiell disse ainda que todos devem se concentrar em um mundo onde todas as nações estejam seguras, as oportunidades sejam compartilhadas e dez mil milhões de pessoas estejam protegidas dos impactos climáticos. Onde a energia limpa seja abundante e acessível e onde as decisões que levarão o mundo até lá serão tomadas em grande parte ao longo dos próximos 20 meses, com base nos sucessos do Dubai e do Consenso dos Emirados Árabes Unidos.



<https://twitter.com/adoniaayebare>

Durante esta Reunião Ministerial, o embaixador e Representante Permanente de Uganda junto às Nações Unidas, Adonia Ayebare, reuniu-se com Simon Stiell, para falar do importante papel que o G-77 e a China desempenharão no processo preparatório para a CoP29 a ser realizada em Baku no Azerbaijão. Ele deixou claro que a voz do Sul global é fundamental.

Discursando na sessão de encerramento da Reunião Ministerial, que servirá de modelo para a CoP29, o embaixador Ayebare disse que o financiamento climático é uma prioridade e que as disposições relevantes da convenção quadro sobre mudanças climáticas (UNFCCC) e do acordo de Paris serão os marcos orientadores do Sul Global.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.



https://twitter.com/NAM_PNetwork

25 de março de 2024 – 3ª Conferência da Rede Parlamentar do Movimento dos Não-Alinhados (MNA-PN) realizada em Genebra à margem da 148ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP) terá como tema “Revitalizar a ação parlamentar no combate às alterações climáticas”.

Esta rede foi criada após a 18ª Cúpula do Movimento dos Não-alinhados realizada em outubro de 2019 em Baku, Azerbaijão.

Na ocasião, os chefes de estado e de governo decidiram expandir e aprofundar a atividade mútua e a cooperação entre os parlamentares dos Estados Membros do MNA e a primeira reunião desta rede foi em novembro de 2021 em Madrid durante a 143ª Assembleia da União Interparlamentar.

O objetivo central desta rede é o desenvolvimento da cooperação interparlamentar em escala global e no momento em que o mundo vive um período de grande transformação, acompanhado por pandemias, conflitos armados, alterações climáticas entre outros desafios que ameaçam a arquitetura da segurança global, a relevância dos ideais criativos e o importante papel do MNA na protecção da paz, da segurança e do desenvolvimento sustentável são ainda mais importantes.

Ao mesmo tempo, a diplomacia parlamentar, em particular a preservação do multilateralismo e da cooperação internacional, torna-se mais importante do que nunca. A rede acredita que os parlamentares dos países do MNA terão um papel fundamental a desempenhar na promoção dos princípios do Movimento.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



Em 1979, a AGNU adotou um programa de combate ao racismo e à discriminação racial que levou ao estabelecimento da semana de solidariedade a partir de 21 de março. O tema deste ano, "**Uma Década de Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento**", destaca a importância de promover e proteger os direitos humanos das pessoas de origem africana.

<https://twitter.com/namyouthorg>

Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul



Relatório anual do Centro Sul - 2023

O Centro Sul realiza múltiplas atividades para apoiar os países em desenvolvimento com investigação orientada para políticas, contributos e aconselhamento para negociações e capacitação.

Veja um resumo das atividades do Centro Sul no [Relatório Anual 2023](#) com destaques para:

Cooperação Sul-Sul

A Cooperação Sul-Sul continua a ser uma importante área de trabalho para o Centro Sul, com algumas atividades proeminentes em curso. O panorama global da Cooperação Sul-Sul e Triangular sofreu uma mudança de paradigma devido aos efeitos da pandemia do Covid-19 e as múltiplas crises que os países de todo o mundo enfrentam. Neste sentido, a Cooperação Sul-Sul e triangular passou a ter uma importância crescente no enfrentamento dos problemas mais críticos. O Centro Sul continuou a realizar um trabalho analítico, em 2023, para identificar como a Cooperação Sul-Sul e triangular têm transformado o contexto atual e em que direção poderá tomar no futuro.

Saúde Global

Na área da saúde global, o ano de 2023 terminou com uma reversão nos ODS relacionados com a saúde, apontando para a lacuna no investimento e na colaboração global tão necessários para seguir adiante com as metas de saúde. A pandemia da Covid-19 também

mostrou a necessidade de abordar a questão estrutural da desigualdade e de promover um novo ecossistema de inovação em saúde de ponta a ponta que dê prioridade ao bem comum.



20 de março de 2024 - O sistema internacional de patentes permite a apropriação indevida de conhecimento tradicional associado à Mirantã, planta (recurso genético) encontrada na Bacia Amazônica?

Este artigo busca compreender se há indícios de apropriação indevida possibilitada pelo sistema internacional de patentes no caso do conhecimento tradicional associado à Mirantã, planta (recurso genético – GR) encontrada na bacia amazônica.

Há uma clara correspondência entre os usos tradicionais do Mirantã e as reivindicações de patentes encontradas, que são, ou pelo menos podem sugerir, evidências de apropriação

indevida de conhecimentos tradicionais.

De forma mais geral, isto confirma a visão da existência de uma colonialidade do conhecimento, uma vez que em muitas jurisdições, devido à falta de medidas para proteger o conhecimento tradicional contra a apropriação indevida, estas patentes são consideradas válidas.

Para ler o artigo, [clique aqui](#).



18 de março de 2024 - Reunião Especial do ECOSOC sobre Cooperação Internacional em assuntos tributários: Promoção da Cooperação Tributária Internacional inclusiva e eficaz na ONU

Já descrito na sessão do G-77 e da China, o Centro Sul também se manifestou neste tema tão importante.

https://twitter.com/South_Centre
eficazes enquanto o processo para criar essas regras não for inclusivo e eficaz”.

E começou dizendo que: **“Nunca poderá haver regras fiscais internacionais inclusivas e**

Com esta declaração, o Centro Sul destacou que a função principal desta cooperação internacional em assuntos tributários deveria ser, primordialmente, resolver o problema de governança do sistema fiscal internacional e criar uma arquitetura genuinamente inclusiva baseada em regras que possa facilitar acordos multilaterais sobre as questões fiscais internacionais atuais e futuras que sejam baseadas na justiça, na equidade, transparência, democracia e inclusão e que traga coerência e eficiência ao sistema fiscal internacional.

O Centro Sul também destacou as seguintes questões prioritárias que devem ser discutidas sobre este tema de cooperação tributária:

1. Fluxos Financeiros Ilícitos

2. Tributação de serviços (digitais ou não digitais) dada a natureza de erosão da base tributável desses pagamentos

3. Troca de informações especialmente sobre a) serviços b) riqueza, incluindo ativos não financeiros e bens imóveis

4. Tributação de pessoas físicas com patrimônio líquido alto e ultraelevado

5. Tributação ambiental

6. Incentivos Fiscais

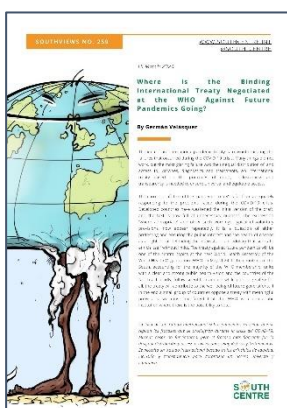
7. Instrumento Fast Track da ONU atualmente em desenvolvimento pelo Comitê Fiscal da ONU

Este não é um tema trivial e para ler mais sobre ele, [clique aqui](#).

O Centro Sul está apoiando os países em desenvolvimento nas negociações da 28ª Sessão do Comitê Fiscal da ONU.

[O papel dos impostos sobre a riqueza líquida na promoção da igualdade e no financiamento dos ODS.](#)

Este pronunciamento acima do Centro Sul destaca o recente trabalho do Comitê Fiscal da ONU na tributação da riqueza, especialmente tendo em conta que vivemos numa época de desigualdade de riqueza sem precedentes.



15 de março de 2024 - Para onde vai o tratado internacional vinculativo negociado na OMS contra futuras pandemias?

A ideia de um tratado internacional sobre pandemia é evitar a repetição das falhas ocorridas durante a crise da COVID-19. Apesar de muito reveses, é de se destacar a distribuição e acesso desiguais à vacinas, diagnósticos e tratamentos.

Por isso, é necessário um tratado internacional baseado nos princípios de equidade, inclusão e transparência para garantir o acesso universal e equitativo.

Este texto discute o projeto de texto do “**tratado pandêmico**” e como ele está longe de responder adequadamente aos problemas enfrentados durante a crise da Covid-19.

Os países desenvolvidos enfraqueceram a versão inicial do texto que está agora cheio de nuances desnecessárias, como a expressão “quando apropriado”. O artigo discute a necessidade de proteger e garantir o interesse público e a saúde dos cidadãos como um direito, ou de defender os interesses de uma indústria que procura enriquecer-se sem limites.

O tratado pandêmico será um dos temas centrais da próxima Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2024. Os países do Sul, que representam a maioria dos membros da OMS, devem se unir com uma clara visão de saúde pública e os países do Norte devem agir com lucidez, segundo as evidências científicas e somente assim, o tratado contribuirá para o bem-estar das gerações futuras. Para ler o artigo, [clique aqui](#).

Saúde e o combate à fome e à pobreza aparecem de forma transversal no G20. Reunião ministerial sobre indústria, tecnologia e mundo digital e olhos atentos do G7 sobre o Irã. O compromisso da OCDE em promover melhores políticas globais

Health and the fight against hunger and poverty appear in a transversal way at the G20. Industry, Technology and Digital World Ministerial Meeting and watchful G7 eyes on Iran. The OECD's commitment to bringing about better global policies

**Pedro Burger
João Miguel Estephano
Vitória Kavanami
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves**

Abstract: G20 - The Task Force responsible for the Alliance Against Hunger and Poverty held its second meeting with an emphasis on presenting transversal policies that can be replicated in other countries. Similarly, the aspect of health was highlighted not only at the meeting of health ministers, but also at the workgroups on development, research and innovation and science.

G7 - This report begins with the announcement, less than three months before the G7 leaders' summit, of the abrupt replacement of Italy's *sherpa* to the group, raising concerns about a possible diplomatic misunderstanding. The G7 ministerial meeting on industry, technology and the digital and a G7 communiqué to Tehran are also highlighted. As for the last, the international arena is waiting for the first green signal to take severe measures in the face of the imminent possibility of Iran sending ballistic missiles to Moscow.

OCDE - The OECD's highlights include the publication of a series of studies and reports on various subjects and the updating of two of its statistical indices on the global economy.

Keywords: G20; G7; OECD, Brazil, Sherpa G7, Ministerial Meeting, Iran, Russia, international cooperation.

Resumos: G20 - A Força Tarefa responsável pela Aliança Contra a Fome e a Pobreza realizou seu segundo encontro com ênfase na apresentação de políticas transversais que possam ser replicadas em outros países. De maneira semelhante, o tema da saúde recebeu destaque, não apenas na reunião de ministros da pasta, mas também nos encontros dos Grupos de Trabalho de Desenvolvimento, Pesquisa e Inovação e Ciência.

G7 - Este informe se inicia com um acontecimento anterior ao período reportado, mas de suma importância. A menos de 3 meses da cúpula dos líderes do G7, a primeira-ministra italiana anuncia, sem justificativas, a substituição abrupta do *sherpa* da Itália para o grupo, que deixa dúvidas sobre um possível desentendimento diplomático. A reunião ministerial do G7 sobre indústria, tecnologia e mundo digital e um comunicado do G7 à Teerã também merecem destaques. Quanto ao último, o cenário internacional aguarda confirmações e se prepara para tomar medidas severas diante de uma possibilidade iminente do envio de mísseis balísticos do Irã a Moscou.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de uma série de estudos e relatórios de temas variados e a atualização de dois de seus índices estatísticos sobre economia global.

Palavras-chave: G20, G7, OCDE, Brasil, *Sherpa* G7, Reunião Ministerial, Irã, Rússia, Cooperação Internacional.

Saúde e o combate à fome e à pobreza aparecem de forma transversal no G20

A segunda quinzena de março inaugurou a fase presencial dos encontros dos Grupos de Trabalho do G20, tanto da parte das trilhas de Finanças e de *Sherpas*, como dos Grupos de Engajamento¹⁶⁶. Até então, a maioria dos encontros havia ocorrido de forma virtual. Dessa maneira, um dos destaques foi o segundo encontro promovido pela Força Tarefa responsável por construir a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Como relatado no [Informe de número 2](#), a iniciativa brasileira pretende criar uma aliança global, com a participação de países membros e não membros do bloco, pautada em três pilares: o nacional, o técnico e o financeiro. Espera-se assim, levantar recursos e expertise e direcioná-los para onde são mais necessários, apoiando a implementação e a ampliação da escala de políticas para reduzir a fome e a pobreza no mundo.

O encontro, que aconteceu em Brasília nos dias 20 a 22 de março, foi bem-sucedido e reuniu 53 delegações, dentre membros do G20, países convidados e organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)¹⁶⁷. O objetivo foi o de avançar nas discussões iniciadas em fevereiro sobre a negociação dos termos de adesão e da construção de uma cesta de políticas a serem compartilhadas para implementação nos países. Nesse sentido, autoridades do Governo Federal apresentaram o histórico das principais políticas, programas e ações empreendidas para superação da fome e da pobreza em território brasileiro, como o Bolsa Família e o Programa Brasil sem Fome¹⁶⁸. Ainda dentro desse espírito de troca de experiências bem-sucedidas, após a reunião, parte dos delegados também conheceram uma escola e uma propriedade rural de Brasília que fazem parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente o programa proporciona alimentos produzidos pela agricultura familiar para 144 mil escolas e alimenta cerca de 40 milhões de crianças e adolescentes diariamente em todo país.

Vale dizer que a Aliança Global de igual modo se destaca por ser uma iniciativa conjunta entre as trilhas de Finanças e de *Sherpas*. De acordo com a pesquisa publicada pelo Instituto Fome Zero neste mês, a redução no número de pessoas em situação de insegurança alimentar

¹⁶⁶ Dada a largada: começam as reuniões presenciais dos grupos de trabalho do G20. **G20**. 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/dada-a-largada-comecam-as-reunioes-presenciais-dos-grupos-de-trabalho-do-g20>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁶⁷ Força-Tarefa avança na implementação de instrumentos pela Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/forca-tarefa-avanca-na-implementacao-de-instrumentos-pela-alianca-global-contr-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁶⁸ Programas contra a fome e a pobreza no Brasil são apresentados a membros do G20, países convidados e organismos internacionais. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/programas-contr-a-fome-e-a-pobreza-no-brasil-sao-apresentados-a-membros-do-g20-paises-convidados-e-organismos-internacionais>. Acesso em: 24 mar. 2024

está diretamente relacionada com questões econômicas, como o crescimento da renda, a queda no desemprego e o reajuste do salário-mínimo acima da inflação¹⁶⁹. O tema da erradicação da fome então acaba sendo transversal à agenda econômica e, portanto, torna-se crucial alinhar o trabalho das duas trilhas. É o que afirma Débora Freire, subsecretária de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda: “É muito óbvia a relação entre fome, desigualdade e impactos econômicos. A erradicação da fome no mundo é uma forma pela qual países podem ganhar produtividade e ter melhores resultados econômicos”¹⁷⁰.

Por essa razão, o desafio do combate à fome é complexo e não pode ser pautado apenas na criação de um novo fundo financeiro. Renato Godinho, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), inclusive chama a atenção para o fato de que já existem vários fundos de apoio à causa no mundo¹⁷¹. A solução, portanto, é muito mais refinada e passa por evitar a duplicação de esforços, mobilizando os fundos e mecanismos já existentes e os organizando em torno de dois princípios: o foco nos mais pobres e vulneráveis e a implementação consistente de políticas nacionais. Programas transversais como o Bolsa Família, que unem a transferência de renda à condição do cumprimento de obrigações em relação à saúde e à educação, são vistos como exemplos que podem compor essa cesta de políticas da Aliança. A próxima reunião está programada para acontecer entre os dias 22 e 24 de maio em Teresina, no Piauí.

Imagem 1: Delegados presentes na segunda reunião da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza.

¹⁶⁹ 13 milhões de brasileiros deixam de passar fome em 2023, segundo pesquisa. **G20**. 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/13-milhoes-de-brasileiros-deixam-de-passar-fome-em-2023-segundo-pesquisa>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁷⁰ Combate à fome e a pobreza é tema transversal da Trilha de Finanças do G20. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/combate-a-fome-e-a-pobreza-e-tema-transversal-da-trilha-de-financas-do-g20>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁷¹ Aliança contra a Fome e a Pobreza avança, mas acesso a recursos ainda é desafio. **G20**. 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/alianca-contra-a-fome-e-a-pobreza-avanca-mas-acesso-a-recursos-ainda-e-desafio>. Acesso em: 24 mar. 2024.



Fonte: [G20](#), 2024.

Já no Grupo de Trabalho de Saúde, os ministros da pasta participaram de forma virtual de uma reunião extraordinária coordenada pela ministra Nísia Trindade no dia 13 de março¹⁷². Para além do Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, estiveram presentes ministros ou representantes da área dos seguintes países: Índia, China, África do Sul, Itália, Reino Unido, Estados Unidos, União Europeia, Alemanha, Canadá, França, Arábia Saudita, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Rússia, Argentina, Austrália e México. No que concerne à União Europeia, chamamos atenção para a participação de Portugal enquanto país convidado pela gestão brasileira para integrar o G20. O gesto é visto como um exercício de diplomacia da saúde e traz oportunidades de cooperação nessa agenda, especialmente pela consonância de Portugal com as prioridades brasileiras e com o entendimento de saúde como um bem público global¹⁷³.

De acordo com o resumo oficial divulgado (*Chair's Summary*), o principal assunto que pautou o encontro foram os processos de negociação em andamento na OMS sobre uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional de prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPR, na sigla em inglês) no Órgão de Negociação Intergovernamental (INB), bem como sobre as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI). Sobre esse assunto em específico, os ministros afirmaram que as nações do G20 não só podem como devem contribuir para o avanço da PPR ao impulsionar a conclusão bem-sucedida dessas negociações, garantindo o compromisso com um instrumento que seja ao mesmo tempo ambicioso, equilibrado, eficaz e adequado ao propósito do INB¹⁷⁴.

¹⁷² Ministros da Saúde do G20 se reúnem e discutem protocolo de preparação e resposta a pandemias. **G20**. 13 mar. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/ministros-da-saude-do-g20-se-reunem-e-discutem-protocolo-de-preparacao-e-resposta-a-pandemias>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁷³ Portugal no G20: Uma nova era na Diplomacia da Saúde. **Diário de Notícias**. 13 mar. 2024. Disponível em: <https://www.dn.pt/427135299/portugal-no-g20-uma-nova-era-na-diplomacia-da-saude/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁷⁴ Chair's Summary - Reunião Virtual de Ministros da Saúde do G20 sobre INB. **G20**. 13 mar. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/ministros-da-saude-do-g20-se-reunem-e-discutem->

Outros compromissos feitos foram em relação ao fortalecimento da Arquitetura Global de Saúde e do multilateralismo como forma de gerar soluções coletivas para melhorar a equidade e promover a cooperação internacional e o financiamento sustentável. Os ministros também enfatizaram a necessidade de ações que promovam a distribuição e o acesso oportuno e equitativo à tecnologias em saúde; a capacidade de produção diversificada e sustentável, levando em conta as necessidades regionais; o fortalecimento da prevenção e vigilância, por meio da abordagem "Uma Só Saúde"; além da adoção de sistemas de saúde resilientes e o compartilhamento de patógenos e benefícios por meio de um sistema multilateral.

Imagem 2: Ministros da Saúde do G20 se reúnem e discutem protocolo de preparação e resposta a pandemias.



Fonte: G20, 2024.

Outros encontros que trouxeram repercussões interessantes para a agenda da saúde e que valem a menção se deram nos Grupos de Trabalho de Desenvolvimento e de Pesquisa e Inovação, além do Grupo de Engajamento de Ciência, o *Science20* (S20). No primeiro, o tema da saúde apareceu relacionado ao debate sobre saneamento básico e ao retorno de doenças que haviam sido erradicadas no passado, mas que retornaram em razão das más condições urbanas. Nas palavras de Joanna Esteves Mills, oficial técnica sobre Água, Saneamento, Higiene e Saúde da OMS que esteve presente no encontro: “Vetores prosperam em áreas urbanas onde o abastecimento de água e saneamento inadequados, a má gestão de águas e dos resíduos sólidos proporcionam condições de reprodução favoráveis”¹⁷⁵. Como resultado, o GT de Desenvolvimento elaborou uma nota conjunta com a OMS e o Ministério das Cidades sobre possibilidades para o financiamento do acesso universal à água e ao saneamento. De acordo com Celeste Badaró, coordenadora do GT, o tema foi bem recebido pelos representantes dos países membros e questões adicionais foram colocadas, principalmente aquelas com recorte de

[protocolo-de-preparacao-e-resposta-a-pandemias/chairs-summary-g20-ministerial-inb-pt.pdf/@download/file](#). Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁷⁵ Desigualdades no acesso à água e saneamento são um risco global, defendem especialistas. **G20**. 17 mar. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/desigualdades-no-acesso-a-agua-e-saneamento-sao-um-risco-global-defendem-especialistas>. Acesso em: 24 mar. 2024.

gênero, pensando em problemáticas que envolvem, por exemplo, a higiene menstrual de mulheres¹⁷⁶.

Em relação ao GT de Pesquisa e Inovação, o qual é uma das inovações temáticas do Brasil para o G20 neste ano, as discussões que centralizaram o encontro foram voltadas para a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento e formas de democratizar o acesso à ciência, tornando-a mais diversa e representativa. Nesse sentido, a saúde aparece como um dos 5 eixos de atuação elencados pelo grupo e está relacionada com o objetivo de pensar tecnologias para monitorar e lidar com o surgimento de novas pandemias. Tais propostas, contudo, ainda serão refinadas e discutidas nas próximas reuniões, previstas para maio¹⁷⁷.

Por fim, complementando as discussões da área de Ciência, Tecnologia e Inovação, o S20 se reuniu com a proposta de avançar na formulação do documento “Ciência para a Transformação Mundial”, que será entregue com recomendações aos países do G20 em prol do diálogo entre a comunidade científica e os formuladores de políticas. O encontro, coordenado pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), reforçou a intenção de tratar de questões relacionadas às assimetrias globais de acesso, desenvolvimento e produção na área como um todo. Helena Nader, presidente da ABC e *sherpa* do S20, apresentou as propostas e os documentos orientadores para debate nos seguintes eixos: (i) Inteligência Artificial; (ii) Bioeconomia; (iii) Transição Energética; (iv) Justiça Social e (v) Saúde. Os documentos preliminares de cada um dos eixos foram divulgados na sua versão em inglês e percorridos ao longo dos dias, mas os cinco temas continuam sob debate até a formulação do documento final, prevista para acontecer em julho¹⁷⁸.

Ao que nos interessa, sobre o eixo da saúde, o documento foi elaborado sob coordenação da pesquisadora titular do Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), Patrícia Torres Bozza, e discorre sobre os desafios da pasta nas suas dimensões de qualidade, equidade e acesso¹⁷⁹. De maneira resumida, as estratégias propostas para um futuro partilhado inclusivo e equitativo, são:

1. A adoção de abordagens que envolvam a sociedade e o governo como um todo, permitindo uma forte colaboração internacional, a capacitação global e o envolvimento das comunidades e dos agentes comunitários de saúde como protagonistas na sensibilização e partilha de conhecimentos com a população.

¹⁷⁶ GT de Desenvolvimento constrói nota conjunta com a OMS para financiar o acesso universal à água e ao saneamento. **G20**. 20 mar. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-gt-de-desenvolvimento-constroi-nota-conjunta-com-a-oms-para-financiar-o-acesso-universal-a-agua-e-ao-saneamento>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁷⁷ Grupo de Trabalho de Pesquisa e Inovação no G20 faz balanço de discussões. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. 13 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/03/grupo-de-trabalho-de-pesquisa-e-inovacao-no-g20-faz-balanco-de-discussoes>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁷⁸ SCHUELE, Paulo. Transformar o mundo através da Ciência. **EPSJV/Fiocruz**. 15 mar. 2024. Disponível em: <https://www.epsiv.fiocruz.br/noticias/reportagem/transformar-o-mundo-atraves-da-ciencia>. Acesso em: 24 mar. 2024.

¹⁷⁹ SCIENCE FOR GLOBAL TRANSFORMATION HEALTH CHALLENGES: QUALITY, EQUITY, AND ACCESS - Task Force 4 - Preliminary Document. **S20**. Disponível em: <https://s20brasil.org/wp-content/uploads/2024/02/Health-Challenges-Preliminary-Documents-S20-Brasil-2024.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

2. Fortalecer redes e promover a colaboração de grupos de pesquisa entre países e regiões.
3. Reforçar a capacidade de vigilância global, o movimento de Ciência Aberta (*Open Science*) e a partilha de informações para a detecção precoce de eventos de emergência de saúde pública de âmbito ou importância internacional.
4. Transferência de tecnologia para o desenvolvimento colaborativo de tecnologias de saúde prioritárias.
5. Investir na pesquisa de tratamentos de baixo custo para doenças transmissíveis e não transmissíveis.
6. Investir e compartilhar pesquisas sobre Inteligência Artificial (IA) na saúde.

Reunião ministerial sobre indústria, tecnologia e mundo digital e olhos atentos do G7 sobre o Irã.

Embora não tenha sido inserido no informe da última quinzena, um acontecimento não pode deixar de ser mencionado. No início do mês, um comunicado anuncia que, a três meses da cúpula dos líderes, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, decide substituir o *sherpa* da Itália para o G7, Luca Ferrari, pela chefe do serviço secreto, Elisabetta Belloni¹⁸⁰. Ferrari será nomeado embaixador de Israel enquanto Belloni manterá suas funções no serviço secreto ao mesmo tempo que assume a posição de *sherpa*, segundo o governo italiano. Um *sherpa* é responsável pelo trabalho preparatório da cúpula anual dos líderes e pela coordenação das declarações finais e essa movimentação representa uma interrupção nos preparativos de Ferrari à frente do G7. Não houve justificativa pelo gabinete de Meloni ou do Ministério das Relações Exteriores italiano diante da substituição abrupta de um dos maiores nomes da diplomacia do país, o que indica a possibilidade de um desentendimento diplomático às vésperas da cúpula. No entanto, tal evento não foi inédito, tendo em vista que Francisco Talo, conselheiro diplomático, também teve uma saída repentina no fim de 2023 como resultado do fiasco no trote recebido por Meloni – ocasião na qual a primeira-ministra debateu sobre a Ucrânia e questões migratórias com um comediante russo se passando por um funcionário da União Africana¹⁸¹.

Retornando a agenda da quinzena, nos dias 14 e 15 de março, ocorreu em Verona e Trento, a reunião ministerial do G7 sobre indústria, tecnologia e mundo digital. O objetivo do encontro era discutir o impacto da inovação digital no crescimento econômico e na competitividade industrial e como aproveitar a transformação digital e a Inteligência Artificial (IA) para promover nossas economias e sociedades de forma inclusiva e sustentável. O encontro se concentrou nos tópicos da aplicação da inteligência artificial ao setor industrial; redes seguras e resilientes, cadeias de suprimentos e principais fatores de entrada; desenvolvimento digital sustentável e inclusivo em nível global, com foco na África. Também houve discussões acerca da

¹⁸⁰ Italy's Meloni unexpectedly replaces G7 sherpa with spy chief. REUTERS. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/italys-meloni-unexpectedly-replaces-g7-sherpa-with-spy-chief-2024-03-08/>>. Acesso em: 24/03/2024.

¹⁸¹ Italian PM's diplomatic adviser steps down over prank phone call fiasco. AL JAZEERA. 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/11/3/italian-pms-diplomatic-adviser-steps-down-over-prank-phone-call-fiasco>>. Acesso em: 24/03/2024.

Inteligência Artificial no setor público, governança digital e apoio à implementação dos resultados do Processo de Hiroshima sobre IA. Ao fim, os ministros adotaram uma declaração conjunta¹⁸².

No âmbito geopolítico, no último dia 15, as potências do Grupo dos Sete alertaram o Irã para não dar continuidade à transferência de mísseis balísticos à Rússia para usar na guerra contra a Ucrânia, sob risco de precisar tomar medidas contra Teerã¹⁸³. No fim de fevereiro, a Reuters divulgou que o Irã teria fornecido muitos mísseis a Moscou, aprofundando a cooperação militar entre os dois países, que são sancionados pelos Estados Unidos e União Europeia¹⁸⁴. Segundo o G7 em um comunicado, "se o Irã prosseguir com o fornecimento de mísseis balísticos ou tecnologia relacionada à Rússia, estamos preparados para responder rapidamente e de forma coordenada, inclusive com medidas novas e significativas contra o Irã". Apesar da declaração não dar a entender que a Rússia já teria recebido os mísseis iranianos, sugere que Teerã está analisando a possibilidade e o cenário internacional aguarda uma confirmação. Ainda, o comunicado acrescenta um pedido: "Pedimos ao Irã que não o faça, pois isso contribuiria para a desestabilização regional e representaria uma escalada material substantiva em seu apoio à guerra da Rússia na Ucrânia", disse o G7. Encontramo-nos em um contexto em que os olhos das principais potências estão voltados para esse imbróglio. Em paralelo, a União Europeia também considera medidas contra o Irã por armar a Rússia, informou a Reuters nesta semana. No entanto, a informação não foi confirmada pelas autoridades iranianas e russas. Após resposta dos EUA alertando uma "rápida e severa" resposta da comunidade internacional¹⁸⁵, o Irã negou que tenha fornecido mísseis balísticos para a Rússia¹⁸⁶. Ficamos no aguardo do desenrolar dessa situação, no entanto, considerando o apoio do Irã à Rússia, pelos já confirmados envios de drones a Moscou, a negativa dada num primeiro momento é passível de dúvidas.

O compromisso da OCDE em promover melhores políticas globais

Durante o período desta quinzena, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou uma série de interessantes adições ao seu rico acervo de documentos publicados e promovidos pela organização. Dessa forma, o presente informe destaca brevemente algumas dessas, agrupando-as em duas categorias principais: a primeira sobre estudos referentes mais diretamente à saúde e seus temas conexos e a segunda com uma pequena miscelânea de estudos diversos.

¹⁸² G7 INDUSTRY, TECHNOLOGY AND DIGITAL MINISTERIAL MEETING. Ministerial Declaration. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-Industry-Tech-and-Digital-Ministerial-Declaration-Annexes-1.pdf>>. Acesso em: 24/03/2024.

¹⁸³ G7 Leaders' statement on Iran. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/g7-leaders-statement-on-iran/>>. Acesso em: 24/03/2024.

¹⁸⁴ Exclusive: Iran sends Russia hundreds of ballistic missiles. REUTERS. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/iran-sends-russia-hundreds-ballistic-missiles-sources-say-2024-02-21/>>. Acesso em: 24/03/2024.

¹⁸⁵ US warns Iran against providing ballistic missiles to Russia. REUTERS. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/us-warns-iran-against-providing-ballistic-missiles-russia-2024-02-22/>>. Acesso em: 24/03/2024..

¹⁸⁶ Iran denies providing ballistic missiles to Russia. REUTERS. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/iran-denies-providing-ballistic-missiles-russia-2024-02-23/>>. Acesso em: 24/03/2024.

Na primeira categoria de destaques, é relevado o manual intitulado *“Strengthening Health Systems A Practical Handbook for Resilience Testing”*¹⁸⁷, produto de uma parceria entre a OCDE e o Observatório Europeu de Políticas e Sistemas de Saúde e com o apoio da Comissão Europeia. O estudo chama a atenção para a necessidade fundamental dos sistemas de saúde serem resilientes contra crises e estresses extremos e para a identificação de uma carência de ferramentas e metodologias para avaliação, reconhecimento de pontos fracos fulcrais e a otimização da resiliência dos sistemas. Desse modo, a fim de reparar tal lacuna e inspirada por testes de estresse em vários setores, a iniciativa desenvolveu então uma metodologia abrangente, testada ao longo de 2023 na Finlândia, Grécia e Espanha e que objetiva promover maiores diálogos sobre políticas e a identificação de deficiências estruturais como ponto de partida para investimentos direcionados e políticas preventivas que permitirão que os sistemas de saúde enfrentem o impacto de futuros choques de forma mais eficaz.

Outro destaque é o artigo *“Digital tools for health and wellness in insurance”*¹⁸⁸, que analisa as ferramentas digitais desenvolvidas pelo setor de seguros para melhorar a saúde e o bem-estar dos segurados, se promovendo com o discurso de benefícios mútuos tanto para os segurados, como para as seguradoras. No entanto, são identificados no estudo uma série de problemas e desafios sobre as mesmas, salientando aspectos como, por exemplo, fragilidades para privacidade e segurança dos dados, riscos de segurança, qualidade dos dados, eficácia geral e políticas e estruturas regulatórias relevantes ao setor, e que devem ser mais bem consideradas.

Paralelamente, o documento *“An integrated approach to service delivery for people with multiple and complex needs”*¹⁸⁹ aborda a distinção de modelos serviços públicos especializados e integrados para aqueles com necessidades múltiplas e complexas que precisam de uma série de apoios e serviços personalizados, fornecendo assim um resumo de como países estão integrando serviços para melhorar a vida e os resultados de cuidados prestados a jovens, pessoas com deficiência e pessoas que estão saindo da prisão e oferecendo à formuladores de políticas inspirações de novas abordagens ou aprimorações para melhorar os resultados daqueles que dependem de serviços personalizados.

Também se destaca o estudo *“Promoting Better Career Choices for Longer Working Lives”*¹⁹⁰, que busca discutir sobre a emergência de mudanças (tais como a transição verde, desenvolvimento de novas tecnologias e transformações culturais) sobre o que se é entendido como carreiras e trajetórias tradicionais no mercado de trabalho, enquanto se percebe também o envelhecimento e aumento da longevidade da população economicamente ativa e sua consequente geração de outros tipos de impactos e demandas. Assim, o relatório apresenta dados sobre as tendências recentes de mobilidade de carreira e as consequências para cada

¹⁸⁷ OCDE, Observatório Europeu de Políticas e Sistemas de Saúde. *Strengthening Health Systems: A Practical Handbook for Resilience Testing*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Mar 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/3a39921e-en>.

¹⁸⁸ OCDE. *Digital tools for health and wellness in insurance*. OECD Business and Finance Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Mar 22];41. Available from: <https://doi.org/10.1787/d3764184-en>.

¹⁸⁹ Adams D, Hakonarson H. *An integrated approach to service delivery for people with multiple and complex needs*. OECD Social, Employment and Migration Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Mar 22];305. Available from: <https://doi.org/10.1787/d837a06a-en>.

¹⁹⁰ OCDE. *Promoting Better Career Choices for Longer Working Lives: Stepping Up Not Stepping Out. Ageing and Employment Policies* [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Mar 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/1ef9a0d0-en>.

trabalhador em termos de remuneração e outras características do emprego, além de identificar os principais empregadores e políticas públicas que podem ajudar a facilitar a mobilidade de carreira que resulta em melhores opções de emprego em idades mais avançadas, frisando também a importância da superação de visões discriminatórias em relação aos trabalhadores mais velhos, da melhoria de opções de flexibilidade no emprego e a garantia de políticas governamentais que apoiem a mobilidade voluntária na carreira.

Já na segunda categoria, são presentes os seguintes estudos: o relatório *“Global Corporate Sustainability Report 2024”*¹⁹¹, que examina o cenário em evolução das práticas de sustentabilidade corporativa em todo o mundo e inclui um foco especial nas principais dimensões descritas nos Princípios de Governança Corporativa do G20 e da OCDE e seu alinhamento nas práticas e governança corporativa; o artigo *“Gender equality and economic growth”*¹⁹² que reflete sobre as lacunas de gênero nos mercados de trabalho da OCDE que impedem a plena realização dos ganhos potenciais da participação econômica das mulheres e avalia os benefícios econômicos potencialmente significativos com a redução das persistentes diferenças de gênero no mercado de trabalho nos países da OCDE; e o relatório *“Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2024”*¹⁹³, a mais recente edição da publicação periódica da OCDE que fornece informações, que analisa e discute sobre a administração pública e seu desempenho na região da América Latina e Caribe de acordo com uma vasta série de indicadores e as compara com países da OCDE.

Por fim, ainda durante a quinzena, a organização intergovernamental apresentou duas atualizações de seus usuais mapeamentos de dados e estatísticas econômicas mundiais, especificamente em seu estudo e acompanhamento sobre as taxas de desemprego internacionais da OCDE e em sua análise sobre o produto interno bruto (PIB) na área do G20.

Sobre o primeiro, o desempenho mapeado referente ao mês de janeiro de 2024 permaneceu em 4,8%, não alterando, portanto, o padrão iniciado desde julho de 2022 de taxas abaixo de 5,0% e confirmando a manutenção de sua estabilidade à nível global das taxas de desemprego internacionais¹⁹⁴. Ademais, a taxa permaneceu inalterada em vinte e três países da organização no período, com registros de aumento em seis países e de diminuição em apenas três países.

Paralelamente, os resultados das medições sobre o PIB na área do G20 referentes ao quarto trimestre de 2023 indicam o crescimento de 0,7%, como de acordo com as estimativas provisórias e ligeiramente abaixo dos 0,8% do terceiro trimestre ante ao trimestre anterior¹⁹⁵. Além disso, o desempenho econômico dos países do grupo foi heterogêneo, com destaque de um enfraquecimento na economia chinesa (de 1,5% do trimestre anterior para 1,0%),

¹⁹¹ OCDE. Global Corporate Sustainability Report 2024. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Mar 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/8416b635-en>.

¹⁹² Fluchtmann J, Keese M, Adema W. Gender equality and economic growth: Past progress and future potential. OECD Social, Employment and Migration Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Mar 22];304. Available from: <https://doi.org/10.1787/fb0a0a93-en>.

¹⁹³ OCDE. Government at a Glance: Latin America and the Caribbean 2024. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Mar 22]. Available from: <https://doi.org/10.1787/4abdba16-en>.

¹⁹⁴ OCDE. Unemployment Rates, OECD - Updated: March 2024. OCDE [Internet]. 2024 Mar 14 [cited 2024 Mar 22]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-updated-march-2024.htm>.

¹⁹⁵ OCDE. G20 GDP Growth - Fourth quarter of 2023, OECD. OCDE [Internet]. 2024 Mar 13 [cited 2024 Mar 22]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/g20-gdp-growth-fourth-quarter-2023-oecd.htm>.

estadunidense (de 1,2% para 0,8%) e mexicana (de 1,1% para 0,1%) e da aceleração ocorrida em outros, em especial a Turquia (de 0,3% para 1%). O Brasil, no entanto, não apresentou um crescimento e permaneceu com seu desempenho de 0,0% no índice desde o terceiro trimestre de 2023, apontando uma estagnação. Assim, o ano de 2023 fechou com o avanço de 3,2%, repetindo a variação ocorrida em 2022 e estando de acordo com as estimativas preliminares.

BRICS: expansão, integração de novos membros, obstáculos geopolíticos para coesão, calendário de saúde e a próxima Cúpula

BRICS: expansion, integration of new members, geopolitical obstacles to cohesion, health calendar and the next Summit

Claudia Hoirisch

Abstract: BRICS accepted the candidacies of six countries in 2023. After the acceptance, the Argentine president Javier Milei declined to join the group and Saudi Arabia did not send its representative to the meeting of BRICS sherpas in Moscow and did not clarify whether it wanted to or not join the group. These facts indicate that the expansion of the group has shrunk to nine members, with the possibility of the Russian president persuading Saudi Arabia to join the group as the tenth member. Several ongoing conflicts (USA-China, China-India, Russia's special military operation against Ukraine, the Israel-Hamas war, and the regionalization of the conflict in West Asia) have been shaping the environment in which the BRICS operate. The year 2023 was historic when more than twenty countries showed their desire to join the group, seen as an alternative space to the dominant order. This shows that the BRICS countries are following the correct path to become such a coveted group. Expanding the list of members does not automatically transform the BRICS into a powerful bloc, on the contrary, enlargement can undermine the “cohesion” that the group had before the expansion. So that the BRICS does not lose its internal coherence and avoid becoming a new version of the Non-Aligned Movement (MNA), the group's priority is to first ensure a harmonious integration of the new members. Any plans for future expansion will have to wait. Meanwhile, the Russian presidency has been considering involving countries that wish to join the group through the establishment of a new category of 'partner countries' or 'dialogue partners'. The Russian presidency has been gradually publicizing the group agenda.

Keywords: BRICS. Expansion. Integration of new countries. Partner countries. Dialogue partners. Geopolitical obstacles to cohesion. Health agenda.

Resumo: O BRICS aceitou as candidaturas de seis países em 2023. Após a aceitação, o presidente argentino declinou em se juntar ao grupo e a Arábia Saudita não enviou o seu representante à reunião dos *sherpas* dos BRICS em Moscou e não esclareceu se desejava ou não aderir ao grupamento. Esses fatos sinalizam que a ampliação encolheu para nove membros, com a possibilidade do presidente russo persuadir a Arábia Saudita a aderir ao grupo como o décimo elemento. Diversos conflitos em curso (EUA-China, China-Índia, a operação militar especial da Rússia contra a Ucrânia, a guerra Israel-Hamas e a regionalização do conflito na Ásia Ocidental) vem moldando o ambiente no qual os BRICS transitam. O ano de 2023 foi histórico quando mais de vinte países mostraram o desejo de aderir ao grupo, visto como um espaço alternativo à ordem dominante. Isso mostra que os países do BRICS estão trilhando um caminho correto para se tornar um grupo tão cobiçado. A expansão da lista de membros não transforma os BRICS automaticamente em um bloco potente, pelo contrário, o alargamento pode minar a “coesão” que o grupo tinha antes da expansão. Para que o BRICS não perca a sua coerência interna e evite de se tornar uma nova versão do Movimento dos Não-Alinhados (MNA), a prioridade do grupo está em garantir primeiro uma integração harmoniosa dos novos membros. Qualquer plano para

expansão futura terá que esperar. Enquanto isto, a presidência russa vem considerando envolver os países que desejam aderir ao grupo por meio do estabelecimento de uma nova categoria de ‘países parceiros’ ou ‘parceiros de diálogo’. A presidência russa vem publicizando aos poucos a agenda de eventos do grupo.

Palavras-chave: BRICS. Expansão. Integração de novos países. Países parceiros. Parceiros de Diálogo. Obstáculos geopolíticos para coesão. Agenda de saúde.

A expansão do grupo, a absorção dos novos membros e os obstáculos geopolíticos para coesão

Em 1 de janeiro de 2024, a presidência dos BRICS passou para as mãos da Rússia, com uma agenda a reboque. O BRICS já havia aceitado as candidaturas de seis países – Argentina, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Egito e Etiópia, uma decisão tomada em sua 15ª Cúpula (2023) em Joanesburgo.

O primeiro estremecimento foi percebido em dezembro de 2023, quando o recém-eleito presidente argentino Javier Milei declinou em se juntar ao grupo. A segunda resposta inesperada veio da Arábia Saudita em janeiro deste ano, ao não enviar o seu representante à reunião dos sherpas dos BRICS em Moscou e não esclarecer se desejava ou não aderir ao grupamento. Um desfalque seguido por uma incerteza aponta para o fato de que o grupo atualmente é composto por nove membros, com a possibilidade do presidente russo persuadir a Arábia Saudita a aderir ao grupo como o décimo elemento.

Nos últimos anos, o mundo em que o BRICS nasceu ficou irreconhecível. Nos primeiros anos do século XXI, o domínio dos EUA foi a característica definidora da geopolítica, com as nações do G7 liderando. O BRIC(S) surgiu como uma resposta para corrigir o desequilíbrio geopolítico, à medida que as três principais potências “eurasianas”, Rússia, China e Índia (asiáticas), e o Brasil, sob Lula, se uniram para tentar criar um polo alternativo de poder. O BRIC, teve a sua primeira expansão com a entrada da África do Sul em 2011, tornando-se BRICS, um forte contribuinte para a multipolaridade.

Hoje, o conflito EUA-China, as hostilidades entre China e Índia devido a um impasse militar na região de fronteira, a operação especial militar da Rússia contra a Ucrânia (após a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ter travado uma guerra por procuração contra a Rússia), a guerra Israel-Hamas (outra guerra por procuração Irã x Israel) e a regionalização do conflito na Ásia Ocidental moldaram o ambiente no qual os BRICS transitam. O ano de 2023 tornou-se histórico quando mais de vinte países mostraram o desejo de aderir ao grupo, visto como um espaço alternativo à ordem dominante. Isso mostra que os países do BRICS devem estar trilhando um caminho correto para se tornar um grupo tão cobiçado.

Neste contexto, o Presidente Putin definiu as prioridades da Presidência russa sob o tema “Fortalecer o multilateralismo para um desenvolvimento e segurança globais equitativos”. Fatigado após dois anos de sanções ocidentais e de esforços para isolar a Rússia devido a contenda contra a Ucrânia, Moscou revelou que o seu foco está em forjar cooperação política e de segurança; cooperação econômica e financeira, e revelou que concederá especial atenção à ciência, tecnologia, à saúde e à proteção ambiental.

Para que o BRICS não perca a sua coerência interna e evite de se tornar uma nova versão do Movimento dos Não-Alinhados (MNA), a prioridade do grupo está em garantir primeiro uma integração e absorção harmoniosa dos novos membros. Qualquer plano para expansão futura

terá que esperar, enquanto isto, a presidência russa vem considerando envolver os países que desejam aderir ao grupo por meio do estabelecimento de uma nova categoria de países parceiros.

Os líderes dos BRICS sofrerão uma pressão crescente para operacionalizar uma terceira expansão à medida que a Cúpula de outubro se aproxima. É provável que seja criada uma categoria dentro dos BRICS denominada “parceiros de diálogo”, nos mesmos moldes do que existe na Organização de Cooperação de Xangai (OCX)¹⁹⁶.

A expansão da lista de membros não transforma os BRICS necessariamente em um bloco potente, pelo contrário, o alargamento pode minar a “coesão” que o grupo tinha antes da expansão.

O crescente confronto geopolítico entre a China e a Índia já lança uma sombra sobre os BRICS e qualquer tentativa de criação de uma agenda coesa. Com os novos membros surgem novos conflitos: o Egito e a Etiópia estão em desacordo sobre a megabarragem de águas no Nilo¹⁹⁷, enquanto o Irã e a Arábia Saudita são inimigos regionais^{198,199} – apesar da tentativa de fazer a paz mediada por Pequim. Estas e outras divisões tornarão mais difícil transformar o peso combinado dos países BRICS em uma força política influente nos assuntos globais.

O Egito, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos são parceiros de segurança próximos dos EUA. Mesmo que tenham as suas diferenças com Washington, é pouco provável que abandonem as garantias de segurança dos EUA em troca de promessas chinesas ainda não testadas. No seu discurso na Cúpula de Joanesburgo, o presidente Xi apelou aos países BRICS para praticarem o verdadeiro multilateralismo e rejeitarem a tentativa de criar pequenos círculos ou blocos exclusivos²⁰⁰. Bem, a Índia já faz parte de pelo menos dois desses pequenos círculos: o Diálogo de Segurança Quadrilateral, com Austrália, Japão e EUA; o outro é o fórum I2U2 que une a Índia a Israel, aos EAU e aos EUA. Em Joanesburgo, o PM indiano, Narendra Modi, apelou para as “cadeias de abastecimento resilientes e inclusivas”²⁰¹, um eufemismo para reduzir a dependência econômica da China.

Dentre os mais de 200 eventos a serem realizados nesse ano, o grupo divulgou algumas datas de reuniões de saúde e o período em que se realizará a próxima Cúpula:

Tabela 1: Encontros na área de saúde e a próxima Cimeira do BRICS

DATAS	EVENTOS EM SAÚDE DO BRICS E CÚPULA
16-17/4	GT Prevenção e Resposta a Situações Emergenciais

¹⁹⁶ O estatuto de parceiro de diálogo da OCX permite que os países participem em eventos especializados intragrupo a convite dos Estados-Membros.

¹⁹⁷ <https://apnews.com/article/ethiopia-egypt-nile-water-dispute-143261644df90d9762a3392c300a4e27>

¹⁹⁸ <https://www.wilsoncenter.org/article/saudi-arabia-and-iran-restore-relations-victory-necessity>

¹⁹⁹ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2024-01-03/iran-saudi-relations-iran-air-suspends-relaunch-of-saudi-flights?embedded-checkout=true>

²⁰⁰ <https://news.cgtn.com/news/2023-08-23/Full-text-Xi-Jinping-s-speech-at-the-15th-BRICS-Summit-1mvxFMvuFLW/index.html>

²⁰¹ <https://mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/37023/Prime+Ministers+participation+in+the+BRICS+Business+Forum+Leaders+Dialog+ue>

18-19/4	Altos Funcionários da Saúde (Senior Health Officials)
ABRIL	Especialistas da Rede Pesquisa em TB
MAIO	1º Encontro dos MS (Genebra)
2º TRI	Especialistas em Saúde Pública, online
2º TRI	Conferência Internacional em resposta a bio-ameaças e patógenos
OUT	14ª reunião dos MS (Moscou)
22-24 OUT	16ª Cúpula, Kazan

Apesar dos obstáculos geopolíticos, o BRICS+ deverá se tornar uma das importantes potências econômicas, capaz de influenciar a governança global.

América Latina: entre crises políticas e sociais

América Latina: entre crisis políticas y sociales

Sebastian Tobar

Samia de Brito

Miryam Minayo

Resumen. *En esta edición del informe presentamos un breve panorama político de los principales acontecimientos en los países de la región que han tenido repercusión internacional. También destacamos las principales actividades de la CEPAL, como la reunión en Montevideo de representantes de países de la región y otros actores sobre la nueva Agenda Digital de América Latina y el Caribe, y el Seminario interregional sobre el futuro de los sistemas de protección social en un contexto de crisis en cascada. En el ámbito de la SEGIB, en una reunión en la República Dominicana, su máximo representante reiteró el compromiso de Iberoamérica con sus desafíos comunes. En cuanto a las organizaciones regionales, la COMISCA abordó temas relacionados con el agua, la inseguridad alimentaria y la protección social; la OTCA se reunió con el BID y la FAO, y el ORAS-CONHU promovió una agenda de trabajo que incluyó temas como la seguridad social y la adolescencia.*

Palabras-clave: *América Latina y el Caribe. Salud. Violencia. Crisis política.*

Resumo. Nesta edição do relatório apresentamos um breve panorama político dos principais fatos dos países da região que tiveram repercussão internacional. Destacamos também as principais atividades da CEPAL, como o encontro, em Montevideu, de representantes de países da região e outros atores sobre a nova Agenda Digital da América Latina e do Caribe e o Seminário inter-regional sobre o futuro dos sistemas de proteção social em um contexto de cascata de crise. No âmbito da Segib, em reunião na República Dominicana o seu representante máximo reiterou o compromisso da Iberoamérica com os seus desafios comuns. No que concerne as organizações regionais, a COMISCA cumpriu agenda nos temas água, insegurança alimentar e proteção social; a OTCA se reuniu com BID e a FAO e o ORAS-CONHU promoveu agenda de trabalho que incluiu temas como segurança social e adolescência.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Violência. Crise política

Breve panorama político da região

A última quinzena na América Latina foi marcada por uma série de eventos políticos e sociais significativos, que revelam a diversidade e complexidade da região. A seguir, é feito um breve panorama dos acontecimentos mais relevantes que tiveram lugar neste período.

No **Haiti**, a crise política persiste após uma escalada de violência e a renúncia do Primeiro-Ministro, Arie Henry. (ver nota neste Caderno)

Na **Argentina**, completaram-se 48 anos do golpe militar²⁰² (Dia da Memória), em 24 de março, o que levou a uma grande marcha em vários pontos do país. O acontecimento não foi isento de conflitos. O governo de Javier Milei negou a existência de 30.000 pessoas desaparecidas e evitou condenar o golpe militar de 1976²⁰³. Do ponto de vista sanitário, no último boletim epidemiológico do Ministério da Saúde argentino, divulgado pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires, foi relatado um aumento significativo nos casos de dengue desde o início do ano, totalizando 102.898 casos notificados, representando um aumento de 12,3 vezes em relação ao ano anterior. As autoridades de saúde estão focadas na prevenção da doença, com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) destacando a importância de medidas preventivas e diagnóstico precoce. Embora a maioria dos casos esteja concentrada no norte do país, a região da Patagônia registrou seus primeiros casos confirmados. Enquanto o governo argumenta contra a inclusão da vacinação devido à necessidade de duas doses, algumas províncias, como Misiones e Corrientes, iniciaram campanhas de vacinação para faixas etárias específicas.

Na **Bolívia**, como todos os 23 de março, o “Dia do Mar”²⁰⁴ foi lembrado em homenagem ao feito histórico de Eduardo Abaroa na defesa de Calama, após a invasão chilena do departamento do Litoral. Esta celebração apresenta os grandes desafios para enfrentar uma reaproximação com o Chile. Vale lembrar que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) de Haia indicou que a Bolívia e o Chile devem continuar o diálogo, no âmbito da boa vizinhança, para encontrar uma solução para a histórica demanda boliviana.

Enquanto isso, no **Brasil**, vale destacar os acontecimentos recentes com os novos desenrolares das investigações do assassinato da vereadora Marielle Franco, com a prisão de um deputado federal, um delegado de polícia do Rio de Janeiro, um funcionário do Tribunal de Contas por serem os supostos autores intelectuais do crime.

No **Chile**²⁰⁵, ocorreram também mobilizações populares e protestos em diversas cidades, no âmbito do apelo urgente ao cessar-fogo na sitiada Faixa de Gaza. “*Palestina livre, soberana e sem ocupação sionista da terra ao mar*” foi um dos slogans que marcou o início da marcha em Santiago. A condenação do Chile à ofensiva de Israel em Gaza não é explicada apenas por um governo de esquerda. Também da sociedade civil e da direita existem ações pró-Palestina²⁰⁶. Num país de 19,6 milhões de habitantes existe uma comunidade de 600 mil chilenos de origem palestina. Além disso, um grupo de 620 advogados chilenos apresentou uma queixa ao Tribunal Penal Internacional contra o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, o seu ministro da Defesa e líderes militares, por crimes contra a humanidade, genocídio e crimes de guerra cometidos em Gaza, na Cisjordânia e em Jerusalém²⁰⁷. Em sentido conexo, no final de 2023, Belize suspendeu relações diplomáticas com Israel devido aos incessantes bombardeios contra a população civil da Faixa de Gaza.

²⁰²https://www.clarin.com/politica/gobierno-nego-existencia-30000-desaparecidos-evito-condenar-golpe-militar-1976_0_RH9wvbp8.html

²⁰³https://www.clarin.com/politica/historia-secreta-detras-video-nego-oficialmente-cifra-30000-desaparecidos_0_WGIIEhaqQd.html

²⁰⁴<https://www.nodal.am/2024/03/bolivia-arce-conmemora-con-actos-el-dia-del-mar-y-pide-dejar-atras-las-viejas-heridas-y-encontrar-una-solucion-con-chile/>

²⁰⁵ Dia nacional de protesto contra o genocídio em Gaza realizado no Chile

²⁰⁶<https://www.dw.com/es/chile-las-claves-de-su-posici%C3%B3n-frente-a-israel/a-68629091>

²⁰⁷https://www.cnnchile.com/pais/abogados-chilenos-denuncian-benjamin-netanyahu-genocido_20240104/

Na **Colômbia**, líderes comunitários e especialistas em alterações climáticas alertaram que a cidade de Cartagena das Índias²⁰⁸, poderá ficar parcialmente submersa neste século devido à subida do nível do mar. Nesta cidade, o problema dos efeitos das mudanças climáticas se soma ao fato de o principal porto comercial da Colômbia ter sido construído em um terreno com cavidades subterrâneas que desabaram, causando seu afundamento. Se as emissões de gases com efeito de estufa não forem reduzidas, o mar na baía aumentará 26 centímetros até 2050 e 76 centímetros até 2100, afirmam investigadores da Universidade de Zagreb, do Miami International e da EAFIT local.²⁰⁹

O **Equador** também permanece em clima de turbulência, com o assassinato de Brigitte García^{210,211}, prefeita de San Vicente (Manabí), em 24 de março. O crime provocando a reação de figuras políticas da Revolução Cidadã (partido do ex-presidente Correa), ao qual García pertencia. O Governo Nacional do Presidente Daniel Noboa afirmou que o Estado “*não baixará a guarda na luta contra o terrorismo, o crime organizado e a corrupção política*”. A criminalidade aprofunda a crise de insegurança que o Equador atravessa, mas apesar dos estados de exceção permanentes, os governos não conseguiram controlar a violência²¹².

Enquanto isso, no **Paraguai**, a Câmara dos Deputados aprova o programa Fome Zero para gestão da merenda escolar em nível nacional – mas ainda falta aprovação de outras casas legislativas. É criado o Fundo Nacional de Alimentação Escolar (Fonae), “como um ativo fiscal blindado, destinado exclusivamente ao financiamento da alimentação escolar no Paraguai”²¹³. O Projeto de Lei “Fome Zero nas Escolas²¹⁴” é uma iniciativa apresentada pelo Presidente Santiago Peña, com o objetivo de erradicar a desnutrição infantil e o absentismo escolar. A proposta busca garantir a alimentação de 100% dos alunos durante os 180 dias letivos, diante da dura realidade de que três em cada dez crianças paraguaias não recebem alimentação diária adequada.

No **Peru** a crise política continua. O grupo parlamentar **Peru Libre** recolhe assinaturas para promover uma moção de impeachment contra a Presidenta Dina Boluarte em meio à polêmica sobre os relógios Rolex²¹⁵ que ela usou em diversos eventos formais e não teria

²⁰⁸ <https://www.pagina12.com.ar/720509-preocupacion-en-cartagena-por-el-crecimiento-del-nivel-del-mar>

²⁰⁹ Os principais fenômenos climáticos que ameaçam permanentemente Cartagena das Índias incluem a subida do nível do mar e eventos extremos como tempestades, chuvas torrenciais que provocam inundações e verões intensos, que historicamente causaram desastres e danos às comunidades, às atividades econômicas e ao patrimônio histórico. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, espera-se que a frequência e a intensidade destes fenômenos aumentem e, se a cidade não tomar medidas para os enfrentar, os impactos poderão ser significativamente maiores. <https://observatorio.epacartagena.gov.co/gestion-ambiental/generalidades-de-cartagena/aspectos-ambientales/cambio-climatico/>

²¹⁰ <https://elpais.com/america/2024-03-25/asesinada-a-tiros-una-alcaldesa-en-ecuador.html>

²¹¹ Ela era a prefeita mais jovem do país

²¹² Nos últimos anos, no Equador, multiplicaram-se os ataques armados, como assassinos de aluguel, contra políticos. Prefeitos e candidatos perderam a vida nos ataques, incluindo dezenas de testemunhas e vítimas colaterais.

²¹³ <https://www.abc.com.py/nacionales/2024/03/20/hambre-cero-arancel-cero-no-queda-desfinanciado-sino-que-sera-asegurado-en-el-presupuesto-dice-mora/>

²¹⁴ <https://www.mspbs.gov.py/portal/29203/gobierno-del-paraguay-lanza-el-proyecto-hambre-cero-en-las-escuelas.html>

²¹⁵ A história da corrupção no Peru é extensa. Já em 1889, no contexto do Contrato de Graça, historiadores peruanos registraram um caso de suborno com relógios de ouro trazidos de Nova York. Na última década, um funcionário do ex-presidente Alan García confessou que recebeu relógios Rolex do empresário

declarado, apesar de obrigada por lei. No entanto, o Peru Libre não tem representatividade de votos necessária para destituir a Presidenta.

No **Suriname**, a Interpol²¹⁶ emitiu um alerta vermelho para prender o ex-presidente Desi Bouterse, que está foragido. O Ministério Público do Suriname solicita a cooperação pública e da comunidade internacional no fornecimento de informações sobre Bouterse, que liderou um governo militar na década de 1980. Ele foi condenado em 2021 pela tortura e execução de seus opositores: jornalistas, militares, líderes sindicais, advogados, empresários e professores universitários, presos em 8 de dezembro de 1982. Por tais crimes, Bouterse foi condenado pela Corte Marcial do Suriname a 20 anos de prisão²¹⁷.

Na **Venezuela** a complexa situação política segue seu curso. Apesar da pressão internacional, a oposição enfrenta uma série de desafios para participar das eleições presidenciais. Apesar das graves violações dos direitos humanos, como detenções arbitrárias e ameaças, a oposição conseguiu evitar um boicote eleitoral planejado pelo regime de Maduro. Isso foi possível através da nomeação de Corina Yoris como substituta de María Corina Machado, que foi impedida de se candidatar devido a uma decisão da Contraloría Geral.²¹⁸ No entanto, a incerteza persiste em relação à candidatura de Yoris, pois enfrenta obstáculos burocráticos e possíveis impugnações por parte do regime. O prazo para sua postulação se encerra em breve, mas a oposição denunciou que foi impedida de acessar o sistema de postulação, levantando dúvidas sobre a transparência do processo eleitoral. Nesse contexto, a oposição venezuelana se encontra em uma encruzilhada, lutando para garantir sua participação plena nas eleições diante de um ambiente político hostil e repressor.²¹⁹

Subindo para a América Central, em **El Salvador**, O presidente de El Salvador, Nayib Bukele, declarou que poderia resolver a crescente violência no **Haiti**, respondendo a uma publicação sobre a difícil situação no país. Ele mencionou que seria necessário o aval do Conselho de Segurança da ONU, além do consentimento do Haiti e cobertura financeira para uma possível intervenção. Porto Príncipe tem testemunhado um aumento da violência entre as gangues. O presidente de El Salvador sugeriu uma possível intervenção no Haiti, enquanto seu país enfrenta seu próprio regime de exceção, que foi renovado por dois anos. Essa política

brasileiro Marcelo Odebrecht. Há alguns anos, foram leiloados os caros relógios de Vladimiro Montesinos, ex-chefe do desativado Serviço Nacional de Inteligência (SIN), e ex-assessor de Alberto Fujimori. Mais recentemente, os 'Kenjivideos' reuniram-se graças à vigilância de espionagem de um ex-congressista. O relógio tem sido valorizado em mais de 18.000 dólares dando indícios de enriquecimento ilícito em <https://www.infobae.com/peru/2024/03/20/el-modelo-real-del-rolex-de-dina-boluarte-su-costo-y-un-dato-clave-que-podria-delatarla-segun-una-coleccionista/> e <https://www.nodal.am/2024/03/peru-libre-presentara-una-mocion-de-vacancia-contradina-boluarte-por-la-causa-de-los-relojes/>

²¹⁶<https://dagbladdewest.com/2024/03/13/bouterse-internationaal-gesignaleerd-door-middel-van-interpol-red-notice/>

²¹⁷<https://efe.com/mundo/2024-03-20/la-justicia-de-surinam-rechaza-suspender-la-condena-de-bouterse/>

²¹⁸<https://www.infobae.com/venezuela/2024/03/24/el-regimen-de-maduro-sigue-sin-permitir-la-inscripcion-de-corina-yoris-y-habilita-a-9-postulantes-que-simulan-ser-opositores/>

²¹⁹<https://www.infobae.com/venezuela/2024/03/24/los-desafios-de-la-oposicion-venezolana-para-validar-la-candidatura-de-corina-yoris-en-medio-de-la-feroz-persecucion-del-regimen-chavista/>

resultou na prisão de milhares de pessoas e na redução significativa da violência, mas foi duramente criticada por organizações de direitos humanos.^{220, 221, 222}

Em março, **Guatemala** e Estados Unidos estabeleceram uma rota de cooperação econômica composta por cinco pontos durante um encontro de alto nível liderado pelo subsecretário de Estado dos EUA, José W. Fernández. A rota traçada pelos dois países aborda cinco pontos cruciais para o desenvolvimento econômico da Guatemala, incluindo boa governança, aumento de investimentos, infraestrutura, segurança alimentar e resiliência energética. O presidente Arévalo de León expressou otimismo sobre a oportunidade proporcionada pelo diálogo econômico de alto nível, destacando o momento oportuno para fortalecer as relações entre Guatemala e EUA.

O objetivo da visita de Fernández foi promover o crescimento econômico do país centro-americano, além de abordar questões de segurança alimentar e criação de empregos. Os EUA e a UE desempenharam um papel importante na posse de Arévalo de León, apesar das tentativas do Ministério Público de contestar sua chegada ao poder. Fernández afirmou que os EUA não interferirão em assuntos internos, mas estão dispostos a impor sanções contra atores que ameacem a estabilidade. Além disso, destacou planos para implementar tecnologia de alto nível para auxiliar a comissão anticorrupção criada por Arévalo de León.²²³

Honduras expressou pesar pela decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de permitir a implementação da controversa lei de imigração SB4 no Texas. O chanceler hondurenho destacou que a lei, que dá às autoridades texanas poder para deter e expulsar suspeitos de entrada irregular pela fronteira sul, é excessivamente punitiva e prejudicial aos direitos humanos dos migrantes. A Casa Branca também criticou a decisão, considerando a legislação inconstitucional e prevendo consequências negativas, como insegurança para as comunidades e sobrecarga para as autoridades locais.²²⁴

Nesse mesmo sentido, **México** manifestou a sua rejeição à nova lei migratória estado-unidense. O Presidente Andrés Manuel López Obrador expressou: “*Estamos contra esta lei draconiana, completamente oposta, contrária aos direitos humanos, uma lei desumanizada por completa, anti-cristiana, injusta, violadora de preceitos, de normas de convivência humana*”. O Governador do Texas afirmou que a sua Administração continuará a implementar medidas para

²²⁰ <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/03/10/nayib-bukele-dice-que-esta-en-condiciones-de-contener-la-violencia-en-haiti-podemos-arreglarlo/>

²²¹ https://twitter.com/intent/follow?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1766698383132012674%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.nodal.am%2F2024%2F03%2Fbukele-se-ofrecio-para-arreglar-la-crisis-de-violencia-que-vive-haiti-2%2F&screen_name=nayibbukele

²²² E em 2023, El Salvador costuma estar aberto à cooperação e no Haiti para “reduzir os índices criminais”, com informações da vice-presidência. Meses depois, em março, o vice-presidente, Félix Ulloa, afirmou no XXVIII Cúpula Ibero Americana que seu país está listado para enviar uma missão de assistência ao Haiti após um intercâmbio de notas entre seus chefes de Estado. Indicou que “em uma troca de notas entre o presidente Nayib Bukele e o primeiro-ministro Ariel Henry se logrou o acordo para estabelecer um escritório de El Salvador na República do Haiti”. <https://www.swissinfo.ch/spa/el-salvador-est%C3%A1-listo-para-enviar-misi%C3%B3n-a-hait%C3%AD-dice-vicepresidente/48392544>

²²³ <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/03/19/guatemala-y-eeuu-trazan-ruta-para-elevar-la-cooperacion-en-busca-de-desarrollo-economico/>

²²⁴ https://twitter.com/CancilleriaHN?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1770641290079654028%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.nodal.am%2F2024%2F03%2Flos-gobiernos-de-mexico-y-honduras-rechazan-la-ley-antimigrantes-de-texas-que-permite-detener-y-deportar-personas-en-eeuu%2F

proteger a fronteira sul dos Estados Unidos. Por sua vez, a ministra das Relações Exteriores, Alicia Bárcena, garantiu que o México apresentará seu recurso contra a polêmica lei anti-imigração.

O Ministério das Relações Exteriores do **Panamá** acusa a **Nicarágua** de interferência aberta por permitir que o ex-presidente Martinelli usasse a embaixada “para fins políticos”²²⁵. O ex-presidente Ricardo Martinelli está na Embaixada da Nicarágua no Panamá como requerente de asilo. Em nota enviada ao Ministério das Relações Exteriores da Nicarágua, o Ministério das Relações Exteriores do Panamá²²⁶ acusa o governo de Daniel Ortega de “*interferência aberta nos assuntos internos panamenhos e rejeita que Martinelli continue*” a usar a sede diplomática da Nicarágua no Panamá para fins político-partidários.” O ex-presidente tem transmitido mensagens, através da sua conta X, sobre questões políticas relacionadas com as eleições gerais de 5 de maio. Martinelli buscou a reeleição, mas foi inabilitado pela Justiça Eleitoral em decorrência da condenação, e seu lugar é ocupado por José Raúl Mulino, que havia sido designado candidato.

De modo geral, a região passa por crises políticas e de violência que afetam não apenas a retomada de seu crescimento econômico, mas as próprias relações entre os países e a agenda de cooperação e integração regional.

CEPAL: Delegados de 14 países da região e outros atores se reuniram em Montevidéu com miras à nova Agenda Digital da América Latina e do Caribe²²⁷

A Reunião Preparatória para a Nona Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação e Transformação Digital (eLAC) ocorreu em Montevidéu, Uruguai, de 12 a 14 de março de 2024. Delegados de 14 países da América Latina e do Caribe, juntamente com representantes de organizações internacionais e instituições públicas e privadas, participaram do evento. Também estiveram presentes delegados da Aliança Digital UE-ALC.

Durante a reunião, foram discutidos diversos temas, incluindo a importância da colaboração regional para enfrentar os desafios atuais e futuros da digitalização. A CEPAL apresentou dados que refletiram o estado atual dos compromissos da Agenda Digital eLAC2024, destacando a relação entre políticas de transformação digital e desenvolvimento produtivo. Painéis substanciais abordaram questões como fechamento de lacunas de conectividade, desenvolvimento de habilidades digitais e o papel da tecnologia na melhoria da qualidade de vida.

Além disso, foram revisados os avanços em economia digital, conectividade, cibersegurança e inteligência artificial, bem como o estado da Comissão de medição da Agenda Digital. Também foram discutidas iniciativas de cooperação digital internacional, enfatizando a importância de sinergias entre diferentes processos e organizações globais e regionais.

O evento culminou com o lançamento do projeto de Transformação Digital para a Integração Regional da América Latina e do Caribe, uma iniciativa para impulsionar a economia digital regional através de políticas digitais, projetos regionais e capacitação. Esta reunião foi

²²⁵ <https://www.laestrella.com.pa/panama/nacional/cancilleria-se-queja-con-nicaragua-por-la-actitud-permisiva-de-su-embajada-con-martinelli-FA6460142>

²²⁶ <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/03/18/panama-protesta-ante-nicaragua-por-actitud-permisiva-en-embajada-que-asila-a-martinelli/>

²²⁷ <https://www.cepal.org/es/noticias/delegados-14-paises-la-region-otros-actores-se-reunieron-montevidео-miras-la-nueva-agenda>

crucial para o intercâmbio de ideias entre os países participantes e para a identificação dos principais temas a serem abordados na próxima Conferência sobre a Sociedade da Informação e Transformação Digital da América Latina e do Caribe, em novembro de 2024, em Santiago, Chile.

CEPAL: Seminário inter-regional *O futuro dos sistemas de proteção social em um contexto de cascata de crise*²²⁸

O Seminário Inter-regional “O futuro da proteção social antes de uma cascata de crise: avançar para a universalidade” abordou questões cruciais como o fortalecimento dos sistemas de proteção social, a reconfiguração dos riscos sociais e os desafios enfrentados pela região, destacando a “tríplice armadilha do desenvolvimento”. O evento foi realizado na sede da CEPAL, nos dias 19 e 20 de março de 2024. Reuniu autoridades e especialistas para analisar os impactos da pandemia de COVID-19 e os déficits estruturais nos sistemas de proteção social.

Durante o seminário, foi ressaltada a urgência de avançar em direção a um pacto social, fiscal e intergeracional para fortalecer os sistemas de proteção social. Estratégias para o desenho de políticas foram discutidas, juntamente com desafios como a cobertura dos trabalhadores independentes e a sustentabilidade financeira dos sistemas.

Organizado pela CEPAL e pela Cooperação Alemã, o evento faz parte do projeto conjunto “Reativação Transformadora: Superando as Consequências da Pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe”, financiado pelo BMZ da Alemanha. Os participantes examinaram os desafios e oportunidades diante de profundas transformações no mundo do trabalho, incluindo mudanças tecnológicas, demográficas e emergências climáticas.

Exploraram-se estratégias para ampliar a proteção social para trabalhadores independentes e informais, além de apresentar a base de dados de programas de proteção social não contributivos na região, proporcionando uma visão abrangente da evolução e impacto desses programas.

O seminário reiterou a necessidade de sistemas de proteção social universais, integrais, sustentáveis e resilientes para garantir o bem-estar de todos, destacando a importância do universalismo sensível às diferenças e da busca pela sustentabilidade financeira adequada. Também serviu como um espaço de reflexão e colaboração entre regiões, reafirmando o compromisso da América Latina e do Caribe com a construção de sistemas de proteção mais sólidos e inclusivos, temas que serão discutidos no próximo Seminário Regional de Desenvolvimento Social e na preparação para a Sexta Reunião da Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social, bem como na posição da região para a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social convocada pela ONU em 2025.

SEGIB: Allamand reitera o compromisso da Iberoamérica com os desafios comuns²²⁹

Foi realizada em Santo Domingo, República Dominicana, uma apresentação da Memória da Secretaria Pro Tempore da República Dominicana para a Conferência Ibero-americana 2021-2023. O evento contou com a presença de autoridades como o Ministro das Relações Exteriores, Roberto Álvarez, o Secretário-Geral Ibero-americano, Andrés Allamand, a Vice-Ministra de

²²⁸ <https://www.cepal.org/es/noticias/futuro-sistemas-proteccion-social-un-contexto-cascada-crisis-se-analiza-seminario>

²²⁹ <https://www.segib.org/allamand-reitera-el-compromiso-de-iberoamerica-ante-los-retos-comunes/>

Cooperação Internacional, Olaya Dotel, e o Vice-Ministro de Política Externa Multilateral, Rubén Silié.

Durante a apresentação, foi lembrado o lema da última Cúpula, enfatizando a busca por uma Iberoamérica justa e sustentável. O Secretário-Geral Ibero-americano, Allamand, destacou o discurso do Presidente da República Dominicana, Luis Abinader, sobre a necessidade de ações tangíveis para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Foram mencionados quatro instrumentos importantes que surgiram da última Cúpula, incluindo a Carta Ibero-americana de Princípios e Direitos em Ambientes Digitais, a Carta Ambiental Ibero-americana, a Rota Crítica de Segurança Alimentar e o Comunicado Especial sobre Arquitetura Financeira. Esses documentos representam compromissos concretos da Iberoamérica para enfrentar desafios como a transformação digital, a crise climática e a segurança alimentar.

O evento destacou a importância do diálogo e da cooperação consensual para abordar os desafios futuros. A citação do Presidente Abinader ressaltou a unidade da comunidade ibero-americana na busca por soluções para os desafios compartilhados, enfatizando os laços de identidade que unem a região.

Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (COMISCA) cumpriu agenda nos temas Água, insegurança alimentar e proteção social ²³⁰²³¹²³²

A Secretaria Executiva do COMISCA participou da IV edição do “Diálogos Regionais da Água na América Latina e Caribe” com o chamado para diminuição das desigualdades ao acesso da água e saneamento que prejudicam comunidades vulneráveis na região e é organizado pela CEPAL E pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). O objetivo do evento é promover inovações, mobilizar a cooperação e o financiamento, replicar, escalar e promover soluções concretas para a transição hídrica. Além disso, buscou-se avaliar o alcance regional do ODS6, relacionado a disponibilidade da água e gestão sustentável. Em sua apresentação, o representante do SECOMISCA Alejandro Barahona Kruger enfatizou os esforços do Conselho através da Agenda e da Política de Saúde da América da América Central e República Dominicana, em coordenação intersetorial com as demais secretarias executivas e instituições especializadas do SICA, especialmente o Fórum Centro-americano e República Dominicana de Água Potável e Saneamento (FOCARD-APS).

Participaram do Diálogo ministros, vice-ministros e outras autoridades de alto nível de governos nacionais, representantes de organismos internacional, membros do setor privado, acadêmico e da sociedade civil. Esse ano contou com seção especial sobre água e agricultura, assim como um espaço dirigido a socializar e analisar o informe resumido de Posição regional que os países da América e Caribe se propõe a levar de maneira conjunta ao Foro Mundial da Água em 2024 na Indonésia.

Na Universidade de Southampton, Inglaterra, o SECOMISCA participou de uma oficina que tinha como objetivo dar prosseguimento ao compartilhamento de informação entre

230 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-los-dialogos-regionales-del-agua-en-america-latina-y-el-caribe-2024_1_133685.html

231 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-taller-sobre-la-in-seguridad-alimentaria-y-sus-efectos-en-la-salud-de-poblaciones-en-transito-con-la-universidad-de-southampton_1_133696.html

232 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-sisca-firman-memorando-de-entendimiento_1_133743.html

SECOMISCA, INCAP e Jordânia sobre a temática da (in)segurança alimentar e seus efeitos na saúde das populações em trânsito. O objetivo foram: realizar uma avaliação de estudos realizados e discussão das temáticas para identificação de oportunidades de financiamentos para trabalhos sobre o tema e ajustar a proposta sobre implicações a curto e longo prazo da insegurança alimentar para a percepção e resultados da saúde de mulheres e crianças deslocados e em trânsito, centrando-se em dois dos maiores fluxos migratórios forçados: população Síria deslocada para Jordânia e Venezuelanos deslocados para a América Central.

Por fim, o SECOMISCA, representado por sua secretária executiva, Alejandra Navarro, e a Secretaria de Integração Social da América Central, Anita Zetina, firmaram um Memorando de Entendimento para a execução do projeto “Apoio a implementação de instrumentos estratégicos regionais em saúde e proteção social no marco do SICA”, como parte do novo ciclo de cooperação com a República de China Taiwan -SICA. O objetivo é fomentar a implementação da Política Social Integral Regional do SICA, o Plano de Saúde de Centroamérica e República Dominicana 2021-2025 como a da Política Regional de Saúde de SICA 2023-2030.

O objetivo é fortalecer a articulação intersectorial entre a proteção social e as políticas de saúde regional mediante uma abordagem integral, que incorpore a perspectiva sobre a Determinação Social da Saúde na região. Além de incluir o enfoque de promoção de saúde com ênfase no desenvolvimento dos entornos saudáveis para vida cotidiana, fomentando o envolvimento, participação e empoderamento dos distintos atores sociais ao largo do ciclo de políticas públicas em saúde.

OTCA cumpre agenda no BID e na FAO ^{233 234}

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), na pessoa de sua diretora executiva, Vanessa Grazziotin, participou da Reunião Anual das Assembleias de Governadores do BID e BID Invest 2024. Em sua fala no evento “Diálogo de Política Regional: Amazônia Sempre”, Grazziotin destacou os desafios da cooperação regional na Região Amazônica e elogiou a iniciativa do BID ao lançar o programa “Amazônia Sempre” que tem como objetivo ampliar o financiamento, compartilhar conhecimento estratégico e aprimorar a coordenação das ações na Amazônia. Além disso, a diretora executiva relembrou os objetivos da Declaração de Belém e conclamou os líderes presentes a combinar esforços para avançar a nova agenda de cooperação.

No evento, houve o reforço da estratégia Amazônia Sempre. O BID e a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional formalizaram uma parceria de garantia de financiamento que aumenta a capacidade de empréstimo do BID para o programa Amazônia Sempre em US\$469 milhões.

A OTCA, na pessoa da sua diretora administrativa da OTCA, Edith Paredes, participou da 38ª sessão da Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Um dos objetivos da participação da delegação da OTCA é discutir com a equipe da FAO a elaboração de um projeto regional sobre Integração de Recursos Hídricos e Gestão da Pesca, para intensificar a cooperação para a pesca continental sustentável no contexto da segurança alimentar e nutricional.

²³³<https://otca.org/pt/diretora-executiva-vanessa-grazziotin-destaca-avancos-da-cooperacao-regional-na-assembleia-do-bid-amazonia-sempre/>

²³⁴ <https://otca.org/pt/otca-participa-da-38a-conferencia-regional-da-fao/>

Além de autoridades governamentais de países membros da FAO, participaram da reunião ministros de agricultura e de outros setores, representantes da Santa Sé, agências da ONU, organizações intergovernamentais, sociedade civil, setor privado, instituições de pesquisa e acadêmicas entre outros.

Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unamue (ORAS-CONHU) promoveu agenda de trabalho que incluiu temas como segurança social e adolescência²³⁵²³⁶

ORAS-CONHU, na pessoa da Secretaria Executiva, María Calle Dávila, participou da Reunião Anual da Sociedade Americana de Saúde e Medicina da Adolescência. O evento convocou especialistas em saúde de todo o mundo para debater e compartilhar experiências sobre as estruturas atuais (clínicas, educativas entre outros) que buscam garantir o acesso pleno e equitativo a saúde pelos adolescentes e adultos jovens.

Em matéria de cooperação internacional, o ORAS-CONHU firmou um Memorando de Entendimento com a Conferência Interamericana de Segurança Social (CISS)²³⁷. O objetivo do Memorando é desenvolver um programa de cooperação para a implementação de ações, atividades e projetos de interesse comum, assim como mecanismos de cooperação na formação, capacitação presencial ou a distância de profissionais, fortalecimento de capacidades e assistência técnica.

A Secretaria Executiva, Maria Calle Dávila, afirmou que esse acordo fortalece a articulação do organismo com outros blocos de integração e instituições de cooperação para fortalecer a saúde e bem-estar da população. Além disso, Dávila recordou que a Visão 2030 do organismo se baseia na busca para que toda a população andina goze do direito a saúde e ao bem-estar, através da redução de desigualdades e maior capacidade de resposta conjunta aos desafios sanitários, socioeconômicos e ambientais. Da parte o CISS, Velarca Hernandez destacou a importância da união para enfrentar desafios que são comuns em matéria de saúde e segurança social na região.

O documento assinado pretende fortalecer ações conjuntas como capacitações, intercâmbio de experiências e assessoramento técnico, além de criação de seminários, oficinas e cursos, visando facilitar o cumprimento dos Planos Estratégicos de ambas as partes.

²³⁵ <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-presente-en-la-reunion-anual-de-la-sociedad-americana-de-salud-y-medicina-de-la>

²³⁶<https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-suscribe-memorando-de-entendimiento-con-la-conferencia-interamericana-de-seguridad>

²³⁷ A Conferência Interamericana de Segurança Social (CISS) é um organismo internacional técnico e especializado, que tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento da proteção e segurança social na América. Foi fundado em 1942 e integra 91 membros de 34 países e territórios da América.

Tragédia no Haiti: crise econômica e fragilidade estrutural crônica na Saúde

Sebastian Tobar
Miryam Minayo
Samia de Brito

A sociedade haitiana está imersa em uma grande crise social, econômica e política há mais de trinta e cinco anos²³⁸. Atormentado pela pobreza²³⁹, periodicamente abalado por catástrofes naturais, afogado em sua dívida histórica e pela instabilidade endêmica dos seus governos, o Haiti parece viver num contexto de adversidades permanente. O país apresenta níveis críticos de vulnerabilidade. 60% de sua população vive abaixo da linha de pobreza, contando com 2,41 dólares por dia. Tal qual outros países da região, o Haiti, com queda de 2% no PIB nos últimos anos, sofreu uma contração em sua economia devido à incerteza política e à desvalorização da moeda nacional, o que repercutiu negativamente nos investimentos e no crescimento econômico²⁴⁰.

A crise humanitária que perdura desde o terremoto de 2010, no qual mais de 250 mil pessoas morreram, traz mais complexidade para a situação atual²⁴¹. Greves, bloqueios, fechamento de estradas, gangues armadas, desastres naturais e pandemias sanitárias têm influenciado negativamente para a melhoria dos indicadores socioeconômicos e políticos. Em 2020, os relatórios revelaram informações demográficas detalhadas sobre os quase 20.000 haitianos que vivem na capital, Porto Príncipe, em condições extremamente precárias no âmbito da saúde, serviços de saúde sexual e reprodutiva e de cuidados de saúde estão entre os mais afetados.

Segundo a ONU mais de 80% do território da capital de Haití está controlado por gangue²⁴². Devido a aumento de sequestros e da violência de gangues tornou perigosas a

²³⁸ O Haiti tem sido abalado pela instabilidade política desde o seu nascimento como nação independente em 1804.

²³⁹ Mais de metade da população vive abaixo do limiar da pobreza e a esperança de vida mal ultrapassa os 64 anos, em grande parte devido às péssimas condições de vida em grande parte do país e à fragilidade do seu sistema de saúde.

²⁴⁰ Em 2022, a economia haitiana sofrerá, pelo quarto ano consecutivo, uma contração. A Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL) estima que a queda do PIB em 2022 seria de 2,0%, em comparação com uma diminuição de 1,8% em 2021. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/93965845-29b1-4bdb-8b4c-ec0f03e84382/content#:~:text=Hait%C3%AD-.En%202022%20a%20econom%C3%ADa%20haitiana%20sufrir%C3%A1%2C%20por%20cuarto%20a%C3%B1o%20consecutivo,1%2C8%25%20en%202021.>

²⁴¹ O Haiti é especialmente vulnerável a desastres naturais devido à sua própria geografia. O país está localizado na rota dos furacões do Atlântico e repousa sobre duas falhas que o tornam um território altamente sísmico. A pobreza e o quase desaparecimento do Estado levaram ao desmatamento e à degradação ambiental, o que amplia os efeitos dos furacões, enquanto a precariedade da construção faz com que o número de vítimas e danos causados pelos terremotos seja muito maior.

²⁴² <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/23/eua-e-haiti-uma-historia-de-intervencoes-e-lucro-sobre-a-barbarie>

condução de algumas estradas em Porto Príncipe²⁴³, incluindo a área urbana de Martissant, que está bloqueada por membros de gangues armadas, o Governo e parceiros tem encontrado dificuldades no envio de suprimentos médicos e produtos de saúde reprodutiva por estrada para a maioria das áreas do país controladas por bandos armados. Soma-se a isso a escassez de combustível que agrava a situação²⁴⁴. A crise tem se acentuado após o terremoto de 2010.

No último século, os EUA executaram várias intervenções no território haitiano, seja comandada por terceiros, caso das missões da ONU, ou por eles diretamente, que tiveram o propósito de apagar qualquer intenção de governo progressista, o que facilitou a consolidação de uma elite econômica de origem judeu e árabe. Por muito tempo, líderes políticos apoiados por essa elite econômica têm utilizado milícias armadas para se manter no poder.

Posterior ao terremoto, o país caribenho experimentou uma “onda” de corrupção, com uma disputa crescente entre grupos econômicos e políticos sobre quem seria capaz de gerir os fundos de apoio financeiro para a reconstrução do Haiti. Essa disputa aumentou o poder aos grupos armados. Dessa forma, os fundos encaminhados ao país para reconstrução da infraestrutura têm sido desviados do seu objetivo inicial e fortalecido a “ganguerização” do Estado haitiano²⁴⁵. Esta “ganguerização” tem aumentado a demanda por armas, o que é de interesse para complexos industriais militares da região, especialmente o estadunidense.

A situação atingiu o seu paroxismo em 2021, quando o Presidente Jovenel Moise foi assassinado na sua própria casa. Semanas após a morte do presidente, em 14 de agosto de 2021, um terremoto de magnitude 7,2 na escala Richter atingiu a região sul do Haiti, área onde vivem aproximadamente 1,6 milhão de pessoas. Vários centros de saúde foram destruídos e outros interromperam a prestação de serviço à comunidade. Durante 2021, houve escassez de combustível que complicou ainda mais a situação nos centros de saúde. A maioria deles estava fechada por falta de combustível e não conseguia prestar nenhum tipo de serviço.

Mais recentemente, o primeiro-Ministro de Haiti, Arie Henry foi impedido de voltar ao país, após de uma viagem donde tinha articulado a ajuda da polícia queniana²⁴⁶ na contenção

²⁴³ O Haiti é um país mergulhado na violência, em grande parte devido ao efeito dos quase 200 gangues que controlam grandes áreas do país, especialmente na capital, Porto Príncipe. Segundo dados das Nações Unidas, a violência deslocou internamente quase 314 mil pessoas. <https://www.bbc.com/mundo/articles/cy9zk78gnldo#:~:text=Sumido%20en%20la%20pobreza%2C%20sacudido%20peri%C3%B3dicamente%20por,recrudescimiento%20de%20la%20violencia%20por%20parte%20de>

²⁴⁴ No último trimestre do ano fiscal de 2022, observou-se um agravamento da insegurança e dos protestos sociais em consequência do aumento de 100%, em média, nos preços da gasolina, gasóleo e querosene, acontecimentos que não foram limitaram-se à capital, mas se espalharam por outras cidades do país. Durante várias semanas, o país enfrentou uma situação de paralisação quase absoluta de grande parte da atividade produtiva, comercial e de serviços. Na sequência dos atos de violência e vandalismo por parte de grupos criminosos, do ressurgimento dos surtos de cólera e do agravamento da crise humanitária, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a resolução 2653 (de 21 de Outubro de 2022), na qual estabelece uma série de sanções (proibição de viagens, congelamento e embargo seletivo de armas) sobre os responsáveis e cúmplices do clima de violência no país. Além disso, os efeitos mais agudos do terremoto de 14 de Agosto de 2021 em três departamentos do sul do Haiti foram projetados em grande parte para o ano fiscal de 2022.

²⁴⁵ <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/23/eua-e-haiti-uma-historia-de-intervencoes-e-lucro-sobre-a-barbarie>

²⁴⁶ O país africano ofereceu-se para liderar uma missão internacional com apoio financeiro dos Estados Unidos e do Canadá que visa trazer estabilidade ao Haiti, onde gangues armadas tomaram conta de

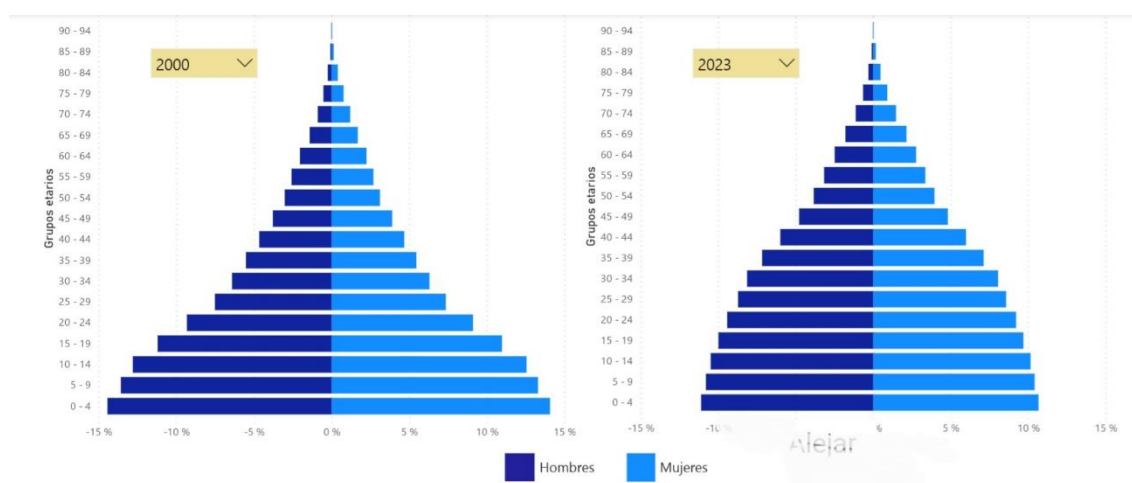
da violência das gangues. A situação tem gerado um vácuo de poder, somado ao caos sobretudo em Porto Príncipe, o que tem gerado que a Cúpula do CARICOM tem abordado o tema o 11 de marco.

O primeiro-ministro Arie Henry apresentou finalmente a sua demissão²⁴⁷ num contexto de violência crescente, instalando um novo Conselho Presidencial de Transição. Após a demissão de Ariel Henry, os EUA pediram celeridade na nomeação do novo primeiro-ministro.

O Conselho Presidencial transitório no Haiti em seu primeiro comunicado em 27 de março sinalizou que vai apoiar a transição política e criará condições para assegurar a estabilidade. O Conselho não está oficialmente instalado ainda, no entanto, sinalizou que foram resolvidos impasses internos para sua criação e que seu objetivo é: nomear um novo primeiro-ministro e um gabinete que consigam fixar condições de segurança para o lançamento de eleições livres. A criação do Conselho foi resultado de discussões sobre soluções para a crise entre líderes haitianos e representantes de vários países e organizações internacionais, entre elas a Comunidade do Caribe (Caricom). Além disso, é destacável que o grupo tenta emplacar suas atividades em um cenário de disputas políticas, crescente anomia social fortalecido por constantes ataques violentos de gangues e uma paralisação das iniciativas de apoio securitário internacional, dado que o Quênia que tinha aceitado liderar uma missão da ONU recuou e decidiu somente voltar as negociações do envio de tropas com a instauração plena do Conselho Presidencial²⁴⁸.

Situação demográfica de Haiti

Pirâmides populacionais do Haiti, anos 2000 e 2023



Fonte de dados: Nações Unidas. Departamento de Assuntos Económicos e Sociais . Divisão de População. World Population Prospect 2022. Rev.1. NY. Nações Unidas., 2022. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>

grande parte do país. <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20240301-hait%C3%AD-y-kenia-firman-acuerdo-para-que-pol%C3%ADas-de-nairobi-lideren-misi%C3%B3n-de-seguridad>

²⁴⁷ Após semanas de crise, o primeiro-ministro do Haiti, Ariel Henry. A sua decisão foi tomada após uma reunião de líderes regionais na Jamaica, na segunda-feira, para discutir uma transição política no Haiti. Henry foi forçado a permanecer em Porto Rico depois que gangues armadas impediram seu retorno ao país. <https://www.bbc.com/mundo/articles/c0x3zlj8xl0o>

²⁴⁸ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/03/27/conselho-de-transicao-do-haiti-emite-primeiro-comunicado-a-nacao-e-anuncia-mecanismos-para-escolha-de-presidente.ghtml>

Em transição demográfica, os jovens representam mais de 53% da população. Com mais de 10 milhões de habitantes, o Haiti tem uma alta densidade populacional. Mais de 52% da população são mulheres e meninas e a prevalência contraceptiva é mais baixa da região, com 34% e 38% de necessidades não satisfeitas. O Haiti tem uma taxa de mortalidade materna de 529/100.000 nascidos vivos. A taxa de fertilidade entre os jovens é de 10%, onde 8% das meninas têm menos de 19 anos e já possuem um filho. É importante notar que a gravidez precoce tende a aumentar especialmente nas áreas rurais. O acesso a contraceptivos também é limitado devido à pobreza. Se o Haiti conseguir iniciar o dividendo demográfico, especialmente investindo nos jovens e adolescentes, beneficiará enormemente tanto social como economicamente.

O sistema de saúde no Haiti

No Haiti, menos de 5% da população tem acesso a seguro de saúde. O setor da saúde passa por uma crônica disfuncionalidade e eventos como o terremoto que ocorreu em Agosto de 2021 e danificou mais de 80 centros de saúde em três sub-regiões prejudicam ainda mais o funcionamento dos serviços prestados à comunidade.

Antes do início da pandemia da Covid-19, o sistema de saúde do Haiti já enfrentava muitos desafios. De acordo com um estudo de 2019 do Consórcio de Pesquisa e Educação para Cuidados Agudos no Haiti (REACH)²⁴⁹, o país tem apenas cerca de 124 leitos de UTI e 64 ventiladores para uma população de mais de 11 milhões. Outros especialistas em saúde pública colocaram esses números ainda mais baixos. Esta é uma preocupação séria, especialmente levando em consideração a proporção da população considerada em risco elevado.

De acordo com dados da Saúde das Américas, os gastos públicos com saúde como porcentagem do produto interno bruto são os mais baixos da região das Américas para o ano de 2020. No que diz respeito ao orçamento nacional, em 2017, apenas 4,6% foram atribuídos à saúde, enquanto mais de 97% dos investimentos na saúde apoiados pela ajuda internacional foram reduzidos. Sendo que a maior parte do orçamento nacional é reservada exclusivamente para recursos humanos e deixa pouco espaço para os investimentos estruturais e organizacionais necessários para uma melhoria significativa nos indicadores, particularmente na saúde materna e reprodutiva.

O sistema de saúde ²⁵⁰ é dividido em dois setores: público e privado. O setor público é composto pelo Ministério da Saúde Pública e População (MSPP) e pela Caixa de Seguro de Acidentes de Trabalho, Doença e Maternidade (Ofatma). O MSPP oferece serviços básicos de saúde à população não assalariada, que representa 95% da população total.

O setor privado inclui seguros e prestadores de serviços privados de saúde. Estes últimos incluem prestadores que oferecem serviços com fins lucrativos e organizações da sociedade civil (OSC), que oferecem serviços de saúde sem fins lucrativos.

Em 2016, eram 1.007 unidades de saúde: 131 hospitais, 161 centros de saúde com leitos, 361 centros de saúde sem leitos e 352 clínicas e centros de saúde comunitários. Segundo a

²⁴⁹ <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0218141>

²⁵⁰ https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342020000300298

OMS²⁵¹, em 2013 o Haiti tinha sete camas por 10.000 habitantes, um número muito inferior à média da ALC, que é de 20.

Do total de unidades de saúde, 34% são públicas e localizam-se, maioritariamente, na região Oeste, onde reside 37% da população total do país.¹⁹ O setor privado concentra 47% das unidades de saúde: 30% correspondem a instituições com fins lucrativos e 17% para instituições sem fins lucrativos. As demais instalações pertencem a organizações mistas.

Em 2016, o total de profissionais de saúde era de 23.171 profissionais de saúde: 15.988 trabalham no setor público e 7.183 no setor privado. A maior parte do pessoal de saúde está concentrada nas áreas urbanas (18.537). Do total de trabalhadores da saúde, 7.021 são profissionais de saúde essenciais (médicos, enfermeiros e parteiras) e os restantes são outros profissionais e pessoal administrativo. A proporção de profissionais de saúde essenciais por 10.000 habitantes é de 6,3, longe do mínimo recomendado pela OMS que é de 23 por 10.000 habitantes.

O sistema de saúde em geral é extremamente dependente de intervenientes privados, incluindo assistência estrangeira e ONGs. Boa parte do orçamento em saúde deriva da assistência internacional. Em muitas partes do país, o acesso aos cuidados de saúde é fornecido apenas por intervenientes não estatais.

A Ofatma, por sua vez, oferece seguros contra acidentes de trabalho, doenças e maternidade aos trabalhadores do setor formal privado e público. Os serviços de saúde são prestados por pessoal próprio em clínicas e hospitais dessa mesma instituição, embora este último também contrate prestadores privados para atender. O Ofatma é financiado com contribuições dos trabalhadores (3% dos seus rendimentos) e dos seus empregadores (3% dos rendimentos dos trabalhadores). Os trabalhadores do setor informal podem aderir ao Ofatma pagando uma taxa mensal.

O setor privado, por seu lado, conta com nove seguradoras privadas que gerem fundos de pensões e seguros voluntários de doença, que cobrem cerca de 4% da população.

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desempenham um papel importante na prestação de serviços de saúde haitiano. As principais OSCs, como a *Partners in Health* e a *Médicos Sem Fronteiras*, têm os seus próprios centros de saúde e hospitais e servem a população pobre que não está coberta por nenhum seguro de saúde. Estes prestadores de cuidados de saúde oferecem cuidados abrangentes de primeiro e segundo nível em áreas específicas. O *Desenvolvimento de Atividades de Saúde no Haiti (DASH)* é outra OSC financiada por agências internacionais que tem uma cobertura de cerca de 50.000 membros.

A fragmentação da gestão do serviço e a pluralidade de atores que prestam serviços dificultam muito a coordenação e gera disfuncionalidades.

Condições de Saúde da População

Observa-se alta mortalidade por doenças diarreicas e infecções respiratórias agudas em crianças com menos de 5 anos de idade. Nesse sentido, é muito importante uma abordagem de gestão em saúde que leve em consideração determinantes da saúde como acesso a saneamento

²⁵¹ Organización Mundial de la Salud. Densidad de camas hospitalarias-Datos por país. Ginebra: OMS, 2017 [citado marzo 29, 2019]. Disponible en: <http://apps.who.int/gho/data/view.main.HS07v>

básico e água potável para reduzir estes fatores como causas de mortalidade. O reforço das estratégias para otimizar a cobertura vacinal da população infantil também trará grandes benefícios. Em 18 de dezembro de 2022, com a ajuda da Unicef²⁵² e em meio à violência relacionada a gangues, o Haiti lançou uma campanha de vacinação para imunizar mais de 1,64 milhão de pessoas contra a cólera em resposta ao recente surto da doença.

Entre 2000 e 2017, a mortalidade infantil passou de 80,3 para 59 por 1.000 nascidos vivos, o que implicou uma redução de 26,5%. A taxa de mortalidade materna, que se encontra em níveis muito elevados e com tendência a aumentar, é uma realidade dramática do setor da saúde. Portanto, os níveis de gestão governamental deveriam atribuir a mais alta prioridade à redução do número de mortes maternas. A importância de acelerar a produção local de produtos sanguíneos, necessários para cuidados obstétricos de emergência, é igualmente crítica.

Por sua vez, a porcentagem de nascimentos com baixo peso (menos de 2.500 g) aumentou de 9,6% para 11,2% entre 2012 e 2021, enquanto a adesão ao aleitamento materno exclusivo na população infantil até aos 6 meses representava 23% em 2000 e 39,9% em 2017 (últimos dados disponíveis).

Relativamente à estratégia de imunização, em 2022, a cobertura vacinal contra o sarampo foi de 76%, o que representa uma diminuição de 4 pontos percentuais face à cobertura em 2000.

A taxa da mortalidade materna para 2020 foi estimado em 350,4 por 100.000 nascidos vivos, o que representa uma redução de 12,3% face ao valor estimado para 2000. Em relação à fecundidade, estima-se que, em 2023, as mulheres teriam em média 2,7 filhos ao longo da vida reprodutiva. No caso específico da fecundidade adolescente, observa-se uma redução de 32,8%, se compararmos a taxa de 76,2 nascidos vivos por 1.000 mulheres de 15 a 19 anos em 2000 com o valor de 51,2 em 2023. Por outro lado, 65,1% de partos foram assistidos por pessoal treinado em 2018.

Apenas 25% das gestantes completaram 4 consultas pré-natais. Cerca de 20% das mulheres em saúde reprodutiva usam contraceptivos. Os métodos de curto prazo representam 87% e apenas 13% dos métodos de longo prazo. O governo haitino deve continuar a fornecer e a promover métodos duráveis, como o DIU e o implante subdérmico, que poderiam oferecer uma mais ampla cobertura apropriada para as zonas rurais.

No que diz respeito às doenças transmissíveis, o Haiti tem uma das mais elevadas incidências de tuberculose na Região, cuja transmissão continua a ser facilitada pelas condições de habitação e pela superlotação. Em 2021, foram registrados 91 novos casos de tuberculose por 100 mil habitantes no Haiti. Em 2019, a taxa de mortalidade por tuberculose (ajustada por idade e por 100 mil habitantes) para a população total era de 9,2 nesse mesmo ano (7,9 nas mulheres e 10,5 nos homens).

As doenças transmissíveis coexistem com outras doenças crônicas de saúde, como a hipertensão, a obesidade e a diabetes, cujas tendências crescentes já representam outro desafio para um sistema de saúde com recursos limitados e uma elevada procura na prestação de serviços.

²⁵² <https://www.unicef.org/lac/comunicados-prensa/con-el-apoyo-de-unicef-haiti-inicia-una-campana-para-inmunizar-1.7-millones-de-personas-contr-la-colera>

No Haiti, a prevalência do consumo de tabaco entre pessoas com 15 anos ou mais em 2023 era de 7,2%. Em relação ao sobrepeso e à obesidade na mesma faixa etária, a prevalência foi de 54,9% para 2016.

Relativamente à hipertensão arterial, em 2015, foi reportada uma prevalência de 24,5% de pessoas com 18 ou mais anos com hipertensão arterial, o que representa uma diminuição de 1,6 pontos percentuais face a 2000 (26,1%). Por outro lado, a prevalência de diabetes mellitus, que em 2000 era de 5,7%, aumentou para 8,7% em 2014.

Conclusões

Sair da atual crise multidimensional que atinge a Haiti depende de múltiplas variáveis e muitas delas não estão relacionadas ao setor saúde. A diplomacia nos âmbitos multilaterais poderia ser um importante facilitador para contribuir na solução desta crise.

Além disso, a diplomacia da saúde tem um papel importante. É importante o alinhamento das agendas e dos planos de cooperação em saúde pelos diferentes cooperantes e atores para que as autoridades sanitárias possam avançar num planejamento estratégico a nível nacional, sem duplicações de atuações e sem concorrer uma com a outra.

Finalmente, a atuação da OPAS, liderando diferentes atores como organismos internacionais, cooperantes, doadores e organizações de sociedade civil, com o objetivo de coordenar as ações seria um fator chave de sucesso.

Referências:

Banque Mondiale. Mieux dépenser pour mieux soigner: un regard sur le financement de la santé en Haïti. Washington DC: Banque Mondiale, 2017 [citado enero 10, 2019]. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/835491498247003048/pdf/116682-WP-v2-wb-Haiti-french-PUBLIC-fullreport.pdf>

Laroche R V. Financement du système de santé en Haïti. Haiti Perspect. 2012;1(3):37-41.

Ministère de Santé Publique et de la Population. Plan directeur de santé 2012-2022. Puerto Príncipe: MSPP, 2013 [citado julio 10, 2019]. Disponível em: <http://mspp.gouv.ht/newsite/>

Organización Panamericana de la Salud-OPS. Salud en las Américas. Perfiles de País. Haiti. Disponível em: <https://hia.paho.org/es/paises-2022/perfil-haiti>

Toda a atenção para Bishoftu (Etiópia)

All attention to Bishoftu (Ethiopia)

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *This report brings the high point of the new phase of the African Union's relationship with the European Union translated by the recent high-level conference for the expansion of the strategic partnership in the fields of strengthening the prevention, preparedness and response to pandemics, the initiative "One Health", antimicrobial resistance, digital health, climate and strengthening of the new African Medicines Agency. With the US Department of Defense, the African Union will build and equip a new laboratory complex in a city in Ethiopia for quality control of veterinary vaccines produced or imported and the production of biological reagents for surveillance of priority animal diseases. CDC Africa partners with UNICEF to strengthen Primary Care, supply chain management, joint procurement and local manufacturing, and emergency response. On the other hand, it launches a new mental health leadership program to address the mental health challenges of the African population. Its Director-General, Jean Kaseya, issued a strong statement that Africa needs to win in the upcoming Pandemic Agreement negotiations. WHO AFRO prepares to hold its first international conference on PEN-Plus in Dar es Salaam, Tanzania, to raise awareness of the severity of NCDs in Africa and the world and to help mobilize funds to implement the package of essential interventions against these diseases. The SADC Summit of Heads of State and Government ensured cooperation and commitment to peace and security in the Democratic Republic of Congo and Mozambique. The sub-regional organization promoted the leather value chain in Malawi, aiming at regional industrialization and economic integration.*

Keywords: *African Union. European Union. Africa CDC. WHO AFRO. SADC.*

Resumo. Este informe traz o ponto alto da nova fase de relacionamento da União Africana com a União Europeia traduzida pela recente conferência de alto nível para a expansão da parceria estratégica nos domínios do fortalecimento da prevenção, preparação e resposta a pandemias, a iniciativa "Uma Saúde", a resistência antimicrobiana, a saúde digital, o clima e o fortalecimento da nova Agência Africana de Medicamentos. Com o Departamento de Defesa dos EUA, a União Africana vai construir e equipar novo complexo laboratorial numa cidade da Etiópia para controlo de qualidade de vacinas veterinárias produzidas ou importadas e a produção de reagentes biológicos para vigilância de doenças animais prioritárias. O CDC África estreita sua parceria com UNICEF para o fortalecimento de Atenção Primária, gestão da cadeia de abastecimento, aquisições conjuntas e fabrico local, e resposta a emergências. Por outro lado, lança um novo programa de liderança em saúde mental para abordar os desafios de saúde mental da população africana. O seu Diretor-Geral, Jean Kaseya, emitiu um comunicado contundente de que a África precisa ganhar nas próximas negociações do Acordo de Pandemia. A OMS AFRO prepara-se para realizar em Dar es Salaam, Tanzânia, a sua primeira conferência internacional sobre o PEN-Plus para sensibilizar a África e o mundo sobre a gravidade das DCNT e ajudar a mobilizar recursos para implementação do pacote de intervenções essenciais contra essas doenças. A Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da SADC assegurou a cooperação e

o compromisso com a paz e segurança na República Democrática do Congo e em Moçambique. Paralelamente, a organização sub-regional promoveu a cadeia de valor do couro no Malawi, visando a industrialização e a integração econômica regionais.

Palavras-chave: União Africana. União Europeia. CDC África. OMS AFRO. SADC.

União Africana e parceria estratégica com União Europeia

A Comissão da União Africana (CUA) e a União Europeia acolheram uma [Conferência de Alto Nível](#) que assinalou a expansão da parceria estratégica no domínio da saúde. A delegação da UA foi chefiada pela CUA, pelo CDC África e pela Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD). A delegação da União Europeia foi chefiada pela Presidência belga do Conselho Europeu e pela Comissão Europeia.

Com base nos compromissos em matéria de saúde assumidos na 6.ª Cimeira UE-UA e nos resultados do diálogo de alto nível de Adis Abeba, as duas organizações alargaram a colaboração em domínios prioritários de interesse comum na Nova Ordem da Saúde Pública e na Estratégia Global de Saúde da União Europeia, tais como o fortalecimento da prevenção, preparação e resposta a pandemias, a iniciativa "Uma Saúde", a resistência antimicrobiana, a saúde digital, o clima e a saúde. Esta colaboração é um exemplo positivo da parceria União Africana-União Europeia para apoiar a saúde mundial em fóruns multilaterais. A melhoria do acesso equitativo a serviços e produtos de saúde seguros, de qualidade, eficazes e a preços acessíveis e a soberania nacional serão fundamentais para alcançar as metas dos ODS, como a cobertura universal de saúde. Por conseguinte, é crucial apoiar os sistemas de proteção social que incorporam a proteção social da saúde, com o objetivo de garantir gradualmente a cobertura universal da saúde, bem como de proporcionar segurança de rendimento em caso de doença. A União Africana e a União Europeia salientaram ainda a importância do sector da saúde na criação de emprego e no crescimento. Manifestaram igualmente o seu empenho em concluir as negociações sobre um acordo relativo à pandemia e ao Regulamento Sanitário Internacional até à Assembleia Mundial da Saúde no próximo mês de maio.

A maioria dos países africanos está a lutar para garantir um acesso sustentável e equitativo aos produtos de saúde necessários para satisfazer as necessidades de saúde prioritárias do continente. Simultaneamente, a União Europeia possui conhecimentos especializados em matéria de saúde, bem como de fabrico e acesso, incluindo a regulamentação dos produtos de saúde, e definiu objetivos claros de apoio ao desenvolvimento humano nas suas parcerias internacionais.

Com esta conferência de alto nível, a União Europeia compromete-se a prosseguir a colaboração técnica no domínio da saúde em África e a investir no reforço da arquitetura de segurança sanitária africana. A estratégia "*Global Gateway*" será fundamental para cumprir estes compromissos, nomeadamente através de iniciativas da Equipa Europa, aumentando a resiliência dos sistemas de saúde europeus e africanos em resposta à rápida evolução dos encargos com a saúde, à proteção social, ao impacto das mudanças climáticas e às ameaças emergentes para a saúde, tendo simultaneamente em conta a ciência inovadora, a partilha de competências técnicas e de conhecimentos (bem como os compromissos assumidos por várias partes interessadas).

A Presidência belga e a Comissão Europeia darão seguimento à conferência de alto nível no Conselho Europeu e nos órgãos diretivos dos instrumentos de cooperação internacional, em consonância com os interesses e ambições comuns dos parceiros europeus e africanos.

A esse propósito, a Ministra belga de Cooperação para o Desenvolvimento e das Grandes Cidades, Caroline Gennez afirmou:

"A UE e a África partilham a visão da saúde como condição prévia para o desenvolvimento social. Os países africanos têm uma vasta experiência na contenção de epidemias; os países europeus têm alguns dos melhores e mais acessíveis cuidados de saúde do mundo. A saúde mundial é um domínio em que a UE oferece um valor acrescentado enquanto parceiro de África, com base nos seus conhecimentos e experiência. A Europa reforça as suas parcerias internacionais centrando-se na sua proposta de venda única. A nossa cooperação nesta frente melhorará os resultados em matéria de saúde para inúmeras pessoas, em África e na Europa. A nossa atenção centrar-se-á na criação de sistemas de saúde acessíveis, disponíveis e de elevada qualidade."

Por sua vez, a Comissária Europeia para as Parcerias Internacionais, Jutta Urpilainen acrescentou:

"Aprendendo as lições da pandemia de Covid-19, a União Africana e a União Europeia estão empenhadas em fazer avançar os sistemas de saúde e reforçar as capacidades sanitárias a nível mundial. Este compromisso conjunto ficou bem patente no pacote de investimentos "*Global Gateway*", que apresentámos na Cimeira de 2022. Estamos orgulhosos dos resultados alcançados no aumento do fabrico local de medicamentos e vacinas em África, para África. Lançamos hoje três grandes iniciativas da Equipa Europa sobre segurança sanitária, saúde digital e Institutos de Saúde Pública, e reforçamos a cooperação entre as nossas instituições. Trata-se de mais um passo em frente para enfrentar melhor a evolução dos desafios no domínio da saúde e reforçar a resiliência das nossas comunidades."

A Comissária Europeia para a Saúde e a Segurança dos Alimentos, Stella Kyriakides declarou:

"Uma parceria cada vez mais estreita entre a União Africana e a União Europeia é indispensável para a saúde pública. Queremos trabalhar mais estreitamente com os nossos parceiros africanos na prevenção, preparação e resposta a pandemias, na iniciativa "Uma Saúde" e na resistência antimicrobiana, bem como nos efeitos das mudanças climáticas na saúde. Estes são objetivos centrais da nossa Estratégia Global de Saúde e os alicerces da nossa cooperação com o continente africano. Encontramo-nos agora numa fase crítica das negociações sobre o Acordo relativo à Pandemia e o Regulamento Sanitário Internacional, com os quais apresentaremos novas soluções multilaterais para desafios comuns. A União Europeia está empenhada em concluir as negociações até maio, uma responsabilidade

igualmente partilhada por todas as nações. Congratulo-me com o facto de a União Africana e a União Europeia estarem a unir as suas vozes e a tomar medidas concretas para apoiar a saúde mundial a nível internacional."

Por fim, o Diretor-Geral do CDC, Dr Jean Kaseya, afirmou:

"À medida que navegamos pelas complexidades da saúde global, a África está no caminho da autossuficiência através do acesso equitativo a produtos médicos. A meta da África de produzir 60% das vacinas até 2040 reforça nosso compromisso com a soberania da saúde. Por meio de parcerias estratégicas, como a colaboração União Europeia-União Africana, aceleramos nossas capacidades, aproveitando conhecimentos e recursos para construir sistemas de saúde resilientes e fortalecer a preparação para pandemia."

Os resultados específicos dessa conferência de alto nível incluem os seguintes compromissos concretos:

- Acordo de trabalho entre o CDC África e a Comissão Europeia para melhor implementar a parceria estratégica alargada no domínio da saúde;
- A Comissão Europeia e a Presidência belga anunciaram um financiamento adicional do TEI MAV+ para o avanço da Agência Africana de Medicamentos;
- O anúncio dos compromissos assumidos pela *Global Health Initiatives* em matéria de aquisições em África para África;
- Foram lançadas mais três iniciativas *Team Europe* em matéria de saúde: Segurança da Saúde utilizando uma abordagem *One Health*, Saúde Digital e Institutos de Saúde Pública;
- Foi lançada a Iniciativa *Team Europe* (TEI) sobre a Proteção Social;
- Foram confirmados os principais produtos de trabalho da *Team Europe* e da Team África;
- Um novo programa '*SafeBirth* África' para apoiar um melhor acesso a produtos inovadores que salvam vidas para a saúde sexual e reprodutiva em África. O programa será implementado pela Unitaaid e pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) apoiada por uma contribuição financeira de 20 milhões de euros do orçamento da União Europeia no âmbito da Iniciativa Equipa Europa para a Saúde e os Direitos Sexuais e Reprodutivos, lançada em Kigali em dezembro de 2022;
- Uma Reunião alargada de Direção de Alto Nível (HLSM, *High Level Steering Meeting*) da União Africana-União Europeia a nível da Direção-Geral, irá supervisionar conjuntamente as ETI de saúde regionais.

Lançamento de pedra do novo complexo laboratorial do AU-PANVAC

O Centro Pan-Africano de Vacinas Veterinárias da União Africana (AU-PANVAC, *African Union Pan African Veterinary Vaccine Centre*) celebrou um marco histórico em 21 de fevereiro de 2024, com a [cerimónia de lançamento da primeira pedra](#) para o seu novo complexo

laboratorial na cidade de Bishoftu, na Etiópia. O Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, presidiu ao evento, salientando a importância deste desenvolvimento para a pecuária, a agricultura e o progresso socioeconómico global de África.

Criado em 1986 como um projeto da FAO para combater a devastadora doença do gado, a peste bovina, o AU-PANVAC evoluiu para um Gabinete Técnico Especializado (STO, *Specialized Technical Office*) vinculado ao Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável (ARBE) da Comissão da União Africana. Os mandatos do Centro expandiram-se ao longo dos anos para incluir o controlo de qualidade de todas as vacinas veterinárias produzidas ou importadas em África e a produção de reagentes biológicos essenciais para a vigilância de doenças animais prioritárias.

Em 2019, a então Embaixadora dos EUA junto da União Africana, Mary Beth Leonard, transmitiu [o projeto base](#) do futuro Centro à Comissária de Agricultura, a angolana Josefa Sacko.

Atualmente, o PANVAC funciona nos laboratórios do Governo etíope dispersos nas instalações do Instituto Nacional de Veterinária. Espera-se que a criação de um novo laboratório para o AU-PANVAC, com sede na Etiópia, consolide todas as suas atividades num único local e assegure que as atividades sejam implementadas de acordo com as melhores práticas e de forma segura e protegida. As novas instalações incluirão o banco continental de vacinas, a unidade de controlo de qualidade, a unidade de produção de reagentes biológicos e um centro de formação, entre outros.

A cerimónia de lançamento da primeira pedra coincide com o 20º aniversário do AU-PANVAC, que foi lançado em 2004, e simboliza um passo significativo para o seu desenvolvimento contínuo. O novo complexo laboratorial, totalmente apoiado e financiado pela Agência de Redução de Ameaças à Defesa dos EUA (US-DTRA, *U.S. Defense Threat Reduction Agency*), com um orçamento de 56 milhões de dólares americanos, desempenhará um papel crucial no reforço das medidas de biossegurança, na expansão das operações laboratoriais e no aumento da capacidade de formação.

No seu discurso, o Presidente Moussa Faki Mahamat sublinhou o papel fundamental da pecuária no desenvolvimento de África e o empenho da União Africana no controlo das doenças animais no continente. Expressou a sua gratidão pela colaboração com o governo dos EUA, afirmando:

"O lançamento hoje da primeira pedra para a construção do novo complexo laboratorial do AU-PANVAC com o apoio da US-DTRA constitui um marco importante. Esta é uma expressão do compromisso partilhado pela União Africana e pelos Estados Unidos da América para enfrentar os desafios comuns no controlo das doenças animais para uma produção animal sustentável para a segurança alimentar e nutricional e para a redução da pobreza em África e não só."

No seu discurso, o Ministro da Agricultura e dos Recursos Naturais da Etiópia, Girma Amente, indicou que o Governo da Etiópia demonstrou o seu empenho em apoiar o AU-PANVAC na execução dos seus mandatos e que continuará a facilitar a utilização das novas instalações.

Durante a cerimónia, o Encarregado de Negócios dos EUA junto da União Africana, Mikael Cleverley, indicou:

"Quando nos comprometemos a trabalhar em conjunto a nível internacional para alcançar a segurança alimentar global, espero que isto mostre a seriedade com que trabalhamos, não apenas com a União Africana, mas de uma forma geral, para que os nossos objetivos possam ser alcançados". Também mencionou que "o que eu imagino não é apenas a segurança alimentar, mas a abundância de alimentos, e sei que trabalhando com a União Africana podemos conseguir isso".

A arquitetura de ponta do novo complexo laboratorial posicionará o AU-PANVAC como um centro de excelência para a pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia na produção de vacinas veterinárias em África. Espera-se que esta instalação sirva de centro de colaboração, reunindo peritos, pesquisadores e decisores políticos de todo o continente para promover uma abordagem pan-africana da prevenção e controlo de doenças.

A cerimónia contou com a presença de dignitários como a Dra. Monique Nsanzabaganwa, Vice-Presidente da Comissão da União Africana, a Embaixadora Josefa Leonel Correia Sacko, Comissária para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável da Comissão da União Africana, Girma Amente, Ministro da Agricultura e dos Recursos Naturais da Etiópia, o Embaixador do Canadá, o Diretor-Geral do CDC África e do Diretor do *African Union - Interafrican Bureau for Animal Resources* (AU-IBAR), representantes permanentes das Embaixadas de França e dos Estados-Membros junto da União Africana, U. Encarregado de Negócios dos EUA junto da União Africana, membros do Programa de Redução de Ameaças Biológicas (BTRP, *Biological Threat Reduction Program*) da [US-DTRA](#) e do Comando Africano dos EUA ([AFRICOM](#)) e Gabinete do Secretário da Defesa, [Laboratório Nacional Sandia dos EUA](#), representantes de organizações internacionais e regionais (WOAH - [World Organisation for Animal Health](#), FAO, IAEA - [The International Atomic Energy Agency](#), CDC África, ILRI - [The International Livestock Research Institute](#), WFP - [The World Food Programme](#)), Prefeito da cidade de Bishoftu, entre outros convidados.

A Comissão Europeia e a presidência *pro tempore* belga aumentam apoio à Agência Africana de Medicamentos

Em Bruxelas, durante o evento de alto nível sobre a parceria entre a União Europeia (UE) e a União Africana (UA) em matéria de saúde global para um acesso equitativo, a Comissão Europeia, a Presidência *pro tempore* belga do Conselho da União Europeia, a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) e a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) reuniram-se para reforçar o seu apoio à Agência Africana de Medicamentos (AMA).

A Comissão Europeia anunciou uma contribuição de 10 milhões de euros e a Bélgica uma contribuição de 4 milhões de euros para a AUDA-NEPAD, para a iniciativa africana de harmonização da regulamentação dos medicamentos (AMRH, *African Medicines Regulatory Harmonisation*), a fim de continuar a promover a criação da AMA. Este apoio ao reforço da regulamentação em África faz parte da iniciativa da Equipa Europa sobre o fabrico e o acesso a vacinas, medicamentos e tecnologias da saúde em África (MAV+).

A *Team Europe Initiative on Manufacturing and Access to Vaccines, Medicines and Health Technologies* (MAV+) trabalha com parceiros africanos para reforçar os seus sistemas farmacêuticos locais e a sua capacidade de fabrico. O MAV+ oferece uma abordagem abrangente e de 360 graus para eliminar barreiras tanto do lado da oferta como da procura. Está a criar um ambiente propício à produção local sustentável em África através de três dimensões: o lado da oferta, o lado da procura e o ambiente propício.

A AMRH apoia a Comissão da União Africana na criação da governança da AMA, bem como no reforço dos quadros políticos e jurídicos nacionais e regionais e no apoio às Comunidades Económicas Regionais no seu processo de harmonização e atividades regulamentares conjuntas. A AMRH também procura aumentar o número de profissionais qualificados em ciências regulamentares e reforçar a avaliação conjunta continental e a monitorização da segurança dos produtos de saúde. As contribuições para o AMRH complementam a cooperação recentemente anunciada com a Agência Europeia de Medicamentos para apoiar a criação da AMA, apoiada por uma subvenção de 10 milhões de euros da Comissão Europeia.

A Comissária Europeia responsável pelas Parcerias Internacionais, Jutta Urpilainen, declarou:

"É com grande satisfação que anuncio hoje um novo apoio da UE à criação da Agência Africana de Medicamentos, a pedra angular da resposta às necessidades de saúde de África. Salvaguardar a saúde pública nos nossos continentes e garantir um acesso equitativo a produtos de saúde seguros e eficazes, incluindo vacinas e medicamentos produzidos localmente, continua a ser uma prioridade da nossa Visão Conjunta UE-UA e da Estratégia Global de Saúde da UE. Estamos a reforçar a nossa forte cooperação entre as nossas instituições e agências de saúde."

"Durante a nossa Presidência, a Bélgica pretende reforçar a estreita cooperação da UE com os parceiros africanos no domínio da saúde. É importante que aumentemos o nosso apoio à estratégia de saúde global de África para um acesso equitativo através de iniciativas concretas. É por isso que apoiamos o projeto de integração africana centrado na saúde e a formação da sua agência de medicina africana. E, por conseguinte, também uma tónica no progresso social", concluiu a Ministra belga da Cooperação para o Desenvolvimento e das Grandes Cidades, Caroline Gennez.

"A operacionalização da Agência Africana de Medicamentos representa um marco notável para o continente africano. A harmonização dos sistemas reguladores irá abrir inúmeras oportunidades para a indústria farmacêutica local. A AUDA-NEPAD continua empenhada em fornecer liderança técnica na operacionalização da AMA através do nosso programa AMRH, fazendo avançar a nossa batalha contínua contra produtos médicos de qualidade inferior e falsificados", afirmou a Diretora Executiva da AUDA-NEPAD, Nardos Bekele-Thomas.

A Diretora Executiva da Agência Europeia de Medicamentos, Emer Cooke, afirmou:

"A EMA e a rede europeia de regulamentação dos medicamentos estão entusiasmadas por apoiar o reforço dos sistemas regulamentares africanos. Estamos ansiosos por partilhar a nossa experiência e conhecimentos únicos em matéria de regulamentação intracontinental de medicamentos para ajudar a EMA a criar um modelo e práticas regulamentares eficazes em benefício da saúde pública no continente africano".

A AMA será uma agência especializada da União Africana. O seu mandato consistirá em reforçar a capacidade dos Estados e das Comunidades Económicas Regionais para regulamentar os produtos de saúde e melhorar o acesso a produtos de saúde de qualidade, seguros e eficazes no continente africano. Em março de 2024, 27 dos 55 países ratificaram o Tratado de criação da AMA.

A União Europeia e os seus Estados-Membros apoiam o reforço da regulamentação em todo o continente africano e a criação da AMA através da [iniciativa acima referida](#) para o fabrico e o acesso a vacinas, medicamentos e tecnologias da saúde em África. No âmbito da estratégia *Global Gateway*, a iniciativa mobilizou até à data cerca de 157 milhões de euros em subvenções para o reforço da regulamentação e, eventualmente, intervenções a nível nacional e regional, nomeadamente da Comissão Europeia para a Organização Mundial de Saúde, a [Agência Europeia de Medicamentos](#) e a [AUDA-NEPAD](#).

A AUDA-NEPAD continua a desempenhar um papel fundamental na promoção da criação da Agência Africana de Medicamentos. Alinha os seus esforços e recursos com parceiros internacionais para reforçar a capacidade reguladora a nível continental, regional e nacional.

2º Fórum de Ministros da Saúde da União Africana

À margem da 37ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, o CDC África acolheu o [2º fórum ministerial anual](#) de alto nível para os Ministros da Saúde dos Estados-Membros, no âmbito do Programa de Liderança Executiva Ministerial (MELP, *Ministerial Executive Leadership Programme*).

O fórum baseia-se no sucesso do retiro ministerial inaugural realizado na Zâmbia em 2023. Organizado sob o tema "Liderança impactante na saúde: uma abordagem de todo o governo". A convocação proporcionou uma plataforma para aumentar o conhecimento e a compreensão, ao mesmo tempo que promoveu um compromisso coletivo para soluções de saúde transformadoras e sustentáveis em África.

Durante a sessão, Nkosazana Dlamini-Zuma, antiga Presidente da Comissão da União Africana, partilhou uma mensagem de solidariedade, sublinhando a ação coletiva e o apoio aos objetivos da MELP. Ela sublinhou a importância de investir na prevenção de doenças e de apoiar programas de saúde cruciais, adotando uma abordagem de todo o governo. "Uma África unida é uma África forte", afirmou.

O fórum centrou-se na abordagem dos desafios e estratégias críticos para fortalecer os sistemas de saúde, melhorar os resultados no domínio da saúde, reforçar a segurança sanitária e promover a produção local de vacinas. Sublinhou a importância de soluções adaptadas e identificou e partilhou as melhores práticas em matéria de prestação de cuidados de saúde, preparação e resposta a emergências, com uma forte ênfase nas adaptações locais.

"Este fórum é uma aceleração do nosso esforço para melhorar as competências de liderança dos Ministros da Saúde, catalisando o progresso e aproveitando o seu poder de inovação, adotando estratégias baseadas em evidências e promovendo a colaboração entre atores e sectores para impulsionar mudanças significativas e melhorar os resultados de saúde para todos", afirmou Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África.

Os Ministros da Saúde exploraram mecanismos de reforço de parcerias e colaborações entre os seus pares, partes interessadas e parceiros de desenvolvimento. Este esforço conjunto visa impulsionar ações coordenadas e mobilizar recursos para o desenvolvimento sustentável da saúde. Os Ministros também demonstraram uma maior dedicação no sentido de alcançar o fabrico local de vacinas, a igualdade de género, a cobertura universal de saúde, a abordagem das disparidades na saúde e a promoção da segurança sanitária em África, com destaque para a liderança e a apropriação regionais.

No que se refere à igualdade de género, os debates centraram-se na melhoria da saúde materna e infantil e na defesa dos direitos de saúde sexual e reprodutiva das mulheres e raparigas. Ao fazê-lo, o continente não só defenderá os direitos fundamentais dos seus cidadãos, como também estabelecerá o quadro para o desenvolvimento sustentável e a prosperidade em toda a África.

Outra área crítica foi a "Concretização através da tecnologia: moldar o futuro da liderança na era digital", sublinhando que a revolução digital apresenta oportunidades sem paralelo para transformar a prestação de cuidados de saúde em África. O potencial das soluções de saúde digitais é imenso e é nossa responsabilidade aproveitar estas inovações para ultrapassar os obstáculos ao acesso e à qualidade dos cuidados de saúde.

Os Ministros demonstraram as suas capacidades e o seu empenho em combater as desigualdades no domínio da saúde e em promover a segurança sanitária em África. Este empenhamento coloca a tónica na apropriação e liderança locais, abrindo caminho a avanços significativos nos cuidados de saúde em todo o continente.

É preciso frisar que participou nesse fórum o Presidente da Fiocruz, Mário Moreira, em representação da Ministra da Saúde do Brasil, Nísia Trindade.

CDC África: parceria com UNICEF para fortalecer sistemas de saúde e imunização de crianças

O CDC África e o UNICEF anunciaram uma parceria alargada dedicada ao fortalecimento de Atenção Primária à Saúde, gestão da cadeia de abastecimento, aquisições conjuntas e fabrico local, e resposta a emergências. A colaboração baseia-se no Acordo-Quadro de Parceria 2022-2024 entre as duas organizações, que visa alcançar os objetivos delineados na Agenda 2063 da União Africana: *A África que Queremos*. Espera-se que a parceria tenha um impacto significativo na saúde pública através do reforço dos sistemas de aquisição e da cadeia de abastecimento, com especial incidência na imunização de crianças em todo o continente.

O Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, e Ted Chaiban, Diretor Executivo Adjunto do UNICEF para a Ação Humanitária e Operações de Abastecimento, [assinaram o acordo de parceria alargada](#) em Adis Abeba.

A pandemia de Covid-19 expôs a fragilidade de muitos sistemas de saúde e pôs em evidência as deficiências e os desafios das cadeias de abastecimento. Embora os países com sistemas de Atenção Primária sólidos tenham conseguido lidar melhor com a situação, as perturbações causadas pela pandemia deixaram outros a braços com a escassez de produtos de saúde vitais. Durante os próximos quatro anos, as duas organizações vão trabalhar em conjunto para estabelecer um apoio institucional sólido para a gestão da cadeia de abastecimento e melhorar os mecanismos de aquisição agrupada, a fim de fortalecer as infraestruturas de assistência à saúde, assegurando um acesso atempado e adequado a material médico essencial para a sua população.

O Diretor-Geral expressou o seu orgulho na parceria com o UNICEF, afirmando que os seus compromissos partilhados irão melhorar os cuidados de saúde primários e reforçar a segurança sanitária.

“A parceria irá otimizar a gestão da cadeia de abastecimento, operacionalizar o mecanismo de aquisição conjunta para o CDC África, capacitar os profissionais de saúde comunitários e promover a produção local. Em última análise, estes esforços reforçarão os sistemas de imunização e reduzirão os surtos e as epidemias no continente”, afirmou.

A imunização é uma das intervenções de saúde pública mais eficazes a nível mundial. No entanto, milhões de crianças em África continuam a ser privadas de vacinas que salvam vidas. A Situação das Crianças no Mundo, da UNICEF 2023: O relatório *For Every Child, Vaccination* revelou que 12,7 milhões de crianças estavam sub-vacinadas em 2021, incluindo 8,7 milhões que não receberam uma única dose, também chamadas crianças "dose zero".

"Esta parceria é um compromisso para com o bem-estar das crianças e das suas famílias, afirmando o seu direito à saúde. Ao reforçar a nossa parceria com o CDC África e o Plano de Ação de Emergência Conjunto para África, podemos garantir que as comunidades recebem o apoio de que necessitam sem demora", afirmou Ted Chaiban, Diretor Executivo Adjunto da UNICEF para a Ação Humanitária e Operações de Abastecimento. "A promoção de trabalhadores comunitários de saúde remunerados e protegidos e de material médico fabricado em África, para os africanos, continua a ser uma das nossas maiores prioridades."

Durante os últimos dois anos, tanto o UNICEF como o CDC África alcançaram marcos significativos no reforço da capacidade institucional e na catalisação de programas de saúde comunitária, sistemas de imunização, resposta a emergências e melhoria da cadeia de abastecimento. Os esforços de colaboração garantiram a aquisição de doses de vacina contra a Covid-19 e de equipamento essencial da cadeia de frio para a imunização de rotina. As iniciativas conjuntas de sensibilização de alto nível centraram-se na imunização, na saúde comunitária e na resposta a emergências de saúde pública.

África importa ainda 99% das suas vacinas e 70 a 90% dos seus medicamentos e dispositivos médicos, o que constitui um desafio significativo. O CDC África visa alcançar uma produção e um fornecimento sustentáveis de produtos de saúde essenciais através de fabricantes africanos, considerados a segunda independência de África. O objetivo do CDC África é trabalhar com os Estados Membros e parceiros para defender e apoiar ativamente a aquisição de vacinas fabricadas em África e dar prioridade a iniciativas que reforcem a produção local.

Através da Parceria para o Fabrico de Vacinas, o CDC África pretende fabricar 60% das vacinas de que o continente necessita até 2040, abrindo caminho para sistemas de saúde robustos e autossuficientes, garantindo que as pessoas possam obter e utilizar produtos de saúde quando e onde necessário.

A parceria alargada entre o CDC África e o UNICEF significa um esforço concertado para enfrentar os desafios de saúde prementes. Ao dar prioridade à imunização, ao reforço dos sistemas de saúde e à promoção da produção local, ambas as organizações estão preparadas para ter impactos tangíveis e sustentáveis na saúde e no bem-estar das crianças e das

comunidades em todo o continente, salvaguardando simultaneamente a segurança sanitária de África.

CDC África e o programa de liderança em saúde mental

O CDC África lançou um novo [Programa de Liderança em Saúde Mental](#) (AMHLP, *Mental Health Leadership Programme*) para abordar os desafios de saúde mental da população africana. Financiado pela Wellcome, o programa faz parte das prioridades estratégicas continentais do CDC África em matéria de doenças não transmissíveis, lesões e saúde mental, que estabelece um caminho claro para ações coordenadas e apoio aos Estados-Membros em matéria de saúde mental pública.

Responde igualmente aos objetivos da Nova Ordem de Saúde Pública de África (NPHO), reconhecendo o desenvolvimento da força de trabalho como uma prioridade crítica.

O AMHLP basear-se-á num currículo especializado e será moldado pelas percepções das pessoas com experiências vividas, visando intervenções de desenvolvimento da força de trabalho realizadas através de vários percursos, nomeadamente:

- ❖ Integrar o programa nos atuais Programas de Liderança em Saúde Global Kofi Annan e de Formação em Epidemiologia de Campo;
- ❖ Realização do programa através de cursos de curta duração e de ações de formação;
- ❖ Reforço das redes de organizações da sociedade civil (OSC), dotando-as de conhecimentos e competências que lhes permitam desenvolver, reforçar as suas capacidades e influenciar as políticas e práticas em matéria de saúde mental.

O Diretor-Geral do CDC África, sublinhou a importância deste programa, observando a sua urgência para o continente.

"Esta colaboração sublinha o nosso empenho em melhorar a saúde mental e em apoiar os esforços dos nossos Estados-Membros. A nossa parceria com a Wellcome é, portanto, louvável. Considerando que a saúde mental é um problema de saúde negligenciado a nível mundial, estamos orgulhosos deste progresso à medida que trabalhamos para a sua integração nos sistemas de saúde em geral".

O programa mobilizará os decisores para apoiar os países na reforma dos serviços e no aconselhamento sobre medidas de saúde pública para promover e proteger a saúde mental e o bem-estar. Este programa está em conformidade com a prioridade do Plano Estratégico 2023-2027 do CDC reforçar os sistemas de saúde integrados para prevenir e controlar as doenças de elevada incidência nos Estados-Membros.

"Com esta importante iniciativa, o CDC África está a liderar o caminho para colocar a saúde mental no topo da agenda política em toda a África. Ao criar um grupo de líderes que compreendem e podem defender abordagens à saúde mental específicas do contexto e baseadas em provas, este programa irá permitir melhores soluções para responder às necessidades prementes de tantas pessoas",

afirmou a Professora Miranda Wolpert, Diretora de Saúde Mental da Wellcome.

Embora o continente tenha vários fatores que promovem a saúde mental e o bem-estar, tais como famílias unidas e solidárias, tradições culturais que unem as comunidades e dietas e estilos de vida tradicionais saudáveis, há vários desafios que ameaçam a saúde e o bem-estar. Estes desafios incluem viver na pobreza, residir numa área com conflitos prolongados ou não ter acesso a serviços de saúde, educação e sociais adequados.

A partir de agora, com este programa, o CDC África pretende criar um conjunto de líderes profissionais de saúde mental capazes de apoiar reformas nos sistemas de saúde mental nos Estados-Membros, defendendo uma maior priorização e investimento na saúde mental e construindo uma forte rede de profissionais em todo o continente.

O CDC África está a trabalhar com a Rede Africana de Epidemiologia de Campo (AFENET, *African Field Epidemiology Network*), a *CBM Global Disability Inclusion* e outras instituições vitais no continente para desenvolver os domínios do currículo e garantir o êxito da implementação do programa.

África precisa ganhar nas próximas negociações do Acordo de Pandemia: [opinião do Diretor-Geral do CDC África](#)

Embora um acordo global sobre a pandemia seja essencial, não deve agravar as fragilidades e desigualdades já existentes nos sistemas de saúde em todo o mundo, especialmente em África.

Um profissional de saúde prepara uma vacina contra a COVID-19 em uma tenda improvisada no centro de Nairóbi, no Quênia, em dezembro de 2021.

É muito necessário um acordo pandêmico proposto, mas sua forma, conteúdo e estrutura não devem perpetuar a fragilidade e as disparidades entre os sistemas de saúde globais, particularmente na África.

As iniquidades evidenciadas durante a pandemia da COVID-19 tocaram um nervo cru, evidenciado pelo clamor da comunidade global de saúde sobre nossas estruturas de segurança de saúde global com falhas. Um acordo global de pandemia deve colocar a equidade no centro do trabalho de prevenção, preparação e resposta para o próximo surto. Os Estados africanos estão a trabalhar em conjunto para garantir que estamos em posição de garantir uma forte resposta pandémica para as nossas comunidades e para o mundo.

Durante os primeiros dias da COVID-19, o desenvolvimento e a distribuição de vacinas viram um risco resposta, prejudicada pela falta de transparência na partilha de dados e má coordenação. O nacionalismo vacinal se manifestou, à medida que algumas nações acumularam drogas, diagnósticos e vacinas, enquanto outros países não conseguiram comprar o equipamento salva-vidas necessário. Eles tiveram que esperar por vacinas mais tarde na linha de produção, ou vacinas que estavam perto de expirar, que eram como agora ilustrativo da desigualdade e da falta de inclusividade.

Vimos países tendo que lidar com conselhos conflitantes, processos de resposta a pandemias politizadas, sistemas de gerenciamento de conformidade inadequados e falta de recursos para comprar vacinas bilateralmente diante do fracasso das estruturas globais.

Estes problemas exigem soluções multiníveis. A Organização Mundial de Saúde formou um Órgão de Negociação Intergovernamental para elaborar um novo acordo de pandemia juridicamente vinculativo. Se tudo correr como planejado, os Estados membros concluirão as negociações na próxima Assembleia Mundial de Saúde em maio de 2024.

Sem dúvida, este novo acordo deve preencher as lacunas observadas no RSI para garantir a equidade em todo o mundo.

O que isso significa em relação ao que os estados membros da OMS devem fazer nas próximas semanas? Enquanto lidam com negociações textuais e áreas-chave de desacordo, como acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios, condicionalidades de pesquisa e desenvolvimento e transferência de tecnologia? Embora exijamos consenso até maio, também pedimos que acabemos com uma vitória para a África.

Alguns dos debates que surgiram são: Como este acordo será regido? Como os Estados-membros cumprirão na ausência de compromissos de financiamento? E onde o órgão que realiza verificações e balanços sobre a implementação se sentará?

Além disso, há um escrutínio sobre o uso de linguagem discricionária e possíveis brechas, tais como

"de acordo com as leis nacionais", escrutínio sobre o compartilhamento de dados de patógenos e sequências genéticas rastreáveis e compartilhamento equitativo de benefícios.

Notamos que muitas nações de alta renda têm isenções de direitos de propriedade intelectual em suas leis domésticas. Como as questões de isenção de PI foram uma grande preocupação durante a COVID-19, acreditamos que essas disparidades devem ser exaustivamente abordadas.

Um tempo para os africanos falarem a uma só voz: em uma carta assinada pelo Presidente sul-africano Cyril Ramaphosa em 1º de março aos líderes africanos, ele pediu que as equipes de negociação que representam o continente africano dentro do Corpo de Negociação Intergovernamental e do grupo de trabalho sobre a alteração da regulamentação internacional da saúde apresentassem uma "Frente Única."

"Queremos ver um Tratado final de pandemia que forneça terreno irrestrito para uma participação significativa e co-criação de decisões."

"Uma posição indivisa é fundamental para a força e a eficácia de nossos esforços coletivos, especialmente em relação às questões controversas que podem fortalecer nossa capacidade de nos preparar para pandemias", escreveu Ramaphosa.

Este é mais uma vez um momento para os africanos falarem a uma só voz. Os esforços para isso estão em andamento, inclusive por meio da Posição Comum Africana sobre Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemia, ou PPPR da PAC, que foi aprovada em 20 de maio de 2023.

Liderado pela União Africana e pelo CDC África, a PPPR da PAC destina-se a reforçar a posição negocial de África nas discussões do Tratado Pandémico, garantir que as prioridades do continente sejam adequadamente refletidas nos mecanismos globais de prevenção, preparação e resposta a pandemias.

O Grupo de Trabalho de África e o CDC África estão empenhados em apoiar os Estados-Membros da União Africana nestas negociações e fornecerão uma atualização sobre o resultado

das negociações do Acordo de Pandemia na próxima Assembleia da União Africana em fevereiro de 2025.

A modelagem mostrou uma chance de 47% a 57% de uma pandemia tão grave quanto a Covid-19 nos próximos 25 anos. Com apoio, coordenação e um acordo pandêmico que consagre a equidade, o CDC África pode ajudar a combater esta ameaça no continente e globalmente. Os líderes africanos comprometeram-se a aumentar a quota de vacinas fabricadas localmente em África de 1%-60% até 2040.

Podemos mitigar as ameaças previstas se desenvolvermos a capacidade de fabricar vacinas, diagnósticos e terapêuticas localmente. Queremos ver um tratado final de pandemia que forneça terreno irrestrito para participação significativa e co-criação de decisões. A partilha de benefícios tem de ser tratada de forma justa, a transferência de tecnologia tem de ser facilitada e as condições claras de pesquisa e desenvolvimento sobre o financiamento pandêmico devem ser claramente indicadas e estabelecidas nas leis nacionais, incluindo em planos de preços acessíveis.

Enquanto CDC África, estamos em uma cruzada para ver o sucesso da Nova Ordem de Saúde Pública, que prioriza o estabelecimento de Institutos de Saúde Pública nacionais e continentais resilientes e desenvolvimento da força de trabalho em todo o continente. Precisamos de um Acordo que favoreça esse crescimento.

Enquanto negociamos por esse consenso global, as lições que a África aprendeu com a pandemia da Covid-19 não devem ser abandonadas. Quando as vacinas Covid-19 se tornaram disponíveis, a África nunca foi uma prioridade. Como mencionado anteriormente neste artigo, menos vacinas eram acessíveis para países africanos, resultando em menor cobertura vacinal. Atrasos no aumento do financiamento para coordenar uma resposta pandêmica custam vidas. As proibições de exportação comprometeram o acesso à vacina - e assim por diante. Um novo Acordo Pandêmico deve consagrar salvaguardas para evitar que esses incidentes se repitam.

OMS AFRO

1ª Conferência Internacional sobre PEN-Plus (ICPPA)

Para chegar ao PEN-Plus e à próxima 1ª ICPPA (*International Conference on PEN-Plus in Africa*), a OMS AFRO teve que iniciar lá atrás uma consulta regional aos Ministros da Saúde, reunidos em Brazzaville em 2011 tendo sido adotada a [Declaração de Brazzaville](#) sobre a prevenção e o controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) na Região Africana da OMS. Essa consulta foi uma preparação da posição africana para a primeira Cúpula de Alto Nível da ONU sobre as DCNT que se realizou em Nova Iorque em setembro de 2011.

Para alcançar a meta 4 do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3.4), de reduzir de um terço a mortalidade prematura resultante de doenças não transmissíveis (DCNT) até 2030, os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a implementar uma série de políticas recomendadas pela OMS para controlar as [DCNT](#). Estas são medidas políticas, legislativas e regulatórias para fazer face aos fatores de risco; campanhas de educação pública e sensibilização para promover estilos de vida mais saudáveis; vacinação contra o vírus do papiloma humano (VPH) para proteger contra o cancro do colo do útero; e o tratamento da hipertensão, da diabetes e de outras DCNT.

Em setembro de 2017, a OMS publicou o [NCD Progress Monitor](#) com base num conjunto de 10 indicadores de progresso que visam acompanhar os progressos realizados no sentido da

implementação dos compromissos nacionais incluídos na Declaração Política de 2011 da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU sobre DCNT e do [Documento Final de 2014 da ONU](#). O *NCD Progress Monitor* revelou que os progressos no reforço dos serviços e programas de DCNT para evitar mortes prematuras causadas pelas principais DCNT, tais como as doenças cardiovasculares, o cancro, a diabetes e as doenças respiratórias crónicas na Região Africana continuam inadequados.

A [terceira Reunião de Alto Nível](#) da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre as DCNT foi realizada em 2018 sob o tema “Intensificar as respostas multissetoriais e das múltiplas partes interessadas para a prevenção e controlo das doenças não transmissíveis no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A principal finalidade da reunião foi levar a cabo uma análise e avaliação abrangentes dos progressos realizados na implementação dos compromissos assumidos anteriormente para a prevenção e controlo das DCNT, e chegar a acordo quanto a um documento final orientado para medidas.

Em 2017, o 67º Comitê Regional adotou o Quadro Regional para a integração de Serviços Essenciais às DCNT na Atenção Primária/Cuidados de Saúde Primários, considerando as Doenças Não Transmissíveis (DNT) as principais causas de morte no mundo e sendo as quatro grandes – as doenças cardiovasculares, o câncer/cancro, a diabetes e as doenças respiratórias crónicas –, em grande medida, evitáveis desde que sejam combatidos os quatro fatores de risco comuns e modificáveis: o tabagismo, o consumo nocivo de álcool, os maus hábitos alimentares e a inatividade física. A mortalidade causada pelas DCNT na Região Africana apresenta uma tendência crescente ao longo dos anos. Em 2015, de um total de 9,2 milhões de óbitos, 3,1 milhões (33,7%) ficaram a dever-se a DCNT, um aumento comparativamente aos 2,7 milhões de óbitos por DCNT num total de 9,28 milhões (29,1%) ocorridos em 2010 e aos 2,4 milhões de óbitos num total de 9,8 milhões (27,6%) registados em 2005.

Para fazer face ao elevado peso das DCNT, os dirigentes assumiram compromissos tanto a nível mundial quanto regional. Nos compromissos mundiais incluem-se a Declaração Política da Assembleia Geral da ONU sobre as DCNT, o Plano Mundial de Ação da OMS para a Prevenção e Controlo das DCNT, 2013-2020 e o Documento Final das Nações Unidas. Nos compromissos ao nível Regional incluem-se a Declaração de Brazzaville atrás mencionada, o Compromisso de Luanda para as DCNT e as estratégias regionais específicas a estas doenças que foram aprovadas pelo Comitê Regional. De modo a implementar estes compromissos, a OMS elaborou estratégias e políticas que dizem respeito às populações, em geral, e visam combater os fatores de risco das DCNT, bem como estratégias de cuidados de saúde individuais relativamente à prevenção e à gestão dessas doenças. O Pacote de Intervenções Essenciais da OMS (*PEN - Package of Essential Noncommunicable Disease Interventions*) contra as Doenças Crónicas Não Transmissíveis para o nível de Atenção Primária (APS/CSP) em meios de poucos recursos.

A Declaração Política de 2018 sobre as DCNT “É altura de apresentar resultados: acelerar a nossa resposta em prol da saúde e do bem-estar das gerações atuais e vindouras” foi adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo, e, posteriormente, pela septuagésima terceira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de Outubro de 2018. A Declaração é um compromisso dos Chefes de Estado e de Governo para liderar, de forma estratégica, a prevenção e controlo das DCNT. Reconhece a poluição atmosférica como um dos principais fatores de risco das DCNT e a saúde mental como uma das principais DCNT, ampliando deste modo a “agenda 4 x 4 para as DCNT” (quatro principais fatores de risco das DCNT e quatro principais DCNT) para a “agenda 5 x 5 para as DCNT”. Também reafirma o papel de liderança e coordenação da OMS para todo o

trabalho no sentido do ODS 3.4 e vincula os governos a trabalharem em colaboração com outros setores.

O Quadro Regional para a Integração de Serviços Essenciais para as DCNT na APS/CSP pretende dar aos Estados-Membros orientações quanto à forma de integrar as intervenções essenciais relativas às DCNT nesse nível do sistema de saúde, no intuito de aumentar a deteção, o diagnóstico e o tratamento precoces. A sua implementação rege-se pelos seguintes princípios:

- ❖ liderança governamental;
- ❖ cobertura universal de saúde;
- ❖ abordagens de base factual e intervenções com boa relação custo-eficácia;
- ❖ abordagens centradas nos doentes e de base comunitária;
- ❖ instrumentos simples;
- ❖ colaboração entre o sector público e o sector privado.

As intervenções e as medidas prioritárias propostas para a integração das DCNT nas unidades de Atenção Primária(CSP) incluem:

- ❖ promover o empenho político para a utilização das orientações da OMS;
- ❖ adaptar as orientações mundiais da OMS aos contextos locais;
- ❖ melhorar os conhecimentos sobre as DCNT e as competências dos profissionais de saúde nas unidades de APS/CSP;
- ❖ garantir a disponibilidade de diretrizes simplificadas para a gestão das DCNT nas unidades de Atenção Primária/CSP.

O Comitê Regional de 2022, profundamente preocupado também com o facto de apenas 21 Estados-Membros estarem a implementar o pacote de intervenções essenciais da OMS contra as Doenças Crónicas Não Transmissíveis (WHO PEN) ao nível de APS/CPS em contextos de poucos recursos, e com a disponibilidade limitada, no sector público, de medicamentos essenciais para o tratamento das doenças não transmissíveis e de tecnologias básicas para diagnosticar e monitorizar essas doenças; tendo considerado o documento intitulado “PEN-Plus – Uma Estratégia Regional para Combater as Doenças Não Transmissíveis Graves nas Unidades de Saúde de Referência de Primeiro Nível”, adotou a “PEN-Plus, exortando os Estados-Membros a:

- ❖ Desenvolver e implementar programas nacionais abrangentes, integrados, normalizados e baseados em protocolos para a gestão das doenças não transmissíveis crónicas e graves, garantindo a disponibilidade de medicamentos essenciais, de tecnologias e de meios de diagnóstico essenciais para a gestão das DCNT graves e crónicas nos hospitais distritais, com base nos resultados da análise dos obstáculos identificados em termos de políticas, infra- estruturas e recursos humanos;
- ❖ Envolver as unidades de saúde não financiadas pelo Estado, através das suas associações e de outras plataformas, para garantir que são disponibilizadas intervenções às populações que utilizam hospitais privados, incluindo a

qualificação dos quadros relevantes através da aplicação de requisitos de formação contínua;

- ❖ Mobilizar e afetar recursos adicionais a programas normalizados e integrados de gestão das doenças não transmissíveis crónicas e graves baseados em protocolos, garantindo que a sua implementação reforça e complementa o pacote de intervenções essenciais da OMS contra as doenças não transmissíveis;
- ❖ Criar programas de mentoria para reforçar o sistema de gestão integrada e normalizada das doenças não transmissíveis crónicas com base em protocolos, por forma a garantir a manutenção dos conhecimentos e das competências dos profissionais de saúde formados;
- ❖ Desenvolver ferramentas e protocolos de gestão integrada das DCNT graves, incluindo a drepanocitose, a cardiopatia reumática e a diabetes mellitus de tipo 1 nos hospitais distritais;
- ❖ Integrar a vigilância no sistema nacional de informação sanitária e investir em plataformas de saúde digital para ampliar o alcance dos programas;
- ❖ Colaborar com parceiros para levar a cabo atividades de pesquisa básica e aplicada na área da gestão das DCNT.

Ainda nessa Resolução, os Ministros da Saúde solicitaram à OMS e aos parceiros que:

- ❖ Mobilizem a comunidade internacional para apoiar a prevenção e a gestão eficaz das doenças não transmissíveis graves e facilitar a articulação, colaboração e coordenação eficazes entre os parceiros e as partes interessadas;
- ❖ Defendam uma maior atribuição de recursos para apoiar a implementação de sistemas de gestão normalizada e integrada das doenças não transmissíveis crónicas e graves baseados em protocolos;
- ❖ Apoiem os Estados-Membros na melhoria da acessibilidade financeira e da disponibilidade de medicamentos essenciais, meios de diagnóstico e dispositivos de monitorização para a gestão das DCNT crónicas e graves;
- ❖ Promovam e apoiem parcerias para melhorar a formação e os conhecimentos especializados do pessoal da saúde e para levar a cabo atividades de pesquisa;

Conhecidos todos esses passos dados para uma efetiva implementação da estratégia regional PEN-Plus, a próxima reunião ICPPA em Tanzânia irá marcar uma nova etapa nessa busca de soluções para a realidade africana relativamente às DCNT.

A OMS AFRO considera que existem oportunidades regionais e globais renovadas para reduzir o peso das doenças crónicas, graves e outras doenças não transmissíveis na região africana. Por exemplo, foi sublinhada a adoção do quadro regional para a integração de serviços essenciais das DCNT na APS (CSP).

A estratégia regional define atividades claras que, se implementadas, reforçarão a capacidade de assistência abrangente para as doenças não transmissíveis crónicas e graves, bem como a implementação do pacote da OMS de intervenções essenciais para as doenças não transmissíveis (PEN).

É neste contexto que, com o apoio financeiro do *Hemsley Charitable Trust* (HCT), a OMS AFRO iniciou um projeto para reforçar a implementação da Estratégia Regional PEN-Plus e, assim, assegurar a prevenção e o controle integrados das doenças não transmissíveis crônicas e graves na região africana da OMS.

Objetivos da ICPPA:

- ❖ Sensibilizar as partes interessadas para as doenças crônicas, graves e outras DCNT, incluindo decisores de alto nível, peritos regionais e mundiais, parceiros e outros doadores bilaterais e multilaterais;
- ❖ Ajudar a mobilizar recursos para apoiar a implementação a nível nacional;
- ❖ Partilhar as melhores práticas, bem como as lições aprendidas na condução de uma melhor gestão de doenças na região;
- ❖ Explorar oportunidades de sinergias entre o PEN-Plus com outros programas de saúde pública na região.

As 5 trilhas da conferência:

1. Acabar com a negligência relativa às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) ao longo do curso de vida em África;
2. Quadros político e estratégico para a integração das intervenções relativas às DCNT na APS (CSP) - do PEN da OMS ao PEN-Plus;
3. PEN-Plus revelado: estratégias regionais pioneiras, oportunidades e fronteiras;
4. Envolver, capacitar, atingir qualidade: assistência centrada na comunidade, na pessoa e para todos;
5. Enfrentar o desafio de financiamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis em África



The banner features a photograph of a healthcare worker in a white uniform and headscarf attending to a patient's arm. The background is a light yellow gradient. The ICPPA logo, consisting of a colorful circular graphic and the text 'ICPPA International Conference on PEN-Plus in Africa 2024', is in the top right. The main text is in a bold, dark blue font, enclosed in a white box with a blue border. At the bottom, there are logos for the World Health Organization African Region, Helmsley Charitable Trust, and the NCD Poverty Network.

SAVE THE DATE **23-25 April 2024**
Dar Es Salaam, Tanzania

1st International Conference on the PEN-Plus Regional Strategy to Address Severe NCDs in Africa (ICPPA)

World Health Organization African Region | THE LORDS H. AND LADY B. HELMSLEY CHARITABLE TRUST | NCD POVERTY NETWORK

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Cúpula de Chefes de Estado para a Paz e Segurança Regionais

A [Sessão Extraordinária da Troika da Cimeira da Southern African Development Community](#) (SADC), envolvendo os países contribuintes de tropas para as missões na República Democrática do Congo (SAMIDRC) e em Moçambique (SAMIM), foi realizada em 23 de março. Presidida por Hakainde Hichilema, Presidente da Zâmbia e atual líder do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança da SADC, a Cúpula incluiu a participação de representantes de alto nível dos Estados-Membros.

Os Chefes de Estado e representantes de Angola, República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe, Lesoto, Namíbia, Tanzânia, Botswana e África do Sul estiveram presentes, demonstrando a cooperação regional dentro da SADC. A Cúpula também prestou homenagem às figuras políticas recentemente falecidas e expressou condolências pelas perdas, incluindo a do terceiro presidente da Namíbia e do segundo presidente da Tanzânia, bem como a de soldados sul-africanos mortos em combate.

Os contributos dos Estados-Membros para a SAMIM e SAMIDRC foram reconhecidos, reafirmando o compromisso com a defesa mútua e a segurança regional. A Cúpula apoiou os processos políticos e diplomáticos em curso, como o Processo de Luanda e o Processo de Nairobi, e agradeceu à Comissão da União Africana e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas pelo seu apoio.

Além disso, houve uma reafirmação do compromisso com a assistência diplomática e militar à República Democrática do Congo, visando solucionar o conflito no leste do país. As contribuições da SADC para a estabilidade regional foram elogiadas, e o descontentamento com a correspondência do Ruanda à ONU e à União Africana foi expresso. A Cúpula enfatizou o objetivo da SAMIDRC em restaurar a paz e a segurança, alinhado com os tratados e protocolos da SADC.

Os agradecimentos dos Presidentes da República Democrática do Congo e de Moçambique destacaram o apoio da SADC na promoção da paz e segurança. A liderança de Hakainde Hichilema na condução da Cúpula e na promoção da cooperação regional foi particularmente elogiada, reforçando o papel da SADC na manutenção da paz e da estabilidade no sul da África.

Desenvolvimento estratégico da cadeia de valor do couro no Malawi²⁵³

A SADC está engajada em fomentar o crescimento das cadeias de valor regionais, sendo a cadeia de valor do couro uma das 32 identificadas como prioritárias. Esta iniciativa está alinhada com os objetivos estratégicos regionais de promover a industrialização e a integração econômica, impulsionados pelo setor agrícola e pelos recursos naturais. A região da SADC possui um significativo rebanho de bovinos, ovinos e caprinos, ultrapassando 300 milhões de cabeças, com o Malawi contribuindo com uma fração considerável, especialmente em caprinos, refletindo um crescimento consistente no número de gado.

No contexto do Programa de Apoio à Industrialização e aos Sectores Produtivos (SIPS), o Secretariado da SADC colaborou com o Ministério do Comércio e Indústria do Malawi para

²⁵³ <https://www.sadc.int/latest-news/malawi-leather-value-chain-stakeholders-meet-develop-strategic-plan-development-leather>

realizar um *workshop* em Blantyre, Malawi, nos dias 12 e 13 de março. O objetivo era desenvolver um Plano de Trabalho Estratégico nacional, incorporando o Quadro Político Regional do Modelo da Cadeia de Valor do Couro. O evento reuniu *stakeholders* dos setores público e privado, visando identificar lacunas políticas e regulatórias e estabelecer práticas recomendadas para superar os desafios na cadeia de valor local do couro.

Durante o *workshop*, a Vice-Directora da Indústria, Sra. Gladys Chimpokosera, destacou a importância do setor do couro para o desenvolvimento econômico do Malawi, alinhando-se com a Visão 2063 do país, que enfatiza a industrialização, pesquisa, ciência, tecnologia e inovação. Ela reconheceu os esforços para melhorar a capacidade produtiva e posicionar o couro como uma oportunidade de negócio lucrativa, tanto local quanto regionalmente, ao mesmo tempo que apontou desafios como a falta de inovação e barreiras tecnológicas.

A Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (SISR) 2015-2063 foi citada como um marco para impulsionar a industrialização e a integração regional, com um chamado para reorientar o sistema educacional em direção a economias baseadas em conhecimento e habilidades técnicas. Calicious Tatalife, oficial sênior do Programa para Cadeias de Valor no Secretariado da SADC, ressaltou a importância de alinhar a política regional com as diretrizes nacionais, visando a complementaridade entre os objetivos regionais e nacionais e reforçando a cadeia de valor do couro no Malawi e na região.

O *workshop* foi suportado por um acordo de financiamento com a União Europeia, através do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento, evidenciando a colaboração internacional no desenvolvimento econômico regional.

A União Europeia desce do muro para apelar a um cessar-fogo em Gaza

The European Union comes down from the wall to call for a ceasefire in Gaza

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *After 5 months of inaction, the European Union finally comes down from the wall to call for a ceasefire in the Gaza Strip. Although the bloc defends the creation of the Palestinian State, this position is endorsed by only 1/3 of its members. Wars continue to be on the European agenda. European food security, affected by the war in Ukraine, was also on the fortnight's agenda with the possibility of imposing customs duties on Russian and Ukrainian agricultural imports. Covid-19 leaves the global political agenda, but marks the populations health, as in the dramatic increase in deaths from tuberculosis recorded in the WHO European Region, due to the discontinuity in testing, diagnosis and care during the pandemic.*

Keywords: *Global Health; European Union; WHO Europe; War; Tuberculosis*

Resumo. Após 5 meses de omissão, a União Europeia finalmente desce do muro para apelar a um cessar-fogo na Faixa de Gaza. Apesar do bloco defender a criação do Estado Palestino, tal posição é referendada por apenas 1/3. As guerras seguem pautando a agenda europeia. A segurança alimentar europeia, afetada pela guerra na Ucrânia, também foi pauta da quinzena com a possibilidade de imposição de direitos alfandegários sobre importações agrícolas russas e ucranianas. A Covid-19 sai da agenda política global, mas deixa seu rastro na saúde das populações, como no dramático aumento de mortes por tuberculose registrado na Região Europeia da OMS, pela descontinuidade nos testes, diagnóstico e cuidado durante a pandemia.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; OMS Europa; Guerra; Tuberculose

[Finalmente os líderes da União Europeia \(UE\) pedem um cessar-fogo na Faixa de Gaza. Isto acontece após 5 meses de omissão](#), decorrente das divisões entre os 27 Estados-membros. A incapacidade de se unirem em torno de um apelo ao cessar-fogo, veio acompanhada de pressão sobre o bloco e de acusações de jogo duplo frente à guerra na Ucrânia. Em cimeira realizada na semana passada, com a mudança de posição da Hungria, os líderes da UE apelaram unanimemente a "uma pausa humanitária imediata que conduza a um cessar-fogo sustentável". [No documento de conclusões da cimeira](#), os líderes lamentam a situação humanitária catastrófica em Gaza e o seu efeito desproporcionado sobre os civis, bem como a fome causada pela insuficiente entrada de ajuda em Gaza: "o Conselho Europeu está profundamente preocupado com a situação humanitária catastrófica em Gaza e o seu efeito desproporcional sobre os civis, especialmente as crianças, assim como com o risco iminente de fome causado pela entrada insuficiente de ajuda em Gaza. Acesso humanitário completo, rápido, seguro e sem obstáculos dentro e em toda a Faixa de Gaza através de todas as rotas é essencial para fornecer à população civil assistência vital e serviços básicos em grande escala". Saudando o corredor marítimo humanitário Chipre-Gaza recém-inaugurado, reconhecem que são necessárias travessias terrestres para entregar ajuda vital. Os chefes de Estado e de governo exigem, também, que Israel cumpra a histórica decisão do Tribunal Internacional de Justiça, emitida em janeiro, que obriga o governo a tomar [medidas para evitar o genocídio](#) em Gaza.

O documento atesta que a União Europeia continua firmemente empenhada numa paz duradoura e sustentável baseada na solução de 2 Estados: palestinos e israelenses têm o mesmo direito de viver em segurança, dignidade e paz (artigo 28). No entanto, [dos 27 Estados-membros, apenas 9 reconhecem o Estado da Palestina](#): Suécia, Malta, Chipre, Hungria, República Checa, Bulgária, Polónia, Roménia e Eslováquia - a maioria deles atualmente apoiando Israel. Assim, apesar das divisões, a contraditória e hipócrita posição oficial da UE é a de relançar o processo de paz para estabelecer uma solução de 2 estados assim que for possível. Até o momento, apenas [Espanha, Irlanda, Eslovênia e Malta prometem reconhecer o Estado da Palestina](#). Tais países se reuniram à margem da cimeira da UE para discutir a sua disponibilidade para reconhecer a Palestina, acrescentando que estão prontos para o fazer quando esta puder dar um contributo positivo e as circunstâncias forem adequadas.

[O Conselho Europeu reiterou o seu firme apoio à Ucrânia, saudou a iniciativa checa de fornecer munições à Ucrânia e aprovou a proposta](#) da Comissão e do Alto Representante de utilizar as receitas extraordinárias provenientes dos ativos russos imobilizados para financiar equipamento militar para a Ucrânia. A presidente da Comissão Europeia, Úrsula Von der Leyen, salientou que esta semana a Ucrânia recebeu os primeiros 4,5 mil milhões de euros ao abrigo do Mecanismo para a Ucrânia, que proporcionará à Ucrânia um financiamento regular e fiável.

Os líderes da UE debateram a necessidade de aumento da prontidão europeia e capacidades de defesa, acolhendo favoravelmente outra proposta da Comissão e do Alto Representante sobre uma Estratégia Industrial Europeia de Defesa. O Conselho foi convidado a levar adiante uma proposta de acompanhamento relativa a um Programa Europeu para a Indústria de Defesa.

O Presidente do Conselho, Charles Michel, mencionou a [proposta da Comissão de aumentar as tarifas sobre cereais, sementes oleaginosas e produtos derivados russos e bielorrussos](#). “Existem vários bons motivos para fazer esta proposta. Impedirá que os cereais russos desestabilizem o mercado da UE. Impedirá a Rússia de utilizar as receitas provenientes da exportação destes produtos para a União Europeia. E irá garantir que as exportações ilegais russas de cereais ucranianos roubados não entrem no mercado da UE”, disse o Presidente na conferência de imprensa de encerramento. A Comissão europeia propõe taxar até 95 euros por tonelada de cereais (milho e trigo) e a 50% do valor de mercado oleaginosas, certas importações agrícolas da Rússia e da Bielorrússia. A proposta ainda precisa ser aprovada.

O tema agrícola é sensível desde o início da guerra, quando tropas russas bloquearam os portos do Mar Negro, impedindo a Ucrânia, uma grande exportadora de produtos agrícolas, de utilizar sua rota comercial tradicional. Para compensar, a UE criou “rotas de solidariedade”, isentando todos os produtos ucranianos de direitos aduaneiros e cotas, e proporcionando vias alternativas por terra. No entanto, países vizinhos, como Polónia, Hungria, Eslováquia, Bulgária e Roménia se sentiram prejudicados com a enxurrada de cereais ucranianos de baixo custo e isentos de direitos, porque obrigaram os agricultores locais a baixarem seus preços para poderem competir com tais produtos. Polónia, a Hungria e a Eslováquia impuseram proibições unilaterais e descoordenadas a uma série de produtos alimentares ucranianos, que se mantêm até hoje. Apesar das múltiplas tentativas para resolver o litígio, o bloco não conseguiu encontrar uma solução duradoura.

No início desta semana, foi obtido um acordo para prolongar o regime de comércio livre até 2025, com salvaguardas reforçadas para controlar os fluxos de aves de capoeira, ovos, açúcar, aveia, milho, cereais e mel. Mas pouco depois de o acordo ter sido anunciado, os

Estados-membros pediram mais tempo para analisar o texto, lançando dúvidas sobre o processo. Países como França, Itália e Grécia, liderados pela Polônia, aproveitaram o ensejo para pedir a imposição de barreiras tarifárias e/ou não tarifárias, como cotas, sobre determinados produtos agrícolas ucranianos, principalmente cereais, como aveia e milho, excluindo-se o trigo. O presidente ucraniano, Wladimir Zelenski, reagiu lamentando que “Infelizmente, o acesso a entrada da Rússia no mercado agrícola europeu permanece ilimitado”²⁵⁴.

[O presidente francês, Emmanuel Macron, está no Brasil, trazendo agendas ambientais, políticas e estratégica.](#) Macron foi recebido por Lula em Belém, no dia 26 de março, seguindo para a Ilha do Combu, onde visitaram comunidades locais e encontraram lideranças indígenas. Na pauta, o bioma amazônico, compartilhado pela França, em função da Guiana Francesa, departamento ultramarino da França, possuir floresta em seu território. A agenda é centrada na preservação ambiental e na agenda climática, no desenvolvimento econômico local, na promoção do comércio e da integração das áreas fronteiriças e nas comunidades indígenas. Na manhã do dia 27, os presidentes participaram do lançamento ao mar do terceiro submarino do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), parte importante da cooperação dos dois países na área de defesa, tema da Parceria Estratégica entre os dois países, firmada em 2008, durante o segundo mandato do presidente Lula. Ainda no dia 27, Macron seguiu sem Lula para São Paulo, onde participou de (mais uma) inauguração do Instituto Pasteur de São Paulo e do Fórum Econômico Brasil-França, que contou com a presença do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. O encontro teve como objetivo fortalecer a cooperação para aumentar o volume do intercâmbio comercial e dos investimentos recíprocos, por meio da promoção de um ambiente fluido de negócios. No dia 28 de março, o presidente Lula voltou a recepcionar o presidente francês em Brasília para uma visita de Estado, quando aconteceu a reunião bilateral entre os dois países e a assinatura de atos, dentre os quais o novo plano de ação da Parceria Estratégica, também chamado de Mapa do Caminho. O plano orienta as principais ações identificadas pelos dois países e como nós implementá-las.

[O portal do Planalto também destaca,](#) dentre os acordos firmados, o protocolo de intenções de investimento da ordem de R\$ 100 milhões de reais entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco da Amazônia e a AFD, que é a Agência Francesa de Desenvolvimento. O Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica é outro destaque apontado nas negociações. Trata-se de um Centro que existe, porém sem uma estrutura física. O plano é retomar o trabalho fazendo pesquisas, fomentadas por editais, sobre assuntos de interesse mútuo em que pesquisadores e cientistas de ambos os lados possam trabalhar conjuntamente.

No âmbito da saúde global, o destaque vai para o [Dia Mundial da Tuberculose, 24 de março, quando, anualmente, é divulgado o relatório da OMS/Europa-ECDC.](#) O relatório de vigilância e monitorização da TB deste ano, traz revelação preocupante e mostra uma região a se recuperar, mas ainda a sofrer o impacto da pandemia de Covid-19 nos testes, no diagnóstico e nos cuidados. [Quase 7.000 mortes em excesso por tuberculose \(TB\) ocorreram na Região Europeia da OMS nos 3 anos da pandemia de Covid-19 \(2020–2022\)](#) em comparação com o que

²⁵⁴ “Les Européens vont taxer les céréales russes Les Vingt-Sept vont rouvrir l’accord qu’ils avaient trouvé pour réduire les importations de produits agricoles ukrainiens ». Le Monde Diplomatique, edição impressa, Domingo 24 – Segunda 25, março 2024, página 13

os especialistas esperavam com base nas estimativas anteriores a 2020. Este aumento da mortalidade foi um resultado direto da pandemia e não teria ocorrido se os esforços de diagnóstico e tratamento da TB não tivessem sido interrompidos. “O nosso último relatório revela uma situação dolorosa e totalmente evitável: as pessoas afetadas pela TB não estavam protegidas durante a pandemia e 7.000 perderam a vida desnecessariamente devido a interrupções nos serviços de TB”, afirmou o Dr. Hans Henri P. Kluge, Diretor Regional da OMS para a Europa.

Outra fonte de preocupação, tida como “outra tragédia em evolução e evitável” por Kluge é o aumento da prevalência da TB resistente aos medicamentos. Em média, apenas 6 em cada 10 tratamentos de TB utilizando medicamentos de primeira linha tiveram sucesso na cura da infecção nos países da UE. Na Região da OMS/Europa em geral, 7 em cada 10 tratamentos para a TB curaram a infecção. Estas são as taxas mais baixas numa década, indicando possíveis problemas com a adesão ao tratamento e prováveis lacunas na monitorização dos resultados do tratamento. Também são preocupantes os sinais de que a gestão da co-infecção por TB e HIV não é a ideal. Apenas 48% dos pacientes com TB e HIV na Região e 54% na UE que iniciaram o tratamento da TB em 2021 foram curados. Para acelerar os esforços para alcançar as metas de acabar com a TB, a OMS e o ECDC recomendam: intensificar os esforços para encontrar e tratar ativamente casos de TB desaparecidos, através do reforço dos testes de TB; disponibilizar opções de tratamento preventivo a todos aqueles que delas necessitam; e implementar totalmente regimes de tratamento atualizados, curtos e totalmente orais.

O monitoramento do progresso rumo às metas do novo Plano de Ação para a Tuberculose para a Região Europeia da OMS 2023-2030 é um desafio devido à escassez ou inexistência de relatórios sobre alguns indicadores. Apenas 20 dos 30 indicadores descritos no Plano de Ação foram monitorados e avaliados utilizando dados de vigilância de rotina. Há uma necessidade clara de todos os países da Região, incluindo os da UE, se concentrarem na melhoria dos dados, tornando os dados mais representativos e completos e utilizando diferentes fontes para complementar as informações de vigilância existentes.

Considerações Finais

As recentes e duras falas de Lula sobre o genocídio que Israel vem promovendo em Gaza parecem ter surtido efeito globalmente. Após 5 meses de omissão, a União Europeia finalmente desce do muro para apelar a um cessar-fogo. Curioso é o bloco defender a criação do Estado Palestino, sendo que apenas 1/3 de seus países membros referenda tal posição. As guerras estão pautando a agenda europeia, que busca se reorganizar militarmente, principalmente estimulando a indústria bélica local. A segurança alimentar europeia, afetada pela guerra na Ucrânia, também foi pauta da quinzena com a possibilidade de imposição de direitos alfandegários sobre importações agrícolas russas e ucranianas. A Covid-19 sai da agenda política global, mas deixa seu rastro na saúde das populações, como no dramático aumento de mortes por tuberculose registrado na Região Europeia da OMS, pela descontinuidade nos testes, diagnóstico e cuidado durante a pandemia.

ASEAN: Melhorando a conectividade e a resiliência

Lucia Marques

Competiremos efetivamente com a República Popular da China, que é o único concorrente tanto com intenção quanto com, cada vez mais, capacidade de remodelar a ordem internacional.²⁵⁵

Resumo: Com uma população de aproximadamente 670 milhões de habitantes e taxas de crescimento de cerca de 5,7% nas últimas duas décadas, a ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático - representa a quinta maior economia do mundo. São países inovadores que estão em processo acelerado de desenvolvimento tecnológico – e EUA estão de olho. Sob a presidência da República Popular Democrática do Laos, o bloco busca melhorar a conectividade e a resiliência para enfrentar os cenários de mudanças e desafios econômicos e geopolíticos. A instabilidade na região do Mar Meridional da China, em função das alianças militares dos EUA, contra a China, com países da região que reivindicam áreas sobrepostas do mar, está aumentando. E pode ser uma fator de risco para provocar confrontos na região e também enfraquecer o papel da ASEAN, uma vez que quatro dos principais países que disputam direitos são países aseanos. A ASEAN tem sido um bloco coeso e resistente à competição e disputa geopolítica, principalmente, resistindo às pressões dos americanos contra a China. E o Brasil vê a ASEAN como uma parceira de crescente relevância e acaba de designar o primeiro embaixador dedicado do Brasil no bloco.

Palavras chaves: ASEAN, Mar Meridional da China, EUA X China, conectividade e resiliência

Abstract: *With a population of approximately 670 million inhabitants and growth rates of around 5.7% over the last two decades, ASEAN – Association of Southeast Asian Nations – represents the fifth largest economy in the world. These are innovative countries that are in an accelerated process of technological development – and the USA is watching. Under the presidency of the Lao People's Democratic Republic, the bloc seeks to improve connectivity and resilience to face changing scenarios and economic and geopolitical challenges. Instability in the South China Sea region, due to US military alliances against China, with countries in the region that claim overlapping areas of the sea, is increasing. And it could be a risk factor for provoking clashes in the region and weakening the role of ASEAN, since four of the main countries disputing rights are ASEAN countries. ASEAN has been a cohesive bloc resistant to geopolitical competition and dispute, mainly resisting American pressure against China. And Brazil sees ASEAN as a partner of growing relevance and has just appointed Brazil's first dedicated ambassador to the bloc.*

Keywords: ASEAN, South China Sea, US vs. China, connectivity and resilience

Conectividade e resiliência são o foco principal para 2024 da presidência rotativa da República Popular Democrática do Laos do bloco mais importante do Sudeste da Ásia – ASEAN

²⁵⁵ Objetivo da [Estratégia de Segurança Nacional](#) do Governo Biden-Harris (EUA), de outubro de 2022.

([Associação das Nações do Sudeste Asiático](#)), formado por Brunei, Camboja, Filipinas, [Indonésia](#), Laos, [Malásia](#), Myanmar, [Singapura](#), [Tailândia](#), Timor Leste - em processo final de adesão ao bloco - e [Vietnã](#). Esses países asiáticos são extremamente inovadores e estão em processo acelerado de desenvolvimento tecnológico.

Com uma população de aproximadamente 670 milhões de habitantes e taxas de crescimento de cerca de 5,7% nas últimas duas décadas, a ASEAN representa a quinta maior economia do mundo. Segundo projeções do FMI, os países da região terão contribuído com 10% do crescimento do PIB global em 2023.²⁵⁶

A ASEAN estabeleceu vários acordos de cooperação, parcerias e tratados com países não-aseanos e com União Europeia, por exemplo. O Brasil, em final de 2022, tornou-se um Parceiro de Diálogo da ASEAN. A colaboração com o bloco é prioridade para a política externa brasileira. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, esteve no final do ano passado em viagem à Indonésia, Camboja e Filipinas, quando lançou oficialmente a Parceria Diálogo Setorial Brasil-ASEAN.²⁵⁷

E acaba de designar o Embaixador Henrique Archanjo Ferraro, como o primeiro Embaixador dedicado do Brasil na ASEAN. Para o Secretário-Geral da ASEAN, Dr. Kao Kim Hourn, a nomeação demonstra o forte compromisso do Brasil em fortalecer a Parceria de Diálogo Setorial ASEAN-Brasil.²⁵⁸ O Embaixador Ferraro reafirmou a importância estratégica da ASEAN para a política externa do Brasil – e o país tem realizado ações para aproximar atores e identificar sinergias.²⁵⁹ Ele reafirmou o apoio do Brasil à centralidade da ASEAN e ao compromisso de promover as relações com a ASEAN e os Estados Membros da ASEAN, inclusive por meio das estruturas das relações ASEAN-MERCOSUL e ASEAN-CELAC. Para os próximos quatro anos, a cooperação prática se concentrará nas áreas de comércio e investimento, energia, segurança alimentar e ciência, tecnologia e inovação.

Melhorar a conectividade e a resiliência

Olhando para o contexto global de 2024, como competição crescente entre grandes potências; situações na Europa, Médio Oriente, Mar da Meridional da China, na península das Coreias e em Myanmar; questões de segurança tradicionais e não tradicionais e outros desafios, incluindo alterações climáticas e catástrofes naturais; dificuldades econômicas e financeiras persistentes; recuperação econômica global gradual, mas ainda frágil; e, considerando que muitas economias ainda estão a abordar questões relacionadas com a perturbação da cadeia de abastecimento e a impulsionar o comércio, o investimento, o turismo, bem como a ligação entre pessoas, a RPD do Laos escolheu a [conectividade e resiliência como tema de sua presidência](#).

A RPD do Laos considera crucial o papel da conectividade no apoio a uma integração regional e o fortalecimento da Comunidade ASEAN para aproveitar as oportunidades e enfrentar eficazmente os desafios atuais e emergentes. E propôs três pilares

²⁵⁶ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/seminario-201cbrasil-asean-perspectivas-para-uma-parceria-emergente201d-2013-brasil-3-de-abril-de-2024

²⁵⁷ <https://comexdobrasil.com/chanceler-visita-3-paises-da-asean-para-estreitar-dialogo-cooperacao-e-comercio/>

²⁵⁸ <https://asean.org/the-first-dedicated-ambassador-of-brazil-to-asean-presents-letter-of-credence-to-the-secretary-general-of-asean/>

²⁵⁹ No dia 3 de abril, acontece em Brasília o Seminário Brasil-ASEAN - Perspectivas para uma Parceria Emergente,, organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão,

Laos propôs o [Plano Diretor de Conectividade ASEAN 2025](#), baseado em três pilares comunitários: 1) promover a conectividade das infraestruturas; 2) reduzir o fosso de desenvolvimento e promover uma maior integração econômica e intercâmbios interpessoais; 3) reforçar ainda mais as relações da ASEAN com parceiros externos, mantendo ao mesmo tempo a relevância e a centralidade da ASEAN na arquitetura regional em evolução. E definiu cinco áreas estratégicas: Infraestrutura sustentável, inovação digital, logística desembaraçada, excelência regulatória e mobilidade de pessoas.

Laos busca que a conectividade contribua para a construção da Comunidade ASEAN e, assim, fortaleça a resiliência frente aos atuais cenários geopolíticos e geoeconômicos em rápida mudança, sua complexidade e desafios multidimensionais, visando a centralidade da ASEAN e sua relevância.



A ASEAN tem sido um bloco coeso e resistente à competição e disputa geopolítica, principalmente, resistindo às pressões americanos contra a China. Essa coesão está em risco à medida em que os EUA aumentam suas ações e acordos militares com países aseanos, visando combater a China no Indo-Pacífico. E envolve hospedar permanentemente sistemas de mísseis nos países aliados na região (Austrália, Japão, Filipinas, Coreia do Sul e Tailândia) para garantir liberdade dos mares, para **“convencer a China a adotar a definição dos EUA/Ocidente em relação à liberdade dos mares”** (página 2, da análise [“Competição Estratégica EUA-China no Sul e Mares da China Oriental: Antecedentes e Questões para o Congresso](#), de janeiro de 2022). A é resultado de um documento de 197 páginas [Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China](#), que mapeia e analisa capacidades militares (pessoas, equipamentos e infraestruturas) da China, e suas atividades no entorno, de 2020/2021. O documento sobre Segurança Nacional divulgado lançado em 2022 coloca a China como o grande rival. “Competiremos efetivamente com a República Popular da China, que é o único concorrente tanto com intenção quanto com, cada vez mais, capacidade de remodelar a ordem internacional.”²⁶⁰

Não foi à toa que a situação, cada vez mais tensa, no Mar Meridional da China ocupou espaço na primeira cúpula de Ministros de Negócios Estrangeiros da ASEAN, em final de janeiro, quando alguns ministros expressaram preocupações sobre as reclamações de terras e atividades, que corroeram a confiança e a confiança, aumentaram as tensões e podem minar a paz, a segurança e a estabilidade na região ([Declaração](#)). Na ocasião, reafirmaram a necessidade de procurar a resolução pacífica de litígios, em conformidade com os princípios universalmente

²⁶⁰ <https://www.state.gov/translations/portuguese/informativo-estrategia-de-seguranca-nacional-do-governo-biden-harris/#:~:text=A%20Estrat%C3%A9gia%20est%C3%A1%20enraizada%20em,do%20modo%20de%20vida%20Oamericano>

reconhecidos do direito internacional, incluindo a **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar** (CNUDM também referida pelo acrónimo em inglês UNCLOS (de *United Nations Convention on the Law of the Sea*), de 1982. Os ministros enfatizaram a importância da autocontenção na condução de todas as atividades dos requerentes e de todos os outros Estados, incluindo aquelas mencionadas na Declaração de 2002, espécie de código de Conduta das Partes no Mar Meridional da China, ainda em elaboração, que poderiam complicar ainda mais a situação e aumentar as tensões na região.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Enquanto os olhos do mundo estão voltados para Gaza e Ucrânia...

... EUA ampliam as ações militares para conter a China no Indo-Pacífico.²⁶¹ E os riscos de mais um conflito no mundo aumentam, uma vez que o Mar Meridional da China é visto como um potencial foco de conflito global.

Recentemente, em sinal de força endereçada a Pequim, os EUA ampliaram seu movimento militarizado no Mar Meridional da China, enviando mais um navio militar para se juntar a outro das Filipinas²⁶², que mantém com a China uma relação tensa por conta das reivindicações de águas territoriais naquele Mar. Alerta ligado.

E agora, está prestes a tomar forma um mecanismo de cooperação trilateral dos EUA, Japão e Filipinas, focando a contenção de Pequim no Mar Meridional da China. A visita do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, à capital filipina, Manila, abre caminho para a cúpula dos líderes dos três países programada para esse semestre ainda²⁶³ - a cúpula proporcionará uma grande oportunidade para o presidente americano, Joe Biden, reafirmar as "alianças de ferro" dos EUA com o Japão e as Filipinas, quando questões a serem discutidas incluirão segurança na região e além, tecnologias emergentes, cadeias de suprimentos e cooperação climática.²⁶⁴

Especialistas chineses acreditam que esse é um movimento de Washington para criar um mecanismo semelhante ao QUAD (mecanismo com foco militar que reúne Austrália, Índia, Japão e EUA), voltado para o Indo Pacífico. Observadores apontam que tais ações não apenas correm o risco de provocar confrontos militares na região, mas também enfraquecem o papel da ASEAN na região²⁶⁵ – quatro dos principais países que disputam direitos são países aseanos – os EUA e Filipinas já têm cooperação de defesa madura - com instalação de base americana para lançamento de mísseis -, agora querem incluir o Japão para ampliar o seu modo de cooperação para um modo multilateral.

²⁶¹ <https://www.globaltimes.cn/page/202403/1309300.shtml>

²⁶² <https://referencia.com/asia-e-pacifico/em-um-sinal-de-forca-enderecado-a-beijing-eua-lancam-patrolha-no-mar-da-china-meridional/>

²⁶³ <https://www.globaltimes.cn/page/202403/1309126.shtml>

²⁶⁴ <https://english.kyodonews.net/news/2024/03/ae3a3d0ba68d-biden-to-host-3-way-summit-with-japan-philippines-on-april-11.html>

²⁶⁵ As disputas sobre direitos de soberania na região sempre foi um ponto nevrálgico para ASEAN, uma vez que quatro países aseanos disputam as águas territoriais. Enquanto presidente do bloco, em 2023, Indonésia buscou, sem sucesso, avançar num acordo para as reivindicações, especialmente com China. Mas a atuação militar americana na região mantém Pequim em alerta e dificulta que o gigante asiático abra mão de qualquer reivindicação.

Esse mecanismo é só mais um movimento sob liderança americana para conter Pequim no Indo-Pacífico, e encontra no Japão um forte aliado. No rascunho do documento para 2024 da política externa japonesa - [Bluebook Diplomático](#) -, o Japão parece pronto para continuar seu tom agressivo em relação à China, e se concentra mais em impulsionar os laços trilaterais com os EUA e as Filipinas em uma tentativa de conter o desenvolvimento pacífico da China, afirmando que movimentos de Pequim colocaram o Japão no “ambiente de segurança mais severo e complexo” e devem ser abordados colaborando com nações que pensam da mesma forma não apenas com seu aliado próximo, os Estados Unidos, mas também as Filipinas, Austrália e Coreia do Sul.²⁶⁶

Em fevereiro, o Japão realizou seu primeiro exercício de segurança cibernética com cinco países insulares do Pacífico (Fórum da Ilhas Pacífico)²⁶⁷, aparentemente visando em conjunto com os EUA criar conectividade digital segura e robusta na região estrategicamente importante, onde a China está expandindo sua influência. No entanto, qualquer iniciativa regional do Japão seria melhor recebida se fosse projetada para não forçar os países participantes – sejam eles estados insulares do Pacífico ou membros da ASEAN – a escolher lados entre a aliança Japão-EUA e a China, argumentam eles.²⁶⁸

²⁶⁶ <https://english.kyodonews.net/news/2024/03/c18cc7b79ecd-japan-policy-paper-to-focus-on-us-philippine-ties-to-counter-china.html?phrase=Bluebook&words=Bluebook,bluebook>

²⁶⁷ O PIF é composto pela Austrália, Ilhas Cook, Micronésia, Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Nova Zelândia, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vanuatu e os territórios ultramarinos da França da Nova Caledônia e Polinésia Francesa.

²⁶⁸ <https://english.kyodonews.net/news/2024/03/8acd11bbe552-focus-japan-begins-pacific-cybersecurity-push-to-counter-china-threat.html>

A China e vários países do Sudeste asiático, entre eles Filipinas, Malásia, Vietnã, Brunei e Taiwan têm reivindicações concorrentes de soberania.

Os EUA não são reivindicadores do Mar do Sul da China, mas afirmam que as águas são cruciais para o seu interesse nacional de garantir a liberdade dos mares em todo o mundo. E por isso mantém destróieres, porta-aviões, submarinos da Marinha em operações de liberdade de navegação perto de ilhas contestadas,

Devido a questões históricas não resolvidas e ao contínuo envolvimento americano, Pequim invariavelmente vê suas relações regionais serem elementos de escrutínio de um ator "forasteiro" e sem conexões geográficas e culturais com a região.²⁶⁹



China and Taiwan Malaysia Vietnam Brunei Philippines

https://pt.wikipedia.org/wiki/Disputas_territoriais_no_mar_da_China_Meridional#/media/Ficheiro:South_China_Sea_claims_map.svg

O conflito no Mar do Sul da China é uma questão de delimitação marítima que tem efeitos colaterais nos direitos de navegação e soberania²⁷⁰ sobre o conjunto de arquipélagos de Spratley e Paracel.²⁷¹ As disputas na região datam do século XIX, mas, os conflitos se intensificaram na década de 1970, quando uma empresa petrolífera filipina encontrou significativas reservas de petróleo. Atualmente, China, Taiwan, Vietnã, Malásia, Filipinas e Brunei clamam soberania sobre os arquipélagos. Todos estes países, com exceção de Brunei, estabeleceram presença nas ilhas. O Vietnã possui tropas em vinte e uma ilhas, as Filipinas em oito, a China em seis, a Malásia em três e Taiwan em uma. A partir dos anos 2000 os pequenos conflitos entre os Estados da região se tornaram mais frequentes, com engajamentos entre navios chineses e barcos pesqueiros do Vietnã, como também barcos filipinos e navios de guerra.²⁷²

Nas últimas duas décadas, a China ocupou uma série de recifes e atóis longe da sua costa, no Mar Meridional da China, construindo instalações militares, incluindo pistas e portos. Os requerentes concorrentes, como as Filipinas, afirmam que tais ações infringem a sua soberania

²⁶⁹ Leia mais em [As atuais percepções chinesas de suas relações regionais](#), de Moises Lopes de Souza.

²⁷⁰ Leia mais em [Conflito do Mar do sul da China e a UNCLOS](#), de Kelly de Souza Ferreira.

²⁷¹ Na porção sul do mar fica a cadeia de ilhas Spratly, que Pequim chama de ilhas Nansha. O arquipélago é composto por 100 ilhotas e recifes, dos quais 45 são ocupados pela China, Taiwan, Malásia, Vietnã ou Filipinas. Na parte noroeste do mar, as Paracels – conhecidas como ilhas Xisha na China – são controladas por Pequim desde 1974, apesar das reivindicações do Vietnã e de Taiwan.

²⁷² <https://revistaelectronica.fab.mil.br/index.php/afa/article/view/24>

e violam o direito marítimo. E os Estados Unidos concordam, levando a receios de que o Mar do Sul da China possa tornar-se um ponto de conflito entre as duas superpotências.²⁷³

O Mar Meridional da China

O Mar Meridional da China, embora tenha esse nome, não pertence à China; é uma importante via marítima comercial do sudeste da Ásia, com 1,3 milhão de km². A hidrovia é vital para o comércio internacional, com um terço estimado do transporte marítimo global no valor de bilhões de dólares a passar todos os anos.

É também o lar de vastas áreas de pesca férteis das quais dependem muitas vidas e meios de subsistência. O Mar do Sul da China, como também é designado, abriga centenas de ilhas e atóis de coral, em grande parte desabitados, e uma vida selvagem diversificada em risco devido às alterações climáticas e à poluição marinha. Grande parte do seu valor econômico permanece inexplorado, no entanto. De acordo com a Agência de Informação Energética dos EUA, a hidrovia contém pelo menos 57 bilhões de km² de gás natural e 11 bilhões de barris de petróleo. E os EUA estão de olho nessa riqueza - os americanos estão presentes militarmente nas principais regiões onde estão localizadas as maiores reservas de petróleo e gás natural.

O Mar Meridional da China é imprescindível para a China - e também para Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura, Camboja e Taiwan. Todos reivindicam áreas que se sobrepõem; os reclamantes se movem para ocupar ou neutralizar uns aos outros há mais de 70 anos. No entanto, as disputas se intensificaram em 2020, quando o governo Trump, aumentou movimentos para cooptar aliados para combater uma China mais assertiva. Desde então, os EUA aumentaram a presença militar na área. Em resposta, a China transformou atóis desabitados e formações rochosas meio submersas em bases militares avançadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre norte-americanos e chineses vem se deteriorando nos últimos anos por divergências em uma série de questões de ordem militar, diplomática, econômica e geopolítica. Dentre elas, a aproximação de Washington com Taiwan e a guerra na Ucrânia.²⁷⁴ A atuação da China, ganhando espaço e aliados no Oriente Médio também incomodou muito o governo americano. Embora a China não tenha recebido destaque no discurso de Joe Biden no Congresso²⁷⁵, o país de Xi Jinping domina o Plano de Segurança Nacional americano.²⁷⁶

O aumento da militarização no Mar Meridional da China e no Estreito de Taiwan preocupa observadores. Os aliados dos EUA “confiam” na capacidade militar americana e no discurso em prol da liberdade e segurança da região. Mas os exemplos recentes da Ucrânia e de Israel deviam ser olhados e entendidos para além do que é visível ou dito. A América é realmente assim confiável?

A ASEAN, enquanto bloco estratégico do Sudeste asiático, tem conseguido se manter firme em sua posição contra a militarização da região. Tem sido um bloco coeso e resistente à competição e disputa geopolítica, principalmente, resistindo às pressões americanos contra a

²⁷³ <https://revistaeletronica.fab.mil.br/index.php/afa/article/view/24>

²⁷⁴ <https://www.poder360.com.br/internacional/china-diz-ter-avistado-navio-dos-eua-em-seu-territorio/>

²⁷⁵ <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2024/03/07/remarks-of-president-joe-biden-state-of-the-union-address-as-prepared-for-delivery-2/>

²⁷⁶ Marques, L. **Entendendo a estratégia dos EUA no Oriente Médio e suas consequências para a região e para o mundo.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 2-2-24. P. 189 \(186-197\).](#)

China. Em 2003, a China aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN, que diz que disputas “deverão ser resolvidas pacificamente, através de negociações amigáveis”. A região em questão é importante para que a China possa atingir alguns objetivos, por isso evita usar a força para resolver disputas marítimas – embora sempre esteja pronta para mostrar que tem capacidade e vem ampliando e modernizando sua marinha militar e sua força aérea, frente ao avanço da presença militar americana na região.²⁷⁷

Embora as disputas datem de há séculos e os países envolvidos se utilizam de dados históricos sobre a presença de diferentes povos na região para amparar suas reivindicações, elas se tornam mais assertivas nas últimas décadas. A sobreposição de reivindicações antigas com o potencial das reservas de petróleo e gás e a importância estratégica da região, especialmente em relação às rotas comerciais, dão complexidade à questão.²⁷⁸ As ações que se tornaram mais incisivas na última década tornaram o Mar Meridional da China uma área instável em termos de segurança e que merece ser constantemente observada e analisada.

O Indo-Pacífico é uma região que abriga um terço da população mundial; quatro das seis maiores economias e importantes economias em desenvolvimento. É uma região dinâmica e em expansão econômica e de crescimento em infraestruturas, portanto, está bem-posicionada para capturar oportunidades para o crescimento verde. Portanto, todas as questões definidoras do século XXI passam por esta região: a crise climática, a saúde global, o futuro tecnológico.

E os EUA estão de olho nisso. E agora têm pressa para uma resolução da guerra Israel-Hamas para focar no que realmente interessa à América – combater a China.

²⁷⁷ <https://revistaeletronica.fab.mil.br/index.php/afa/article/view/24/22>

²⁷⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Disputas_territoriais_no_mar_da_China_Meridional

Tiktok-se

Tik tok me

André Costa Lobato

Li Yunyun (Ana LI)

Abstract. Vice President Alckmin holds an inter-ministerial meeting in preparation for his trip to China in June, when he will co-chair COSBAN. The U.S. Congress calls for the nationalization or banning of TikTok, the biggest competitor of American social networks. Of Chinese origin, the company has set up an exclusive project for data maintenance within the US territory.

Keywords: Two sessions, Artificial Intelligence, Global Health Industry,

Resumo. Vice-presidente Alckmin faz reunião interministerial de preparo para sua viagem à China em junho, quando copresidirá a COSBAN. Congresso dos EUA pede nacionalização ou banimento do TikTok, maior competidora das redes sociais americanas. De origem chinesa, a empresa montou um projeto exclusivo para manutenção de dados dentro do território dos EUA.

Palavras-chave: Duas Sessões, Inteligência Artificial, Indústria Global de Saúde

Socioeconômica

Em 13 de março de 2024, a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou, com uma votação esmagadora de 352 a 65, um projeto de lei bipartidário direcionado ao TikTok, chamado "Ato de Proteção aos Americanos contra Aplicativos Controlados por Estrangeiros Inimigos",²⁷⁹ exige que a ByteDance, sediada em Pequim, se separe de sua subsidiária de plataforma de short vídeos, o TikTok, ou enfrentará a proibição nos Estados Unidos. Desde 2020, o ex-presidente Donald Trump até o Congresso dos Estados Unidos têm tentado introduzir várias legislações para restringir ou até proibir as operações do TikTok no país.

Embora o destino deste projeto de lei no Senado permaneça incerto, a onda anti-China na Câmara dos Deputados e os esforços intensivos para impor a proibição, juntamente com a atitude do presidente Biden de "assinar imediatamente", demonstram a atenção da alta administração dos Estados Unidos aos "riscos de segurança" apresentados pelo TikTok.

Alguns pontos importantes a serem observados sobre este projeto de lei. Em primeiro lugar, o projeto de lei é co-apresentado por membros do Partido Republicano e do Partido Democrata, indicando que o recebeu amplo apoio dentro de ambos os partidos. Em outras palavras, restringir o desenvolvimento de empresas chinesas não é apenas uma manobra de campanha eleitoral de um partido durante um ano eleitoral, mas sim um consenso geral entre os políticos americanos. Em segundo lugar, o projeto de lei confere ao presidente dos Estados Unidos novos poderes, permitindo-lhe determinar se os aplicativos de mídia social com mais de um milhão de usuários ativos por ano estão "sob controle de um adversário estrangeiro" e constituem um "risco à segurança nacional". Se este poder for exercido, pode não ser apenas

²⁷⁹ Congresso dos Estados Unidos. "House Bill 7521 - Protecting Americans from Foreign Adversary Controlled Applications". 118th Congress, 2nd Session, H.R. 7521. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/118th-congress/house-bill/7521/text>.

para facilitar a repressão a mais empresas chinesas pelos Estados Unidos, mas também estabelecer um precedente para o governo controlar as plataformas de mídia social nos Estados Unidos.

No entanto, qual é a realidade? A realidade é que não há evidência que prove que um aplicativo de mídia social popular entre os jovens, que compartilha vídeos leves de danças, cantos e outras formas de entretenimento, represente uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos. Tal como o diretor do Programa de Direito, Ciência e Tecnologia da Universidade Stanford Mark A. Lemley referiu, "não há evidências reais" de que o TikTok represente uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos²⁸⁰. O cerne da questão reside no fato de que o Congresso dos Estados Unidos adota uma atitude hostil em relação a qualquer empresa de tecnologia proveniente da China. A fabricação da chamada "ameaça dos dados chineses" pelos Estados Unidos é apenas uma desculpa fabricada para justificar suas ações de repressão à China. E o TikTok tem feito várias tentativas e ajustes para operar de forma localizada nos mercados estrangeiros e se adaptar às diversas políticas e restrições governamentais. Não apenas o TikTok transferiu sua sede para Cingapura e armazenou seus dados em servidores de terceiros para revisão, mas também contratou amplamente funcionários locais para participar das decisões operacionais.

O abuso do conceito de "segurança nacional" para reprimir empresas competitivas de outros países em diversos setores tem sido uma prática consistente dos Estados Unidos. Essa abordagem de recorrer a práticas de intimidação quando não consegue competir de maneira justa perturba as operações normais das empresas e prejudica a confiança dos investidores internacionais no ambiente de investimento dos Estados Unidos, o que, no final das contas, inevitavelmente prejudicará os próprios Estados Unidos.

Diplomática ²⁸¹

• Em preparação para a VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que será realizada nos dias 5 e 6 de junho, na China, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço (MDIC), Geraldo Alckmin, se reuniu com representantes do governo federal e do setor produtivo, nesta quinta-feira (21), para discutir pautas e parcerias estratégicas entre Brasil e China. A Cosban congrega 11 subcomissões: Política; Econômico-Comercial e de Cooperação; Econômico-Financeira; Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação; Agricultura; Temas Sanitários e Fitossanitários; Energia e Mineração; Ciência, Tecnologia e Inovação; Espacial; e de Cultura e Turismo; e Meio Ambiente. No dia 18, em Pequim, ocorreu a 10ª Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira da COSBAN.



²⁸⁰ China.org.cn. "TikTok Owner ByteDance to Divest Its U.S. Operations". Publicado em 4 de agosto de 2020. Disponível em: http://www.china.org.cn/business/2020-08/04/content_76346333.htm.

²⁸¹ Brasil discute oportunidades de expansão dos negócios com a China [Homepage on the Internet]. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. 2024 [cited 2024 Mar 26]; Available from: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/brasil-discute-oportunidades-de-expansao-dos-negocios-com-a-china>

Sanitária²⁸²

- A Comissão Nacional de Saúde, o Gabinete Nacional de Medicina Tradicional Chinesa e a Administração Nacional de Controle e Prevenção de Doenças da China emitiram conjuntamente um aviso intitulado "Medidas para a Gestão das Equipes de Resposta a Emergências de Saúde Nacional" ([2024] Nº 11), com o objetivo de aprimorar e padronizar as operações das equipes nacionais de emergência em saúde em todo o país. A organização dos times ficará sob responsabilidade do Conselho de Estado.

²⁸² Gov.cn. [cited 2024 Mar 26]; Available from: <http://www.nhc.gov.cn/ylyjs/pqt/202403/b3bc8a2d037749f0b8731adbae61e8e6.shtml>

Resumo: Um projeto de lei intitulado de “The Green New Deal” para habitação pública (The Green New Deal for Public Housing Act) foi proposto como uma abordagem política abrangente que visa enfrentar os desafios enfrentados pela habitação pública, a crise climática, as imensas oportunidades para tecnologias de construção verde e a interação entre habitação, saúde pública e resiliência comunitária.

O artigo "Social Security and Medicare Are on the Ballot" de Paul Krugman compara as abordagens de Trump e Biden em relação à Previdência Social e ao Medicare. Krugman analisa a proposta de Trump de privatizar esses programas, o que poderia colocar em risco sua estabilidade e sustentabilidade futuras, ao mesmo tempo, em que destaca as medidas de Biden para fortalecê-los. O artigo enfatiza o papel crucial desses programas no fornecimento de apoio financeiro e serviços de saúde a milhões de americanos e a necessidade de priorizar sua estabilidade e eficácia a longo prazo.

Palavras-chave: The Green New Deal, habitação pública, crise climática, saúde urbana, eleições EUA 2024, Medicare

Summary: A bill titled "The Green New Deal for Public Housing Act" has been proposed as a comprehensive policy approach that aims to address the challenges facing public housing, the climate crisis, the immense opportunities for green building technologies, and the interplay between housing, public health, and community resilience.

Paul Krugman's article "Social Security and Medicare Are on the Ballot" compares Trump and Biden's approaches to Social Security and Medicare. Krugman analyzes Trump's proposal to privatize these programs, which could jeopardize their future stability and sustainability while highlighting Biden's measures to strengthen them. The article emphasizes the crucial role of these programs in providing financial support and healthcare services to millions of Americans and the need to prioritize their long-term stability and effectiveness.

Keywords: The Green New Deal, public housing, climate crisis, urban health, 2024 U.S. elections, Medicare

The Green New Deal for Public Housing Act

Um [projeto de lei](#) intitulado de “The Green New Deal” para habitação pública (The Green New Deal for Public Housing Act) foi proposto em Washington, D.C., em 21 de março de 2024, por um grupo de legisladores liderados pela deputada Alexandria Ocasio-Cortez, pelo senador Bernie Sanders e pela deputada Delia Ramirez. Esta legislação foi desenvolvida em consulta com residentes de habitação pública, defensores da habitação acessível e ativistas das alterações climáticas. O objetivo é abordar a deterioração das condições das habitações públicas nos Estados Unidos, ao mesmo tempo que se combate as alterações climáticas.

O “Green New Deal for Public Housing Act” propõe um investimento significativo de US\$ 162 a US\$ 234 bilhões na próxima década para modernizar, reabilitar, expandir e descarbonizar o parque habitacional público do país. Este investimento abordará os problemas de longa data enfrentados pelos residentes de habitações públicas, tais como o crescimento de mofo, riscos de pintura à base de chumbo, sistemas de aquecimento e arrefecimento inadequados e infraestruturas deficientes.

O projeto de lei propõe várias disposições importantes que ajudarão a atingir seus objetivos, incluindo a transição de todas as unidades habitacionais públicas para empreendimentos de carbono zero e alta eficiência energética, equipados com geração de energia renovável no local. Isso reduzirá as emissões de carbono e os custos de energia, garantindo que os moradores de moradias públicas tenham acesso a moradias modernas e sustentáveis.

O Green New Deal for Public Housing Act também propõe a expansão de programas federais para fornecer aos moradores oportunidades de trabalho significativas, independência financeira e voz na tomada de decisões. Isso ajudará a capacitar os moradores de moradias públicas e dar-lhes uma palavra a dizer na formação de suas condições de vida, que precisaram ser melhoradas no passado.

Além disso, o projeto de lei propõe repor o déficit de capital habitacional público e revogar a Emenda do Pano de Feira, que limita a construção de novos conjuntos habitacionais públicos. Isso ajudará a resolver a escassez de moradias acessíveis e garantirá que a habitação pública continue sendo uma opção viável para famílias de baixa renda.

Finalmente, o Green New Deal for Public Housing Act propõe a criação de programas de subvenção para modernização de energia profunda, desenvolvimento da força de trabalho comunitária, geração de energia renovável, reciclagem, resiliência e adaptação climática. Esses programas ajudarão a melhorar as condições de vida dos moradores de moradias públicas, criando empregos e promovendo a sustentabilidade.

O Green New Deal for Public Housing Act recebeu apoio de várias organizações e partes interessadas, incluindo a Federação Americana de Funcionários Estaduais e Municipais (AFSCME), a National Low Income Housing Coalition (NLIHC) e o Sunrise Movement. Os copatrocinadores do Senado e da Câmara e numerosos endossos de grupos de defesa ressaltam a urgência e a importância do Green New Deal for Public Housing Act no enfrentamento da crise da habitação acessível e no avanço da justiça climática nos Estados Unidos.

A GREEN NEW DEAL FOR PUBLIC HOUSING

By The Numbers

Public housing is one of few remaining options for deeply affordable housing, providing homes for

1.7 million

residents, roughly 1 in 200 Americans.

But since 2009, the United States has lost

over 25%

of its public housing units to conversions, demolitions, or dispositions.

A Green New Deal for Public Housing would reverse course on decades of underfunding and neglect, creating

280,000

high-paying jobs.

This proposal will invest **\$16.2 to \$23.4 billion a year for 10 years** to preserve, upgrade, and expand public housing stock.

Delivering comprehensive unit upgrades and decarbonizing public housing buildings would:

LOWER EMISSIONS:

Eliminate an estimated

5.7 million

metric tonnes of carbon emissions.

This is the equivalent of

1.26 million

fewer cars on the road every year.

ACCELERATE DECARBONIZATION:

This proposal would broadly benefit the US manufacturing and construction sectors by bringing new technologies to market and spurring innovation.

PROVIDE HEALTH BENEFITS:

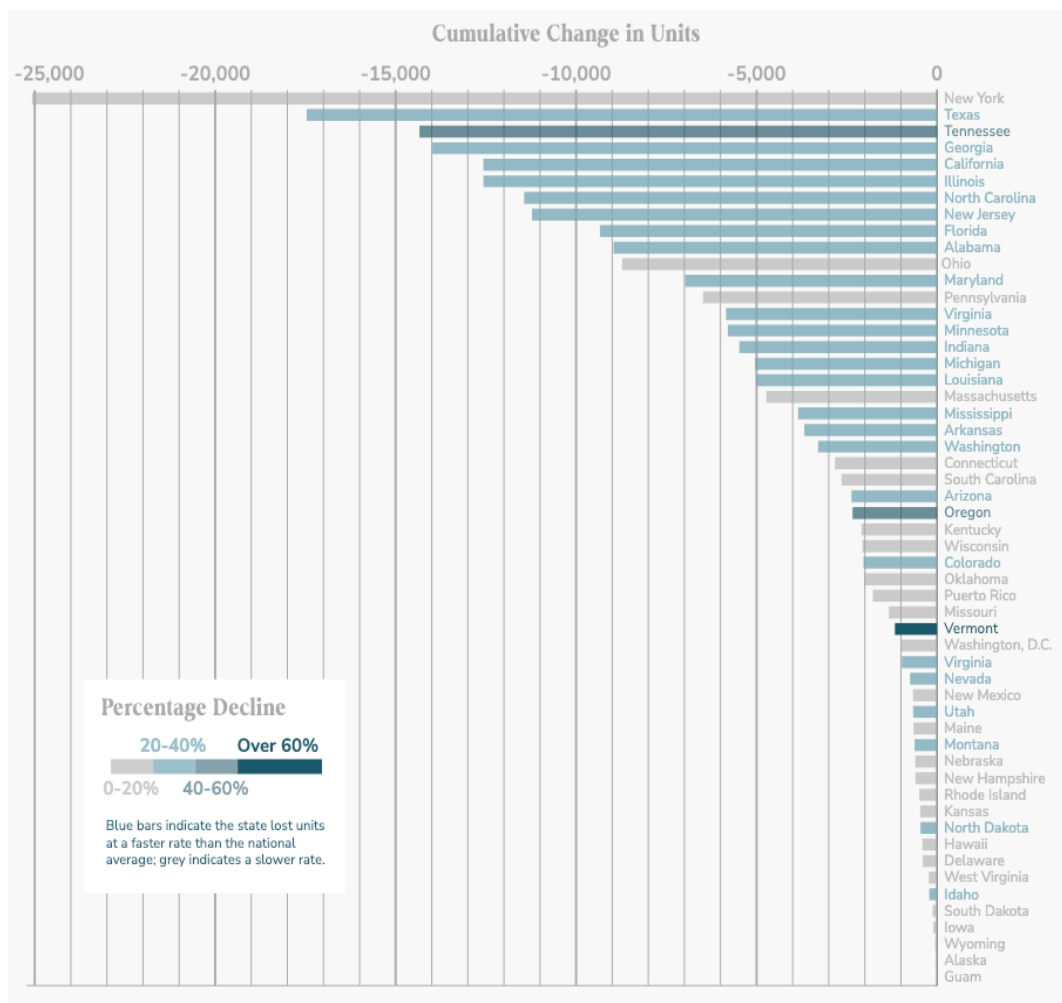
Green repairs to public housing would lower asthma rates and improve cardiovascular health for public housing residents.

Fonte: Cohen, Daniel Aldana, Rachel Mulbry, A. L. McCullough, Kira McDonald, Nick Graetz, Billy Fleming. "A Green New Deal for Public Housing to Deliver Racial, Economic, and Climate Justice." Philadelphia: climate + community project, 2021.

<https://www.climateandcommunity.org/a-gnd-for-public-housing>

Decline in Public Housing Stock by State/Territory, 2014-2022

Source: HUD Picture of Subsidized Households



Fonte: Cohen, Daniel Aldana, Rachel Mulbry, A. L. McCullough, Kira McDonald, Nick Graetz, Billy Fleming. "A Green New Deal for Public Housing to Deliver Racial, Economic, and Climate Justice." Philadelphia: climate + community project, 2021.

<https://www.climateandcommunity.org/a-gnd-for-public-housing>

O Estudo: O Caso de um Green New Deal

Essa legislação foi baseada em um estudo intitulado The Case for a Green New Deal. Algumas das principais conclusões incluem:

Um Green New Deal para a Habitação Pública visa combater a crise da deterioração das condições de vida e da diminuição das unidades de habitação pública. O plano envolve fornecer a todos os moradores, atualizações verdes saudáveis e modernas, incluindo aparelhos elétricos limpos e eficientes e edifícios livres de carbono que são resilientes a desastres climáticos. A iniciativa busca descarbonizar as estruturas de habitação pública, garantindo que elas continuem a fornecer refúgio e confiável diante das mudanças climáticas. Além disso, criar

novos empregos verdes e permitirá que os moradores de habitações públicas participem de investimentos comunitários, melhorando a governança e os processos de contratação das Autoridades de Habitação Pública (PHA) em relação a reparos e modernizações.

Um Green New Deal para a Habitação Pública seria uma política abrangente que combina diferentes objetivos, como habitação, saúde pública, desenvolvimento da força de trabalho, descarbonização e resiliência. Esta abordagem integrada permitiria um planejamento eficiente e, simultaneamente, atingiria múltiplos objetivos, em vez de enfraquecer a eficácia de cada objetivo.

Visão Geral de Investimentos e Benefícios

- Foi estabelecido por meio de evidências empíricas que reparos e modernizações específicos em edifícios podem levar a benefícios significativos para a saúde pública. Esses benefícios incluem taxas mais baixas de asma, redução de mortes e impactos na saúde causados pelo calor extremo e melhoria da saúde mental. Alguns exemplos desses reparos e modernizações incluem a remoção de chumbo e mofo, a instalação de bombas de calor e fogões de indução e a adoção de outras medidas para melhorar o estado de reparo e habitabilidade. Na cidade de Nova York, estima-se que 350 pessoas morram prematuramente devido ao clima quente todos os anos, representando cerca de 2% de todas as mortes durante os meses da estação quente de maio a setembro. Esta informação está disponível no relatório "Mortalidade Relacionada com o Calor" do Portal de Dados de Ambiente e Saúde.

- A adoção generalizada de tecnologias de construção verde, técnicas de construção e aparelhos energeticamente eficientes pode beneficiar a economia dos EUA. A modernização de habitações públicas pode acelerar o processo de descarbonização, ao mesmo tempo que beneficia os setores da indústria transformadora e da construção. Ao introduzir novas tecnologias, promover a inovação e contribuir para o crescimento de uma economia de carbono zero, esses investimentos podem ter um impacto amplo e positivo.

- De acordo com estimativas, um investimento proposto de US\$ 23,4 bilhões anuais criaria cerca de 280.000 empregos em um período de gastos de dez anos. Os empregos criados seriam em setores de alta remuneração, como construção e manufatura, incluindo empregos diretos, indiretos e induzidos. Dos empregos diretos criados, aproximadamente 42 mil seriam na construção ou manutenção e reparo, e outros 19 mil em diversos setores da construção. Empregos diretos adicionais também estariam disponíveis em áreas como arquitetura, engenharia e gerenciamento. O programa é projetado para criar e sustentar esses empregos ao longo do período de gastos de dez anos. Os trabalhadores seriam treinados em técnicas de construção verde de ponta, o que ajudaria a expandir a crescente economia verde para além da habitação pública.

- Combinar o Green New Deal for Public Housing com programas de aprendizagem e desenvolvimento de carreira que apoiem moradores de moradias públicas e comunidades vizinhas pode ajudar a estender os benefícios econômicos às comunidades desinvestidas. Essa abordagem também pode ajudar a aumentar a força de trabalho nesses setores e afrouxar as condições de mercado atualmente apertadas.

- Os edifícios de habitação pública serão eletrificados, tornados mais eficientes em termos energéticos e totalmente descarbonizados para eliminar 5,7 milhões de toneladas métricas de emissões de CO₂ por ano, o equivalente a tirar 1,26 milhões de carros das estradas.

- A criação de centros de resiliência é uma solução promissora para reduzir a vulnerabilidade a condições climáticas extremas. Isso pode beneficiar tanto moradores de moradias públicas quanto membros de comunidades vizinhas. A melhoria dos espaços verdes nos conjuntos habitacionais públicos ajudaria a reduzir os efeitos das ilhas de calor locais e a vulnerabilidade às inundações, ao mesmo tempo que promoveria a saúde e a felicidade dos residentes. Estruturas à prova de inundações poderiam permitir que estruturas maiores de habitação pública funcionassem como centros de resiliência comunitária. A geração renovável no local pode ajudar a complementar a rede durante períodos de alta necessidade de energia. O aumento da eficiência energética também reduziria as necessidades e o consumo de energia durante esses períodos, diminuindo a tensão da rede e o risco de apagões.

- Anos de financiamento insuficiente levaram a habitação pública à beira do colapso. Um Green New Deal para Habitação Pública poderia desfazer essa tendência prejudicial investindo de US\$ 16,2 a US\$ 23,4 bilhões anuais ao longo de uma década. Para contextualizar, o limite superior dessa estimativa é menos de um terço da receita perdida.

Benefícios específicos para a saúde pública

A qualidade da habitação está intimamente ligada aos resultados de saúde. Ao modernizar as habitações públicas, podemos melhorar significativamente a saúde dos residentes. Por exemplo, crianças que vivem em casas com fogões a gás têm um risco 42% maior de desenvolver asma do que aquelas que não têm fogões a gás. A substituição de fogões a gás por fogões de indução pode reduzir as emissões e diminuir a prevalência de asma. Da mesma forma, casas com vazamentos e mofo estão associadas ao aumento do risco de asma. Ao corrigir esses problemas, podemos impactar a saúde pública, mesmo que isso tenha efeitos climáticos diretos limitados. O calor extremo é um problema de saúde pública que se agrava rapidamente e que causou mais de 1.500 mortes nos EUA em 2022. Melhorar o fluxo de ar e instalar bombas de calor em habitações públicas pode salvar vidas, aliviar o estresse do sistema de saúde e aumentar o conforto dos residentes. Isso também contribui para a descarbonização. Só o calor extremo custa ao sistema de saúde dos EUA cerca de US\$ 1 bilhão por ano. Abordar essas questões pode criar benefícios econômicos e fiscais adicionais para um Green New Deal para Habitação Pública. As condições de moradia, incluindo deficiências de manutenção, estão ligadas a problemas comportamentais e de saúde mental, como hostilidade e sintomas depressivos.

É essencial resolver o atraso de manutenção em nossas habitações públicas e implementar modernizações de energia profunda para reduzir as emissões e melhorar as condições de vida dos moradores. Muitos dos custos estimados para lidar com os atrasos de manutenção de habitações públicas envolvem consertar vazamentos, reparar pisos, substituir luminárias de apartamentos e reduzir mofo e chumbo. Estas medidas são tão necessárias como a substituição de sistemas de aquecimento à base de combustível e óleo por bombas de calor, que têm impactos mais significativos do ponto de vista climático ou de eficiência energética. Além disso, como quase um em cada quatro residentes de habitação pública vive com uma deficiência, é crucial que melhorias de acessibilidade e investimentos sejam feitos para garantir que a habitação pública seja um ambiente de vida confortável para todos os residentes.

Saúde pública e segurança pública são dois conceitos interdependentes que requerem igual atenção. O Green New Deal for Public Housing foi concebido para proporcionar condições de vida seguras para os residentes de habitação pública. Acreditamos que comunidades seguras oferecem os recursos e a infraestrutura necessários para garantir que os indivíduos possam viver

felizes e seguros. Por meio desse processo de pesquisa, os defensores da habitação pública enfatizaram que a segurança pode ser alcançada investindo em infraestrutura comunitária e reparos abrangentes, em vez de depender de vigilância e policiamento excessivo.

Conclusão

"Public Housing Green New Deal" é uma abordagem política abrangente que visa enfrentar os desafios postos pela habitação pública e seus moradores. É uma abordagem holística que considera a crise climática, as imensas oportunidades para tecnologias de construção verde e a interação entre habitação, saúde pública e resiliência comunitária. Ao resolver o atraso de manutenção na habitação pública, podemos fazer investimentos significativos em todas essas áreas. A adoção de uma abordagem integrada a essas questões também pode ajudar a economizar tempo e dinheiro, em comparação com a resolução de um problema ou a construção de um sistema de cada vez.

Um Green New Deal para a Habitação Pública seria uma política que visa promover o desenvolvimento da força de trabalho e a inovação no setor da construção verde. Isso levaria ao desenvolvimento de novas tecnologias, aceleraria a descarbonização da indústria imobiliária e beneficiaria tanto os consumidores americanos quanto os residentes de moradias públicas. Essa abordagem não é nova, tendo sido implementada com sucesso nos Estados Unidos e internacionalmente. Alguns exemplos de iniciativas bem-sucedidas são a Iniciativa ABC do DOE, os esforços da NYCHA e da Europa.

Existem diferentes abordagens que estão sendo consideradas para resolver o déficit de financiamento a longo prazo enfrentado pela habitação pública. Uma dessas abordagens é a RAD, que se acredita resolver o problema do financiamento inadequado para habitação pública e os requisitos restritivos de HUD. O RAD pode tornar os projetos de habitação pública elegíveis para subsídios adicionais ou subvenções que não estavam anteriormente disponíveis para as Autoridades de Habitação Pública (PHAs). Além disso, o RAD permite que os PHA contraiam empréstimos contrafluxos de financiamentos futuros, mas isso só é possível devido à percepção de estabilidade e à falta de restrições nos fluxos de financiamento da Seção 8 em comparação com o financiamento da Seção 9. No entanto, o RAD cria complicações, custos e riscos desnecessários para os inquilinos ao tentar compensar o subfinanciamento ou os requisitos restritivos. Em vez de optar pela RAD, uma solução mais simples seria financiar a habitação pública através da Seção 9 e eliminar quaisquer restrições desnecessárias aos PHA.

Existem muitos mitos em torno da habitação pública nos Estados Unidos, como a ideia de que os maus resultados são inevitáveis devido ao projeto de construção ou à gestão pública. No entanto, tudo isso não é verdade. O atual estado de degradação da habitação pública é resultado de décadas de déficits de financiamento e outras políticas que têm dificultado o seu desenvolvimento. Infelizmente, essa história de desinvestimento e sabotagem de moradias públicas tem sido muitas vezes motivada racialmente. Corrigir essas questões não apenas ajudará a resolver injustiças históricas, mas também acelerará os esforços para reduzir as emissões de carbono e fornecer inúmeros benefícios aos moradores de moradias públicas e a todos os americanos.

Previdência Social e Medicare nas eleições de 2024

Em um instigante artigo intitulado "Previdência Social e Medicare estarão na cédula eleitoral" ([Social Security and Medicare Are on the Ballot](#)), publicado no New York Times em 14

de março de 2024, o autor Paul Krugman compara e contrasta as abordagens dos ex-presidentes Donald Trump e Joe Biden à Previdência Social e ao Medicare.

Krugman fornece uma análise aprofundada da proposta de Trump de privatizar esses programas, o que envolveria o desvio de fundos da Previdência Social e do Medicare para contas privadas. Esse movimento poderia colocar em risco a estabilidade e a sustentabilidade futuras desses programas sociais, pois dependeria do desempenho imprevisível do setor privado.

Em contraste, Krugman detalha como o governo Biden priorizou o fortalecimento da Previdência Social e do Medicare, expandindo benefícios, aumentando o financiamento e abordando problemas de solvência de longo prazo. Uma medida proposta é aumentar o teto de rendimentos tributáveis, o que garantiria que os de alta renda contribuam mais para esses programas críticos.

O artigo destaca o papel vital que a Previdência Social e o Medicare desempenham na vida de milhões de americanos, especialmente aposentados e pessoas com deficiência, que dependem desses programas para apoio financeiro e serviços de saúde. Krugman ressalta a importância de adotar políticas que priorizem a estabilidade e a eficácia desses programas a longo prazo, para poderem continuar a fornecer apoio essencial aos necessitados.

No geral, o artigo de Krugman fornece uma discussão abrangente e perspicaz sobre as abordagens concorrentes em relação à Previdência Social e ao Medicare e as implicações para milhões de americanos que dependem delas.

O presidente Biden delineou sua posição por meio do Orçamento do Ano Fiscal de 2025. Este plano visa investir na América e no povo americano, reduzindo os custos familiares, protegendo e fortalecendo a Previdência Social, o Medicare e o Medicaid, e reduzindo o déficit.

O [recente anúncio da Casa Branca](#) enfatizou a importância dos programas de Previdência Social e Medicare para milhões de americanos trabalhadores. Esses programas são confiados por aqueles que contribuíram consistentemente ao longo de toda a vida. A fim de garantir a longevidade do Fundo Fiduciário do Seguro Hospitalar Medicare (HI), o Orçamento do Presidente propõe torná-lo um equipamento permanente. O compromisso do presidente com a preservação da Previdência é evidente em seus esforços para trabalhar com o Congresso para fortalecer o programa para as gerações futuras. Ele acredita que quem ganha mais deve pagar sua parte justa e rejeita qualquer proposta de corte de benefícios.

O Orçamento do Presidente Protege e Fortalece a Segurança Social, a qual é a base da segurança financeira para idosos americanos e milhões de americanos com deficiência. No Orçamento do Presidente, o Presidente Biden está empenhado em trabalhar com o Congresso para salvaguardar e melhorar a Segurança Social com base nestes princípios fundamentais:

1. Sem redução de benefícios: O presidente se opõe a qualquer proposta de redução de benefícios ou privatização da Previdência.

2. Estender a solvência pedindo aos americanos de renda mais alta que paguem sua parte justa. Atualmente, os americanos de classe média e baixa renda pagam impostos da Previdência Social sobre todos os seus ganhos, mas os americanos de renda mais alta não. O presidente acredita que a proteção da Previdência Social deve começar com a solicitação aos americanos de renda mais alta que paguem sua parte justa.

3. Aumentar a segurança financeira para idosos e pessoas com deficiência: O Presidente endossa os esforços para melhorar os benefícios da Previdência Social, bem como os benefícios da Renda da Previdência Complementar para idosos e pessoas com deficiência, particularmente para aqueles que enfrentam as dificuldades mais significativas para sobreviver.

4. Garantir que os americanos possam acessar os benefícios que ganharam: O presidente é favorável ao investimento em serviços de Administração de Seguridade Social (SSA) para garantir que idosos e pessoas com deficiência possam acessar os benefícios que ganharam. Coerente com o princípio final, o Orçamento investe em pessoal, tecnologia da informação e outras melhorias na SSA. O Orçamento aumentaria o financiamento da SSA em 9% em relação ao nível promulgado em 2023, o que melhoraria o atendimento ao cliente nos escritórios de campo da SSA, serviços de determinação de deficiência do Estado e centros de teleatendimento para aposentados e para indivíduos com deficiência e suas famílias.

O Orçamento do Presidente visa prolongar a vida do fundo fiduciário Medicare HI permanentemente. Conforme o Medicare Office of the Chief Actuary, isso pode ser alcançado sem cortes de benefícios e reduzindo os custos de medicamentos prescritos, ao mesmo tempo, em que reduz os custos para os beneficiários do Medicare. O Orçamento propõe realizar esses ganhos exigindo que indivíduos ricos paguem sua parte justa para o Medicare. O fundo fiduciário de seguro hospitalar do Medicare (Medicare Hospital Insurance - HI) pode ser estendido indefinidamente aumentando modestamente a taxa de imposto Medicare sobre rendimentos acima de US \$ 400.000, fechando brechas nos impostos existentes do Medicare e direcionando a receita do Imposto de Renda de Investimento Líquido para o Fundo Fiduciário HI, como foi originalmente pretendido. O Orçamento também visa eliminar a brecha que permite que certos empresários ricos evitem impostos sobre alguns de seus lucros de empresas de repasse. Para isso, o Orçamento propõe aumentar as alíquotas do imposto Medicare sobre rendimentos ganhos e não ganhos de 3,8% para 5% para aqueles com renda acima de US\$ 400 mil. Além disso, o Orçamento pretende direcionar as economias de suas reformas propostas de medicamentos do Medicare para o fundo fiduciário HI.

A Lei de Redução da Inflação concedeu ao Medicare o poder de negociar preços de medicamentos de alto custo, o que efetivamente reduzirá o fardo dos custos do próprio bolso para indivíduos com deficiência e idosos. O Medicare já iniciou negociações para reduzir os preços dos medicamentos usados no tratamento de várias doenças, como câncer, doenças cardíacas, diabetes, doença de Crohn, artrite e muito mais. O Orçamento do presidente visa expandir esse progresso, dando ao Medicare mais poder para negociar os preços dos medicamentos, incluindo negociar preços logo após o lançamento dos medicamentos. Isso não só economizará bilhões de dólares anualmente para o governo federal, mas também reduzirá os custos do bolso dos consumidores. Além disso, o orçamento limitará o compartilhamento de custos da Parte D do Medicare em certos medicamentos genéricos, como os usados no tratamento de hipertensão e colesterol alto, a US \$ 2 por prescrição mensal. Além disso, esse orçamento eliminará o compartilhamento de custos para três consultas de saúde mental ou outras consultas de saúde comportamental por ano, reduzindo assim os custos de saúde comportamental. Também exigirá paridade entre a cobertura de saúde física e mental no Medicare.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

João Miguel Estephano – Pesquisador do CRIS/Fiocruz

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **90** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2024

03 de abril – *A trílice crise planetária e seus impactos sobre a saúde*

17 de abril – *Saúde no G20: Primeiros movimentos*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 04/2024

Período de 12 a 26 de março de 2024

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2024

236 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz